

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

(96)

EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL:  
ESTADO DA ARTE DE 1980 - 1993.

MARY NEIDE DAMICO FIGUEIRÔ



Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Psicologia. Área de concentração: Psicologia Escolar.

Orientadora: Dra Maria Amélia Azevedo

SÃO PAULO  
1995

Comissão de Pós Graduação  
em Psicologia

★ 24 JAN 1995 ★

T  
HQ 21  
F 475 e  
e. 2

FICHA CATALOGRÁFICA

Catálogo na fonte elaborada pelo Setor de Processamento Técnico da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina.

F75e Figueiró, Mary Neide Damico  
Educação Sexual no Brasil :  
Estado da Arte de 1980 a 1993 /  
Mary Neide Damico Figueiró. --  
São Paulo, 1995.  
272 fls. ; 30cm.

Dissertação (Me) - Instituto de  
Psicologia da Universidade de  
São Paulo.

1. Educação Sexual - Brasil.  
I. Título

CDU 613.88(81) (043.3)

"Índices para catálogos sistemáticos:

1. Educação Sexual : Brasil : Tese  
613.88(81) (043.3)
2. Brasil : Educação Sexual : Tese  
(81)613.88(043.3)
3. Sexualidade : Tese  
613.88(043.3)

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

"EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL: ESTADO DA ARTE DE 1980 - 1993."

Candidata: MARY NEIDE DAMICO FIGUEIRÔ  
Orientadora: Profa. Associada Maria Amélia Azevedo

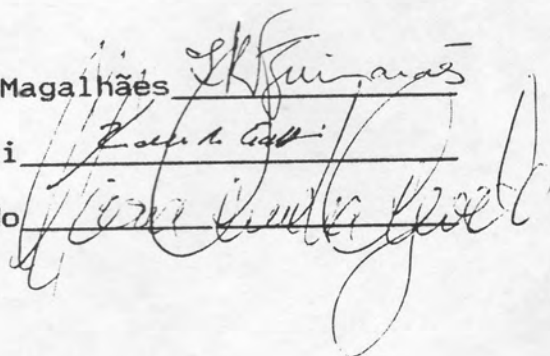
Dissertação apresentada ao  
Instituto de Psicologia,  
Universidade de São Paulo, como  
parte dos requisitos para obtenção  
do grau de Mestre em Psicologia -  
área de concentração PSICOLOGIA  
ESCOLAR.

COMISSÃO JULGADORA

Profa. Dra. Isaura Rocha Figueiredo Magalhães

Profa. Dra. Bernardete Angelina Gatti

Profa. Associada Maria Amélia Azevedo



Defesa - 1995

AGRADECIMENTOS:

A DEUS, por estar comigo em todos os momentos.

A Dra. Maria Amélia Azevedo, pela orientação sábia e amiga e, especialmente, pela confiança demonstrada.

A Dra. Maria Cristina Bruschini e Dra. Fúlvia Rosemberg, pelas valiosas sugestões no Exame de Qualificação.

Ao meu querido esposo, Adalberto Figueiró, pelo apoio e colaboração durante a realização deste trabalho e por "ser a pessoa especial com quem pude descobrir a riqueza da vivência da sexualidade, num clima de amor e igualdade".

A minha querida filha Lilian, pelo incentivo e carinho.

Aos meus pais, por todo amor e dedicação.

A minha sogra Amedea (in memórian), pelos elogios e incentivos que sempre dirigiu a mim e aos meus esforços para crescer profissionalmente e que permanecem vivos dentro de mim, mesmo após sua partida.

A psicóloga Nelci Garcia Lupi e ao Dr. Luiz Lupi, pela colaboração e amizade.

A Lourdes dos Santos Batista e Jandira Manente Gome-de, por terem, com muita responsabilidade e carinho, auxiliado na administração do meu lar e no cuidado dos meus filhos.

As psicólogas: Damaris Andrade e Margarete Matesco Rocha, pela participação como assistentes de pesquisa.

A psicóloga Dra Verônica Bender Haydu, pela força e mão amiga no início desta caminhada.

Ao pessoal do Setor de Referência da Biblioteca da Universidade Estadual de Londrina, pelos inúmeros auxílios prestados. Em especial às bibliotecárias: Dirce M. Suzuki

Fernandes, Maria Inês Tomaél, Neide M. Jardinete Zaninelli e M. Elizabete Catarino.

Ao amigo: Francisco Assis R. de Moura Júnior, pelo auxílio no uso do computador.

Ao Dr. Nelson Vitiello, pelas inúmeras colaborações e, em especial, pelo incentivo e amizade.

A José Juvêncio Barbosa, Dr. José Carlos Riechelmann e Rev<sup>a</sup> Bárbara M. de Souza, pelas colaborações.

Ao prof. José Carlos Dalmas pela supervisão na elaboração das Tabelas e à prof<sup>a</sup> Claudete Debértolis Ribeiro, pela revisão de português.

A Sueli Aparecida Sardi, pela leitura final cuidadosa.

A todas as Instituições que contribuíram, enviando levantamentos bibliográficos e/ou textos.

A todos os autores e/ou pesquisadores que também colaboram, respondendo às correspondências e/ou enviando publicações.

A Universidade Estadual de Londrina, em especial, à Coordenadoria de Recursos Humanos, à Comissão Permanente de Capacitação de Docentes e ao Departamento de Psicologia Social e Institucional, pelas licenças concedidas para dedicar-me ao Mestrado.

A CAPES, pela concessão de bolsa de estudos, através do PICD.

A minha mãe, Neide Zironi Damico e ao meu pai, João Damico, porque estou certa de que são as pessoas cuja alegria pela realização deste trabalho é tão intensa quanto a que sinto como autora.

Ao meu esposo Adalberto Figueiró e aos meus queridos filhos: Lilian, Isabela, Beatriz e Evandro.

"A sexualidade, enquanto possibilidade e caminho de alongamento de nós mesmos, de produção de vida e de existência, de gozo e de boniteza, exige de nós essa volta crítico-amorosa, essa busca de saber de nosso corpo. Não podemos estar sendo, autenticamente, no mundo e com o mundo, se nos fechamos medrosos e hipócritas aos mistérios de nosso corpo ou se os tratamos, aos mistérios, cínica e irresponsavelmente".

*Paulo Freire*

## ÍNDICE

	Página
LISTA DE ANEXOS:.....	viii
LISTA DE QUADROS.....	ix
LISTA DE TABELAS.....	x
 Capítulo	
I. INTRODUÇÃO .....	1
II. OBJETIVO .....	8
III. ABORDAGENS DE EDUCAÇÃO SEXUAL .....	13
Abordagem Religiosa Católica de Educação Sexual .....	
Abordagem Religiosa Protestante de Educação Sexual .....	
Abordagem Médica de Educação Sexual .....	
Abordagem Pedagógica de Educação Sexual .....	
Abordagem Política de Educação Sexual .....	
IV. PROCEDIMENTOS .....	109
Seleção do " <i>corpus</i> " .....	
Definição de Categorias de análise .....	
V. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	204
BIBLIOGRAFIA .....	219
ANEXOS .....	221

## LISTA DE ANEXOS

Anexo		Página
1.	Fontes Bibliográficas consultadas .....	221
2.	Bibliotecas e Instituições consultadas .....	224
3.	Seleção das principais Áreas e sub-áreas relacionadas à temática Educação Sexual, a partir da Tabela de Áreas do conhecimento (modelo CAPES/CNPQ).....	227
4.	Esquema resumido dos principais elementos de cada uma das Abordagens de Educação Sexual.....	229
5.	"Corpus" - Conjunto das publicações acadêmico-científicas brasileiras sobre Educação Sexual do período de 1980 a 1993, com suas respectivas análises.....	234

LISTA DE QUADROS

Quadro

Página

- |    |   |     |
|----|---|-----|
| 1. | Classificações quanto ao tipo de Pesquisa/<br>Estudo..... | 112 |
|----|---|-----|

## LISTA DE TABELAS

Tabela	Página
1. Distribuição das Abordagens de Educação Sexual no Grupo A .....	117
2. Distribuição das Abordagens de Educação Sexual nos livros .....	117
3. Distribuição das Abordagens de Educação Sexual no Grupo B .....	118
4. Distribuição das Abordagens de Educação Sexual no Grupo C .....	119
5. Distribuição - por períodos - das Abordagens de Educação sexual .....	120
6. Distribuição - por períodos - das Abordagens de Educação Sexual, nos Grupos A, B e C .....	121
7. Distribuição - por períodos - das Abordagens de Educação Sexual, no Grupo C .....	126
8. Distribuição em Áreas - por conteúdo - dos Grupos A, B e C .....	128
9. Distribuição do Grupo C segundo a classificação em Áreas, por conteúdo e por titulação ....	130
10. Distribuição do Grupo A em tipos de pesquisa/estudo, em relação às Abordagens de Educação Sexual .....	132
11. Distribuição do Grupo B em tipos de pesquisa/estudo, em relação às Abordagens de Educação Sexual .....	134
12. Distribuição do Grupo C em tipos de pesquisa/estudo, em relação às Abordagens de Educação Sexual .....	136
13. Percentagem dos tipos de explanação teórica, nos Grupos A, B e C .....	137
14. Percentagem dos contextos abordados nos Grupos A, B e C .....	139
15. Limites de variação da percentagem do tipo de educando referenciado nos Grupos A, B e C .....	141
16. Percentagem dos elementos-chaves nos Grupos A, B e C .....	143
17. Distribuição das terminologias usadas no Grupo A	159
18. Distribuição das terminologias usadas no Grupo B	162
19. Distribuição das terminologias usadas no Grupo C	164
20. Classificação segundo dados básicos das dissertações e teses .....	192

FIGUEIRÔ, Mary Neide Damico. Educação Sexual no Brasil:  
Estado da Arte de 1980 a 1993. São Paulo, 1995, 272p.  
Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de  
Psicologia da Universidade de São Paulo.

#### RESUMO

O presente trabalho consistiu na elaboração do Estado da Arte, ou seja, na análise da produção acadêmico-científica brasileira sobre Educação Sexual, do período de 1980 a 1993, tendo como principal objetivo investigar qual tem sido a Abordagem de Educação Sexual predominante.

Foram identificadas, inicialmente, a presença das seguintes Abordagens: Religiosa Católica; Religiosa Protestante (ambas podendo ser: Tradicional ou Liberadora); Médica; Pedagógica e Política.

Após levantamento das publicações que compõem o "corpus" (teses, dissertações, livros, artigos, pesquisas e trabalhos apresentados em eventos), foram estabelecidas nove Categorias de Análise (incluindo: a Abordagem), a partir das quais, cada texto foi analisado. A fidedignidade das análises, feitas pela autora, foi testada através da participação de duas assistentes de pesquisa.

A Abordagem que mais predominou, em todos os gêneros de publicação, foi a Pedagógica, enquanto que a Médica e a Religiosa apresentaram índice bastante baixo. A Abordagem Política teve uma representatividade relativamente média, atingindo maior percentagem no conjunto de dissertações e teses, ficando porém, ainda, abaixo do índice da Pedagógica.

Em relação a algumas, dentre as demais Categorias analisadas, constatou-se que: a Área científica onde ocorre maior número de publicações sobre Educação Sexual é a

Area da Educação; o tipo de pesquisa/estudo mais frequentemente desenvolvido é a explanação teórica e, o menos, a análise histórica; concepções questionáveis estão presentes, nos vários gêneros de publicação, principalmente, nos artigos. No que concerne à terminologia básica, para a referência ao trabalho de Educação Sexual, verificou-se que, embora haja um predomínio dessa última, falta uma padronização e que as várias terminologias usadas, em substituição e/ou como sinônimo de Educação Sexual, tem gerado confusões. Estas são acentuadas pelas divergências encontradas nas conceituações e classificações quanto aos tipos de Educação Sexual, o que confere inconsistência teórica à temática.

Concluiu-se que a produção acadêmico-científica sobre Educação Sexual, no Brasil, no período de 1980 a 1993, vem se concretizando de forma relativamente satisfatória, no aspecto quantitativo.

No que diz respeito ao aspecto qualitativo, algumas limitações, detectadas através das Categorias analisadas neste Estado da Arte, vêm prejudicando a sustância do corpo teórico de conhecimentos.

O predomínio da Abordagem Pedagógica mostrou que a maioria dos estudiosos e pesquisadores vê a Educação Sexual como meio para levar o indivíduo a uma vivência saudável e feliz de sua sexualidade.

Sem deixar de lado a relevância de vários objetivos inerentes a cada uma das Abordagens, a presente Dissertação pretende alertar para a necessidade de que as produções científicas brasileiras sobre Educação Sexual, assim como a prática cotidiana, comprometam-se mais com a Abordagem Política (ou Liberadora, caso o enfoque seja religioso), reconhecendo nela, também, um instrumento de transformação social.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Sexual Education in Brazil: The State of the Art from 1980 to 1993. São Paulo, 1995. 272pp. Master's Dissertation presented to the Institute of Psychology at the University of São Paulo.

#### ABSTRACT

This work is meant to be the State of the Art analysing Brazilian scientific and academic literature about Sexual Education produced in the period of 1980 through 1993. The main purpose of this analysis was to verify the prevailing Approach found in this literature.

The following Approaches were initially identified: Catholic, Protestant (both traditional or liberating), Medical, Pedagogical and Political.

After collecting publications which make up the "corpus" of this work (theses, dissertations, books, articles, research works and papers presented in events), nine Categories of Analysis were established, including the Approach, in which each text was analysed. The reliability of the analyses by the author was tested through the participation of two assistants in the work.

The most dominant Approach, in all kinds of publications, was the Pedagogical, while the Medical and Religious had a very low rate. The Political Approach had a rather average rate, showing a greater percentage in the collection of dissertations and theses but still presenting a low index in comparison to the Pedagogical.

In relation to some, among the other Categories analysed, it was noted that the scientific area of Education is where the largest number of publications about Sexual Education can be found; the type of research/study most frequently developed is the theoretical explanation and the least, the histo-

rical analysis; questionable concepts are present in several kinds of publication, mainly in articles. As for the basic terminology for reference to Sexual Education, it is seen that, although there is a prevalence of this term, there is still a lack of standardization and several terminologies used to replace and/or as synonyms in Sexual Education have caused confusions. These confusions are even greater due to divergences in concepts and classifications of types of Sexual Education, and as such have caused the theory to be inconsistent to the themes.

It was concluded that the academic and scientific production about Sexual Education in Brazil, as analysed from 1980 to 1993, has been done satisfactorily in terms of quantity.

As for publications quality, some limitations affecting the theoretical body of knowledge were identified through the Categories analysed in this State of the Art.

The prevalence of the Pedagogical Approach evidenced that most scholars and researches see Sexual Education as a means to have a person lead a healthy and happy life in his sexuality.

With no disregard to the objectives pertaining to each one of the Approaches, this present dissertation intends to bring into light the need that the Brazilian scientific production has, and so do the daily practices, of a deeper commitment to the Political Approach (or the Liberating one, in case of a religious focus) and to see it also as an instrument of social transformation.

## CAPÍTULO I

### INTRODUÇÃO

A Educação Sexual no Brasil vem, a cada dia mais, sendo reconhecida como importante dentro do processo de formação educacional do indivíduo e da sociedade.

Ao mesmo tempo, não há uma infra-estrutura educacional, política e social sólida, que assegure sua estruturação, concretização e continuidade, especialmente considerando-se a rede pública.

Para definir as diretrizes fundamentais desta presente pesquisa, decidiu-se fazer, como ponto de partida, a seguinte reflexão: "qual a questão, dentro da área de pesquisa sobre Educação Sexual que, no momento, é prioritária que seja investigada, para que se faça avançar a produção científica sobre o assunto?"

Relendo a história da Educação Sexual no Brasil, bem como a maior parte das publicações brasileiras sobre esta temática, percebeu-se que se faz necessária uma "parada", para a "retomada do conhecimento" contruído pelos estudiosos e pesquisadores até o presente momento.

Reconheceu-se que isto poderia constituir-se num quadro demonstrativo da situação da produção desse conhecimento, que serviria então, como ponto de partida para os pesquisadores no estabelecimento de novas diretrizes de pesquisa e, conseqüentemente, no estabelecimento de uma melhor solidez do corpo teórico da referida temática.

A leitura inicial das publicações científicas brasi-

leiras sobre Educação Sexual suscitou muitas questões. Primeiramente, percebeu-se que posturas variadas estavam sendo adotadas pelos autores, quanto à maneira de encarar a Educação Sexual, o que refletia diferentes concepções filosóficas, pedagógicas e metodológicas.

Então, logo de início, foi possível identificar várias Abordagens de Educação Sexual, a saber: Religiosa Católica, Religiosa Protestante, Médica, Pedagógica e Política. O sentido fundamental das duas primeiras é a formação do cristão; da Abordagem Médica, é a díade saúde-doença; da Pedagógica: o processo ensino-aprendizagem e da Abordagem Política, o compromisso com a transformação social, vinculado ao questionamento das relações de poder e ao resgate das minorias.

Isso levou à formulação do primeiro questionamento fundamental: "qual tem sido a Abordagem de Educação Sexual predominante na produção científica brasileira, no período de 1980 a 1993?"

Outros dados, lacunas ou problemas observados na primeira leitura da maioria das publicações, apontaram para outras interrogações, tais como: quais são as conceituações de Educação Sexual assumidas e quais terminologias adotadas com referência (ou em substituição) ao termo Educação Sexual?; quais as Áreas científicas que mais tem se empenhado em contribuir para esta temática e quais as que, apesar de suas condições, têm se omitido?; quais têm sido os tipos de Pesquisa/Estudo frequentemente mais desenvolvidos?

Todas as interrogações emergidas, bem como a identificação da ausência de um trabalho amplo e profundo que avalie a produção científica sobre a temática aqui tratada, apontaram para a necessidade e importância desta presente pesquisa.

Foi assim então que decidiu-se pela elaboração do

Estado da Arte da Educação Sexual no Brasil.

Elaborar o Estado da Arte de alguma área do conhecimento significa fazer o levantamento, a sistematização e avaliação do conhecimento produzido nessa área, podendo constituir-se numa contribuição ao avanço da ciência.

De acordo com Frigotto (1991),

"no trabalho propriamente de pesquisa, de investigação, um primeiro esforço é o resgate crítico da produção teórica ou do conhecimento já produzido sobre a problemática em jogo. Aqui se podem identificar as diferentes perspectivas de análise, as conclusões a que se chegou pelo conhecimento anterior e a indicação das premissas do avanço do novo conhecimento..." (88).

A necessidade de retomada do conhecimento é também defendida, entre outros, por Castro (1978), que a encara como uma pré-condição para a criação, a síntese, em qualquer trabalho científico.

Vários são os trabalhos desse tipo, já realizados no Brasil, como por exemplo: - "A Imagem da Mulher no Livro Didático: Estado da Arte" (Negrão & Amado, 1989); - "O Estado da Arte do Livro Didático no Brasil" (Freitag et al., 1987); - "Alfabetização no Brasil: o Estado do Conhecimento" (Soares, 1989).

"Embora a metodologia de investigação em pesquisas de levantamento e avaliação do conhecimento a respeito de determinado tema seja, basicamente, a mesma, há peculiaridades que se devem às características do objeto de estudo e aos objetivos da pesquisa, por ela definidos" (Soares, 1989, p.5).

No que tange à temática de Educação Sexual, é possível encontrar já um primeiro trabalho de montagem de seu estado da arte, na pesquisa feita por Rosemberg et al. (1990), intitulada: "Mulher e Educação Formal no Brasil: Estado da Arte e Bibliografia."

As autoras examinaram a produção científica referente ao período de 1975 a 1989, com o propósito maior de apreender

"... em que medida estudos e pesquisas conseguem integrar os conhecimentos acumulados nas duas áreas: a de educação e a de estudos sobre a mulher" (p.4).

Os dados foram organizados em torno de quatro tópicos: história, escolaridade, trabalho e corpo, onde, neste último tópico, buscaram identificar as pesquisas sobre educação formal da mulher que incluam estudos sobre: - educação física e esportes; - saúde e reprodução; - sexo. Constatou-se que é baixo o número de pesquisas que tratam de sexo em educação formal e que esse conteúdo (sexo) é tratado em Educação Sexual, portanto como um compartimento à parte da educação formal.

Na verdade, essa guetização foi reconhecida como presente no conjunto de toda produção científica analisada e assim explicitam as autoras:

"... grande parte das pesquisas educacionais ignoram o conhecimento que vem sendo acumulado na área de estudos sobre a mulher; a área de estudos sobre a mulher tem produzido pouca reflexão teórica (e mesmo informações empíricas) sobre a educação". (Rosemberg et al., 1990, p.8)

Ao apresentar os resultados do estado do conhecimento sobre Educação Sexual, as autoras afirmam que a preocupação básica de pesquisas e estudos, no período de 1975 a 1989, é apenas em contexto escolar e que os aspectos mais frequentemente tratados são: a introdução da matéria no currículo escolar e as formas de se lidar com a contracepção. Apresentam críticas à insignificante atenção dada ao prazer, às relações de gênero e à violência; protestam quando verificam a impregnação, na produção científica brasileira, do uso genérico masculino, uma vez que isto restringe as possibilidades de um entendimento de comportamentos, atitudes e valores peculiares a cada sexo.

Além disso: "é curioso observar que, mesmo ao se tratar de educação sexual, há uma tendência em dessexualizar o

(a) educador (a) como se fosse neutra sua condição de gênero..." (Rosemberg et al., 1990, p.154)

De forma semelhante, constatou-se que não são consideradas as diferenças de idade entre o(a) educador sexual e o educando.

Diante do conjunto de pesquisas ou estudos levantados, concluiu-se que:

"a educação sexual em contexto escolar gestou, principalmente, três tipos de pesquisas/estudos: as que adotam uma perspectiva histórica procurando entender as determinações sociais que têm dificultado ou propiciado sua inserção no currículo; as que avaliam propostas, programas e projetos de educação sexual e as que se preocupam em desvendar comportamentos e atitudes sexuais entre estudantes" (Rosemberg, et al., 1990, p.147).

Assim sendo, as autoras agruparam os textos encontrados, conforme o tipo de pesquisa/estudo e apresentaram um panorama geral das pesquisas realizadas dentro de cada um dos três tipos, situando-os na sequência cronológica e pontuando as inter-relações presentes entre elas. Além disso, na medida em que apresentam o panorama geral, vão incluindo análises críticas dos resultados, dos pontos falhos e das contribuições de cada pesquisa.

Por estar situado num contexto mais amplo de "educação formal da mulher", esse Estado da Arte sobre a Educação Sexual no Brasil apoiou-se em publicações científicas da Área de Ciências Humanas, mais especificamente, de Educação.

Considerando a relevância dessa pesquisa supra-citada e tomando-a como ponto de partida, reconheceu-se que é imprescindível uma revisão crítica da produção do conhecimento sobre Educação Sexual que abranja as publicações científicas advindas de outras áreas que também têm contribuído para a compreensão desse conhecimento, como por exemplo: Medicina, Saúde Coletiva, Antropologia, Enfermagem e Psicologia. Rosemberg (1985), no texto em que tenta reconstituir a trajetória

ria do debate público em torno das propostas de inclusão da disciplina Educação Sexual nas escolas, aponta para a necessidade de mais estudos e pesquisas sobre esta questão, no âmbito da escola brasileira, bem como de localização e sistematização de fontes documentais, que descrevam experiências concretas realizadas.

É importante salientar que a autora desta presente pesquisa privilegiou o uso da terminologia: Educação Sexual, dentro do conjunto das várias adotadas (como por exemplo: orientação sexual e informação sexual), por razões que serão esclarecidas no decorrer do trabalho.

Esta Dissertação, compõe-se de outros quatro capítulos fundamentais. O Capítulo II explicita o objetivo fundamental e esclarece o porquê da delimitação do período de 1980 a 1993 para este Estado da Arte. O Capítulo III apresenta a fundamentação teórica de cada Abordagem de Educação Sexual, procurando, em cada uma delas, elaborar a reconstituição da forma como "brotou", como emergiu, ao longo da história do Brasil, explicitando, de forma sucinta e, possivelmente satisfatória, a fundamentação filosófica e/ou pedagógica que lhe deu origem. Também apresenta os pontos básicos que definem a estrutura de cada uma delas.

O Capítulo IV corresponde ao Procedimento, onde estão delineados os critérios de seleção do "*corpus*" e as Categorias de Análise.

Finalmente, o Capítulo V refere-se a Resultados e Discussão.

O "*corpus*", ou seja, a relação de todas as publicações que o integram, com suas respectivas análises, é apresentado em Anexo.

Espera-se que os apontamentos feitos na Discussão, a

partir dos Resultados obtidos na elaboração deste Estado da Arte, possam contribuir para o avanço da produção científica sobre Educação Sexual e assim, influir também no progresso da prática cotidiana do(a) educador(a) sexual.

## CAPÍTULO II

### OBJETIVO

A presente pesquisa tem como objetivo a elaboração do Estado da Arte em Educação Sexual no Brasil, no período de 1980 a 1993, a partir da análise dos vários tipos de pesquisa/estudo sobre o assunto.

Identificar qual tem sido a Abordagem de Educação Sexual predominante, dentro dessa produção científica, é uma das propostas fundamentais.

Para tanto, ficou decidido que fariam parte desse Estado da Arte os textos que falam, discutem *sobre* a Educação Sexual - excluindo os textos *de* Educação Sexual (tais como: guias e textos de explicação a respeito de sexo e sexualidade dirigidos diretamente ao educando).<sup>1</sup>

Considerou-se Educação Sexual como sendo: toda ação ensino-aprendizagem sobre a sexualidade humana, seja a nível de conhecimento de informações básicas, seja a nível de conhecimento e/ou discussões e reflexões sobre valores, normas, sentimentos, emoções e atitudes relacionados à vida sexual.

Evidentemente, esse conceito foi assim delimitado, para fins de critério de seleção do material bibliográfico que deveria integrar o Estado da Arte da Educação Sexual, ou seja: que deveria compor o "*corpus*". Há, no entanto, necessidade de salientar que a Educação Sexual não deve ser vista como uma

---

<sup>1</sup> Há casos de publicações que atendem aos critérios *de e sobre*; exemplo: Orth (1987) e Suplicy (1987).

ação que ocorre à parte da educação global do indivíduo, mas, pelo contrário, deve ser entendida como parte desse processo maior, onde então educação é encarada como:

"... um conjunto de experiências pessoais, ativas, dinâmicas, mutáveis, por meio das quais o indivíduo seleciona, absorve e incorpora informações, relaciona-as com as que já dispõe em seu repertório e as organiza, expressa ou utiliza para criar novas informações, orientar suas ações, agir junto a outras pessoas ou modificar o ambiente" (Pfromm Neto, 1987, p.6).

No que concerne ao período estabelecido para a elaboração do Estado da Arte, a opção pela década de 80 justifica-se pelo fato de se ter constatado que o início da mesma é marco significativo da efusão de publicações acadêmicas e científicas brasileiras sobre o tema Educação Sexual.

Embora tenham ocorrido publicações (em número escasso) nos três últimos anos da década de 70 e, 1978 seja considerado o ano do reinício do debate público sobre o tema e de uma nova etapa de desenvolvimento de experiências de Educação Sexual (após um forte período de repressão política para essas experiências, que marcou o final da década de 60 e a década de 70), uma produção substancial de dissertações, teses, artigos de periódicos e livros sobre o assunto começou a concretizar-se efetivamente no início da década de 80.

O próprio trabalho de Rosemberg et al. (1990) - que procurou, entre outros objetivos maiores, apreender o Estado da Arte das pesquisas e estudos no período de 1975 a 1989, que analisam as possibilidades e/ou dificuldades de inserção da Educação Sexual no currículo, bem como as pesquisas e estudos que avaliam as propostas, programas e projetos de Educação Sexual - relaciona, no primeiro grupo, apenas duas publicações da década de 70, num conjunto de oito publicações, enquanto que, no segundo grupo, relaciona apenas uma, num conjunto de dez publicações. As restantes são pertinentes à década de 80.

Apesar de que, já em 1978, realizou-se o I Congresso sobre Educação Sexual nas Escolas, em São Paulo, segundo Bruschini e Barroso (1986, p.41) é na década de 80 que "o debate se abre e se amplia no espaço acadêmico", a partir da realização da mesa redonda acontecida na XXXII Reunião da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), no Rio de Janeiro, em 1980.

É na entrada dessa década que o "tema da educação sexual conquista novas áreas" científicas e que "num movimento convergente, pesquisadores voltados para o estudo do tema passam também a ser convocados tanto pelas universidades quanto pelos meios de comunicação." (Bruschini & Barroso, 1986, p. 41).

Se tomarmos como ponto de partida a história política e econômica do Brasil, veremos que a escassez de publicações, na década de 70, se justifica pelo período de forte repressão político-cultural por que passou a sociedade brasileira, sob a total dependência da ditadura militar.

Foi, na verdade, após o golpe de 64, onde então assumiu a presidência o general Castelo Branco, que começou a se dar o abalo dos governos populistas, que culminou em inúmeras lutas e confrontos na década de 60 e que prosseguiram inclusive na década de 70. (Habert, 1992; Paes, 1992; Rodrigues, 1992).

O autoritarismo e a repressão ao exercício da cidadania se fizeram fortemente sentir na perseguição aos movimentos populares e a todas as forças envolvidas na luta por reformas sociais.

Vários acontecimentos políticos autoritários e repressivos desse período afetaram diretamente o ritmo das experiências de Educação Sexual que vinham sendo desenvolvidas na década de 60, década essa que foi considerada um período rela-

tivamente favorável para a realização dessas experiências. (Barroso & Bruschini, 1982; Rosemberg, 1985; Werebe, 1978).

A determinação oficial da censura de livros e jornais ocorrida em maio de 1970 afetou, não apenas a implantação de programas de Educação Sexual, mas principalmente foi, com certeza, uma das medidas que mais contribuiu para o não fluir das publicações científicas sobre o tema nessa década.

Sabe-se que, com o presidente General Ernesto Geisel (1974 - 1979), começou a se dar um processo de abertura política "lenta gradual e segura", [grifo da autora] e que, embora não se tenham eliminado, no final da década de 70, as perseguições, torturas e repressões políticas de toda sorte, o auge dessa abertura ocorreu em 1978, com a revogação do AI-5 e de algumas leis mais ostensivas da ditadura. (Habert, 1992.)

A suspensão da censura começou a se dar, lentamente, entre 1975 a 1978 e foi, nesse último ano, que ocorreu a supressão da censura prévia aos jornais "alternativos", que constituíam-se espaços de contestação política e de reivindicações de mudança social.

Analisando os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) dos governos militares e os Planos Setoriais de Educação e Cultura (PSEC) - todos emergidos no período de 1972 a 1985 - com o objetivo de apreender a representação social da educação contida em cada Política Pública, Oliveira (1989) concluiu que nesses programas de governos militares, encontram-se bastante estruturadas as representações da educação redentora e educação empresarial, onde, de forma geral, o desenvolvimento econômico é o ponto crucial.

Por outro lado, segundo a autora, o "I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República" e o "Plano Educação Para Todos: Caminho para Mudança", que abrangem o período de 1986 a

1989, buscam descentralizar o poder, amenizar as injustiças sociais e partem originalmente do pressuposto de que é a crença, na melhoria da condição de vida da população, que levará ao crescimento econômico. Tais planos denotam preocupação em conscientizar a nação para a importância político-social da educação.

Comparando o projeto de Lei 1258 /88, do deputado Otávio Elísio, com leis de 1961 e 1971, a autora diz que o referido projeto é mais democrático, uma vez que norteia as finalidades da educação em ideais sociais e humanos -- ao invés de um interesse fundamental na qualificação para o trabalho.

Para a autora, esse projeto, bem como a Constituição de 1988, são medidas que representam grande avanço educacional, embora, evidentemente, requeiram aprimoramentos.

Esses apontamentos feitos por Oliveira (1989), somando-se à abertura política mais amadurecida na década de 80, apontada por Rodrigues (1992), vêm ratificar a caracterização dessa década como sendo um período fértil para o desenvolvimento de publicações científicas e acadêmicas sobre Educação Sexual.

Embora se saiba que os problemas econômicos, educacionais, sociais e políticos das décadas anteriores (60 e 70) não se eliminaram, apesar do fim da ditadura militar e da criação de novos planos, é por demais significativo saber que o espaço para o exercício da cidadania está aberto, o que, enquanto representa uma condição favorável para o desenvolvimento de estudos é, ao mesmo tempo, um chamamento para o compromisso político de pesquisadores, educadores e estudiosos, bem como de toda a sociedade, para o envolvimento em movimentos sociais, experiências e pesquisas que contribuam para a transformação social.

CAPÍTULO III

ABORDAGENS DE EDUCAÇÃO SEXUAL

"Acreditar é aceitar o que Jesus nos diz sobre o homem, aceitar seu mundo de valores e conformar-se com seu comportamento. A fé *não* é uma moral: é o acolhimento de Jesus Cristo. Mas, ela *implica* uma moral, por causa dos preceitos evangélicos e principalmente por causa da concepção de homem que comporta."

Guy Durand

A religião tem exercido, ao longo de muitos séculos, uma forte influência sobre a vida sexual das pessoas, em especial, no mundo ocidental, procurando ditar normas e controlando a observância das mesmas, fazendo enfim, do comportamento sexual, um objeto de preocupação moral.

A partir do século IV d.C., o cristianismo foi oficializado e passou a ter um domínio universal. Sua doutrina moral tem se pautado em mensagens contidas na Bíblia (especialmente nas idéias de São Paulo) e também nos escritos dos Santos Padres, tais como Santo Agostinho e São Tomaz de Aquino, ambos da Idade Média.

O suporte teórico, a partir do qual o cristianismo formulou toda sua doutrina, não se restringe, no entanto, a essas fontes precursoras, uma vez que muitos dos seus princípios tiveram sua origem em idéias de vários filósofos da antiguidade. Cita-se em especial, a influência da utopia platônica dos séculos IV a I a.C., cujos postulados foram depois lapidados pelo estoicismo dos séculos I, II e III d. C. e ainda vieram a sofrer adaptações no cristianismo. Esse tipo de análise histórica foi realizado de forma profunda por Foucault (1985).

Assim, por exemplo, de acordo com a filosofia platônica, o indivíduo era orientado para manter o uso dos prazeres dentro do casamento, para que pudesse aprimorar o domínio sobre

si mesmo, visando com isso praticar o "cuidado de si" (qualidade necessária para quem quisesse exercer autoridade sobre a esposa, a casa ou a cidade). Essa mesma orientação continuou sendo feita pelos estóicos, com alterações quanto à finalidade da mesma, mas em nenhuma das duas filosofias havia demarcações de atos permitidos e proibidos. Desta forma, era feita apenas uma "sugestão". Já o cristianismo adotou o "vínculo obrigatório" da relação sexual com o casamento, onde então, o princípio de uma fidelidade conjugal passa a ser um "dever incondicional" para quem se preocupa com a própria salvação. (Foucault, 1985)

Segundo Gregersen (1983), Aristóteles, considerado o pai da sexologia ocidental, foi sem dúvida o pensador mais influente, cujas idéias foram adaptadas centenas de anos depois por Avicenna e São Tomás de Aquino.

Apoiando-se nos escritos de Paul Veyne, Ariès (1987a) também faz questão de frisar que toda moral adotada pelo cristianismo é anterior ao próprio cristianismo. Assim por exemplo, "... a procriação tornou-se logo, na sociedade cristã, o que já era na moral dos estóicos -- uma das razões de ser da sexualidade". (p.53)

Além da orientação para a procriação, a moral sexual cristã recebeu do estoicismo o ascetismo e a rigurosidade. Da filosofia platônica, recebeu a visão dualista do homem -- alma/corpo -- onde o corpo é visto como inimigo da alma (Vidal, apud Nunes, 1987).

Embora sejam filosóficas as raízes da tradição judaico-cristã, são os precursores do cristianismo que implantaram a idéia de sexo como pecado. (Cunha, 1981; Foucault, 1985).

A ligação entre sexo e pecado e o preconceito cristão contra a atividade sexual começaram com São Paulo. Este foi o primeiro cristão importante a lidar diretamente com o comporta-

mento sexual e suas idéias tiveram muita influência no pensamento de outros teólogos.

São Paulo, que faleceu em 65 d. C., apresenta, em I Cor. 6, 9 - 10 e 1 Tim. 1, 9- 10, uma lista de pecados, onde os sexuais vêm em seguida ao homicídio, o que significa que ele considerava tais atos quase tão maus e proibidos quanto o homicídio (Ariès, 1987a; Chauí, 1985).

Enaltecendo o celibato, São Paulo desvalorizava o casamento, afirmando que ele era apenas um "remédio" para quem não conseguisse manter-se sem praticar sexo.

Condenava o homossexualismo, o adultério, a fornicação e a prostituição e propunha um ideal de mulher submissa e obediente ao marido.

Para Cunha (1981), "o que São Paulo fez de pior para nossos preconceitos e tabus sexuais foi dizer que a mulher é uma tentação em potencial, desviadora das energias do homem para Deus e para a Salvação". (p.21)

Como se sabe, os escritos de São Paulo estão contidos na Bíblia, mas há também todo um outro conjunto de ensinamentos religiosos, relevantes para a questão da sexualidade, não presentes na Bíblia, feitos por Santos Padres da Igreja e que constituem a Patrística. Nesta, encontra-se a defesa de uma moral sexual rígida e profundamente negativa, onde continuam sendo reafirmadas as mesmas condenações feitas por São Paulo, acrescentando-se a proibição do divórcio.

Com a Patrística "... aparece o ideal da VIRGINDADE, como forma de identidade cristã, de "pureza" e de distinção vocacional..." (Nunes, 1987, p.58)

Quanto a Santo Agostinho, que viveu no período de 354 a 430 d.C., seu pensamento -- apoiado também na filosofia grega da antiguidade e em São Paulo -- passou a constituir a base da filosofia e da teologia da Igreja Católica. (Tudo, 1987, p.36)

Vale salientar, que foi a partir dele,

"que usou e abusou do sexo até os 33 anos [...] "... e resolveu seu conflito entre a carne e o espírito pela rejeição total da vida carnal [...], que a Igreja passou a ver a relação sexual como permitida apenas entre marido e mulher para a procriação somente, jamais para o prazer". (Cunha, 1981, p.21)

De acordo com as colocações acima feitas, apreende-se então, que a doutrina sexual cristã, com seu rigorismo moral, foi se formando e se fortalecendo através de um lento processo de fusão das idéias de escritos religiosos (bíblicos e patrísticos) da Idade Média, com idéias da filosofia pagã, destacando-se o neoplatonismo da antiguidade e o estoicismo (da Idade Média).

São Paulo, Santo Agostinho e São Tomáz de Aquino, viam o homem como muito superior à mulher e pareciam ter um medo imenso da paixão e do amor carnal. Suas idéias, bem como as de alguns outros Santos Padres da época, tornaram-se um instrumento usado pela Igreja Católica Apostólica Romana, para o controle político e comportamental das pessoas. (Cunha, 1981)

No entanto, muito desregramento moral marcava a Idade Média e tudo o que a doutrina católica proibia, acontecia em muitos pontos da sociedade e, em especial, na classe clerical.

Deu-se início então, na Europa, ao movimento da Reforma, liderado por Martinho Lutero, um monge agostiniano do século XVI, que além de visar disciplinar e moralizar todo o clero, visava também, como o próprio nome do movimento diz, reformar toda a doutrina cristã.

Para esse trabalho, marcado fortemente pelo rigorismo e fundamentado em Santo Agostinho, contou em especial com a ajuda de Calvino. Num momento posterior, as teorias da Reforma acabaram por culminar no sistema teológico denominado Calvinismo.

Dentre o amplo conjunto de atitudes revolucionárias

de Lutero, citam-se: a negação da autoridade espiritual dos padres e da infalibilidade do papa e a defesa da abolição do celibato eclesiástico, bem como a defesa e a valorização do matrimônio.

Esse movimento foi por demais significativo, pois dele originou-se um processo de formação de numerosas seitas protestantes, às quais a Igreja Católica reagiu com a Contra-Reforma.

O movimento de Contra-Reforma, que emergiu do Concílio de Trento (concluído em 1563) e envolveu os séculos XVI e XVII, deu origem à moral tridentina, onde a sexualidade popular passa a ter ligação direta com a noção de condenação no inferno, sendo este local mostrado "... como lugar dos "pecadores e fornicadores, prostitutas e invertidos." [grifo do autor] (Nunes, 1987, p.63)

Tanto Reforma como Contra-Reforma foram portadoras de uma pedagogia e de uma moral bastante negativas, austeras e castradoras, onde o sexo permanecia reduzido à procriação. Isto foi evidentemente, ao encontro das necessidades do mundo capitalista, onde é preciso reprimir o sexo para que a energia libidinosa seja direcionada para o trabalho.

Também o puritanismo (movimento que originou-se do calvinismo) emergido no Século XVI na Inglaterra, no reinado da rainha Elizabeth I, foi mais um movimento de repressão ao sexo.

Da mesma forma, como a Idade Média foi marcada por um desregramento moral e por uma fragilidade na adoção de normas religiosas, o cenário religioso do Brasil, durante o século XVI, foi marcado pelo mesmo desregramento, bem como por um catolicismo popular, "mais suave", herdado dos colonizadores portugueses. O código moral era frouxo e as doutrinas oficiais da Igreja Católica eram muito pouco respeitadas e seguidas.

(Parker, 1991; Vainfas, 1989)

Foi somente no fim do século XVI e início do XVII, quando a inquisição veio ao Brasil, que as doutrinas oficiais da Igreja começaram a se impor entre os povos que aqui viviam.

Contribuíram também, para a imposição dessas doutrinas, os programas de evangelização das massas desenvolvidos a partir do século XVI, tanto pela vertente da Reforma (protestante), como pela vertente da Contra-Reforma (católica). Inserida nesta última, destaca-se a participação dos jesuítas, que se propunham a ajudar as pessoas a alcançarem a salvação e a perfeição, tornando-as submissas e obedientes aos dominadores.

Com os programas de evangelização, a vertente católica empenhou-se na defesa do matrimônio, reafirmando-o como um sacramento e convertendo-o em uma instituição religiosa oficial; a partir daí, o controle da Igreja nessa questão passa a ser soberano. Também a vida familiar passou a ser orientada, regulada e vigiada; os catecismos e manuais de confissão eram instrumentos usados para transmitir os conselhos para o bem viver, impondo os papéis e atitudes cristãos de pai, mãe e filhos e determinando a forma de relação entre eles. Via célula familiar era possível domesticar, disciplinar os indivíduos. (Vainfas, 1989)

Para o processo de disciplinarização, a principal ferramenta foi a confissão -- sacramento oficializado desde o século XIII. Esse processo sofreu séries de "aperfeiçoamentos", pois, no início, eram julgados e punidos os "atos sexuais desvirtuados", passando depois a serem julgadas e punidas também as "intenções" desses atos.

Seguindo um ritual de disciplina, a inquisição também recorreu à estratégia da "confissão", dando a esta um caráter sagrado e colocando-a como subordinada à confissão inquisitorial.

Os inquisidores perseguiram os cristãos-novos e vasculhavam os crimes contra fé.

"Os interesses dos inquisidores entretanto, não se limitavam aos cristãos-novos. Além do crime do judaísmo, os registros da Inquisição eram dominados pelos crimes de feitiçaria, blasfêmia, sodomia, bigamia, solicitação e incesto. A questão do desvio sexual era assim repetidamente levantada, em relação às mulheres e aos homens...". (Parker, 1991, p.114)

Além desses desvios, eram perseguidos, tanto pela religião, quanto pela inquisição, o adultério, a fornicação, a violação, a bestialidade, a masturbação, os sonhos eróticos e os toques íntimos.

Assim, entre os séculos XVI e XVIII, tanto a justiça civil, como a eclesiástica e a inquisitorial reprimiam e vigiavam os desvios morais, criminalizando as sexualidades desviantes.

Segundo Vainfas (1986c):

"O inquisidor, ao que parece, trabalhava menos com o castigo do que com a possibilidade de punir. Estimulava o medo, baseado no segredo das delações, na ameaça da infâmia, da miséria e da morte. Praticava uma espécie de 'pedagogia do medo', através da qual obtinha arrependimentos (confissões) e vigilância (delações). Introduzia uma autêntica mentalidade inquisitorial no corpo da sociedade, provocando um exame de consciência coletiva e uma prática acusatória capazes de superpor a moral católica às moralidades coloniais, aos desejos individuais." (p.53)

"Família cristã e conjugalidade nuclear, sexualidades abomináveis ou doentias, misoginia, patriarcalismo, casamento indissolúvel, eis os valores fundamentais na cultura das Reformas que foram combinando ao longo dos séculos e, articulados às transformações econômicas do período, dariam ensejo à sociedade do século XIX". (Vainfas, 1989, p.345)

A infiltração das doutrinas oficiais da Igreja no pensamento popular (que perpetua até os dias de hoje) se deu, segundo Parker (1991), pela vinculação entre conduta sexual e conceito de pecado.

Encarando o sexo como profundamente problemático, a Igreja fez, em séculos anteriores, e faz, ainda hoje,

"... uma distinção entre as formas de expressão sexual legítimas e ilegítimas que é organizada em torno de três noções interligadas: casamento, monogamia e procriação. A conduta que combina com sucesso esses três elementos é compreendida como legítima e aceita dentro da visão católica do mundo. O comportamento que não consegue unir esses três elementos fica fora dos limites da legitimidade e da virtude. É aqui que normalmente entra em jogo a noção de pecado..." (Parker, 1991, p. 116)

Há que se dar atenção para um elemento assaz responsável pela inculcação das normas religiosas: o sentimento de culpa, que evidentemente é inerente à noção de pecado. Manipulando esses dois elementos, a Igreja levou e ainda tem levado as pessoas a um pobre desenvolvimento moral, impedindo-as de serem "sujeitos de sua moral", uma vez que passam a agir de forma determinada, não por convicção própria - consciência interna - mas pela internalização de normas exteriores. (Esta e outras formas de subjetivação moral são explicitadas por Foucault (1990).

Ao referir-se ao sistema religioso como sendo uma das formas (que perduram até o presente) de estruturação do universo sexual do povo brasileiro, Parker (1991) faz um bom apanhado da influência desse sistema, ao dizer :

"... a divisão dos sexos, a estruturação da dominação masculina, a importância da virgindade feminina e assim por diante, tudo está ligado a um conjunto de valores religiosos que agem tanto para legitimar como para reproduzir a ordem aceita do universo".(p.109)

Uma vez que nesta nossa análise já adentramos no entendimento sobre a moralidade religiosa católica nos séculos XIX e XX, não é possível deixar de considerar neste ponto, a emergência do vitorianismo que, apesar de ter sido um movimento parcialmente religioso, "contaminou" de forma significativa a moralidade religiosa.

Esse movimento que emergiu na Inglaterra, no século XIX, e que aceitava o sexo exclusivamente para fins de procriação, foi, segundo Cunha (1981), como uma volta aos ensinamen-

tos dos três santos: São Paulo, Santo Agostinho e São Tomás de Aquino.

"A época vitoriana... com seus exagerados ideais de pudor, confinou o prazer à alcova dos pais que, legítimo casal, deveria observar apenas e tão somente a finalidade de procriar. É nessa época que se cristaliza o discurso sobre a distinção entre a sexualidade "normal" - a organização genital que objetiva a reprodução - da sexualidade "perversa" - formas improdutivas de prazer que esbanjariam energia sexual, caracterizada como desvios da normalidade. O "perverso" é logo identificado como o patológico em oposição aos padrões ditos normais da sexualidade. Essa idéia de perversidade acaba por estabelecer o estereótipo do heterossexual como paradigma da normalidade e, é claro, condizente com as regras vigentes para a manutenção da família e da procriação..." (Moraes & Lapeiz, 1986, p.44)

Ao mesmo tempo em que o vitorianismo provocou um retrocesso na "lenta evolução" da moralidade religiosa, dificultou-lhe ainda mais a imposição de suas normas sexuais, uma vez que o pudor vitoriano, ao prescrever que tudo o que se relacionasse com sexo devia ser escondido, criou um terreno fértil para a pornografia. Assim, conforme apontam Moraes e Lapeiz (1986), por causa dessa prescrição, um verdadeiro *boom* do erotismo marcou o século XIX.

É preciso enfatizar que, nesse mesmo século, a doutrina religiosa deixa de ser a única a ditar normas e a controlar o comportamento sexual, passando a dividir essas tarefas com a área médica.

A Igreja Católica sempre se preocupou em definir e impor, através de documentos magisteriais, a sua posição em relação à sexualidade, explicitando as doutrinas morais sexuais. Esses documentos constituem as normas oficiais, determinadas pelo Episcopado ou pelo Papa. Durand (1989) apresenta a relação dos documentos magisteriais sobre a sexualidade, pertinentes a este século; entre esses, pode-se citar, por exemplo: *Gaudium et Spes*: Vaticano II, dezembro de 1965; *Humanae Vitae*: Paulo VI, julho de 1968 e *Familiales Consortio*:

João Paulo II, novembro de 1981.

No que concerne às diretrizes oficiais da Igreja Católica sobre a Educação Sexual propriamente dita, a Igreja Católica (1984) expõe as orientações básicas e universais sobre o assunto, que estão em conformidade com uma visão cristã do homem e com as disposições do Concílio, concluídas em Roma, em 1983.

Segundo essa declaração conciliar:

- é à família que compete fundamentalmente a Educação Sexual, devendo também o ambiente escolar colaborar nessa tarefa, recorrendo, preferencialmente, à orientações individuais;
- a dimensão sexual é reconhecida como fundamental para o crescimento harmonioso e equilibrado da pessoa;
- a informação científica é considerada incompleta e o objetivo primordial da Educação Sexual é a transmissão dos valores morais, para a formação integral dos cristãos;
- é enfatizado o amor altruísta, a igualdade de dignidade entre homem e mulher;
- o corpo é também valorizado enquanto testemunha da criação e do amor; essa valorização está vinculada à necessidade de integração dos três elementos: corpo, sentimento e alma;
- é estabelecida uma classificação dos atos considerados lícitos ou proibidos, corretos ou abomináveis, veniais ou mortais; neste ponto, as noções de pecado e salvação continuam regendo as condutas.

Consoante com as determinações conciliares, uma *Educação Sexual Religiosa Católica Tradicional* é aquela que promove a educação para a castidade / virgindade e para a capacidade de orientar o instinto sexual ao serviço do amor, da doação. Busca promover, no educando, o domínio de si, bem como as virtudes inerentes a esse domínio, quais sejam: pudor, temperança, o respeito por si e pelos outros e a abertura ao

próximo.

Estando vinculada às normas religiosas oficiais, a *Abordagem Religiosa Católica Tradicional* orienta para a vivência da sexualidade apenas dentro do matrimônio, condena as experiências pré e extras conjugais, o divórcio, bem como os métodos não naturais de controle de natalidade e aborto.

"A genitalidade, ligada à procriação, é a maior expressão, no plano físico, da comunhão de amor dos cônjuges. Separada desse contexto de dom recíproco -- realidade que o cristão vive com o apoio e o enriquecimento particular da graça de Deus -- ela perde o seu sentido, revela o egoísmo do indivíduo e constitui uma desordem moral." (Igreja Católica, 1984, p. 87).

Além das diretrizes fornecidas pela Igreja Católica (1984), foram também publicadas as Orientações Pastorais da Conferência Episcopal Italiana sobre Educação Sexual na Escola (1980). Constata-se que ambos os documentos seguem as mesmas orientações básicas e têm a mesma visão da sexualidade. Em ambos, o prazer, não é abordado, o que se constitui num retrocesso da moralidade religiosa, uma vez que, como diz Manning, apud Durand (1989):

" a história mostra que os teólogos e os pastores da Igreja têm sabido reconhecer um lugar mais e mais valioso para o prazer dentro do casamento: passamos do prazer-pecado (Agostinho) para a franca aceitação do prazer como complemento do ato conjugal (Pio XII)". (p.40)

No que tange, especificamente, à posição atual da Igreja Católica Apostólica Romana com relação às questões sexuais, Gregersen (1983) diz que:

"A Igreja tem se inclinado oficialmente a manter-se contrária a qualquer alteração em seus ensinamentos tradicionais com relação à sexualidade, casamento e aborto. No entanto sua posição tradicional é bastante divulgada e discrepante da realidade social, mesmo em países predominantemente católicos como a França e a Itália". (p.167)

Vários são os autores que comentam sobre o atual insucesso do catolicismo, tanto a nível mundial, quanto no seio

da sociedade brasileira, com respeito à aceitação e seguimento de suas normas oficiais sobre o comportamento sexual das pessoas e que denunciam o atraso da Igreja no campo da sexualidade. Entre eles, citam-se: Agostini (1993), Bingemer (1992), Chauí (1985), Durand (1989), Maduro (1992), Oliveira (1988) e Ribeiro (1992).

Pautado nos principais intérpretes da vida religiosa no Brasil, Parker (1991) diz que é pequena a extensão na qual as noções de pecado e salvação têm sido incorporadas, atualmente, aos padrões de cultura popular.

As reflexões e discussões para o entendimento da situação da Igreja Católica fazem-se necessárias, como forma de apontar alternativas para uma atuação mais eficaz e coerente com a realidade atual.

Bingemer (1992), ao analisar a influência e as implicações que a instituição religiosa cristã, principalmente a católica, possa estar ou não tendo sobre a instituição familiar nesse momento histórico, expõe, com muita propriedade, o que pode ser considerado uma síntese da relação entre elas:

"Muitas vezes, sua ligação com a instituição [religiosa] se dá em termos de pertença comunitária, celebrativa, ritual. Mas não chega a tocar seu ethos, seus valores mais profundos, seus padrões de comportamento e atitudes concretas diante das situações vitais, regidas muito mais fortemente por outras influências: Meios de Comunicação, novas propostas místicas ou religiosas de toda sorte, partidos políticos, etc." (p.13)

Entre os vários fatores que podem contribuir para o não seguimento das normas oficiais, estão a inflexibilidade e o atraso da Igreja nas questões de sexualidade, ou seja, o descompasso entre a visão eclesial e a realidade cotidiana atual. Um outro fator que também merece ser destacado é a religiosidade popular, que permite ao cristão um contato direto com Deus e assegura sua pertença ao catolicismo, mesmo que ele

desobedeça às normas da Igreja. É nesse contato direto, nessa "... intimidade com Deus que os problemas da intimidade sexual se resolvem e se decidem os eventuais conflitos e culpas gerados pela "moral dos padres". (Macedo, 1992, p. 41).

O teólogo Miguel Josan (1992) apresenta, como explicação simples para essa situação da Igreja, o fato de os próprios cristãos terem ficado ensurdecidos aos apelos de uma moral sexual, devido ao acentuado hedonismo que tomou conta da cultura. Entre outras explicações mais inquietantes, pergunta se "... não haveria no fundo uma resistência da igreja oficial às conquistas das ciências e um medo de assumir tais conquistas com responsabilidade ética...". (p.62)

Quanto à tentativa de compreender o porquê da inflexibilidade das normas oficiais da Igreja, em relação à moral sexual, Otto Maduro (1992) diz que o principal fator é que o poder religioso de definição da moral e dos dogmas está nas mãos de homens, apenas, o que complica ainda mais, pelo fato de serem indivíduos que são proibidos de ter relacionamento afetivo, erótico, amoroso, com mulheres.

Apesar de serem vários os pontos nos quais a posição oficial da Igreja tem se mostrado inflexível e conservadora, parece que as normas sobre o controle de natalidade (onde são legitimados apenas os métodos naturais) e a oposição com respeito ao sexo pré-matrimonial, são fatores que se destacam mais fortemente como responsáveis pelo insucesso da Igreja Católica. Acredita-se que esse último fator, aliado à valorização da virgindade /castidade, seja um dos maiores responsáveis pelo afastamento dos jovens da Igreja.

Um outro ponto onde as normas oficiais religiosas demonstram não terem acompanhado o desenvolvimento histórico, científico e cultural da humanidade é a posição com relação ao papel da mulher na sociedade, em especial na esfera pública.

Bingemer (1992) diz que

"... o discurso da Igreja ainda parece enfatizar uma imagem de mulher na qual muitas das mulheres cristãs católicas não mais se reconhecem". Embora alguns pequenos avanços tenham sido obtidos com o Papa João XXIII, os pronunciamentos de João Paulo II "... parecem voltar a reafirmar a especificidade da mulher inseparavelmente de sua ligação à área doméstica, materna, da reprodução e não da produção, de tal maneira que as funções domésticas e materna entram em rota de colisão com as tarefas públicas e todas as demais profissões." (p.12)

Há que se considerar porém, que uma *Educação Sexual Religiosa Católica Tradicional* não existe enquanto modelo único, padronizado, mas que é possível encontrar variações ao longo de um *contínuum*. Assim, num dos extremos, teríamos a Abordagem conservadora, tradicional, onde as diretrizes para a Educação Sexual estão assentadas integralmente nas normas oficiais. Num ponto mais avançado, estaria uma abordagem, ou atitude, *interrogatória* que, tomando como referência as normas oficiais, propõe-se relativamente flexível na atuação pastoral, procurando entender as mensagens bíblicas à luz da cultura, à luz do contexto social, histórico, político e econômico de cada época. Propõe-se também levar em consideração a vida cotidiana e as contribuições das várias ciências, considerando-as como essenciais e, ao mesmo tempo, limitadas.

O teólogo Guy Durand (1989) defende essa Abordagem *interrogatória*, que consiste, segundo o autor, num equilíbrio entre uma atitude conservadora e uma atitude reformista. Esta última, que partiria de um colocar em xeque as normas propostas pelas autoridades eclesiais, "... corre o grave risco de fazer com que a teologia - e a fé cristã - já não sejam vistas senão como correlativas aos costumes". (p.25). O autor também afirma que a atitude reformista implica em omissão e falta de zelo pastoral, ou seja, acaba por deixar o cristão sem orientações seguras quanto à moral sexual.

Como considera que há aspectos positivos e negativos, tanto na atitude conservadora, quanto na reformista, o autor defende que uma atitude teológica autêntica aceite um pouco das duas. Para tanto, propõe que seja retomada inteiramente a análise de princípios, levando em conta a evolução e as descobertas científicas e ao mesmo tempo, lute-se por preservar o sentido cristão da sexualidade, sentido esse que envolve dois grandes campos de valores: os valores de relação, intercâmbio e comunhão e os valores de criatividade, fecundidade e procriação.

Os valores do segundo grupo, ou seja, a grande ênfase dada ao aspecto procriador da sexualidade humana, provavelmente constitua-se num grande empecilho para a renovação da moral sexual.

Essa atitude, ou Abordagem interrogatória, considera que ecoa um chamado de Deus sobre a sexualidade e que, como parte desse chamado, está o apelo de Deus para que as relações sexuais sejam inscritas num projeto amoroso: projeto de exclusividade, de fidelidade e de fecundidade (procriação).

Promove a "transmissão" dos valores religiosos, sem querer, no entanto, soar como imposição; é o que se pode apreender da seguinte afirmação de Durand (1989):

"... não queremos impor valores. Mas não podemos sequer tentar fazer com que as novas gerações tenham acesso a eles? Não podemos tentar educar os jovens -- e os adultos -- para que possam interiorizar os valores, aceitá-los e vivê-los? Valores que nos parecem fatores de civilização e promessas de realização humana." (p.361)

Considerando os pressupostos que fundamentam a proposta questionadora de Guy Durand (expostos nos parágrafos acima), do ponto de vista teórico, pode-se dizer que essa proposta é mais evoluída que a conservadora; sem dúvida alguma, traz contribuições para um avanço na renovação da moral sexual, devido às várias reflexões que o autor levanta e também porque

abre a possibilidade de crítica em relação às normas eclesiais ou a alguns pontos das mesmas.

No entanto, quando o autor passa a abordar, em seu livro, o comportamento sexual do cristão, percebe-se que na prática, os avanços dessa proposta, de forma geral, são muito pequenos.

Assim por exemplo, o autor chega a considerar a importância do prazer no relacionamento sexual do casal "casado", mas fala apenas em aceitação do mesmo e acrescenta que a busca do prazer não deve motivar a realização do ato sexual; é o desejo de dar amor e ternura ao outro que deve levar o casal a ter o ato sexual.

Também, na prática, fica ainda muito limitada, isto é, muito de acordo com as normas oficiais, a posição em relação à masturbação, ao sexo pré-marital e inclusive em relação a métodos de controle de natalidade. Fica evidente o cuidado do autor em fazer prevalecer - em grandes ou pequenas proporções, dependendo do comportamento - a orientação oficial. O respeito pela posição e papel da autoridade papal, talvez tenha dificultado Durand a contribuir concretamente para a mudança das morais sexuais. Talvez isso fique claro vendo a posição de Durand (1989) diante da repercussão da *Humanae Vitae*: "... seja qual for a dificuldade que tenhamos para entender a justeza da encíclica, ela é e será sempre um documento do pastor supremo". (p.282)

Como síntese, pode-se dizer que uma *Educação Sexual Católica Tradicional* é aquela que procura: 1<sup>o</sup> - orientar a vivência da sexualidade dos cristãos, de acordo com as normas morais eclesiásticas; 2<sup>o</sup> - transmitir os valores cristãos fundamentais, consoantes com o Evangelho. A orientação segundo as normas eclesiásticas pode variar dentro de um conti-

*nuum*, indo desde uma orientação conservadora (integralmente coerente com essas normas), até uma orientação mais flexível, questionadora de um ou de alguns pontos dessa norma, porém sempre deixando-se interpelar pelo Magistério, em maior ou menor grau.

A variabilidade dessa orientação pode também se dar em função de uma menor ou maior abertura à incorporação das descobertas científicas.

Felizmente, uma nova forma de vivência da sexualidade vem sendo construída no seio do Catolicismo, tanto a nível mundial, quanto a nível da própria realidade brasileira. Trata-se de um processo de "liberação", onde o católico reconhece que pode "ser sujeito" de sua própria sexualidade, repensando-a à luz da fé e fazendo uso de sua própria liberdade, com responsabilidade. (Agostini, 1993; Josan, 1992; Macedo, 1992; Maduro, 1992; Ribeiro 1992).

No presente momento, uma certa parcela do clero tem se preocupado em atualizar, em redefinir orientações. "Isso nem sempre é conhecido pelo povo, que retém as informações de posturas mais antigas e reacionárias como sendo a única visão da igreja". (Macedo, 1992, p. 40).

Desta forma, uma *Educação Sexual Religiosa Católica "Liberadora"* é aquela que vai muito além de uma atitude questionadora/interrogatória (conforme explicitada por Durand), embora possam haver elementos em comum na fundamentação teórica das duas propostas. Na proposta Liberadora, há o reconhecimento de que a doutrina moral oficial é controladora, repressiva e incoerente com o momento histórico presente e, por isso, dá espaço para o indivíduo ser sujeito de sua própria sexualidade, sentindo-se livre e sem sentimento de culpa para transgredir as normas oficiais que pretendem controlar o comportamento sexual do católico. Ao mesmo tempo, ajuda-o a ser crítico diante da

*nuum*, indo desde uma orientação conservadora (integralmente coerente com essas normas), até uma orientação mais flexível, questionadora de um ou de alguns pontos dessa norma, porém sempre deixando-se interpelar pelo Magistério, em maior ou menor grau.

A variabilidade dessa orientação pode também se dar em função de uma menor ou maior abertura à incorporação das descobertas científicas.

Felizmente, uma nova forma de vivência da sexualidade vem sendo construída no seio do Catolicismo, tanto a nível mundial, quanto a nível da própria realidade brasileira. Trata-se de um processo de "liberação", onde o católico reconhece que pode "ser sujeito" de sua própria sexualidade, repensando-a à luz da fé e fazendo uso de sua própria liberdade, com responsabilidade. (Agostini, 1993; Josan, 1992; Macedo, 1992; Maduro, 1992; Ribeiro 1992).

No presente momento, uma certa parcela do clero tem se preocupado em atualizar, em redefinir orientações. "Isso nem sempre é conhecido pelo povo, que retém as informações de posturas mais antigas e reacionárias como sendo a única visão da igreja". (Macedo, 1992, p. 40).

Desta forma, uma *Educação Sexual Religiosa Católica "Liberadora"* é aquela que vai muito além de uma atitude questionadora/interrogatória (conforme explicitada por Durand), embora possam haver elementos em comum na fundamentação teórica das duas propostas. Na proposta Liberadora, há o reconhecimento de que a doutrina moral oficial é controladora, repressiva e incoerente com o momento histórico presente e, por isso, dá espaço para o indivíduo ser sujeito de sua própria sexualidade, sentindo-se livre e sem sentimento de culpa para transgredir as normas oficiais que pretendem controlar o comportamento sexual do católico. Ao mesmo tempo, ajuda-o a ser crítico diante da

descompressão sexual e da acentuada incitação ao sexo pelas quais passa nossa sociedade.

Isto pressupõe uma auto-crítica da própria Igreja, onde esteja incluída uma revisão dos pressupostos religiosos que fundamentam as normas morais sexuais. Para tanto, deve-se levar em consideração as contribuições científicas, o momento histórico-cultural em que se vive e a possibilidade de participação do povo cristão nas reformulações.

Essa revisão, que implica necessariamente numa reinterpretação da sexualidade, deve estar vinculada a uma missão maior de renovar e defender boas perspectivas evangélicas, num empenho pela defesa dos grandes valores religiosos, em especial, o amor, que é a saída de si, de seus próprios interesses, para o serviço do outro.

"Não se trata de obedecer a um conjunto de normas e restrições ensinadas pela tradição da igreja, mas de um compromisso ético que implica o seguimento de Jesus e uma busca de libertação integral, como pessoa humana." (Ribeiro, 1992, p. 34).

Essa atitude religiosa "liberadora" resgata o direito ao prazer, tanto para o homem quanto para a mulher, buscando assegurar a não redução da sexualidade à mera busca de prazer e conseqüentemente, condenando todo o comportamento que implique em utilizar o outro como objeto sexual. Envolve o compromisso de transformação da sociedade, onde é preciso procurar repensar as relações entre homens e mulheres e as discriminações sexuais de grupos humanos.

Quanto à questão propriamente dita de realização de trabalhos de Educação Sexual a nível de comunidade religiosa, Macedo (1992) comenta sobre um projeto pedagógico da CEB (Comunidade Eclesial de Base), onde, com a participação de

especialistas, como médicos e psicólogas, são realizadas reuniões comunitárias para discutir questões ligadas à sexualidade; além de informações sobre o corpo e o seu funcionamento, há um espaço para discussão de problemas sexuais e emocionais e também para o entendimento dos mecanismos sociais de repressão sexual.

Diz a autora, que discutir a sexualidade é um caminho para levar as pessoas ao processo de tomada de consciência de que são pessoas integrais, com direitos inalienáveis e isso, conseqüentemente, é uma forma de incrementar a capacidade de organização e luta do povo contra a dominação, a exploração e a opressão.

Assim, a Educação Sexual é um espaço para repensar o mundo e repensar-se nele.

Para que todos esses empenhos para modernização da moral sexual católica possam ter êxito, é necessário que os mesmos não estejam apenas nas mãos de teólogos homens e é, neste ponto, que a Teologia Feminista pode oferecer sua contribuição na busca da verdade, para a iluminação de novos caminhos de transformação.

Foi no final do século anterior, com a publicação do livro "The woman's Bible" em 1895, cuja coordenação coube a Elisabeth Cady Stanton, que emergiu a Teologia Feminista. No entanto, apenas na década de 80 é que o acesso a essa Teologia na América Latina, bem como a integração de algumas mulheres no processo de elaboração teológica, começou a se dar.

#### Essa Teologia Feminista

"... critica a exclusão das mulheres das instâncias eclesiais de poder, preocupada com problemas como as implicações das posições das Igrejas nas questões ligadas à sexualidade, à reprodução ou à violência contra a mulher". (Nunes, 1992, p.23).

Com a aproximação de um novo século, marcada pela emergência de tantas mudanças de comportamento sexual,

a Igreja precisa dispor-se, com urgência, a modernizar-se.

Embora o surgimento da AIDS possa estar sendo usado como um instrumento, nas mãos dos adeptos de uma Abordagem Católica Tradicional de Educação Sexual, para conseguir impor e fortalecer suas normas morais, é possível que ele sirva para impulsionar a elaboração de uma nova ética sexual, que venha ao encontro de uma Educação Sexual Católica Liberadora. Segundo Oliveira (1988), uma nova ética social já começa a se delinear: "... uma ética de vida, de liberdade e libertação, construída a partir dos excluídos da sexualidade estabelecida: os homens e mulheres homossexuais, principalmente aqueles que têm a sua vida ameaçada pela AIDS." (p.77)

## ABORDAGEM PROTESTANTE DE EDUCAÇÃO SEXUAL

"Acreditar é aceitar o que Jesus nos diz sobre o homem, aceitar seu mundo de valores e conformar-se com seu comportamento. A fé *não* é uma moral: é o acolhimento de Jesus Cristo. Mas, ela *implica* uma moral, por causa dos preceitos evangélicos e principalmente por causa da concepção de homem que comporta."

Guy Durand

Assim como a Religião Católica, o Protestantismo sempre preocupou-se com a vida sexual de seus adeptos e erigiu também séries de normas de conduta que visavam e visam até os dias de hoje, assegurar a moralidade sexual dos indivíduos e, pretensamente, da sociedade como um todo, através do trabalho de conversão contínua de novos fiéis ao protestantismo.

Quando se lê os escritos de estudiosos que comentam sobre a influência repressora da religião na vida sexual do povo brasileiro, é bastante nítida a ênfase na força controladora exercida pelo catolicismo e isto se deve, entre outros fatores, ao fato de que essa religião infiltrou-se mais incisivamente no país desde o período colonial, nas diferentes camadas sociais e foi sempre considerada a religião oficial do país, tendo então o Estado como uma instituição aliada.

Embora tendo penetrado mais tardiamente no Brasil, ou seja, na segunda metade do século XIX, o Protestantismo precisa ser levado em consideração quando se fala em regulação da vida sexual da sociedade brasileira, uma vez que atualmente o número de seus adeptos atinge uma cifra significativamente representativa.

O Protestantismo surgiu no século XVI, a partir da Reforma, que consistiu num movimento revolucionário europeu, em

protesto à Igreja Católica, em especial, ao relaxamento moral em que se encontravam padres e bispos da Igreja Romana. A Reforma foi liderada por Martinho Lutero (Alemanha) e João Calvino (Genebra). Por vários países europeus alastraram-se os movimentos reformadores e grandes foram as repercussões econômicas, sociais, políticas e ideológicas. (Cunha, 1981; Nunes, 1987; Tudo, 1987).

A Reforma deu origem a várias Igrejas Protestantes. Foi somente na segunda metade do século XVIII, que todo o movimento da Reforma teve o seu desfecho, na Inglaterra, com o movimento metodista de João Wesley.

O Protestantismo é composto por uma grande variedade de divisões e subdivisões, que acabaram por gerar inúmeras denominações ou segmentos confessionais. É por demais complexo tentar apreender os princípios fundamentais da doutrina protestante, pois como mostra Waldo César (1987), todo o caminhar do protestantismo ao longo de sua história não tem possibilitado definir um único "princípio protestante", um único "espírito protestante" [grifos do autor].

Segundo Mendonça e Velasques Filho (1990) é possível fazer três grandes agrupamentos das denominações: Protestantismo de missão; Pentecostalismo e Organizações Paraeclesiásticas (ou NeoPentecostalismo).

Este último grupo, que começou a surgir no Brasil em meados de 1950, é de cunho missionário, mas diferentemente do Protestantismo de missão, refere-se às Igrejas não ligadas às grandes estruturas eclesiais norte-americanas. São Igrejas de conteúdo teológico evangelizador e têm como uma das estratégias básicas a evangelização de massa; dão ênfase à salvação individual e ao messianismo de espera.

Pentecostalismo, por sua vez, diz respeito ao conjunto de Igrejas (cada qual com uma denominação específica) que se

dedicam à prática da cura divina e que, no Brasil, começaram a proliferar acentuadamente a partir de 1950, tendo as primeiras Igrejas surgido em meados de 1910. Após a década de 80, além da cura divina, outras práticas foram associadas, tais como: revelações, dons de língua e/ou profecias. Diferentes segmentos confessionais podem agrupar diferentes tipos de práticas, ou apenas um tipo.

Para este presente trabalho, será considerado apenas o Protestantismo de missão (também chamado Protestantismo Tradicional ou Histórico) devido ao fato de que foi esse o tipo introduzido primeiramente no Brasil e porque, diferentemente dos dois outros grupos, tem de forma geral, uma fundamentação mais teológica e relativamente mais intelectualizada.

Fazem parte desse grande grupo as Igrejas: Congregacional, Presbiteriana, Metodista, Batista e Episcopal.

Para o entendimento da história da inserção e do desenvolvimento do Protestantismo de missão (tradicional) no Brasil é útil a reconstrução histórica feita por Mendonça (1984) e por Mendonça e Velasques Filho (1990), sobre as quais nos pautaremos na elaboração das idéias que se seguem.

No período da colonização brasileira, a presença protestante foi esporádica, não institucional e individual. Foi apenas a partir da Constituição de 1824, que determinou a igualdade de direitos políticos de todas as religiões cristãs, que o Protestantismo de missão começou a difundir-se mais concretamente, embora de forma gradativa, na sociedade brasileira.

Foi no meio rural, na camada "livre e pobre" da população brasileira que se deu, na segunda metade do século XIX a maior parte da implantação e expansão do Protestantismo. As camadas mais intelectuais, as zonas urbanas (em especial as

mais desenvolvidas), a burguesia, incluindo a burguesia rural, podiam ter até uma certa simpatia pelas idéias missionárias protestantes, mas interessava-lhes mais a aliança com a Igreja Católica, devido ao fato de essa ser coerente com a ideologia patriarcalista, capitalista e dominadora com a qual estavam fortemente comprometidos e que lhe asseguravam o poderio econômico e político.

As estratégias mais utilizadas para a implantação do Protestantismo foram: a distribuição de Bíblias, a pregação em pequenos grupos (geralmente rurais) e o trabalho de alfabetizar as pessoas, a fim de torná-las aptas a ler a Bíblia. Paralelo a isso, surgiram os vários Colégios Protestantes.

Até o final do século XIX, todas as denominações clássicas do Protestantismo tradicional já estavam implantadas. A Igreja Presbiteriana foi a que mais se expandiu até esse período, enquanto que a Batista teve sua expansão acentuada a partir do século XX.

O Protestantismo brasileiro tradicional, caracteristicamente rígido em suas formulações doutrinárias, tem suas raízes no protestantismo norte-americano, donde adotou como concepção teológica a **Teologia da conversão** ou também chamada, Teologia da evangelização.

Essa Teologia fundamentou-se no mecanismo de salvação individual que consistia

"... na consciência de culpa seguida de ato voluntário de aceitação da oferta de salvação, sucedido pela justificação e pela santificação progressiva. A fé era determinada pela experiência pessoal e emotiva. A Teologia conversionista missionária consistia num processo diferente de mudança cultural. A conversão era individual e consistia no rompimento abrupto do indivíduo com seu meio cultural através da adoção de novos padrões de conduta opostos àqueles em que havia sido criado." (Mendonça & Velasques Filho, 1990, p.32)

Na verdade, os novos padrões que o indivíduo convertido devia adotar constituíam o modelo de vida norte-americano,

caracterizado pelo puritanismo, por uma vivência disciplinar e de dedicação extrema ao trabalho. De certa forma, estava subentendido também, na adoção de novos padrões de conduta, o rompimento com o Catolicismo, incluindo aí todos os padrões de conduta relacionados com essa religião.

Ainda é **conversionista** o atual Protestantismo brasileiro, de origem missionária. "O individualismo conversionista produz ética também individualista, altamente excludente, não só do ambiente cultural, mas capaz de romper os laços familiares mais íntimos". (Mendonça & Velasques Filho, 1990, p. 33).

Segundo a **Teologia conversionista**, o pecado individual é o reponsável pelos males e injustiças e a conversão dos indivíduos é vista como o meio pelo qual a sociedade pode mudar para melhor.

"A tradição católica-romana de pecados "mortais" e "veniais" está dentro das igrejas evangélicas. A hierarquia de valores da sociedade e da cultura (nossa e dos missionários) está dentro das igrejas (e das cabeças), sacralizadas devidamente. (...) E o velho sexo, para todos os efeitos, encabeça as listas dos pecados "mais pecados". (Cavalcanti, 1989, p.47)

O incentivo ao trabalho foi a principal via de repressão ao sexo exercida pelo Protestantismo; essa análise é feita com muita propriedade por Chauí (1985).

Devido ao fato de ter suas raízes no Protestantismo norte-americano, o Protestantismo tradicional herdou também, além da teologia da conversão, o pietismo e o puritanismo.

O pietismo diz respeito à nutrição de uma ascese pessoal no sentido de aproximar-se do sagrado, onde é imprescindível uma crença em Jesus. (Mendonça, 1984).

O puritanismo refere-se à imposição aos indivíduos de uma disciplina moral acentuadamente rígida, acompanhada do combate à bebida, ao fumo, à dança e às manifestações de ale-

gria "profana". É fruto do movimento emergido na Inglaterra, no século XVI, no reinado da rainha Elizabeth I. (Cunha, 1981; Mendonça & Velasques Filho, 1990).

O Protestantismo tradicional foi também fortemente marcado pelo conservadorismo, cujo princípio fundamental é a fidelidade ao sentido literal dos ensinamentos bíblicos, onde a Bíblia assume a condição de fonte exclusiva do conhecimento de Deus.

O conservadorismo, por sua vez, foi influenciado pela filosofia do senso comum, que fez com que a Bíblia passasse a ser tratada como uma verdade que está ao alcance de todos, verdade essa que é universal e eterna, independentemente do contexto social, econômico, político, cultural e histórico. (Mendonça & Velasques Filho, 1990).

Segundo os teólogos conservadores, a aceitação da autoridade religiosa da Bíblia é uma questão de aceitação pela fé, de sua condição de palavra de Deus. Assim sendo, a Bíblia é considerada inquestionável, não passível de ser criticada.

Rubem Alves (1979), em seu livro: "Protestantismo e Repressão", faz uma análise substancial do comportamento rigorosamente conservador do Protestantismo brasileiro.

Aponta na análise, que o comportamento conservador se manifesta em dois níveis distintos e complementares. O primeiro

"expressa-se internamente pela resistência a quaisquer tentativas de inovação, resistência esta que se legitima através da sacralização das formas de pensamento e comportamento herdadas do passado, e que se torna efetiva pelo estabelecimento de mecanismos institucionais de controle que se encarregam de eliminar as formas desviantes de pensamento e comportamento." O segundo "expressa-se pela legitimação das condições dominantes de poder que são assim sacralizadas..." (Alves, 1979, p.11).

É necessário ressaltar que esse conservadorismo não tem sua origem na Reforma do século XVI, nem faz justiça a ela, pois, o que os reformadores (principalmente Lutero e Calvino)

propunham era uma volta à Bíblia, no sentido de "... redescobrir a palavra que Deus dirige à humanidade através dos patriarcas, profetas e, sobretudo, de Jesus Cristo. O que estava em questão não era a "letra" da Bíblia". (Mendonça & Velasques Filho, 1990, p.112).

Na verdade, segundo esses autores, o conservadorismo surgiu na Inglaterra e nos EUA, no fim do século XIX, em reação ao Modernismo Teológico, também chamado Liberarismo Teológico. Este, por sua vez, pauta-se numa visão crítica das doutrinas cristãs e entre seus principais pressupostos, citam-se:

- negação da historicidade de narrativas bíblicas;
- aceitação do naturalismo como explicação filosófica do mundo (rejeição de acontecimentos sobrenaturais como o nascimento virginal de Jesus, seus milagres e sua ressurreição);
- aceitação do emprego de métodos e técnicas originários das ciências históricas, sociais e naturais no estudo da Bíblia e de seus manuscritos, com ampla e conhecida repercussão na reflexão teológica.

O Modernismo Teológico é um dos fatores reponsáveis pelos recuos, perdas e crises pelas quais vem passando o protestantismo tradicional missionário, a partir do século XX, uma vez que começou a ser colocada em xeque a inspiração bíblica e a historicidade de Jesus e, conseqüentemente, seu papel de Salvador absoluto.

O Protestantismo tradicional não conseguiu manter seu ritmo de crescimento e sua força para atrair novos adeptos no século XX. Vem perdendo nitidamente para os Pentecostais, de tal forma que, do cenário protestante no Brasil, esses últimos representam, atualmente, em torno de dois terços.

De forma semelhante ao que vem acontecendo com o Catolicismo, também o Protestantismo não tem sido capaz de satisfazer as necessidades místicas das pessoas e vem se cara-

terizando por dificuldades e insucessos em conseguir influenciar as pessoas no campo da ética sexual.

Jaime Kemp, descontente, afirma que, numa investigação feita por ele próprio junto a jovens protestantes brasileiros, constatou que, em torno de 60 por cento, praticam o sexo antes de se casar, o que significa desobediência às normas da Igreja. (Kemp, [198-]b).

Conforme Mendonça e Velasques Filho (1990), a essência da crise do Protestantismo tradicional no Brasil reside na "... defasagem entre sua mensagem conservadora e a nova realidade social..." (p.272).

Isso está diretamente relacionado às características básicas do Protestantismo brasileiro que, conforme comentado anteriormente neste texto, herdou, entre outras características, o conservadorismo e o puritanismo.

Guy Durand (1989) salienta que o mundo protestante, assim como o católico, se vê em conflito constante quanto às normas sexuais a manter ou a modificar. Diz porém, que "... sua estrutura [do Protestantismo] menos rígida lhe permite aceitar mais facilmente as mudanças".(p.25)

Segundo esse autor, quase todas as Igrejas Protestantes acabaram por aceitar a moralidade de todos os métodos contraceptivos, excetuando-se o aborto. Diz ainda que "certas" Igrejas Protestantes "reviram" seu julgamento sobre a questão do sexo pré-matrimonial [grifo nosso].

Esta última afirmação não é feita de forma objetiva e parece não corresponder à realidade. Igualmente, a idéia de que o Protestantismo é mais acessível à mudança, provavelmente não condiz com a realidade e é possível crer que suas dificuldades em abandonar velhas normas e princípios sejam semelhantes as do Catolicismo.

Um ponto onde o Protestantismo demonstra ter avançado em questões de normas sexuais é a sua tão conhecida posição em relação ao celibato, onde ao pastor é dado o direito de constituir família e, portanto, ter vida sexual; foi uma mudança que aflorou no tempo da Reforma e que, possivelmente, tenha contribuído, ao longo dos tempos, para uma visão positiva da vida sexual no casamento.

Com relação ao divórcio, também o Protestantismo tem conseguido avançar; sua aceitação, possivelmente, tenha se dado mais facilmente porque não considera o casamento um sacramento (o que não acontece com o Catolicismo).

Permite a realização do divórcio, mais facilmente, no caso de o casamento ter sido realizado entre um crente e um descrente, pois nessa situação, o divórcio poderá dar lugar a um casamento sob a vontade de Deus. Quando o pedido de divórcio é feito para um casal de crente, é possível obtê-lo também, porém é tido como algo condenável e pecaminoso e são feitos grandes empenhos pastorais para reabilitar essa união; casos os esforços não tenham êxito, diz-se que é porque a união foi feita apenas pela vontade do homem ou pela ação satânica, pois segundo os princípios protestantes: "aquilo que realmente Deus uniu, dificilmente o homem separará". (Cavalcanti, 1989, p.113)

De acordo com esta posição de Cavalcanti, fica claro o quanto deve acabar recaindo sobre a consciência do indivíduo a culpa pelo fracasso do casamento; parecem ser desconsiderados os fatores individuais e sociais que entram em jogo na dificuldade de manutenção de um casamento.

Em sua publicação mais recente, o autor demonstra alguma mudança na forma de considerar essa questão, quando diz que "a ruptura da união conjugal não se constitui em pecado imperdoável" e que "... há matrimônios que Deus uniu, [grifos do autor] e que assim mesmo podem fracassar, não por causa de

Deus, mas pela natureza dos cônjuges". (Cavalcanti, R., 1990, p.56)

É apenas com relação ao divórcio, que o Protestantismo cuidou de elaborar normas oficiais; quanto ao restante dos outros aspectos relacionados à vida sexual, não existem normas magisteriais.

Cavalcanti (1989) tem se empenhado em escrever com o objetivo de fornecer orientação sobre a vivência cristã da sexualidade e denuncia a escassez da literatura evangélica a respeito do sexo e, principalmente, a "ausência quase completa quando se trata de autores nacionais".(p.8)

Em seu livro, editado pela primeira vez em 1975: "Uma Bênção Chamada Sexo", é válida a forma como se refere ao corpo, considerando-o elemento significativo do homem total, dando ênfase à importância da integração da sexualidade no corpo e no ser.

Suas orientações são pautadas em sua crença básica de que a Bíblia é inspirada, revelada e portanto, como palavra de Deus é infalível e não pode ser questionada.

Diz que o "valor da Bíblia está em regulamentar os diversos níveis e tipos de relacionamento sem repressões ou exageros". (Cavalcanti, 1989, p.55)

Desta forma, pode-se dizer que uma *Educação Sexual Religiosa Protestante Tradicional* é aquela que, guiando-se pela interpretação literal da Bíblia, dita as normas sexuais para seus seguidores, estabelecendo o que é lícito e ilícito nos relacionamentos sexuais.

Tomando como base as orientações fornecidas por Cavalcanti (1989) e Kemp ([198-]a, [198-]b), uma *Abordagem Religiosa Protestante Tradicional* promove a educação para a castidade / virgindade, bem como para o domínio de si. Orienta

para a vivência da sexualidade e busca do prazer apenas dentro do matrimônio, condena as experiências pré e extras conjugais e o aborto. Reafirma as condenações bíblicas do coito anal e do coito durante a menstruação. Considera pecado a prática do homossexualismo e tem como meta pastoral a recuperação do homossexual.

Segundo essa posição teórica, num relacionamento cristão, a começar pelo namoro, deve ser dada prioridade ao desenvolvimento espiritual do casal; em segundo lugar, deve ser desenvolvido o relacionamento emocional e em terceiro, o físico. Quanto a esse último, deve ser alimentado com cautela no período do namoro, devendo restringir-se a abraços e beijos, sendo pois condenadas as carícias íntimas. (Kemp, [198-]a). Também Cavalcanti (1989) condena carícias íntimas no namoro.

Considerando a cooperação atual apontada por Waldo César (1987) entre a Igreja Católica e a Protestante, a saber, por exemplo: o engajamento de muitos círculos protestantes na teologia da libertação, a multiplicação de centros de natureza ecumênica e, em especial, o compartilhamento da literatura teológica, é possível crer que o modelo teórico de Educação Sexual das duas religiões siga a mesma estrutura básica.

Assim sendo, a *Abordagem Religiosa Protestante Tradicional de Educação Sexual* deve, possivelmente, também variar ao longo de um *continuum* (à semelhança do modelo católico), indo de uma posição mais conservadora, onde se segue à risca as interpretações literais bíblicas, até uma posição mais questionadora, interrogatória, conforme propõe Guy Durand (1989). Nessa última posição, toma-se a Bíblia como referencial básico, mas parte-se para uma atuação pastoral relativamente flexível, procurando entender as mensagens bíblicas à luz da cultura, do contexto social, histórico, político e econômico de cada época. Procura levar em consideração as contribuições das

várias ciências, considerando essas contribuições como essenciais e, ao mesmo tempo, limitadas.

Faz-se necessário ressaltar que, neste texto, foi feito uma adaptação, para o Protestantismo, da proposta de Guy Durand, pois ao falar de atitude conservadora ou questionadora, ele tem como referência básica as normas oficiais, magisteriais, da Igreja Católica. No Protestantismo, subentende-se que, não existindo normas oficiais sobre o comportamento sexual, a sujeição conservadora ou questionadora se dê em referência à mensagem bíblica.

De qualquer forma, conservador ou interrogatório em maior ou menor grau, essa Abordagem, ou modelo teórico, é tido como Tradicional, no sentido de que impõe as normas sexuais, dita as regras de relacionamento e os critérios para julgar lícito e ilícito os variados comportamentos sexuais.

De maneira semelhante ao que foi feito ao abordar a proposta interrogatória de Guy Durand na Abordagem Religiosa Católica de Educação Sexual, deve-se levantar aqui a seguinte questão: até que ponto essa atitude interrogatória tem se manifestado na prática e tem contribuído para as mudanças dos padrões sexuais? Ou tem apenas ficado mais a nível teórico?

Um exemplo muito útil nesse sentido é a posição de Cavalcanti (1989) em relação à masturbação. Ao falar sobre ela, diz mostrar-se aberto às descobertas científicas sobre o tema e expõe algumas, mas ao mesmo tempo essa abertura é justificada pela ausência de proibição bíblica da masturbação e de classificação como pecado. Diz que a masturbação não é pecado, sugere a sublimação do impulso sexual pelo trabalho, recreação e atividades esportivas. Cita, sem criticar, a posição de uma autora que condena os excessos da masturbação e que acredita que, em certo sentido, a prática é antinatural; de forma seme

lhante, cita um teólogo que, embora diga que a masturbação não seja condenável, pode levar a um tipo de pecado (desejos impuros, dado o auxílio de devaneios eróticos intencionais). Apesar de não condenar a masturbação e querer parecer que a aceita, sua posição parece ser a de defender a auto-disciplina e a fuga da mesma.

Tendo em vista, mais uma vez, o desenvolvimento do ecumenismo, bem como as aproximações formais e informais e o compartilhamento da literatura teológica entre a Religião Católica e a Protestante (embora muitos pontos de discórdias entre teólogos ainda se mantenham) apontados por Waldo César (1987), é possível crer que o Modelo de Educação Sexual Protestante também esteja assumindo uma nova face: a "Liberadora".

Assim sendo, uma *Educação Sexual Religiosa Protestante "Liberadora"* é aquela que reconhece que as normas morais baseadas na interpretação literal da Bíblia são controladoras, repressivas e incoerentes com o momento histórico presente e, por isso, possibilita ao indivíduo "ser sujeito" de sua própria sexualidade, para vivê-la livremente, com responsabilidade e sem sentimento de culpa. Ao mesmo tempo, ajuda o cristão a ser crítico diante da descompressão sexual e da acentuada incitação ao sexo pelas quais passa nossa sociedade.

Pressupõe uma auto-crítica da própria Igreja, uma abertura às contribuições científicas, um engajamento com o momento histórico-cultural e um comprometimento com a transformação da sociedade.

Isso vai ao encontro da necessidade apontada por Mendonça e Velasques Filho (1990) de que o Protestantismo "... volte às suas origens, isto é, à Reforma, recuperando o sentido de Igreja, restabelecendo a presença real da Bíblia..." (275).

É preciso resgatar "... a tradição ideológica do Protestantismo, com sua ênfase na liberdade de consciência,

livre exame e democracia". (Alves, 1979, p.11)

Essa postura "Liberadora" implica em reconhecer, de forma crítica, que os padrões de leitura da Bíblia que o Protestantismo brasileiro impôs a seus fiéis cerceia a liberdade de consciência e que as mensagens bíblicas se transformaram em "... instrumento secundário de justificação de formas ideológicas de pensar freqüentemente autoritárias, injustas e até ímpias". (Mendonça & Velasques Filho, 1990, p. 273)

Segundo Waldo César (1987) é necessário que o Protestantismo se renove e a sua renovação implica em "... recuperar os fundamentos de uma fé comum [entre as várias denominações e inclusive entre essas e o Catolicismo], apesar de todas as distorções através dos séculos..." (p.12)

A busca dessa fé comum deve conduzir também ao compromisso, para o qual está empenhada a Abordagem Católica Liberadora, de renovar e defender boas perspectivas evangélicas, num empenho pela defesa dos grandes valores religiosos, em especial, o amor, que é a saída de si, de seus próprios interesses para o serviço do outro.

Como diz Lotufo Júnior (1985): é preciso combater a noção de religiosidade que tem sido sinônimo de adesão a credos e a moralidade convencional e repressiva e direcionar esforços para a vivência da religiosidade, na sua dimensão espiritual, que nos eleva até Deus e nos une uns aos outros.

Dado o parco número de publicações brasileiras protestantes sobre a sexualidade, faz-se necessário registrar aqui duas publicações da década de 90, que, provavelmente, devem representar uma parcela significativa do quadro atual dos posicionamentos teológicos sobre a sexualidade.

Treze anos após ter editado (pela 1<sup>a</sup> vez) seu livro: "Uma Bênção Chamada Sexo", Cavalcanti, R. (1990) fala novamente

de seu desapontamento a respeito da escassez de publicação sobre sexualidade por cristãos brasileiros e edita um novo livro: "Libertação e Sexualidade".

A posição que o autor assume nesse último livro é de uma atitude fortemente "questionadora" (de acordo com a proposta de Guy Durand), pois procura complementar suas reflexões teológicas com muitas contribuições científicas, trazendo até ao leitor a posição de vários teóricos de grande contribuição na área da sexualidade, a saber por exemplo: Freud, Reich e Marcuse. Em vários momentos explicita algumas posições que divergem das normas teológicas tradicionais.

O autor realiza reflexões de auto-crítica da Igreja Protestante, em especial, sobre o uso de mecanismos de controle sobre a vida sexual dos cristãos. Em alguns pontos, pauta-se em teóricos, como Chauí (1985), que refletiram sobre a repressão sexual exercida pela religião.

Propõe uma reflexão que leve em consideração a interação entre natureza (instinto), cultura e Revelação, para a revisão crítica da ética sexual cristã. Complementa sua explanação teórica com exemplos de normas sexuais que variam de cultura para cultura, ou de uma época para outra, o que pode ser útil para ajudar os cristãos a relativizar as normas de sua própria cultura.

Como Cavalcanti (1989) assumiu, em seu primeiro livro, uma posição conservadora, seria útil, caso desejasse fazer prevalecer sua atitude questionadora do livro mais recente, que tecesse alguns comentários críticos em relação ao primeiro. Pelo contrário, apenas diz, no prefácio desse último, que: "Uma Bênção Chamada Sexo continua a ser reeditado, atendendo, principalmente, ao público jovem, por seu caráter didático e propedêutico". (Cavalcanti, R., 1990, p.11)

Considerando a abertura às contribuições científicas

e à auto-crítica em relação à Igreja Protestante, em alguns momentos do segundo livro, corre-se o risco de se poder dizer que essa publicação aproxima-se da Abordagem "liberadora" de Educação Sexual.

Porém, apesar de defender que a ética cristã deva levar em conta a cultura e a realidade cotidiana das pessoas, Cavalcanti enfatiza que não propõe que se reduza a "autoridade" das Escrituras [grifo nosso]. Parece ficar preso à força da Revelação, no sentido de crer que as Escrituras (e os líderes religiosos) devem normatizar a vivência da sexualidade dos cristãos.

"Não se deve ir, em se tratando de normas, nem aquém, nem além dos prescritos pelas Escrituras, como faziam os fariseus.

"As práticas sexuais tidas como anti-naturais são consideradas pecaminosas, condutas patológicas, enfermidades do ser nessa área, que podem ser saradas pela conversão e santificação..." (Cavalcanti, R., 1990, p.28)

Em função disso, fica difícil compreender como se vai deixar espaço para o cristão ser "sujeito" de sua própria sexualidade, conforme explicitam, entre outros, Agostini (1993), Macedo (1992) e Ribeiro (1992).

Veja-se, por exemplo, o ponto em que ele, após apresentar vários defensores da sexualidade pré-matrimonial afirma: "creio que os cristãos devem buscar [no namoro e no noivado] uma "via média" entre o mero platonismo e o ato sexual propriamente dito". (Cavalcanti, R., 1990, p.64).

Um outro ponto, no qual é possível constatar que esse livro não pode ser avaliado como coerente com uma Educação Sexual Protestante "Liberadora", diz respeito à defesa que o autor assume em prol da poligamia, que na verdade parece ter, entre outros objetivos, o de assegurar que os casamentos sejam realizados apenas entre protestantes .

Isso, evidentemente, vai contra a busca da fé comum,

de que fala Waldo César (1987) e que é inerente à Abordagem "Liberadora" de Educação Sexual. De forma análoga, sua atitude em relação às Escrituras não parece comprometida com a recuperação do sentido de Igreja, com a "volta às origens do Protestantismo", conforme falam, entre outros, Alves (1979) e Mendonça e Velasques Filho (1990).

Rega, em 1991, edita um guia para a leitura do livro "Libertação e Sexualidade", escrito por Cavalcanti.

Para este presente trabalho, procurou-se proceder da seguinte forma: ler primeiramente o livro de Cavalcanti, elaborar a análise que consta acima e, por último, ler o guia editado.

Rega (1991) procura analisar criticamente, refutando ponto por ponto do livro e, basicamente, uma de suas maiores críticas reside na ênfase dada por Cavalcanti para a cultura e o instinto, em detrimento da Escritura (Revelação) na ética sexual.

Alguns pequenos excertos podem dar idéia do rumo da análise de Rega (1991):

- "... o que eu não posso aceitar é a interpretação das Escrituras à luz majoritária das categorias das Ciências Sociais"; (p.16)
- "... a cultura está acima da Palavra de Deus para Cavalcanti". (p.28).pm 0
- "De fato, concordo com ele que há condicionamento cultural na Teologia, bem como em tantas outras ciências da área humana. Todavia não posso concordar com a atitude pejorativa, preconceituosa e de desconfiança contra a Teologia, que Cavalcanti revela..." (p.16)
- "Preocupou-me muito a análise pejorativa que Cavalcanti fez dos líderes evangélicos..." (p.9)
- "... o que quero afirmar é que, além de ministradora da

graça, a igreja também é ministradora da disciplina..."

(p.13)

Rega manifesta discordância quanto à abertura de Cavalcanti em relação a idéias de Marilena Chauí e Rose Marie Muraro, entre outros.

De forma geral, pode-se dizer que Rega tenta resgatar a posição teológica conservadora, tradicional, onde a ética sexual cristã é pautada na mensagem bíblica, devendo prevalecer a pureza sexual. Nesse sentido, pode-se dizer que a publicação de Rega não caminha em direção a uma Educação Sexual Protestante "Liberadora".

Uma crítica muito válida feita por esse autor é a de que Cavalcanti falha várias vezes no uso de normas científicas de redação, em especial na citação de autores e no compromisso com as referências bibliográficas (incompletas). Como bem lembra Rega, várias vezes Cavalcanti refere-se a posição de "teólogos mais liberais, tanto católicos-romanos quanto protestantes" e não cita quais são esses teólogos que defendem, por exemplo, a poligamia.

Ao discutir a posição de Cavalcanti em relação à família, Rega (1991) afirma que aquele autor "... não aborda a possibilidade de haver nas Escrituras alguns elementos básicos que devem permanecer, seja qual for o momento espaço-temporal".

(p.20)

Isso nos leva a concluir que, apesar do conservadorismo de Rega, sua obra traz também alguns elementos críticos que podem ser úteis na busca da construção de uma nova ética cristã, onde a Teologia tenha um espaço respeitável como ciência, ao lado de todas as outras e onde a visão conservadora, tradicional, não seja descartada, *a priori*, mas seja revista criticamente, no sentido de que se reveja, nela também, contribuições para o repensar das novas perspectivas evangélicas,

para reconstrução dos grandes valores religiosos que precisam ser preservados.

"Estou plenamente convencido de que a seara do especialista não se esgota apenas com o tratamento da doença. É preciso, antes, compreender o homem dentro do fantástico mundo de sua cultura, porque só poderemos promover a saúde, em seu sentido integral, quando formos suficientemente humildes para entender que nossa verdade nem sempre é a verdade dos outros e talvez nem seja a verdade real."

Ricardo da Cunha Cavalcanti

Foi durante o séc. XIX que profissionais da área médica começaram a "estudar cientificamente" o sexo. Isto se deu inicialmente nos países europeus e o recurso fundamental usado para produzir a verdade sobre o sexo consistia em "fazer falar", seguindo o modelo até então usado pela Igreja: a "confissão". (Foucault, 1988).

A Medicina começou, desta forma, uma incitação aos discursos e através de entrevistas, cartas, autobiografias, coletavam-se os dados sobre os pensamentos, crimes, sonhos, infância. Esses dados, juntamente com as interpretações fornecidas pelos médicos, passaram a constituir o corpo de conhecimento da "Scientia Sexualis" (Ciência Sexual), assim conceituada por Foucault.

É significativo destacar que os discursos coletados eram justamente os que se pautavam em aberrações, perversões, extravagâncias excepcionais, enfim, em sexualidades periféricas.

A medicalização do sexo através da classificação das disfunções, das anomalias - passando os vieses a ser encarados como doença, ao invés de pecado - e a proposta de terapia, constituíam-se em outras fontes de recurso.

Essa nova política sexual recorria a várias estratégias para atingir os múltiplos objetivos a que se propunha. Entre eles, incluía-se: a redução do sexo para sua função reprodutiva, para sua forma heterossexual e adulta e para sua legitimidade matrimonial. (Foucault, 1988).

Havia, segundo Foucault, um outro caminho de acesso à verdade sobre o sexo: a "ars erotica", que se constituindo numa arte magistral, pode ser observada e ensinada. Nesta, a verdade sobre o sexo é extraída da prática, da experiência, da vivência do prazer.

Países como China, Japão e Índia, bem como a grande cidade de Roma, optaram por esse caminho.

O discurso científico - inerente à Ciência Sexual - se comparado ao corpo de conhecimentos produzido, no mesmo século, pela Biologia da Reprodução, era bastante fraco, elementar, não podendo ser-lhe atribuído o caráter de cientificidade. No entanto, a segunda acabou por emprestar à primeira seu *status* de Ciência.

Essa prática médica, através especificamente de sua política de higiene, passou a exercer um longo controle e regulação da vida social e sexual das pessoas, propondo-se a assegurar o vigor físico e a pureza moral.

Foram os conhecimentos acumulados por essa "ciência sexual" (e não pela "ars erotica") que passaram a influenciar, já no mesmo século, o pensamento médico ocidental e posteriormente, os médicos brasileiros.

A compreensão da peculiaridade histórica da atuação desses profissionais no Brasil, no período correspondente ao século XIX, pode ser visualizada no trabalho de Jurandir Freire Costa (1983), onde nos pautaremos a seguir, na tentativa de retomar essa história.

A fundação de Cursos de Medicina e Cirurgia no Bra-

sil, ocorreu logo após a chegada, em 1808, da família real no Brasil.

Nessa época, porém, a Medicina no Brasil não tinha um *status* social devidamente reconhecido, limitando-se a curar doenças, salvar vidas, sendo que este trabalho ainda era dividido com benzedeadas, curandeiras e parteiras.

Concomitantemente, o Estado (elite agrária, na época) enfrentava difíceis momentos ao tentar impor seu poder sobre a população, poder esse que estava dividido entre a Coroa Portuguesa e o patriarca. Não podia contar com a colaboração da Igreja e sua tentativa em conseguir a ajuda do Exército, não teve êxito.

O Estado passou então a aliar-se à Medicina, cujos profissionais estavam sequiosos de conquistar seu poder, o que só se concretizaria através da incorporação da cidade e da população ao saber médico.

"É quase supérfluo notar que não houve intencionalidade finalista no manuseio recíproco desses interesses. Medicina e Estado convergiram, mas também divergiram, por vezes tática e estrategicamente. Nem sempre os dois poderes reconheceram o valor da aliança que haviam estabelecido. Só historicamente é possível perceber que em meio a atritos e fricções, intransigências e concessões, estabilizou-se um compromisso: o Estado aceitou medicalizar suas ações políticas, reconhecendo o valor político das ações médicas". (Costa, 1983, p.28).

Dado o aumento populacional que marcou todo o século XIX desde o seu início e dadas as epidemias, as febres e focos de infecção e contágio do ar e da água, a atuação da Medicina, num trabalho de higienização da população e da cidade, passou a ser solicitada.

Em 1829 foi fundada a Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro que passou a lutar e teve, evidentemente, êxito junto ao poder central, para impor-se como elemento essencial à proteção da saúde pública e à ordenação da cidade.

Isto foi oficializado em 1851 com a criação, pelo Estado, da Junta Central de Higiene Pública.

Há que se considerar que a Higiene dominou e executou táticas de transformações nas matas, pântanos, rios, alimentos, esgotos, água, ar, cemitérios, quartéis, escolas, prostíbulos, fábricas, matadouros e casas. Segundo Jurandir Freire Costa, não se pode deixar de reconhecer o progresso científico da Higiene, bem como os benefícios deste para o indivíduo.

Tem-se aqui que destacar o trabalho junto às famílias, pois aí estava o principal alvo de ataque das ações políticas da Higiene. Aí estava centralizado o poder patriarcal, que precisava ser fortemente atacado, para que a Higiene pudesse alcançar êxito na tarefa a que se destinava, qual seja: conseguir, para o Estado, obediência, submissão e disposição das pessoas em servir à Pátria, inculcando ainda nelas, o sentimento de patriotismo.

"A partir da terceira década do século passado, a família começou a ser mais incisivamente definida como incapaz de proteger a vida de crianças e adultos. Valendo-se dos altos índices de mortalidade infantil e das precárias condições de saúde dos adultos, a higiene conseguiu impor à família uma educação física, moral, intelectual e sexual, inspirada nos preceitos sanitários da época. Esta educação, dirigida sobretudo às crianças, deveria revolucionar os costumes familiares. Por seu intermédio, os indivíduos aprenderiam a cultivar o gosto pela saúde, exterminando, assim, a desordem higiênica dos velhos hábitos coloniais". (Costa, 1983, p.12).

Foi a partir daí que a família passou a se reconhecer como incapaz de gerir seu próprio cotidiano, seus problemas e condicionou-se a achar que precisava continuamente da ajuda de especialistas para educar seus filhos, para conseguir levar adiante uma vida a dois, etc.

No que tange, especificamente, à Educação Sexual imposta à família, vários pontos precisam ser considerados.

Com relação à criança, que até então era conside-

rada um ser à parte, inferior e sem função social, começou a receber atenção, justamente porque passou a ter significado político e econômico.

Sua sexualidade passou a ser controlada, sendo condenada a masturbação e sugeridas medidas para evitar que ela ocorresse, seja no lar ou nos colégios internos.

Desta forma, "a prática da masturbação deixou de ser uma transgressão da lei de Deus e foi reinterpretada como uma fonte de doença e perigo, de degeneração física e mental, tanto em crianças, como em adultos. (Parker, 1991, p.125).

Juntamente com a masturbação eram atacados, fervorosamente, a prostituição, a libertinagem, a homossexualidade e o celibato, uma vez que ameaçavam a ordem da família nuclear, cujo compromisso principal passava a ser, agora, não mais com os bens materiais, com a herança, mas com os filhos, para assim fornecer soldados fortes, saudáveis, submissos e servidores da Pátria.

Por nutrir uma aversão extremamente forte à incontinência sexual do patriarca - pois via nela uma forte barreira para consecução dos seus objetivos - a Higiene começou a atacar os excessos e abuso do prazer venéreo, apontando como consequências, séries de moléstias físicas, tais como: problemas do coração, ingurjamento do fígado, paralisias etc.

Quanto à prostituição, era vista como um mal, porém um mal necessário, mas que precisava ser controlada e regulamentada.

Analisando os significados da classificação médica da prostituição que legitimaram a necessidade de controlá-la, Magali Engel(1986) constatou que

"...no discurso sobre a prostituição, as noções de saúde e de doença são portadoras de significados que ultrapassam a dimensão física do corpo, assumindo um conteúdo moral e, até mesmo social. Observado e classificado em três dimensões, o corpo da prostituta

é definido como ponto de atração e difusão da doença física, da doença moral e da doença social. E, assim, o diagnóstico final se consolida: a prostituta é a mulher nociva, a mulher perigosa...". (p.190)

Desta forma, segundo a classificação médica, a prostituição, bem como a libertinagem, a pederastia, o onanismo, a sodomia, o lesbianismo são tidos como desvio, doença, sendo pois, classificados como sexualidade pervertida.

Esta posição é passível de ser decifrada a partir dos elementos que compõem o ideal humano da sexualidade, segundo a perspectiva médica da época. Ussel (apud Costa, 1983) afirma que esse ideal é composto pela unidade dos quatro elementos: sexo, amor, matrimônio e procriação; então, como consequência, são classificadas como sexualidades ilícitas:

"... a sexualidade fora do casamento (amor livre, coito pré-conjugal ou extra-conjugal); a sexualidade sem amor (prostituição, masturbação); ou a sexualidade sem procriação (homossexualidade, sexualidade infantil, sexualidade do climatério)." (p.192)

No que concerne ao Matrimônio, passou a ser considerado uma instituição higiênica, para a qual foram estabelecidas séries de regras novas, diferentes das estabelecidas pela Igreja. Entre elas, citam-se por exemplo: - a estipulação da idade ideal para o casamento; - orientações para o rapaz e para a moça na escolha do parceiro matrimonial; - críticas ao casamento entre pessoas mais chegadas ou com ligações consangüíneas e concomitante estímulo ao cruzamento das raças (no sentido de diferentes níveis econômicos), com o intuito de facilitar a reprodução de pessoas com bom porte físico.

Bastante estratégicas foram as atitudes de valorização que a Higiene procurou imprimir à figura do adolescente e ao papel da mulher, para fazê-los seus aliados no ataque ao patriarca.

Em troca, deu ao patriarca, como compensação, o direito de exercer seu machismo sobre a mulher.

Como a Igreja, a Higiene continuou a reprimir o prazer gratuito e irresponsável, ou seja, sem compromisso com a procriação. Para a primeira, a procriação era um dever para com Deus, enquanto para a segunda, era um dever para com o Estado.

Diferentemente da Igreja, passou a exaltar a sexualidade conjugal. Porém, esta exaltação, acompanhada de estímulo à vida sexual da mulher casada, visava evitar que a mesma se entregasse ao onanismo e ao adultério, ao mesmo tempo que pretendia fixar a sexualidade do homem na relação com a esposa, como forma de limitar o sexo ao casamento e combater a prostituição.

A sexualidade do casal passou a ser regulada (e medicalizada) não pelos seus excessos, como vinha fazendo a Igreja, mas por suas deficiências. Assim, considerava um mal higiênico a diminuição do potencial sexual e o direito de gozar passou a ser uma obrigação cívica.

As preocupações fundamentais eram: a solidez da família e a proteção da prole. Por isso, o sexo passou a ser estrategicamente vinculado ao amor, porém ao amor pragmático e não ao amor romântico.

Este último, era estimulado apenas no período do namoro, para evitar casamentos por razões financeiras, pois no matrimônio, a valorização do mesmo poderia produzir efeito contrário, no momento em que a sua possível diminuição ou extinção favoreceria a defesa do divórcio.

A Higiene precisou vincular o sexo ao amor, para conseguir impor todas as normas higiênicas relacionadas ao primeiro, que por si só não seriam assimiladas.

Toda a vida do casal foi então reformulada, inclusive os papéis sociais no casamento e a nova conceituação de homem e mulher. Essa passou a ser - com mais ênfase - considerada

frágil, afetiva, feita para amar e não inteligente, ao passo que o homem passou a ser considerado forte, inteligente e responsável pelo sustento da casa.

Para contornar os problemas advindos desta diferenciação entre homem e mulher, a Higiene identificou masculinidade com paternidade e feminilidade com maternidade, reduzindo a figura sentimental do primeiro, ao personagem pai e a da segunda, à personagem mãe.

Foi nessa época que começaram a emergir as idéias médicas sobre o valor do aleitamento materno e a mulher passou a ser então influenciada para assumir a sua "vocação natural". Não amamentar passou a significar infração às leis da natureza.

Segundo ainda Jurandir Freire Costa (1983), além da proteção à vida das crianças, a imposição desse dever à mulher servia como meio de dificultar, ou mesmo impedir, a concorrência intelectual e profissional dela com o homem. Era também um meio estratégico de forçar a coesão do núcleo familiar.

Impondo à mulher a obrigação de amamentar e impedindo-a de praticar sexo enquanto cumpria essa nobre função e também, durante a gravidez, a Higiene passou a ter em mãos o estrito controle da sexualidade da mesma. A incoerência era portanto nítida: dizia-lhe que tinha o direito de gozar, mas minava-lhe o tempo para o gozo. Como estratégia para que ela aceitasse passivamente essas imposições, os médicos deram início ao discurso do valor higiênico do "orgasmo da amamentação".

É possível visualizar o resultado de todo o processo de normatização ao qual a família foi submetida, nas seguintes afirmações de Costa (1983).

"O conjunto de interesses médico-estatais interpôs-se entre a família e a criança, transformando a natureza e a representação das características físicas, morais e sociais dessa última. As sucessivas gerações forma-

das por essa pedagogia higienizada produziram o indivíduo urbano, típico do nosso tempo. Indivíduo física e sexualmente obsecado pelo seu corpo; moral e sentimentalmente centrado em sua dor e prazer; socialmente racista e burguês em suas crenças e condutas; finalmente, politicamente convicto de que da disciplina repressiva de sua vida depende a grandeza e o progresso do Estado brasileiro". (p.214)

Chegou-se então à uma crescente "intimização" e "estatização" dos indivíduos.

Há que se enfatizar que todo o trabalho de normatização e controle-educativo-terapêutico, tendo emergido num período de grandes transformações políticas, econômicas e sociais, atendeu às exigências da sociedade industrial-capitalista e reproduziu e manteve os valores burgueses. Porém o círculo de dominação não se encerra aí, mas no ponto em que a Higiene "recupera os efeitos imprevistos desta manipulação, ocultando-lhes a origem e o caráter político-social". (Costa, 1983, p.16).

Todo trabalho porém, concentrou-se no setor economicamente mais privilegiado da sociedade, qual seja, a elite. Isto se deu porque o controle familiar da Higiene inseriu-se na política populacionista dos Estados, cujo objetivo era

"... tentar criar uma população racial e socialmente identificada com a camada branca dominante... Os médicos higienistas através da disciplina do físico, do intelecto, da moral e da sexualidade, visavam a multiplicar os indivíduos brancos, politicamente adeptos da ideologia nacionalista". (Costa, 1983, p.213).

Além disto, como já foi citado, os médicos tinham interesse em impor seu poder, em condicionar a dependência das famílias às suas orientações e cuidados; para isso, é evidente, o meio fértil seria a classe rica.

Sobre os trabalhos feitos junto à camada social pobre, o autor comenta que um tipo diferente de intervenção foi feito, através de campanha de moralização e higiene da coletividade. Segundo ele, estas intervenções visavam tornar os

indivíduos politicamente dóceis para mão-de-obra no mercado de trabalho.

Parker (1991) também afirma que a influência da Higiene no século XIX foi maior nos setores mais altos da sociedade e na classe média emergente e que, nos mais baixos, essa influência foi parcial e fragmentária. Porém acrescenta: "... seria insensato subestimar a extensão em que os padrões gerais desse sistema influenciaram de fato o pensamento de homens e mulheres das camadas mais baixas". (p.133)

Foi ao adentrar no século XX, segundo nos mostra o trabalho elaborado por Rago (1985), que o poder médico voltou-se, mais diretamente, para o interesse em higienizar a classe proletária, tendo em vista a percepção, pelos médicos, da degradação física e moral que vinha marcando essa classe.

Predominava, nessa época, uma forte preocupação da classe médica com relação à sujeira e contaminação; por sua vez, os trabalhadores eram percebidos como carentes de higiene pessoal.

"Indícios de uma anormalidade social, as práticas populares de vida e lazer dos trabalhadores fabris, dos improdutivos, dos pobres, das mulheres públicas, das crianças que vagueiam abandonadas nas ruas vão se tornando objeto de profunda preocupação de médicos-higienistas, de autoridades públicas, de setores da burguesia industrial, de filantropos e reformadores sociais, nas décadas iniciais do século XX". (Rago, 1985, p.12)

Por volta de 1925, várias denúncias médicas foram feitas a respeito da insalubridade das fábricas, apontando para a necessidade de torná-las "higiênicas" e mostrando, ao mesmo tempo, o quanto isso poderia reverter em aumento da produtividade do trabalhador.

Deu-se início então a todo um processo de moralização do trabalhador, usando para isso estratégias de disciplinarização (com mecanismos de controle e vigilância) que se estendiam,

desde as fábricas, até a casa do trabalhador, incluindo disciplinarização de seu tempo de lazer.

Diferente do processo de disciplinarização autoritário e agressivo que vinha sendo realizado nas indústrias (e não apenas nas indústrias) por patrões ou chefes de serviço, em períodos anteriores à década de 20, o novo processo proposto era doce e suave e tentava levar a classe operária a redefinir "sua maneira de pensar, de sentir, de agir e erradicar práticas e hábitos considerados perniciosos e tradicionais". (Rago, 1985, p.12)

Todo esse trabalho, segundo a autora, tinha, como intenção maior, eliminar a autonomia na construção da cultura das classes operárias, fazendo-as assimilar os valores do universo burguês, impondo a elas o modelo de família nuclear criado pela sociedade burguesa e imposto à elite no século XIX, conforme já explicitado.

De acordo com Rago (1985), os higienistas passam então a replicar junto à classe operária todas as estratégias já usadas na normatização e inculcação de valores da vida familiar da elite.

A visão, fortemente crítica de Costa e Rago, em relação à atuação da Medicina, pode ser útil, no sentido de compreendermos como um determinado exercício profissional pode estar sendo afetado por modelos ideológicos dominantes.

Segundo Vitiello (1994), embora tenha-se que admitir que abusos e erros houve, de fato, na atividade educacional de médicos, muitas daquelas afirmações são radicais, levando conseqüentemente a generalizações injutas.

Não se pode então, ignorar as reais contribuições que a Medicina, apesar de tudo, exerceu de fato na melhoria da saúde pública, dentro do que lhe foi possível e a partir de suas condições, considerando-se o conjunto de conhecimentos que

até então tinha sido construído na época.

Possivelmente, muitos foram os profissionais que dedicaram suas vidas em prol de assegurar a higiene das pessoas e elevar sua qualidade de vida, sem no entanto estar consciente de que seu trabalho poderia estar servindo a interesses políticos dominadores.

Estas reflexões críticas que acabam por colocar a Medicina na "berlinda", nos permitem retomar para ela a mesma posição de defesa que Gaiarsa adota, quando a Religião, numa situação análoga, é também apontada como a grande responsável pelo controle e repressão da sexualidade. Assim diz o autor, que a Religião

"... é apenas uma parte, e certamente pequena parte, deste colossal sistema de mistificação. Parece-me injusto acusá-la inteira, e só a ela, de um processo que ela reparte muito generosamente com todas as instâncias pedagógicas, a começar pela sagrada família e acabando pela pátria amada." (Gaiarsa, [1967?], p.247).

Por outro lado, há que se considerar que, se a Medicina pode ser alvo de todas as críticas, é por que ela, entre erros e acertos, foi a área que concreta e pioneiramente assumiu o trabalho que envolve a sexualidade das pessoas.

Enquanto ainda vinham sendo realizados os trabalhos de higienização da classe operária, a Medicina começou vagarosamente abrir-se para novas maneiras de encarar o sexo. Richard Parker (1991), faz uma clara explanação sobre as mudanças que se processaram na Higiene e Medicina, em função da modernização da vida brasileira, iniciada no século XX.

De acordo com o autor, juntamente com o processo de urbanização e modernização, começaram a emergir séries de transformações sociais, a saber: - impessoalidade nas relações entre pessoas citadinas; - retrocesso na autoridade religiosa; - retrocesso na moralidade tradicional; - retrocesso no signi-

ficado da família e na sua forma de estruturação; - avanço no combate à autoridade patriarcal e início dos processos de modificações nos papéis e *status* da mulher.

A isso tudo, acrescenta-se a influência de idéias liberais, importadas da Europa e dos Estados Unidos, por pessoas mais cultas.

Foi neste contexto histórico então, que emergiu, no séc. XX, o início da modernização da vida sexual - a racionalização da sexualidade - onde o sexo passou a ser debatido publicamente e a informação objetiva, pautada em estudos científicos, começou a ser valorizada em contraposição às superstições e à ignorância.

Iniciam-se os discursos de valorização da disseminação do conhecimento e da informação sobre a sexualidade para a população; a ignorância, em contrapartida, passa a ser atacada.

Esta nova abordagem abriu espaço para discussões sobre a repressão à masturbação, o tabu da virgindade, o aborto, bem como sobre as várias práticas sexuais.

"Ao se reunir provas científicas para demonstrar sua frequência relativa, práticas que vão do coito anal ou oral até o sadomasoquismo, travestismo e bestialidade surgiram como tópico de debate. Embora essas práticas dificilmente sejam aceitas (mesmo pelos mais liberais e progressistas) como formas legítimas de expressão sexual, a certeza moral absoluta com a qual elas eram condenadas no passado foi seriamente abalada". (Parker, 1991, p.147)

"Longe de serem aberrações, práticas como masturbação são reinterpretadas como a expressão de uma sensualidade completamente normal, parte de um ciclo complexo de desenvolvimento psicosssexual e um meio fundamentalmente saudável para descarregar o excesso de energia sexual". (Parker, 1991, p.141)

Começou a haver, então, um repensamento das assim chamadas "condutas desviadas" e a noção de doença sofreu uma reviravolta. "Se existe doença, não é encontrada no próprio sexo mas no sentimento de culpa e vergonha que os indivíduos têm de enfrentar, em face de preconceitos e proibições

antiquados...". (Parker, 1991, p.141)

Este processo de modernização da moralidade sexual - racionalização da sexualidade - caracteriza então uma nova etapa da influência da Medicina na vivência da sexualidade das pessoas: ao invés de se considerar a procriação como um dever para com a Pátria, a ênfase passa a ser dada à "escolha pessoal", onde cada indivíduo pode assumir um controle sobre o seu próprio corpo e sobre a concepção.

Evidentemente, sabemos que outros discursos (neomalthusianos, por exemplo) foram recriados depois, para continuar exercendo o controle desse direito humano.

Nessa nova etapa, a distinção rígida entre sexo normal e sexo anormal passa a ser questão de relativismo e as práticas sexuais, por sua vez, passam a ser consideradas questão de escolha pessoal.

Inicia-se assim um novo período, na entrada do século XX, onde então a Medicina passa a estar em condições de poder contribuir mais positivamente para a vivência da sexualidade.

Apesar dessas aberturas e avanços, as idéias antes veiculadas pela higiene (no século passado e início deste) não se eliminaram de todo, sendo possível ainda encontrar resquícios das mesmas.

Assim é que, mesmo no final do século XX, ainda permanece a noção de doença para alguns tipos de conduta sexual e os indivíduos, participantes dessa prática, são considerados, conseqüentemente, doentes .

A racionalização da sexualidade atingiu e vem atingindo, como mostra Parker (1991), pessoas da elite e da classe média emergente, que têm acesso à cultura. Pessoas das classes populares, em sua maioria, estariam ainda mais influenciadas pela abordagem religiosa.

Faz-se necessário, neste momento, destacar o surgi-

mento das variadas disciplinas científicas no século XX, que contribuíram, juntamente com a medicina para o processo de modernização da vida sexual e, conseqüentemente, para alguns avanços na Educação Sexual.

Os conteúdos dessas informações consistem, basicamente, na anatomia e fisiologia do corpo humano, uma vez que os considera suficientes para o entendimento da vida sexual e, conseqüentemente, para uma boa vivência da sexualidade .

Para Parker (1991), a Psicologia, a Sociologia e até Sexologia

"... têm, pelo menos em parte, tomado o lugar da higiene e medicina em questionar o campo do pensamento contemporâneo sobre os problemas sexuais. E, como na Europa e nos Estados Unidos, essas disciplinas têm levado ao tratamento racionalizado e razoável do comportamento sexual -- um tratamento que seria isento das implicações moralísticas dos discursos anteriores (mas que no fim iriam articular seu próprio conjunto de valores morais)". (p.135)

Ainda segundo esse autor, todo esse processo não foi isento de controvérsias; pelo contrário, muitas aconteceram, em relação a tentativas de definir formas legítimas de expressão sexual.

Chauí (1985) esclarece:

"A ciência sexual, nascida no fim do século XVIII e desenvolvida durante o século XIX e XX, é, na verdade, um conjunto de disciplinas e técnicas relativas ao comportamento sexual: pedagogia, medicina, direito, economia, demografia, psiquiatria e psicanálise seriam suas principais componentes" . (p.182-3)

Há uma preocupação acentuada dos teóricos que têm refletido sobre a atuação dessas disciplinas, no sentido que elas possam ainda estar comprometidas politicamente com interesses do Estado e com valores da burguesia, sem que, no entanto, muitos especialistas, presos ao cientificismo, possam perceber (Chauí, 1985; Costa, 1983; Foucault, 1988).

Especificamente em relação à Sexologia, Chauí (1985) afirma que a considera uma instituição repressora e que o

sexólogo é um especialista que, para garantir orgasmos bons e contínuos, utiliza técnicas de descondicionamento e recondicionamento das pessoas.

Após delinear os fundamentos básicos da Sexologia, a autora deixa claro que não é favorável ao trabalho desenvolvido por esta ciência e passa a destacar séries de elementos negativos, entre eles, o de que torna as pessoas dependentes da orientação e opinião do especialista para viver a sua sexualidade.

Riechelmann (1993), ao analisar o poder do sistema de saúde sobre a sexualidade, expõe algumas idéias, que vêm complementar as acima expostas. Diz que "as pessoas confiam nos 'homens da ciência' porque os consideram racionais, objetivos, equilibrados, e cujo saber encontra-se acima das polêmicas e dos preconceitos". Afirma que, infelizmente e muito frequentemente, nem sempre os cientistas aplicam o saber em benefício do desenvolvimento humano.

"Por vezes intencionalmente mas em geral sem perceber, muitos médicos adotam teorias e condutas que aparentemente foram formuladas apenas para validar, com um verniz 'científico', alguns julgamentos de natureza puramente moral ou política." (p.292)

Acrescenta ainda, que esse mau uso do poder ocorre também nas áreas de atuação dos demais profissionais integrantes do sistema de saúde: enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais, etc.

Como se vê, até os dias atuais, as várias áreas científicas que têm investido no trabalho com a sexualidade humana vêm sendo alvo de questionamentos.

É preciso salientar que cada área deve abrir-se, evidentemente, para auto-críticas, reflexões, buscando repensar constantemente seu verdadeiro papel social, suas possibilidades de contribuição efetiva para uma vivência sadia da sexualidade, buscando compreender seus próprios limites, superando-os na

interdisciplinariedade.

Isto está diretamente relacionado com a questão do preparo do profissional, quando do período de sua formação universitária.

Cavalcanti, R.C. (1990), entre outros, propõe que seja incluída a disciplina Educação Sexual nas faculdades de Medicina, Psicologia, Assistência Social, Enfermagem e Pedagogia.

Faz uma proposta e delinea os requisitos para que o médico venha a atuar como um "promotor de saúde", onde o propósito fundamental seja conscientizar o homem do uso adequado de sua sexualidade e cuidar para manter, na sua clientela, a saúde sexual e reprodutiva. Diz que o profissional da saúde tem, como compromisso, a felicidade pessoal de seus clientes e que, através do processo educativo, deve fazer de cada um, um agente promotor da saúde individual e coletiva.

"Minha proposta é enfatizar a educação sexual, não aquela que é praticada na escola ou no lar, mas aquela que pode e deve ser realizada nos consultórios dos médicos, dos psicólogos, no atendimento prestado pelo pessoal da saúde. Observem que eu falo do 'pessoal de saúde' e não daquele profissional que se limita exclusivamente ao tratamento da doença. Aliás esta visão do médico como um promotor de saúde é muito mais importante..." (Cavalcanti, R.C., 1990, p.39)

Este autor defende, ainda, que o médico deve saber posicionar-se em relação ao tratamento das disfunções sexuais, trabalhar com o cliente os conhecimentos relativos à biologia do sexo e proporcionar-lhe mudanças de atitudes, num clima de respeito à liberdade, para escolhas em suas condutas eróticas. Porém, ao oportunizar essa liberdade, deve impor os limites necessários para que a saúde e vida individual e coletiva não sejam afetadas, nem destruídas. "Não se pede ao profissional de saúde que seja necessariamente um especialista em terapia sexual, mas de todos é exigido o papel de educador." (Ca-

valcanti, R.C., 1990, p.41)

Pode-se dizer que a *Abordagem Médica da Educação Sexual* considera, como o mais fundamental, o fornecimento para a clientela, das informações relacionadas à biologia do sexo e ao uso adequado da sexualidade, com o fim maior de assegurar a saúde sexual do indivíduo e da coletividade.

Também considera importante a compreensão dos fatores pessoais e familiares que afetam positiva ou negativamente a sexualidade do indivíduo, ou do casal e o empenho na ação terapêutica para tratamento dos desajustes sexuais.

No que concerne a uma atuação efetiva, com participação direta e formal de profissionais da área da saúde em programas de Educação Sexual, a história dessa educação no Brasil nos mostra que ocorreu, no período de 1954 a 1970, quando educadores sanitários que integravam o Serviço de Saúde do Departamento de Assistência ao Escolar de São Paulo ministraram orientação sexual [terminologia usada pelas autoras] para meninas cuja idade corresponde, atualmente, à 4<sup>a</sup> série do 1<sup>o</sup> grau. Primeiramente a orientação era dada para as mães das estudantes e, num segundo momento, para essas; o conteúdo proposto consistia, fundamentalmente, nas transformações fisiológicas fundamentais que acompanham a puberdade, em especial, a menstruação. A educação era dada por educadores sanitários, desde o princípio, sendo que alguns professores foram incluídos posteriormente. O fator responsável pela interrupção dessa atuação foi uma determinação oficiosa da Secretaria de Educação que, em 1970, após parecer da Comissão Nacional de Moral e Civismo, posicionou-se radicalmente contra a Educação Sexual nas escolas. (Barroso & Bruschini, 1982)

Na década de 70, foram implantados vários Serviços de Ginecologia Infanto-Puberal, que trouxeram grandes contribui-

ções, no sentido de servir de base para novas experiências em Educação Sexual na área da saúde.

Entre eles, citam-se por exemplo, os serviços criados pela Professora Avani Jorge Moreira, do Rio de Janeiro e por Carlos Tourinho, em Salvador. (Vitiello, 1994a).

Acresce-se a eles, a implantação em 1971, do Serviço de Ginecologia Infanto-Puberal da USP, coordenado pelo Professor Alvaro da Cunha Bastos. (Takiuti, 1994).

É sumamente importante que se insira, nesse registro histórico da atuação da área da Saúde e Medicina Social na Educação Sexual, a criação, na década de 80, de Serviços de Assistência à Adolescência.

Em 13 de março de 1983, por exemplo, foi criado o Programa de Assistência Médica e Psicossocial à Adolescência (PAMPA), na Faculdade de Medicina de Santo André, que desde sua criação até os dias atuais, dedica-se à assistência à adolescentes e à Educação Sexual e é, atualmente, coordenado pela ginecologista Dra. Isméri Seixas Cheque Conceição. Esse programa foi precedido de um Serviço de Tocoginecologia para adolescentes, criado em julho de 1979, na mesma Faculdade. (Vitiello, 1994a).

Em 7 de março de 1986, vinculado à Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, foi criado também o Programa de Atenção Integral ao Adolescente (PAIA), sendo coordenado, até os dias de hoje, pela ginecologista Dra. Albertina Takiuti, docente da Faculdade de Medicina da USP. A implantação dos Programas vem sendo feita nos postos de saúde do INAMPS e estão voltados para assistência médica e orientação individual dos adolescentes de ambos os sexos. O PAIA foi impulsionado, entre outros fatores, pelo Serviço de Ginecologia Infanto-Puberal da USP, coordenado pelo professor Alvaro da Cunha Bastos, anteriormente referido. (Takiuti, 1994).

Assim como esses, outros Serviços de Assitência ao Adolescente, desenvolvidos também, em vários outros estados da Federação, vêm corroborar o engajamento efetivo de profissionais da área médica na temática em questão.

Essa atuação se fez ainda mais substancial a partir do momento da criação de Instituições ou Órgãos voltados para a sexualidade e Educação Sexual.

Assim, como no caso da citação dos Serviços de Atendimento ao Adolescente, fica difícil fazer referência, com a devida justiça, a todas as Instituições.

Desse modo, cita-se, como exemplo, o Centro de Sexologia de Brasília (SESEX), que desde o início da década de 70, vem atuando nessa área. (Cavalcanti, 1992).

A Comissão Nacional de Sexologia da FEBRASGO, desde 1983 vem realizando Encontros Nacionais de Sexologia e embora esteve paralisada desde 1987, retomou suas atividades, a partir deste ano, sob o comando de Gerson Pereira Lopes.

De suma importância é a atuação da Sociedade Brasileira de Sexualidade Humana (SBRASH), que publica semestralmente, desde janeiro de 1990, a Revista Brasileira de Sexualidade Humana e que atualmente é presidida pelo ginecologista Dr. Nelson Vitiello.

Essa entidade já promoveu quatro Congressos Nacionais em que os temas centrais -- ou ao menos um dos temas centrais -- versados disseram respeito à Educação Sexual, um Congresso Latinoamericano de Sexologia e Educação Sexual e mais três dezenas de eventos locais e regionais, além de cursos, palestras e co-patrocínio de eventos de outras entidades.

É possível concluir então, que é apenas ao adentrar na década de 80 - período em que o país passa para a fase de maior favorabilidade da implantação da Educação Sexual na

escola - que se pôde constatar uma participação mais efetiva de grande número de profissionais da área da saúde, em especial de médicos, no desenvolvimento de trabalhos de Educação Sexual, bem como na organização de eventos para estudos e discussões sobre o assunto.

Os problemas sociais que tomaram vulto maior nessa década, como por exemplo: a gravidez precoce em adolescentes, bem como a AIDS, foram fatores que impulsionaram a agilização em termos de estudos, pesquisas e intervenções nas questões da Educação Sexual.

Matanó (1990) faz um apanhado geral da realização dos eventos científicos realizados sobre o tema, na década de 80 e Cavalcanti (1992) também o faz, quando se propõe a reconstituir a história da sexologia no Brasil. Em ambos os trabalhos, fica patente que um grande número desses eventos foi organizado por médicos. Pela leitura de alguns dos trabalhos expostos, pode-se constatar os empenhos em trabalhar de maneira interdisciplinar, onde estão envolvidos profissionais das diferentes áreas afetas à Educação Sexual e sexualidade.

A valorização e o empenho pelo trabalho interdisciplinar são bastante significativos para o avanço dos conhecimentos na área, bem como para garantir maior eficácia nos trabalhos de intervenção.

## ABORDAGEM PEDAGÓGICA DE EDUCAÇÃO SEXUAL

"Efetivamente, a principal tarefa da Educação Sexual é substituir a monótona atitude de curiosidade pelas coisas do sexo por uma atitude nova, de respeito e inteligência".

Naumi A. de Vasconcelos

A preocupação e o interesse em proporcionar às pessoas, em especial às crianças e aos jovens, uma Educação Sexual que os torne capazes de viver a sexualidade com "liberdade" e em plenitude, não é exclusiva de educadores e pensadores de nosso século, embora seja nesse período, que essa preocupação e interesse emergiram com mais vigor e determinação.

Nesse sentido, merece destaque o exemplo deixado pelo eminente sexólogo Havelock Ellis (1859 - 1939): "... aos 16 anos resolveu que a principal tarefa de sua vida seria poupar a juventude das futuras gerações do problema e perplexidade que a ignorância sobre os verdadeiros fatos do sexo lhe causaram" (Gregersen, 1983, p.35).

Este seu propósito foi fortalecido pelo contato direto, em seu trabalho, com casos verdadeiramente trágicos, onde intensos sofrimentos humanos eram decorrentes da ignorância sexual. Em função disso, determinou-se a ir mais além: tornar-se um advogado da reforma sexual. (Cunha, 1981).

Se considerarmos que a "educação sexual existe sempre, na família, na escola e na sociedade em geral, independente de intervenções pedagógicas deliberadas" (Werebe, 1981, p.106), poderíamos dizer que tanto no período colonial, com a atuação dos jesuítas, quanto no século XIX, com a existência dos internatos, crianças e jovens receberam, juntamente com todo o processo de disciplinarização, uma Educação Sexual

"informal", porém, negativa e castradora (Costa, 1983; Vainfas, 1989).

Infelizmente, a Educação Sexual informal, negativa, onde o sexo é visto como algo sujo e vergonhoso e como assunto do qual não se deve falar, tem continuado a estar presente na cultura brasileira.

De acordo com Werebe (1981) é importante distinguir os dois tipos de Educação Sexual:

- "a educação sexual informal, processo global, não intencional, que engloba toda a ação exercida sobre o indivíduo, no seu cotidiano, desde o nascimento, com repercussão direta ou indireta sobre sua vida sexual;
- a educação formal, deliberada, institucionalizada, feita dentro ou fora da escola". (p.106)

Pesquisadoras que investigaram a história da Educação Sexual formal no Brasil apontam para a existência de trabalhos desse gênero, a partir do começo deste nosso século. Inclusive, é a partir desse mesmo período, que se pode encontrar registros de manifestações no Brasil, que apontam diretamente para a necessidade de programas de Educação Sexual (Barroso & Bruschini, 1982; Rosemberg, 1985; Werebe, 1978).

Quanto à emergência de algumas primeiras dessas manifestações, Bruschini e Barroso (1986) comentam que: - em 1915 a tese de Francisco Vasconcelos, intitulada "Educação Sexual da Mulher", falava da necessidade de uma Educação Sexual para combater a masturbação e as doenças venéreas e ainda preparar a mulher para o desempenho do papel de mãe e esposa; - a pesquisa feita em Campinas (Est. de São Paulo) por Susan Besse, historiadora, revela a existência de reivindicações, na década de 20, por alguns segmentos inovadores da sociedade, tais como grupo de feministas.

Também educadores, além de médicos, participaram nessa época, da defesa da Educação Sexual na escola, porém motivados pelo interesse de aumentar o conhecimento das mulhe-

res e melhorar sua saúde. Estes objetivos eram os mesmos que fundamentavam o aumento das oportunidades educacionais para a mulher e, em nenhum desses casos, estava havendo a preocupação com a reestruturação dos papéis sexuais.

Ainda mais:

"médicos e educadores em um número considerável manifestavam-se a favor da educação sexual como forma de evitar a perversão moral, as psicoses sexuais e a degeneração física, bem como assegurar a saudável reprodução da espécie". (Bruschini & Barroso, 1986, p.32)

Uma primeira iniciativa de incluir a Educação Sexual num currículo escolar data de 1930, no Colégio Batista do Rio de Janeiro, cuja experiência prosseguiu por vários anos, até que em 1954, o professor responsável foi processado e demitido do cargo.

Em períodos anteriores à década de 60, algumas experiências de Educação Sexual somente aconteceram em escolas protestantes ou em escolas que não tivessem vínculo religioso.

"A Igreja católica constituiu um dos freios mais poderosos, até a década de 60, para que a Educação Sexual formal penetrasse no sistema escolar brasileiro. Em primeiro lugar, por sua posição claramente repressiva em matéria de sexo; em segundo lugar, pela posição de destaque que ocupou na educação nacional, através da manutenção e da ferrenha defesa de sua rede de ensino. Portanto, mesmo antes do final da década de 60, quando ocorreu no país um momento de hipertrofia de um autoritarismo moralista, o sistema de ensino nacional era bastante repressivo, tanto à veiculação de informações sobre sexualidade humana quanto à manifestação da sexualidade entre os estudantes." (Rosemberg, 1985, p. 12).

O maior número de experiências de implantação de programas de Educação Sexual no Brasil foi registrado na década de 60, sendo este então considerado um período relativamente favorável. (Barroso & Bruschni, 1982; Rosemberg, 1985; Werebe, 1978).

Também nessa época, alguns colégios católicos passaram a desenvolver programa de Educação Sexual, em consequên-

cia de algumas mudanças (não homogêneas) na Igreja Católica, após o Concílio Vaticano II, realizado entre 1962 e 1965.

Não apenas houve um recrudescimento no número de experiências, como também, um maior interesse pela questão nos meios educacionais e nas camadas mais esclarecidas da sociedade. (Werebe, 1978).

É útil destacar que, na década de 60, também a rede pública foi palco dessas experiências e que as mesmas tiveram lugar em vários pontos do país, principalmente nos grandes centros como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Maria José Werebe, em seu livro escrito em 1977: "A Educação Sexual na Escola", cita que, nesse período favorável (década de 60), as escolas paulistas públicas, cujas experiências tiveram maior repercussão foram: Colégio de Aplicação, sob a responsabilidade do Departamento de Educação da Universidade de São Paulo; Ginásios Vocacionais, sob a direção de Maria Nilde Mascelani; Ginásios Pluricurriculares sob a direção da professora Terezinha Fram. Todas essas experiências estavam inseridas numa prática de renovação pedagógica.

Nesse livro, a autora apresenta, em um dos capítulos, a experiência de Educação Sexual do Colégio de Aplicação, que foi criada dentro do Serviço de Orientação Educacional, cuja direção era assumida pela própria autora.

Esta experiência de Educação Sexual foi realizada de 1963 a 1968 e era desenvolvida dentro do que se chamava: orientação de grupo, que era uma atividade incluída no horário regular, mas que distinguia-se das disciplinas escolares, seja pela forma de trabalhar, seja porque não partia de um programa pré-estabelecido.

Foram realizados quatro ciclos de Educação Sexual com alunos da primeira série ginásial (atual quinta série do 1º grau) e dois com os da segunda série (atual sexta série do 1º

grau). Os grupos eram mistos e cada um deles era formado por metade da classe. Cada ciclo compreendia uma média de nove reuniões, onde, nas três a quatro primeiras, a participação era do professor de Ciências, que se responsabilizava pelas informações biológicas e, as restantes ficavam a cargo do orientador, que coordenava as discussões.

Apenas o primeiro ciclo se deu com a participação exclusiva do orientador educacional.

Os temas trabalhados partiam do interesse e necessidade dos alunos; a orientadora educacional também fazia propostas de temas, porém a definição dos mesmos era decidida democraticamente, através de voto.

"... a informação científica não constituía o objectivo principal visado, pois estava-se convencido de que esta informação por si só não poderia ter uma influência importante sobre a atitude dos adolescentes em relação ao sexo. Por esta razão considerava-se essencial, nas reuniões, o estabelecimento de um clima favorável á livre expressão das dúvidas, inquietudes e falsas idéias que os alunos poderiam ter sobre a vida sexual." (Werebe, 1977, p.230).

Todos os profissionais envolvidos participavam de um seminário semanal de estudos, onde foi incluída também a análise das principais obras de Carl Rogers, sobre a orientação não-diretiva e estágios de dinâmica de grupo.

Werebe (1977) diz que,

"... a despeito da singularidade da experiência do Colégio de Aplicação e das incontestáveis limitações quanto à generalização do 'modelo' posto em prática, alguns ensinamentos podem ser tirados da experiência do Colégio." Considera útil salientar os seguintes:

"1. A inserção da educação sexual na orientação de grupo, como uma resposta á demanda explícita dos alunos, determinou em grande parte o sucesso do trabalho.

2. O entrosamento entre educação sexual em grupo e individual foi extremamente positivo: as duas ações completaram-se bem.

3. Os programas desenvolvidos com os pais, em particular os seminários de discussão, foram muito importantes para levá-los a compreender melhor o trabalho feito com os alunos e a "aceitar" a sexualidade de seus filhos, bem como para encorajá-los a

dialogar com eles.

4. As discussões em grupo favoreceram a "liberação da palavra." Por outro lado, o intercâmbio de pontos de vista, entre alunos, permitiu-lhes distinguir, na análise de uma questão, os factos científicos que dependem [independem?] de opiniões pessoais, dos aspectos valorativos passíveis de controvérsias." (p.238).

Segundo a autora, uma crise política ocorrida nesse Colégio em 1967 foi a causa da interrupção dessa experiência.

No que concerne à experiência dos Colégios Vocacionais do Estado de São Paulo, desenvolvida de 1961 a 1969, Pimentel e Sigrist (1971) comentam sobre a mesma, num dos capítulos do livro intitulado: Orientação Educacional. Há vários pontos em comum, entre essa experiência e a do Colégio de Aplicação, como por exemplo, o desenvolvimento da educação sexual dentro de Orientação de grupo, o atendimento individual ao aluno, o trabalho com os pais e o desenvolvimento de seminários de estudos para os profissionais.

Há que se ressaltar porém, que enquanto Werebe dá ênfase, em seu texto, nas discussões com os jovens, enquanto estratégia de trabalho, Pimentel e Sigrist (1971) explicitam claramente como a Educação Sexual era inserida no currículo e no processo educativo como um todo. Para isso, citam exemplos da programação das disciplinas, mostrando como estavam integradas com a Orientação Educacional no desenvolvimento do plano de Educação Sexual. Essa explanação é feita com relação às quatro séries ginasiais (atualmente: 5<sup>a</sup>, 6<sup>a</sup>, 7<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> séries do 1<sup>o</sup> grau) e engloba a programação das seguintes disciplinas: Estudos Sociais; Português; Ciências; Educação Física; Educação Musical; Educação Doméstica; Artes Plásticas; Artes Industriais.

É possível crer que o acesso ao relato dessa experiência tenha se restringido mais (ou quase que exclusivamente) a orientadores educacionais, devido ao título do próprio livro, o

que provavelmente não deve ter acontecido com a experiência do Colégio de Aplicação, uma vez que, como já foi citado anteriormente, é comentada num livro intitulado: Educação Sexual na Escola.

Acontecimentos políticos de grande envergadura no final da década de 60 e, em boa parte da de 70, forjaram uma rota em sentido contrário ao curso que vinha tomando a história das experiências de implantação de programas de Educação Sexual no país, como um todo.

No que tange a esses acontecimentos políticos, alguns precisam ser destacados:

- em 1968, foi rejeitado o projeto da deputada Júlia Steinbruch (PMDB - RJ) que propunha a inclusão obrigatória da Educação Sexual nos currículos de 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> graus;
- em maio de 1970, o Congresso Brasileiro oficializou a censura prévia de livros e jornais;
- em 1976, a conselheira Edília Coelho Garcia, ao apresentar a posição oficial brasileira no Primeiro Seminário Latino-Americano de Educação Sexual, afirmou, entre outras coisas, que:

"... entendemos no Brasil que primordialmente é à família que compete uma educação nos problemas de educação sexual (...). Realmente no Brasil, em regra geral, somos contrários às chamadas aulas de educação sexual..." (Rosemberg, 1985, p. 15).

Conforme expõe Matanó (1990), um outro impecilho para a implantação da Educação Sexual nas escolas foi a política de planejamento familiar pró-natalista adotada na época.

Em 1965, Ataliba Nogueira, Secretário de Educação do Estado de São Paulo, vedou aos professores de escolas públicas a transmissão de informações sobre meios anticoncepcionais e controle de natalidade. Essa medida interferiu diretamente nos programas que vinham sendo desenvolvidos, limitando os assuntos que podiam ser debatidos.

Também Werebe (1977), ao relatar a experiência do Colégio de Aplicação da USP, denuncia a influência negativa e castradora dessa medida.

Isso tudo emergiu num contexto mais amplo de puritanismo, autoritarismo e repressão política que marcavam o país nessa época.

Por diversas vezes aconteceram manifestações, embora frustradas, de intelectuais e de outras pessoas que se dispunham tentar reverter a situação, isto é: deixar livre o caminho para implantação da Educação Sexual.

"Um dos argumentos mais utilizados em relação à repressão às experiências educacionais na rede pública era a 'denúncia' da orientação sexual como imoral e subversiva." (Matanó, 1990, p.34)

Devido a isso, muitas experiências que vinham sendo realizadas foram encerradas; algumas porém, continuaram sendo realizadas na semi-clandestinidade.

"Curiosamente, não havia nenhuma lei ou proibição formal contra a educação sexual. A interdição era difusa e, talvez por isso mesmo, mais eficiente. O assunto era tabu, existia, mas não se falava sobre ele. Orientadores, professores e educadores, de modo geral, passaram a assumir a interdição, temendo represálias e obedecendo a uma lei que, na verdade, nem mesmo existia." (Barroso & Bruschini, 1982, p. 23)

Vários processos são abertos, na década de 70, contra pessoas que tentam fazer algumas experiências. Segundo Rosemberg (1985), esses processos vêm mostrar que a própria administração escolar (civil e laica) estava também impregnada pelo ideário moralista e autoritário; órgãos como o Conselho Federal da Educação vinham atuando, tanto quanto os líderes religiosos ou militares, de uma maneira repressiva.

Werebe (1978) mostra através de duas enquetes realizadas em 1976, junto a orientadores educacionais que, mesmo nessa época de repressão, as experiências subsistiram em vários

pontos do país, sendo que até algumas novas se inauguraram.

Um fator que pode ter contribuído acentuadamente para o entrave da oficialização da Educação Sexual nas escolas ou mesmo dificultado a realização de novas experiências é o argumento da prioridade. Ele foi usado - em 1976 - no parecer do depoimento da conselheira Edília, anteriormente citado. Rosenberg (1985) diz que esse argumento continuará ainda por muito tempo a ser usado pelos opositores à inclusão da Educação Sexual no currículo.

Coerente com esta previsão, pode-se citar a afirmação de Castro e Oliveira (1991):

"a escola fracassa no mais central que é ensinar a ler, escrever e contar. Antes de pensar em melhorar a educação sexual, meio ambiente ou conteúdo humanista, é preciso assentar todas as baterias no mais essencial: entender o que se lê, comunicar-se corretamente por escrito e lidar com problemas numéricos ou quantitativos do cotidiano. Simplesmente não dá para fazer tudo e a tentação é sempre fazer o mais fácil e o mais em moda." (p.1)

Em termos oficiais, tem-se registrado que

"em 1974, o Conselho Federal de Educação (6 de agosto de 1974) aprovou o parecer elaborado pela conselheira Edília Coelho Garcia, que fixou a doutrina, a filosofia, o conteúdo e a forma do programa de Educação e Saúde que previu, para os alunos de 2<sup>o</sup> grau, o desenvolvimento de conhecimentos referentes à evolução puberal, educação sexual, gestação, puericultura e saúde mental" (O Estado de São Paulo, 7/7/1974, apud Rosenberg, 1985, p.15).

Felizmente, em 1978 o espaço para a Educação Sexual no Brasil é reconquistado; porém, a abertura não se deu de maneira homogênea e séries de acontecimentos repressivos ainda continuaram acontecendo (inclusive na década de 80), apesar do abrandamento geral da censura oficial e oficiosa no final dos anos 70.

É realizado em São Paulo, em 1978, o I Congresso sobre Educação Sexual nas Escolas e, a partir daí, séries de outros eventos científicos foram desencadeados.

É pertinente expor o que pensava nessa época uma pesquisadora bastante comprometida e preocupada com a Educação Sexual na escola, Maria José Werebe. Após traçar o caminho percorrido no Brasil para a implantação da Educação Sexual, concluiu seu texto afirmando que:

"... parece-nos que não há ainda, no país, condições propícias à implantação efetiva de uma educação sexual que contribua para o desenvolvimento harmonioso e integral da personalidade da criança e do adolescente. Os obstáculos institucionais a uma tal implantação são inúmeros... (Werebe, 1978, p. 27).

No entanto, ainda nesse ano, um projeto em escolas da rede municipal da cidade de São Paulo foi iniciado e desenvolvido durante cinco anos: de 1978 a 1982. Maria Silvia Cavasin Matanó (1990) analisou esta experiência em sua Dissertação de Mestrado, usando de entrevistas com pessoas diretamente envolvidas com a experiência e também de análises de registros oficiais.

O projeto era oficial, de caráter "preventivo" e visava o "ajustamento sexual" do aluno [grifos da autora]. Sua realização se deu "... dentro do currículo como aspecto da formação integral da personalidade e com destaque ao conhecimento de si mesmo" (Projeto de Orientação Sexual, 1979, p.12, apud Matanó, 1990, p.75).

Foi um trabalho desenvolvido por orientadores educacionais e professoras de Ciências, nas 5<sup>a</sup> séries do 1<sup>o</sup> grau, tendo em 1978 atendido a 3 escolas; no ano seguinte, a 16 e em 1980, a 31 e finalmente, a 50 escolas em 1982, o que implicou num atendimento, no período, de quase 19.000 alunos de 5<sup>a</sup> série e aproximadamente 2.000 alunos de 7<sup>a</sup> série. O trabalho nas 7<sup>as</sup> séries, assim como na 4<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> foi desenvolvido a partir de 1979.

Após a experiência realizada em 3 escolas em 1978, ficaram estabelecidas várias recomendações para a implantação

do projeto junto a alunos, entre elas: - " Que o Orientador Educacional seja o coordenador do trabalho...;" - " Que seja envolvida toda a equipe de professores..."; "Que seja garantida uma etapa de treinamento de técnicos e professores envolvidos...". (Projeto de Orientação Sexual, 1979, p. 12, apud Matanó, 1990, p. 142).

O projeto, que nasceu a princípio da necessidade sentida pela comunidade escolar, contou com o apoio do Secretário de Educação Hilário Torlone para a sua implantação e também com o apoio de Jair de Moraes Neves, Secretário de Educação, no período de 1979 a 1982.

"Acredita-se que, mantidas as condições existentes, dentro em breve a rede toda de ensino seria abrangida de uma forma natural, sem a necessidade de se baixarem normas ou decretos institucionalizando a orientação sexual nas escolas, o que poderia ocasionar resistências e deturpações por abarcar profissionais não sensíveis ao problema e à forma de tratamento da matéria". (Matanó, 1990, p.244-5).

Embora a proposta fôsse estender o "Projeto de Orientação Sexual" para a pré-escola e todas as séries do 1<sup>o</sup> grau, em 1983 o mesmo foi cancelado, uma vez que a Secretária da Educação do Estado de São Paulo, na época, Guiomar Namó de Mello, não considerava Educação Sexual uma questão prioritária naquele momento.

Na opinião dela, as dificuldades para se realizar a orientação sexual (terminologia usada por Matanó na maior parte de sua Dissertação) nas escolas são inúmeras e a tarefa mais importante das mesmas é propiciar ao aluno o acesso ao conhecimento.

Aqui podemos ver novamente emergindo a questão da prioridade como um obstáculo à implantação da Educação Sexual.

Mesmo extinto oficialmente, Matanó diz que na prática o projeto não morreu de todo e que algumas pessoas continuaram a desenvolver os trabalhos, mesmo sem ajuda do órgão central.

Ao analisar criticamente toda essa trajetória, a autora chegou a relevantes conclusões, entre elas: - a de que é necessário o apoio e colaboração de órgãos oficiais para o desenvolvimento de orientação sexual nas escolas públicas e que o apoio pode existir ou deixar de existir, dependendo das metas educacionais estabelecidas em cada gestão da Secretaria de Educação e da vontade política de quem exerce o poder.

O período em que todo esse projeto da rede municipal desenvolveu-se [1978 a 1982] suscitou muita polêmica, o que foi útil no sentido de tornar claro o quanto a sociedade ainda estava dividida, naquele período, em relação ao papel da escola na "orientação sexual" [grifo nosso] das crianças e dos jovens.

"De um lado havia os que acreditavam que a educação sexual seria tarefa exclusiva da família, de outro lado havia os adeptos de que ela deveria se estender às escolas. Em outro extremo, encontravam-se os que consideravam que a natureza seria a melhor mestra. As razões para uma outra posição são as mais diversas". (Matanó, 1990, p. 102).

Dentro da história de implantação da Educação Sexual nas escolas é necessário destacar a pesquisa realizada em 1979 por uma equipe da Fundação Carlos Chagas, cujo objetivo inicial era investigar as atitudes e os valores dos jovens de diferentes classes sociais. Porém, os objetivos dessa pesquisa passaram a incluir a testagem de viabilidade de uma metodologia de trabalho para educação sexual, qual seja: o debate aberto. (Barroso & Bruschini, 1982).

Desta experiência participaram jovens de 15 a 17 anos de vários segmentos sociais; os professores responsáveis por conduzir o debate aberto foram preparados com a devida antecedência pela equipe de pesquisadores.

Barroso e Bruschini (1982), coordenadoras da pesquisa, além de ressaltarem o valor da informação, propõem que sejam trabalhados os valores e atitudes relacionados à sexualidade, de forma não diretiva, num clima de debate, onde porém

devam ser enfatizados os valores humanos básicos, quais sejam: a liberdade e a integridade pessoal, a consideração pelos outros e a igualdade entre homens e mulheres. No que tange às questões controvertidas (como por exemplo: aborto e virgindade), em relação às quais encontramos na sociedade posições mais conservadoras, ou mais liberais, defendem que é preciso mostrar aos jovens os diferentes pontos de vista, respeitando porém os valores morais ou religiosos que cada um traz consigo, dando-lhes liberdade de fazerem suas próprias opções.

De forma semelhante, na experiência do Colégio de Aplicação da USP (Werebe, 1977) e dos Colégios Vocacionais (Pimentel & Sigrist, 1971) eram valorizadas as discussões em grupo com os educandos e eram considerados os interesses dos mesmos para a seleção dos temas.

Uma outra experiência significativa, que merece ser destacada por ter ocorrido também no início da década de 80 e por ter valorizado discussões e reflexões em grupo como estratégias para a Educação Sexual é o Projeto desenvolvido pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP) da Secretaria de Estado da Educação (S.P.), juntamente com o Departamento de Educação da Faculdade de Saúde Pública da USP. O projeto foi composto de duas partes: estudos preliminares sobre Educação Sexual nas escolas da rede estadual de ensino, em 1980; experiências pilotos, em 1981, em seis escolas da capital, onde se procurou treinar professores e orientadores educacionais, para que inserissem o programa de informação sexual (termo usado no texto) na própria grade curricular, ou seja: nas disciplinas de Ciências e Programas de Saúde, previstas para o 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> graus. Foram necessárias algumas adaptações, em termos de currículo, para que se pudesse realizar o trabalho a

partir da 5ª série do 1º grau. (São Paulo, 1984).

Quando se tem em mãos propostas já experimentadas e viáveis de como se desenvolver um determinado trabalho, bem como o conhecimento de seus resultados, é possível ver aumentada a probabilidade de se conseguir mais adeptos à defesa de sua implantação.

Numerosos debates foram realizados no final da década de 70 e no início da década de 80, para os quais contribuíram os meios de comunicação (rádio, televisão e revistas).

Muitos livros são escritos na década de 80 com o objetivo de fornecer orientações sexuais, tanto para jovens, como para crianças e adultos; outros, de caráter científico, visam refletir sobre Educação Sexual, principalmente escolar.

Debates e publicações, juntamente com a preocupação com a questão da gravidez precoce e da contaminação pela AIDS, vieram contribuir para que passasse a haver, por parte de pais, educadores e da sociedade em geral, um maior interesse na Educação Sexual das crianças e dos jovens, mais especificamente falando: uma preocupação maior com a atuação da escola nesta tarefa.

Assim é que os participantes da reunião promovida em junho de 1980 pelo Serviço de Orientação Educacional da CENP (Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas) de São Paulo manifestaram: "... consenso quanto à necessidade da Escola assumir a tarefa de dar educação sexual, visto que a maior parte das famílias, cujos filhos são atendidos pela Rede, não tem o instrumental para fazê-lo". (Barroso & Bruschini, 1982, p. 25).

No entanto, em 1985, Rosemberg afirma que

"... os educadores ainda não ultrapassaram o debate de se a escola deve ou não incluir a Educação Sexual em seu currículo. E mais: debates e experiências têm se circunscrito quase que exclusivamente à escola de 1º e 2º graus, deixando de considerar carências e

demandas universitárias..." (p.12)

É possível crer que nos dias atuais, uma maioria significativa dos educadores e pesquisadores estejam seguros quanto à necessidade de que a escola atue de forma planejada na Educação Sexual dos alunos.

Discussões acerca do papel da escola com relação a essa tarefa fazem-se constantemente necessárias.

Marta Suplicy (1993) afirma que a orientação sexual na escola (terminologia usada por essa autora) tem basicamente três objetivos: fornecer informações; mexer com os preconceitos (machismo e racismo); mexer com os conflitos (angústias, confusões, medos, conflitos gerados pelas múltiplas pressões).

Vários autores, ao discutirem sobre o objetivo da Educação Sexual na escola, destacam fundamentalmente a preocupação em levar o educando ao desenvolvimento harmônico e satisfatório de sua sexualidade, bem como à uma vivência saudável e feliz da sexualidade. Reconhecem que, para isso, é fundamental ajudar o adolescente a compreender e aceitar a sua sexualidade. Salientam tanto a importância dos conhecimentos básicos, como a necessidade de atentar para os sentimentos e discussão das normas, valores e atitudes relacionados com a sexualidade. (Cavalcanti, 1993; Fagundes, 1992; Gherpelli, 1992; Vitiello & Conceição, 1991)

Assim sendo, de acordo com a Abordagem Pedagógica de Educação Sexual, o desenvolvimento sadio da sexualidade, o bem estar e a felicidade da pessoa humana parecem estar em primeiro plano, podendo, às vezes, até estar sendo salientada a preocupação com a felicidade sexual da sociedade como um todo, como o faz Cavalcanti (1993):

"... a educação sexual deve estar a serviço da felicidade da pessoa humana, preparando-a para, através do uso responsável da liberdade, ser um agente eficaz da promoção da felicidade individual e coletiva." [grifo do autor]. "... Educa-se para a

felicidade sexual da pessoa". (p.168)

Alguns autores, como Barbosa, M.P.M. (1990), limitam-se a definir como objetivo da escola, na Educação Sexual dos alunos, a transmissão dos conhecimentos básicos referentes à sexualidade.

No que concerne ao registro das experiências de Educação Sexual em rede escolar brasileira, de acordo com o que vinha sendo desenvolvido ao longo deste texto, há que se considerar a segunda metade da década de 80 como o início de um novo período fértil.

No caso das experiências da rede municipal de São Paulo, por exemplo, em 1989 é mais uma vez oficializado um "Projeto de Orientação Sexual", com o respaldo também do Secretário Municipal de Educação, Paulo Freire. Ao assumir o cargo, o novo Secretário reuniu um grupo de dez pessoas (pedagogos, psicólogos, psicanalistas e psicodramatistas) e implantou o projeto no 1º grau, na rede municipal, onde a coordenação ficou a cargo de Marta Suplicy. (Matanó, 1990).

Uma das principais constatações feitas por Matanó (1990), em sua Dissertação, é a de que a segunda experiência da rede não levou em conta, para sua implantação, o projeto anterior já desenvolvido no período de 1978 a 1982, uma vez que a existência do mesmo era desconhecida pelo Secretário de Educação e pelo Coordenador Administrativo do segundo projeto.

Também no Estado do Rio Grande do Sul, desde 1987, foi iniciado, pelo Ministério da Educação, o desenvolvimento de projetos de Educação Sexual nas escolas, utilizando a formação teórica oferecida pelo CESEX (Centro de Estudos sobre Sexualidade) de Brasília e contando com o apoio financeiro internacional. Na capital, Porto Alegre, em 1990, foi iniciado um projeto promovido pela Prefeitura Municipal da cidade, em convênio entre a Secretaria de Educação e a Secretaria Municipi-

pal de Saúde e Serviço Social. O projeto, intitulado: "Sexo em debate na escola", teve como referência o coordenado por Marta Suplicy na rede municipal de São Paulo e contou com a orientação da mesma. (Barcellos, 1992).

Numa conferência pronunciada na cidade de Londrina (Pr), no dia 8 de março, em comemoração ao dia internacional da mulher, Marta Suplicy (1994) comenta que o projeto da rede municipal de Porto Alegre continua em andamento e que está sendo preparada, sob sua supervisão, a implantação em seis capitais.

Então, sem dúvida, podemos dizer que adentramos na década de 90 com um espaço mais aberto para o desenvolvimento de trabalhos de Educação Sexual; porém, com riscos, ainda, de depararmos com barreiras, quando se trata da oficialização de projetos, em especial, a nível da rede pública.

Suplicy (1993), ao comentar sobre o projeto que coordena na rede municipal de São Paulo, nos deixa clara a possibilidade de riscos, quando afirma:

"... Como 'amarrar' isso na escola, como assegurar este programa agora que a prefeita Luísa Erundina deixou o governo... A gente sabe que, quando muda a prefeitura, esses programas costumam ir para o espaço, não importa qual o partido. Como assegurar esse trabalho? ". (p.36)

Na conferência supra-citada, Suplicy informa que esse projeto foi de fato cancelado a partir de 1993, devido ao fato de que o Prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, suspendeu a verba para o pagamento dos educadores sexuais.

Isso confirma, uma vez mais, as constatações feitas por Matanó (1990), de que mesmo que não haja, necessariamente, barreiras interpostas de forma direta, proibindo a Educação Sexual, simplesmente a falta de apoio de órgãos que possam fornecer infra-estrutura já é o suficiente para dificultar a implantação e desenvolvimento de projetos que atendam a um

número mais satisfatório de escolas.

Além das variáveis externas que possam constituir-se em empecilho para a Educação Sexual, ela própria, como todo processo ensino-aprendizagem é uma tarefa complexa, que envolve dificuldades e requer planejamento e preparo do educador.

Por reconhecer também, como muitos autores, que se trata de uma tarefa bastante complexa, Bernardi (1985) denomina o trabalho de Educação Sexual de "reeducação sexual" e chama atenção para o fato de que educar sexualmente significa levar em conta e ajudar a reconstruir todas as informações e formações (atentando principalmente para as distorcidas e as negativas) que o indivíduo já recebeu e vem recebendo na vida, seja na escola, na família ou na sociedade de maneira geral.

Especialmente para o educador que se dispõe a realizar um trabalho de Educação Sexual, é muito importante submeter-se a um processo pessoal, contínuo, de "reeducação sexual", revendo seus valores e aprimorando seus conhecimentos. Nesse ponto é que a colaboração de profissionais especializados, atuando em equipes multidisciplinares, pode ser de grande utilidade para a preparação e formação de educadores sexuais.

Também é comum encontrar autores que afirmam que a escola está despreparada para assumir a Educação Sexual. Bernardi (1985) vai mais longe com sua crítica, quando diz que nas escolas os programas de Educação Sexual acabam por dessexualizar os indivíduos, uma vez que orientam para a sublimação. Diz que não nega esse mecanismo de defesa, uma vez que:

"... cada ser humano pode e deve exprimir-se de várias maneiras, e não apenas mediante uma simples e direta atividade sexual. O que se deve rejeitar é o império universal e constante da sublimação sobre a pura sexualidade, o desvio habitual de impulsos sexuais para objetivos não sexuais." (p.18)

Há que se levar em conta, ainda, que a escola educa sexualmente, não apenas através da realização de programas

planejados, mas, também da forma como se estrutura, como organiza suas atividades (Mello, 1975; Rosemberg, 1975; Werebe, 1981).

"A escola influi sobre os alunos, em matéria de Educação Sexual, pela sua organização, pela distribuição dos alunos, pelas atividades que lhe proporciona e, sobretudo, pelos modelos humanos que lhes oferece". (Werebe, 1981, p. 107)

O reconhecimento do papel da escola na Educação Sexual pode ser acentuado na medida em que há a conscientização de que, através dela, especialmente da pública, é possível atingir um grande contingente de crianças e adolescentes.

## ABORDAGEM POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SEXUAL:

"Sexo foi, é e será sempre uma *Questão Social*, sem deixar de ser também uma *Questão Individual*".

M. Amélia Azevedo Goldberg

Os trabalhos de Foucault constituem-se em um dos mais importantes alicerces sobre o qual tornou-se possível uma nova forma de reflexão sobre a sexualidade.

Foucault dedicou-se, entre outros trabalhos, ao estudo da História da Sexualidade e sua preocupação fundamental foi tentar compreender **como** se formavam os saberes (as ciências) e **porque** determinados saberes surgiram em momentos históricos específicos. Imbutido nessa preocupação, estava o seu interesse em investigar o **poder** e as relações de dominação.

Para ele, o poder não está apenas centralizado no Estado, mas também em níveis elementares das relações sociais e, principalmente, em instituições sociais, como hospitais, prisões, escolas, família. Tudo faz parte, na verdade, de um sistema de poderes e esses últimos ultrapassam e complementam o primeiro.

Com suas reflexões, Foucault (1988) nos leva a ver que o poder não está apenas naquilo que proíbe, que diz não, mas que também está naquilo que produz, que controla, que impõe. O poder gere a vida das pessoas, controla, domina, produz a individualidade. O capitalismo não teria conseguido o domínio se só atuasse de forma repressiva, proibitória.

Considera que todo o saber é político e que este, por sua vez, é uma prática social, instituída historicamente.

Embora possam haver discordâncias com respeito às idéias de Foucault, é possível crer que a maioria dos teóricos

esteja de acordo com a opinião de Machado (1982), quando este afirma que as análises de Foucault têm implicações relevantes, na medida em que elas

"... não têm apenas como objetivo dissecar, esquadrihar teoricamente as relações de poder, mas servir como instrumento de luta, articulado com outros instrumentos, contra essas mesmas relações de poder. É que nem o controle, nem a destruição do aparelho de Estado, como muitas vezes se pensa - embora, talvez cada vez menos - é suficiente para fazer desaparecer ou para transformar, em suas características fundamentais, a rede de poderes que impera em uma sociedade." (p.xiii)

A necessidade de transformação social, cultural, econômica e política da sociedade constitui-se na premissa fundamental a partir da qual emergiu e, com a qual está continuamente comprometida, a *Abordagem Política da Educação Sexual*.

No que concerne, especificamente, à questão da Educação Sexual como um meio de transformações sociais, portanto como uma atividade política, foi aproximadamente no início da década de 80, que começaram a surgir, no Brasil, as primeiras reflexões e publicações científicas.

Estas têm se pautado, em sua maioria, em escritos de Foucault, Freud, Reich, Marcuse, Ariès, Donzelot e / ou Polítzer. Evidentemente, alguns autores pautam-se mais em um ou outro teórico, mas vale salientar que Foucault está presente como referencial teórico, em praticamente todos os textos.

Para efetivar transformações sociais é necessário, como ponto de partida, o entendimento completo dos padrões e normas sexuais de nossa sociedade e da forma como eles estão relacionados com a nossa estrutura sócio-econômica, política e cultural. Para isso, no entanto, são necessárias algumas condições.

É preciso entender como os padrões e normas sexuais

foram mudando ao longo da história de nosso país, buscando a relação com todos os acontecimentos sociais, econômicos e políticos de cada época; é fundamental ainda, buscar compreender, concomitantemente, a história da sexualidade ao longo dos séculos, desde a antigüidade, em todo o mundo ocidental e contextualizar, a partir daí, os nossos padrões morais, sexuais, enfim, culturais.

"Pois falar da sexualidade implica retomar alguns recursos metodológicos: a história, a antropologia, a moral e a evolução social. Não se fala da sexualidade de maneira fragmentada, dividida, estanque. As relações sexuais são relações sociais, construídas historicamente em determinadas estruturas, modelos e valores que dizem respeito a determinados interesses de épocas diferentes. Este relativismo não pode ser irresponsável. Ele nos permite perceber a construção social da sexualidade sem contudo fazê-lo de modo destrutivo ou imaturo" (Nunes, 1987, p.14).

Segundo este autor, é preciso ter como requisito básico uma concepção dialética, ou seja, uma concepção dinâmica e viva do mundo e das relações sociais, procurando compreender a realidade como um processo, esquivando-se de visões conservadoras e ideológicas.

Beach (1977) também defende que todo e qualquer ato sexual somente pode ser completamente apreendido com o conhecimento do contexto cultural no qual ele ocorre. Isto se dá porque a cultura sexual da sociedade é uma parte essencial da cultura total e é moldada por essa; além disso, a sociedade precisa, para sobreviver, manter sua lógica e coerência interna.

Ariès (1987b), Foucault (1988) e Vainfas (1986a) são alguns dos teóricos que explicitam a história da sexualidade ocidental, enquanto Parker (1991) e Vainfas (1986b) explicitam a história da sexualidade especificamente brasileira. Na análise da repressão feita por Chauí (1985) podemos encontrar respaldo para a história da sexualidade, tanto ocidental, como brasileira, enquanto que o trabalho de Costa

(1983) oferece auxílio para a compreensão dessa última.

Procurando entender a diversidade sexual que caracteriza a vida do brasileiro, Richard Parker (1991) descreve os vários sistemas de referência culturalmente constituídos, que influenciam a maneira como os brasileiros compreendem, interpretam e constroem suas próprias experiências sexuais. Embora não seja possível concordar quanto ao uso do termo ideologia feito pelo autor, ao se referir a cada um desses sistemas de referências (ou perspectivas), a forma como eles estão organizados e fundamentados teoricamente e através de exemplos é bastante útil ao entendimento da construção histórico-cultural da sexualidade brasileira.

Assim, o primeiro desses sistemas de referência é a perspectiva de gênero, onde as diferenças anatômicas entre macho e fêmea determinam as noções de masculinidade e feminilidade, atividade e passividade, colocando o primeiro em situação privilegiada, atribuindo-lhe o poder de dominação sobre os elementos do sexo feminino.

O segundo sistema de referência é o sistema de valores religiosos (ou perspectiva religiosa), onde os conceitos de pecado e salvação definem o conjunto de práticas permitidas e proibidas.

Já no terceiro, denominado perspectiva da sexualidade, o conjunto de práticas permitidas e proibidas é definido pelos conceitos de doença e saúde; foi elaborado e mantido pela Higiene e Medicina Social e mais tarde, pela Medicina moderna. Usou como estratégia fundamental a elaboração de classificações sexuais, com fins de análise e tratamento das anormalidades e perversões.

Enquanto o fim maior do primeiro sistema é a manutenção da supremacia do sexo masculino, do segundo é a defesa da

procriação como um dever cristão e do terceiro, a defesa da procriação como um dever para com a sociedade e o Estado; nessa última perspectiva, em seu período mais moderno (séc. XX), a ênfase é passada para o direito de escolha pessoal do indivíduo, no que tange às questões de reprodução.

O quarto sistema é a perspectiva do erótico, onde não há normas que circunscrevam o que é permitido ou proibido, ou seja: "tudo é possível". Baseia-se na lógica transgressora do erótico ou seja: determina que é preciso agir contrariamente a todas as normas morais sexuais. Seu objetivo não se volta para a procriação, mas para a busca do prazer e da paixão.

O primeiro e o último sistema (de gênero e do erótico) têm uma organização informal, enquanto que os outros dois são estruturados formalmente, podendo, às vezes, conter algumas nuances de informalidades.

Para melhor compreensão de cada uma dessas perspectivas, é útil considerar alguns exemplos.

A temática virgindade / castidade, por exemplo, é considerada, de acordo com a perspectiva de gênero, como devendo ser uma obrigação da mulher mantê-la até o casamento e podendo (porque não dizer: devendo) o homem, por ser superior à mulher, viver sua sexualidade livremente, enquanto ainda solteiro, sem ter que "guardar-se" para o casamento. Segundo a perspectiva religiosa, a interpretação é outra: tanto homem, quanto mulher, devem deixar para o casamento a vivência da sexualidade, pois do contrário, estariam pecando. Já para a perspectiva da sexualidade, a presença da virgindade assegura à mulher a condição de normal, como sinal de alguém que garante a não contaminação por doenças sexualmente transmissíveis o que, conseqüentemente, lhe dá o direito de vir a ser uma mãe de família, podendo contribuir com a reprodução saudável da espécie. Quanto ao homem, é tolerável que perca sua castidade,

pois é reconhecido que o sexo existe como um impulso natural, para o qual os vícios (como a libertinagem) precisam ser tolerados e seus efeitos tratados depois pela ação da medicina. (Nesse último ponto, fica clara a influência do sistema de gênero, no sistema da sexualidade).

A perspectiva do erótico, por sua vez, é totalmente contra virgindade / castidade e impõe que tanto o homem, quanto a mulher vivam a sexualidade e transgridam as normas impostas, praticando o sexo independentemente do casamento.

Um outro exemplo seria sobre as possíveis interpretações que podem ser dadas para a questão do sexo extra-conjugal. A perspectiva de gênero diz que ao homem é permitido e à mulher, não; a perspectiva religiosa diz que para ambos é considerado pecado. Na perspectiva da sexualidade é considerado anormal, proibido (tanto para o homem, quanto para a mulher), pois desvia da sexualidade reprodutiva e ainda constitui-se num grande risco de proliferação de doenças sexualmente transmissíveis, o que, por sua vez, afeta a reprodução de uma população saudável e a estabilidade da família nuclear. Na perspectiva do erótico é considerado certo, tanto para o homem, quanto para a mulher, já que é um ato de busca de prazer.

Os dois primeiros sistemas emergiram no período colonial, num contexto de ideologia patriarcal e num período de puritanização do sexo. O terceiro, a perspectiva da sexualidade, por sua vez, emergiu com a Higiene e a Medicina Social, na metade do século dezenove aproximadamente, concomitantemente com as transformações do mundo capitalista, com o processo de urbanização; esse mesmo sistema modernizou-se no séc. XX, com o surgimento das ciências (Psicologia, Sociologia, Sexologia...) e pôde ganhar mais espaço devido à aceleração cada vez maior do processo urbano, às mudanças na estrutura da

família, ao retrocesso da moralidade tradicional e da autoridade religiosa.

O quarto sistema surgiu no século XX, num período marcado pela descompressão sexual e foi também impulsionado pelos mesmos processos históricos que impulsionaram a modernização da perspectiva da sexualidade.

Cada um está ligado a uma forma de poder; todos coexistem e se interligam e é isso que explica a diversidade de experiências sexuais e de significados possíveis, uma vez que cada brasileiro, como um ator social, vai selecionar entre os instrumentos oferecidos pelos vários sistemas para construir e interpretar sua experiência sexual. Segundo Parker, a forma como a sociedade brasileira organiza suas relações de produção econômica vai interferir nessa construção. Assim por exemplo, tanto para as mulheres, quanto para as pessoas de classe social menos favorecida, ou de região menos modernizada e menos industrializada, estarão, provavelmente, mais dificultadas as oportunidades de acesso ao sistema da sexualidade e ao sistema do erótico.

Há que se considerar porém, que os meios de comunicação de massa, bem como o próprio carnaval, são instrumentos que viabilizam o acesso popular à perspectiva do erótico. (Parker, 1991)

É possível crer que esse acesso popular tem se intensificado cada vez mais constantemente.

A princípio, a perspectiva do erótico, comparada com as outras, pode aparentar muito avanço, mas não deixa de ser, em vários aspectos, uma grande armadilha, pois conduz ao sexo individualista, ao colocar o desejo e o prazer pessoal em primeiro plano, sem resgatar qualquer senso de responsabilidade para com as necessidades afetivas e eróticas do outro.

Finalmente, em relação a esse conjunto das perspecti-

vas que compõem o universo sexual da cultura brasileira, é importante salientar que esse conjunto é dinâmico e histórico, portanto, sujeito a mudanças, em consequência das constantes alterações que se processam na cultura.

"... a simples menção de uma doença como a AIDS, com todas as transformações imensamente complicadas que ela inevitavelmente acarreta, é suficiente para lembrar que o quadro da cultura sexual resultante desta análise poderá ser muito diferente daqui a poucos anos". (Parker, 1991, p.247)

A partir do quadro acima explicitado, sobre a cultura sexual no Brasil contemporâneo, fica claramente demonstrada a importância da compreensão histórica da nossa cultura sexual.

Além disso, a compreensão da história sobre como e porque certas normas e valores emergiram, pode constituir-se num dos meios eficazes para levar as pessoas a mudarem sua forma de pensar e se engajarem na luta para a transformação. A ignorância ou falsa convicção das origens dessas normas impedem o questionamento e a mudança. As pessoas não relutariam em mudar sua forma de pensar se soubessem como foi que tudo começou e mais ainda, se soubessem que essas normas jamais teriam emergido num contexto de livres discussões (Geuss, apud Azevedo 1993).

Além dos determinantes externos que regulam e controlam o comportamento, uma *Educação Sexual Política* tem que alertar as pessoas para a auto-repressão, pois conforme coloca Chauí (1985), "... a repressão perfeita é aquela que já não é sentida como tal, isto é, aquela que se realiza como auto-repressão, graças à interiorização dos códigos de permissão, proibição e punição da sociedade". (p.13)

Há uma preocupação bastante acentuada com o fato de que o educador deva estar alerta para que um programa de Educação Sexual não venha a se constituir num meio disseminador de atitudes repressivas em relação ao sexo, muito menos de idéias

neomalthusianas de controle de natalidade (Barroso & Bruschini, 1982; Bernardi, 1985; Canesqui, 1983; Rosemberg, 1985; Werebe, 1978).

Com a emergência da AIDS, aumenta a preocupação com o fato de a Educação Sexual estar atuando de forma repressora, não apenas em relação à possibilidade de vivência da sexualidade com liberdade, mas também em relação ao aumento dos estigmas voltados para as minorias (os chamados libertinos: homossexuais, prostitutas...). "Nossa orientação sexual, hoje parcialmente travestida de liberal, tem ainda um caráter fortemente punitivo, com nuances de crime e castigo". (Petri, 1988, p.21)

Em complementação a essas questões consideradas, é necessário alertar para o fato de que há repressão também na vigorosa incitação ao sexo e na permissividade instigadas pela *mass média*. Há muitas pessoas que

"...na ânsia de superar os tabus repressivos da educação tradicional, não conseguem fazer a crítica da sociedade permissiva, do sexo consumista objetual, quantitativo e pornográfico atual. Na busca de uma liberdade individual, autônoma e humana, frequentemente se tornam presa do consumismo sexual capitalista que hoje está presente em tudo o que fazemos, vemos e ouvimos. Este individualismo espontaneísta muitas vezes é desastroso". (Nunes, 1987, p.14)

Nesse sentido, vemos que a "perspectiva do erótico," já descrita por Parker (1991), apresenta-se mais uma vez falha, pois, apesar de tornar o indivíduo mais propenso a romper com as convenções sociais, a perceber que pode agir diferentemente da forma como a sociedade determina, não prepara as pessoas para fazerem de maneira crítica e construtiva.

Necessário se faz alertar as pessoas para o fato de que a descompressão sexual, que se faz presente em todos os níveis sociais, conduz à falsa idéia de liberdade; por não proibir nada, por permitir tudo, parece isenta de poder controlador, porém o poder está presente nela (na descompres-

são) e age sobre a vida das pessoas, controlando, impondo formas de agir.

Portanto é fundamental que a descompressão sexual seja compreendida não apenas num nível moral, mas dentro de uma visão histórico-crítica da estrutura social como um todo.

Acontece ainda que, juntamente com essa acentuada erotização da sociedade, emergem, evidentemente, séries de novos padrões sexuais, que abertamente confirmam a liberação sexual. Isso faz com que a sexualidade seja responsabilizada pelo caos social e encarada negativamente por boa parcela da sociedade.

Esta crítica é apontada por Ribeiro (1990) e é oportuno ver a reflexão que ele faz sobre a questão:

" ... é perfeitamente possível denunciar a total ausência de valores éticos universais na formação dos indivíduos, a total ausência de respeito pelo outro, a égide do consumismo e do 'levar vantagem a qualquer preço'. É isto que traz problemas para a sexualidade, não a erotização em si. A erotização é natural no ser humano, anima o corpo e a vida. As relações materiais é que estão materializadas, sem afetividade, sem amizade". (p.50)

Uma *Educação Sexual Política* é aquela que orienta para o resgate do gênero e para o resgate do erótico na vida das pessoas .

Quanto ao resgate do gênero, é preciso considerar como ponto de partida, que o entendimento dos papéis sociais deve pautar-se em um enfoque sócio-histórico-cultural, a partir do qual, as características psico-sociais do masculino e do feminino são consideradas mais frutos de condições sociais do que biológicas. Contrário, evidentemente, da situação onde as diferenças encontradas entre homens e mulheres são atribuídas, sistematicamente, a fatores biológicos e fundamentam o conceito de sexo, conceito este que se constitui num entrave para as mudanças de papéis sociais.

Segundo Bruschini e Sarti (1990), "usar a expressão

'relações de gênero', em vez de 'relações entre os sexos' ou 'relações entre o homem e a mulher' não é uma escolha gratuita". A expressão: relações de gênero, não surgiu como vocabulário espontâneo, mas, ao contrário, "... foi construída como um conceito nos estudos sobre mulher feitos nos últimos anos..." (p.1).

Dadas essas colocações, resgatar o gênero implica em que homens e mulheres possam, em conjunto, de acordo com as necessidades de cada momento histórico, reavaliar os papéis sociais e viabilizar as mudanças destes papéis, com a preocupação sempre central de conquistar o bem-estar, o crescimento pessoal e a felicidade de ambos, num ambiente onde nenhum sexo vale mais que o outro e onde todos - homens e mulheres - sejam merecedores de direitos iguais.

Quanto ao resgate do erótico, há que se salientar, inicialmente, a significativa parcela de impulso inicial, de contribuição, dados por Reich, uma vez que, conforme expõe Nunes (1987), elaborou "... o princípio de uma nova compreensão do erótico, do sexual." "...possibilitou uma compreensão menos dicotômica da condição humana, a descoberta do corpo como exigência de prazer, instinto de vida, foi um grito de libertação..." (p.89)

De forma simples e direta pode-se dizer que resgatar o erótico implica em encarar a sexualidade como algo bonito e bom na vida das pessoas, lutando por eliminar a visão que tem predominado: a de algo "sujo", "feio" e "vergonhoso".

Naumi de Vasconcelos (1993), ao analisar com muita propriedade a homossexualidade feminina, tão poeticamente nos conduz para o sentido do resgate do erótico, ao dizer:

"Maravilha é saber que sou dono da minha sexualidade, que ela está sempre comigo e não com o outro". "... Maravilha é ter fé em si e em sua própria sexualidade. Isso me leva a querer descobri-la em mim

mesmo(a), a brincar com ela, a permitir que ela se mostre em meu corpo e minha mente." (p.345)

Na tarefa de resgate do erótico, é fundamental que sejam devidamente revalorizados: o prazer, os sentidos, os gestos, os toques, o corpo como um todo. Esta perspectiva do erótico, definida por Parker, tem trazido grandes contribuições, a saber, por exemplo: a valorização sensual de várias outras partes do corpo, além da vagina e do pênis (a boca, os seios, as pernas...) e da valorização de outras formas de se obter prazer, sem ser o tradicional intercuro genital.

Gaiarsa (1986), por outro lado, chama a atenção para o quanto é preciso aprender a olhar com tranqüilidade e aceitação para os genitais, em especial o pênis (que tem sido vítima de desconsideração, desamor...). Diz ainda que é preciso estar alerta para: "a infinita variedade de conjunto de sensações e emoções que os genitais e o corpo podem emitir em função dos contatos e movimentos". (p.69)

Sem fazer uso do amor (amor-paixão) como uma condição cuja presença ou ausência vai ditar se a união sexual é permitida ou proibida, como parte do processo do resgate do erótico, há que se valorizar a existência do amor nos momentos de contato sexual entre as pessoas, seja o amor duradouro (paixão?) ou seja simplesmente o amor enquanto sentimento de desejar o bem do outro, enquanto sentimento de afeição, amizade, carinho, simpatia e ternura.

Uma *Educação Sexual Política* é aquela que se pauta também no questionamento das determinações rígidas do que é permitido e proibido, seja segundo a perspectiva religiosa, ou a perspectiva médica ou então segundo a perspectiva que se fundamenta nas diferenças de gênero (masculino e feminino). Também coloca-se criticamente frente às injunções da perspectiva do erótico.

Até esse momento, conforme as diversas considerações já feitas neste texto, é possível constatar que *Educação Sexual Política* é uma tarefa gigantesca, dado que envolve séries de compromissos; conseqüentemente é preciso explicitá-los, buscando uma inter-relação entre eles, de tal forma que não corramos o risco de fazermos um trabalho truncado.

Como já se salientou, foi na década de 80 que começaram as primeiras publicações em que a Educação Sexual é encarada como atividade Política.

Embora já fosse possível encontrar no início dessa década, textos que mostrassem uma preocupação política da Educação Sexual, como por exemplo, o texto de Barroso e Bruschini (1982), foi no entanto Maria Amélia Azevedo Goldberg (1988), em seu livro: "Educação Sexual - Uma Proposta, Um Desafio", publicado pela primeira vez em 1982, quem pioneiramente abordou direta e exclusivamente a vinculação entre Educação Sexual e compromisso político.

Como o próprio título do livro sugere, a Educação Sexual é encarada pela autora como um processo permanente, como "...um convite para você comprometer-se numa série de lutas". É o participar das lutas pela transformação dos padrões de relacionamento sexual que levará o indivíduo a educar-se do ponto de vista da sexualidade. Contudo,

"... a educação sexual só poderá contribuir realmente para a mudança dos padrões de relacionamento sexual se for uma prática de:

1<sup>o</sup>) **Autonomia**, isto é, de desenvolvimento de atitudes e valores próprios e da consciência de que cada um pode e deve fazer escolhas pessoais e responder por elas.

2<sup>o</sup>) **Participação** em lutas coletivas, ou seja, um projeto de cooperação e conflito, antes que um exercício de individualismo e cordialidade. Nenhuma transformação significativa na área da sexualidade humana poderá ser conseguida, senão através de luta solidariamente assumida.

3<sup>o</sup>) **Denúncia** e produção de alternativas concretas. A transformação pressupõe a crítica do presente à luz do passado - mas exige também a criação do futuro. Nesse sentido, o fundamental não é contemplar a

realidade, mas agir sobre ela." (Goldberg, 1988, p.11).

Segundo a autora, as lutas às quais é preciso engajar-se são:

- luta a FAVOR DA LIBERDADE SEXUAL -- "Liberdade que consiste no exercício de uma sexualidade liberada (da culpa, no plano pessoal) e libertada (da opressão, no plano social)";
- luta CONTRA O AUTORITARISMO SEXUAL: - "luta contra a desigualdade sexual"; - "luta contra a violência sexual"; - "luta contra o preconceito sexual".

No primeiro tipo de luta contra o AUTORITARISMO, as bandeiras (como diz a autora) são: luta contra o "princípio da assimetria sexual" e luta pelo "direito da mulher ao controle do próprio corpo". No segundo tipo, as bandeiras são: "luta contra a violência aprendida (de que homem deve bater em mulher, pois 'esta nasceu para apanhar')"; "luta contra a violência impune".

Por sua vez, no terceiro tipo de luta contra o AUTORITARISMO, que é contra o preconceito sexual, uma das bandeiras é "rechaçar o estigma" contra o homossexual, a prostituta e outras maneiras de ser ou agir, que fogem à regra, que distanciam-se das chamadas práticas sexuais naturais. É preciso lutar por prevalecer a aceitação das diferenças e o respeito pelas minorias.

É possível constatar que vários teóricos têm aderido à dimensão política da Educação Sexual, contribuindo com reflexões que viabilizam sua concretização. De maneira peculiar, esses teóricos pautam-se nas premissas básicas da Educação Sexual política (ou combativa) explicitadas por Goldberg (1988), em seu já citado livro. Entre os mesmos, citam-se: Raiça e Fernandez (1985); Ribeiro (1990); Riechelmann (1993); Werebe (1982).

Riechelmann (1993), ao criticar ferrenhamente as "aulas de sexo", propõe como alternativa ao modelo de Educação Sexual existente, a proposta de Goldberg (1988), referindo-se à mesma como a Educação Sexual desejada.

Ao elaborar a resenha desse referido livro, Werebe (1982) diz que se trata de uma proposta original da autora, na medida em que se alinha a uma concepção nova de Educação Sexual que

"... não somente leva em conta as múltiplas dimensões desta intervenção pedagógica, mas que procura também situar o educando no contexto amplo de seu meio social presente, com vistas a aproveitar e ampliar o registro de suas competências para se realizar e poder atuar como um ser humano completo e lúcido". (p.79)

Werebe (1982) aponta ainda para o fato de que é uma proposta ambiciosa, porque vai além do limitar-se à transmissão das informações científicas e a trabalhar os aspectos afetivos e psicológicos da sexualidade humana: considera fundamental que o educando conheça a realidade em que vive e os meios pelos quais pode, cooperativamente, ajudar a transformá-la.

Pelo fato de o sexo não deixar de ser também uma questão individual, é importante frisar que essa proposta reconhece também a necessidade de se trabalhar com o educando as informações científicas, bem como os aspectos afetivos e psicológicos, para ajudá-lo a encontrar prazer em sua sexualidade e para que isso contribua para uma vida saudável e feliz. É porém apenas um ponto de partida.

É fundamental estar bem com sua própria sexualidade, porém esta conquista não se dá isoladamente, ou seja: o indivíduo consigo próprio ou com seu parceiro; nem tampouco se dá alienado de uma cultura. Pelo contrário, a vivência pessoal da sexualidade é influenciada, contaminada, afetada pelas conquistas ou entraves que vêm emergindo da contínua construção da mesma pela cultura na qual estão inseridos os indivíduos.

Na tentativa de tornar clara essa idéia, poder-se-ia recorrer ao seguinte questionamento: como pode viver de forma plena e satisfatória sua sexualidade, um indivíduo homossexual que, apesar de ter buscado informações sobre a sexualidade e ter trabalhado os aspectos afetivos e psicológicos relacionados à vivência da mesma, encontra-se imerso num contexto cultural que oprime os indivíduos homossexuais?

De forma análoga, como pode viver plenamente sua sexualidade uma mulher inserida numa cultura marcada pela desigualdade sexual e pelo duplo padrão de moral sexual?

## CAPÍTULO IV

### PROCEDIMENTO

#### Seleção do "corpus"

Foram selecionados para fazer parte deste Estado da Arte os seguintes materiais: livros, dissertações, teses,<sup>2</sup> artigos de periódicos, pesquisas e textos de trabalhos apresentados em eventos científicos.

Os levantamentos bibliográficos pautaram-se nos seguintes termos-chaves: Educação Sexual, Sexualidade, Sexo, Erotismo, Comportamento Sexual e Ética Sexual.

Muitos e variados foram os procedimentos utilizados na tentativa de identificação do maior número possível de textos. Citam-se as consultas a:

- a) referências bibliográficas dos textos que falam sobre Educação Sexual e Sexualidade, incluindo textos que, segundo os critérios, não fizeram parte do Estado da Arte.
- b) fontes bibliográficas:
  - em suporte magnético;
  - impressas;(Ver Anexo 1)
- c) acervo de Bibliotecas:
  - busca direta no acervo da biblioteca;
  - solicitação, por correspondência, de levantamento bibliográfico junto a: Universidades do país; Institui-

---

2 Dissertação corresponde ao trabalho apresentado ao final do Mestrado e Tese, ao final do Doutorado.

ções ligadas à pesquisa e/ou pós-graduação em sexualidade; editoras de revistas religiosas; outras Instituições ou Órgãos.

De um conjunto de correspondências enviadas pela Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina para 30 Instituições universitárias do país, foram recebidas 17 respostas. Também de um conjunto de 13 correspondências enviadas para editoras e Instituições de caráter religioso, foram recebidas 7 respostas. (Constarão em anexo apenas as Instituições ou órgãos que enviaram respostas). (Ver Anexo 2)

- d) Instituições ligadas a pesquisa na área de Educação Sexual e/ou Sexualidade -- contato direto, através de visita às Instituições:
- GTPOS ( Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual de São Paulo;
  - ECOS (Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana) de São Paulo;
- e) catálogos de editoras;
- f) livrarias: da USP ; - distribuidora Vozes e livrarias da cidade de Londrina (Pr), incluindo o CBL (Centro Bíblico de Londrina);
- g) autores: foram enviadas correspondências para vários autores que haviam publicado um ou alguns textos sobre tema, na tentativa de levantar todos os trabalhos publicados pelos mesmos. Assim por exemplo, foi escrito para: Dr. Nelson Vitiello, Lilia M. de Azevedo Moreira e Jorge Alberto S. Barcellos, entre outros.

Foi necessário empreender grandes esforços no sentido de tentar obter exemplares completos dos textos, uma vez que alguns artigos de periódicos, bem como os resumos de trabalhos apresentados em eventos, eram suscintos demais.

Para isso, foi preciso um trabalho em duas, três (ou

mais) etapas, conforme o caso. Assim por exemplo: escrevia-se para a Instituição onde o trabalho fora desenvolvido, para pedir endereço do autor; escrevia-se depois para o autor, solicitando a cópia; e depois, finalmente, para acertos financeiros (em alguns casos).

Alguns textos, principalmente periódicos, por outro lado, já trazem o endereço do autor para correspondência, ou apontam a instituição onde o autor trabalha, o que pode facilitar muito, principalmente, no primeiro caso.

#### Definição de Categorias de Análise:

Inicialmente foram registrados os principais dados de identificação do texto: data, autor, título do texto, título do periódico. Em caso de dissertações e teses acrescentou-se: o nome do orientador, da Instituição (e local da mesma) onde foi desenvolvido o trabalho.

Procedeu-se depois à várias leituras de cada texto, procurando classificá-lo segundo as Categorias que compõem o instrumento de análise:

- AREA: área do conhecimento em que foi produzida a pesquisa/estudo. É identificada através do conteúdo do texto publicado.

A classificação seguiu a Tabela de Áreas do Conhecimento (modelo CAPES/CNPQ), fornecida pela Coordenadoria de Pesquisa e Pós-Graduação (CPG) da Universidade Estadual de Londrina.

Com base nesse material, foi elaborado um quadro resumido, contendo uma seleção das principais áreas do conhecimento diretamente relacionadas à temática Educação Sexual. (Ver Anexo 3).

- TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: o texto pode ser classificado, segundo o tipo de pesquisa/estudo (P/E) em: a) explanação teórica; b) análise histórica; c) análise avaliativa; d) análise investigadora. ( Ver Quadro 1).

Quadro 1

Classificação quanto ao tipo de Pesquisa/Estudo:

a) EXPLANAÇÃO TEÓRICA:

tipo a): discute sobre como desenvolver o trabalho de Educação Sexual: o que fazer, como fazer, quais os problemas a enfrentar....

tipo b): oferece uma reflexão crítica para os profissionais.

tipo c): apresenta explanação de conhecimentos teóricos referentes à sexualidade, ao desenvolvimento humano....

b) ANÁLISE HISTÓRICA:

apresenta reconstituição histórica: da implantação da Educação Sexual; da história da sexualidade; do conjunto de pesquisas realizadas na área... [essa reconstituição deve representar em torno de aproximadamente cinquenta por cento ou mais do texto, para diferenciar das introduções dos textos]

c) ANÁLISE AVALIATIVA:

que apresenta, discute e avalia um (alguns) programa(s) de Educação Sexual já aplicado(s), ou experiências de Educação Sexual desenvolvidas.

d) ANÁLISE INVESTIGADORA:

tipo a): procura investigar junto aos jovens:

- comportamentos sexuais, atitudes sexuais, conhecimento sobre sexualidade;
- interesses, necessidades e/ou opiniões sobre educação sexual.

tipo b): procura investigar junto a pais e/ou professores (ou outros profissionais):

- comportamentos sexuais, atitudes sexuais e conhecimento sobre sexualidade;
- interesses, necessidades e opiniões sobre Educação Sexual.

tipo c); investiga a realização de trabalhos de Educação Sexual.

Um único trabalho pode vir a ser classificado em dois tipos de pesquisa/estudo , quando há uma distribuição mais ou menos equitativa de cada um dos tipos ocupando o corpo do texto. Nos casos em que há diferença significativa de proporção, fica valendo o tipo que mais predominar.

- ABORDAGEM: O texto pode ser classificado como estando comprometido com uma das Abordagens de Educação Sexual:

- a) Abordagem Religiosa;
- b) Abordagem Médica;
- c) Abordagem Pedagógica;
- d) Abordagem Política.

Essa classificação é feita de acordo com a fundamentação teórica apresentada no Capítulo III, desta Dissertação.

As idéias fundamentais de cada Abordagem estão resumidas em forma de esquema, para facilitar o processo classificatório. (Ver Anexo 4).

Embora um mesmo texto possa apresentar alguns pontos pertinentes a mais de uma Abordagem, ele é classificado segundo a Abordagem predominante.

De forma análoga, um texto pode ser classificado numa Abordagem, mesmo que não preencha, na íntegra, todos os requisitos nela implicados, conforme constam no Anexo 4.

- CONTEXTO : é identificado o contexto dentro do qual é abordada a Educação Sexual: familiar, escolar, clínico, pastoral, de serviços de saúde, *mídia*, ou contexto amplo (quando aborda mais de um contexto, porém de maneira "*an passan*").

- TIPO DE EDUCANDO : é procurado identificar a qual tipo de educando refere-se o texto: criança, jovem, estudante (de forma geral), estudante do 1º grau, estudante do 2º grau, estudante

de 30 grau, adulto, mulheres (em geral), paciente (de setor de saúde), deficiente mental ou deficiente físico.

- ELEMENTOS-CHAVES : é investigado se o autor aborda os seguintes elementos-chaves: prazer, amor, relações de gênero, abuso e/ou violência sexual, DST e sexualidade na velhice.

- PROFISSIONAL RESPONSÁVEL: quanto ao profissional que deve assumir o papel de educador sexual, o texto aponta para qual? Se aponta, o autor afirma que cabe estritamente ao profissional que ele aponta ou deixa, em aberto, a possibilidade de que o papel seja desempenhado por outro ou vários outros profissionais?

O texto faz referência ao profissional psicólogo e sobre sua participação na Educação Sexual? Especificar.

- QUESTÕES CONCEITUAIS: Como o autor define Educação Sexual (se define). Qual a terminologia que usa: Educação Sexual ou Orientação Sexual (ou outra)? Estabelece alguma relação e/ou diferença entre esses termos?

- CONCEPÇÕES QUESTIONÁVEIS: O texto apresenta concepções questionáveis? Especificar.

Os resultados da classificação foram registrados numa base de dados bibliográficos, desenvolvida com *software microfilm* e estão apresentados no Anexo 5.

Para assegurar a fidedignidade das avaliações de cada texto que integra o "*corpus*", ficou determinado que duas psicólogas atuassem como juízas. Assim, além das avaliações feitas pela pesquisadora, cada uma delas classificou, individualmente,

todos os textos, de acordo com as Categorias acima explicitadas.

No decorrer de um semestre, foram realizadas doze reuniões (numa média de quatro horas cada), onde as avaliações da pesquisadora eram confrontadas com as das juízas. No caso em que havia discordâncias, dava-se prosseguimento às discussões, com o intuito de se chegar a um consenso. Quando este não era viável, decidia-se pela revisão do texto e rediscussão na reunião seguinte.

Com respeito às Abordagens de Educação Sexual, a fundamentação teórica de cada uma delas (que integra o Capítulo III desta Dissertação), foi enviada para um profissional experiente, a fim de que emitisse um parecer, que foi utilizado como subsídio para o aprimoramento de algumas Abordagens.

## CAPÍTULO V

### RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Para análise dos resultados, tomou-se como ponto de referência a forma como foram organizados os gêneros de publicações que compõem o "corpus":

- Grupo A: livros e capítulos de livros.
- Grupo B: artigos, pesquisas e trabalhos apresentados em eventos.
- Grupo C: dissertações e teses.

Tendo em vista essa pré-condição, procurou-se proceder à análise e discussão dos resultados, em relação às Categorias estabelecidas (e delineadas no Cap. IV), partindo-se, inicialmente, da "Abordagem de Educação Sexual", por ser uma Categoria diretamente relacionada ao objetivo fundamental da presente pesquisa.

#### 1. Da Abordagem de Educação Sexual.

##### 1.1. No Grupo A: livros e capítulos de livros.

Como mostra a Tabela 1, no conjunto de 33 publicações (12 livros e 21 capítulos de livros), constatou-se o predomínio da Abordagem Pedagógica, em oposição ao percentual bastante baixo das Abordagens Médica e Religiosa. A Política, por sua vez, teve um índice médio.

Tabela 1

## Distribuição das Abordagens de Educação Sexual no Grupo A

ABORDAGEM	fi	fri%
Religiosa Tradicional	2	6.06
Médica	2	6.06
Pedagógica	17	51.52
Política	12	36.36
Total	33	100

fi= frequência

fri%= frequência relativa percentual

A Tabela 2, que apresenta o resultado da análise dos doze livros (tomados, separadamente, dos capítulos de livros) indica que há, nos mesmos, um índice de distribuição semelhante ao resultado do Grupo A como um todo, exceto que, não há registro de livro, que na sua íntegra, seja pertinente à Abordagem Médica.

Tabela 2

## Distribuição das Abordagens de Educação Sexual nos livros.

ABORDAGEM	fi	fri%
Religiosa Tradicional	1	8.33
Médica	--	--
Pedagógica	7	58.34
Política	4	33.33
Total	12	100

1.2 No Grupo B: artigos, pesquisas e trabalhos apresentados em eventos.

Num total de 72 publicações, constatou-se, conforme mostra a Tabela 3, um predomínio da Abordagem Pedagógica, tendo atingido, neste Grupo, um percentual maior (63.89%) que no Grupo A (51.52%). Verificou-se também, uma duplicação da percentagem da Abordagem Médica (12.50%) em relação ao Grupo anterior, que foi de 6.06%.

Tabela 3

Distribuição das Abordagens de Educação Sexual no Grupo B

ABORDAGEM	fi	fri%
Religiosa Tradicional	4	5.55
Médica	9	12.50
Pedagógica	46	63.89
Política	13	18.06
Total	72	100

### 1.3 No Grupo C: Dissertações e Teses.

No conjunto de 14 dissertações e 3 teses, novamente se repete o predomínio da Abordagem Pedagógica (52.94%), no entanto, é relativamente próximo deste, o índice atingido pela Abordagem Política: 41.18%, conforme demonstrado na Tabela 4.

Tabela 4

## Distribuição das Abordagens de Educação Sexual no Grupo C

ABORDAGEM	fi	fri%
Religiosa Tradicional	--	--
Médica	1	5.88
Pedagógica	9 <sup>a</sup>	52.94
Política	7 <sup>b</sup>	41.18
Total	17	100

a = 8 dissertações e 1 tese  
b = 5 dissertações e 2 teses

Nos Grupos A, B e C a Abordagem Pedagógica predomina, uma vez que ultrapassa, em todos, a percentagem de 50%. É no Grupo B que seu índice é mais acentuado: 63.89%.

Neste último, tanto a Abordagem Política, quanto a Médica, têm uma presença baixa, sendo de 18.06% a primeira e 12.50% a segunda.

No Grupo A a percentagem da Abordagem Política, em comparação ao Grupo B (18.06%), é o dobro, ou seja: 36.36%. É no Grupo C, no entanto, que essa Abordagem atingiu um nível mais significativo: 41.18%

A Tabela 5 resume a distribuição, por períodos, das Abordagens de Educação Sexual, independentemente da distribuição em Grupos (A, B e C).

Distribuição - por períodos - das  
Abordagens de Educação Sexual

Período	80 - 84		85 - 89		90 - 93		Total
ABORDAGEM	fi	fi %	fi	fi %	fi	fi%	
Religiosa Tradic.	5	83.33	1	16.67	--	--	6
Médica	3	25	6	50	3	25	12
Pedagógica	11	15.28	29	40.28	32	44.44	72
Política	12	35.50	10	31.25	10	31.25	32

Vale a pena ressaltar, por ora, que tanto a Abordagem Religiosa, como a Política, tiveram sua maior freqüência no primeiro período, enquanto que a Médica teve no segundo.

A Pedagógica, por sua vez, foi aumentando, gradualmente, no decorrer dos períodos, atingindo seu maior índice no último.

A distribuição das Abordagens, por períodos, nos vários Grupos, apresentada na Tabela 6, esclarece, de forma mais minuciosa, o fato de a Abordagem Pedagógica ter tido, de modo geral, aumentos significativos nos dois últimos períodos, em relação ao primeiro, em todos os Grupos. No B, houve uma ligeira queda no último período, em relação ao segundo.

Tabela 6

Distribuição - por períodos - das Abordagens de Educação Sexual nos Grupos A, B e C

Abordagem	Grupo	P e r i o d o						
		80 - 84		85 - 90		90 - 93		Total
		fi	fi%	fi	fi%	fi	fi%	
Religiosa Tradicional	A	1	50	1	50	-	-	2
	B	4	100	-	-	-	-	4
	C	-	-	-	-	-	-	0
Médica	A	-	-	-	-	2	100	2
	B	2	22.22	6	66.67	1	11.11	9
	C	1	100	-	-	-	-	1
Pedagógica	A	3	17.65	4	23.53	10	58.82	17
	B	7	15.22	21	45.65	18	39.13	46
	C	1	11.11	4	44.44	4	44.44	9
Política	A	3	25	4	33.33	5	41.67	12
	B	8	61.54	1	7.69	4	30.77	13
	C	1	14.28	5	71.43	1	14.28	7

Foi levado em conta a 1<sup>a</sup> data de publicação, quando esta estava informada no livro.

No que concerne à Abordagem Política, verifica-se que no período de 80 - 84, sua maior frequência deu-se através de publicações do Grupo B (artigos...): 61.54%. No período de 85 - 89, foi mais acentuada no Grupo C (dissertações e teses): 71.43%. Por outro lado, nesse último Grupo, houve um forte decréscimo no período de 90 a 93, pois foi registrada apenas uma tese, o que representa 14.28 % do conjunto de teses e dissertações classificadas como Abordagem Política.

Considerando-se a Tabela 6, pode-se verificar que, além de ser baixo o número de publicações da Abordagem Religiosa Tradicional, a maior parte delas, deu-se no período de 80 -

84, através de publicações do Grupo B (artigos...). Isto se deve à elaboração de um número especial da Revista de Educação AEC, que agregou quatro artigos que falam sobre Educação Sexual e que são dessa Abordagem (além de mais quatro outros, que porém foram classificados segundo a Pedagógica).

Esperava-se, a princípio, categorizar o texto apenas em Religioso Tradicional ou Liberador, no entanto, no conjunto das seis publicações religiosas, que compõem o "corpus", foram identificados dois textos Tradicionais "Questionadores": o capítulo de livro, de Luca (1980) e o livro de Gasquez (1991), cuja primeira publicação se deu em 1988.

Isto vem confirmar a validade da forma como foram estruturadas, classificadas, nesta presente pesquisa, as Abordagens Religiosas de Educação Sexual. Além disso, considera-se significativo o fato de ter sido possível identificar, nos textos que estão comprometidos com a Abordagem Religiosa Tradicional, os que são "Questionadores", também porque denota um avanço no posicionamento dos teóricos, bem como na qualidade da produção científica.

Conforme explicitado no Capítulo III, "Questionadores" são os textos onde o autor procura seguir as normas religiosas oficiais sobre a sexualidade (no Catolicismo), ou guia-se pela interpretação literal da Bíblia (no Protestantismo), mas, ao mesmo tempo, esforça-se por adaptar as normas oficiais, ou as mensagens bíblicas, à cultura, ao contexto social, histórico, político e econômico de cada época. Além disso, o autor procura levar em consideração as contribuições das várias ciências, considerando-as essenciais, embora, ao mesmo tempo, limitadas.

De acordo com os dados deste Estado da Arte, vê-se então, que tem sido mínima a contribuição dos teóricos da

Teologia para a produção científica sobre Educação Sexual, dado o reduzido número de publicações, bem como uma concentração dessas na primeira metade da década de 80. O quadro agrava-se, quando se constata que não houve nenhum registro na Abordagem Religiosa Liberadora, o que conferiria, caso houvesse, melhor qualidade aos textos pertinentes à Abordagem Religiosa.

Segundo, ainda, a Tabela 6, **Abordagem Médica** teve uma presença, também, significativamente baixa, tendo atingido sua maior frequência, no período de 85 - 89, basicamente através de "artigos" (Grupo B): 66.67%

É possível crer que o predomínio da Abordagem Pedagógica, em relação às outras, nos três Grupos, esteja diretamente relacionado à visão da educação como meio de melhoria da condição de vida da população, conforme idéias que fundamentam o "I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República" e o "Plano Educação para Todos: Caminho para Mudança" (que abrangem o período de 1986 a 1989), analisados por Oliveira (1989).

A preocupação com a melhoria da qualidade de vida vai ao encontro do objetivo fundamental da Abordagem Pedagógica de Educação Sexual, que é levar o educando à uma vivência saudável e feliz e ao desenvolvimento harmônico e satisfatório de sua sexualidade.

A relação direta entre os pressupostos dos Planos Educacionais, acima referidos, e a produção científica em Educação Sexual dentro de uma Abordagem Pedagógica, parece ficar ratificada, quando se verifica que, no período de 85 a 89 (período relativamente comum aos Planos) a produção de artigos, pesquisas e trabalhos apresentados em eventos (Grupo B) triplicou e a de dissertações e teses (Grupo C) quadruplicou, em relação ao período de 80-84.

De acordo com os apontamentos feitos por Oliveira

(1989), nos Planos Educacionais, por ela analisados, também está explícito o intuito de amenizar as injustiças sociais e conscientizar a nação para a importância político-social da educação.

Estes propósitos têm, teoricamente falando, uma relação direta com a Abordagem Política de Educação Sexual e requerem, evidentemente, para sua aplicação, um preparo maior dos profissionais envolvidos com a educação.

O fato de se verificar que o aumento da produção científica, do primeiro período (80 - 84), para o segundo (85 - 89), dentro da Abordagem Política, só aconteceu no Grupo C, ou seja, no conjunto das dissertações e teses, vem, possivelmente, mostrar que é na pós-graduação que aumentam as chances de se obter uma visão do papel político-social da educação.

Provavelmente, a maioria dos estudiosos que publicaram textos sobre Educação Sexual, na década de 80, tiveram sua formação universitária na década de 70, ou no início da mesma, período em que, possivelmente, não se oferecia, ou, pouco se oferecia, ao graduando, em termos de uma visão crítica do papel da educação com ênfase em sua função político-social.

Supõe-se também, que os trabalhos que relatam experiências pioneiras em Educação Sexual no Brasil, tais como: Pimentel e Sigrist, 1971; São Paulo, 1984 e Werebe, 1977, tenham exercido influência na Abordagem adotada pelos pesquisadores e estudiosos brasileiros. Como foram pesquisas comprometidas com a Abordagem Pedagógica, conseqüentemente, favoreceram uma produção científica maior dentro dessa Abordagem, em detrimento, portanto, das outras, principalmente, da Política.

Ao se tentar compreender o porquê do predomínio da Abordagem Pedagógica nas produções científicas sobre Educação Sexual, é por demais importante, também, tentar fazer uma interligação com as tendências pedagógicas no contexto escolar

brasileiro.

Sabe-se que a primeira tendência pedagógica emergida foi a Pedagogia Tradicional, segundo a qual, a finalidade da educação é o cultivo do individual, o desenvolvimento das aptidões individuais, que preparam o sujeito para ocupar um lugar na sociedade.

De acordo com Saviani ([1980?]) e Libâneo (1984), outros tipos de Pedagogia foram surgindo ao longo da história, com o propósito de melhorar a educação. Embora tenha-se chegado até à Pedagogia Crítico-social dos conteúdos, ou mais atualmente chamada por Saviani, de Pedagogia Histórico-crítica, ainda encontra-se, na educação brasileira, influências, ou mesmo, possivelmente, uma presença integral, ou quase integral, em alguns casos, da Pedagogia Tradicional, tanto na forma de conduzir o processo ensino-aprendizagem, quanto, principalmente, nas formas de avaliação deste processo, conforme aponta Luckesi (1994).

Segundo este autor, a Pedagogia Tradicional no Brasil, emergiu estritamente vinculada ao modelo educacional católico e protestante, onde o que impera é a visão salvaçãoista de preparar o indivíduo, fazendo-o assimilar passivamente os conhecimentos produzidos, para enquadrar-se no modelo de sociedade predominante.

Assim sendo, embora a Educação Sexual seja tratada, na maioria das vezes, como *uma parte da* educação global, ou muitas vezes, *à parte da* mesma, as suas experiências práticas cotidianas, bem como as pesquisas e estudos, são, muito possivelmente, influenciados também pela presença da Pedagogia Tradicional, ou seja, por uma Concepção Filosófica Humanista Tradicional da Educação.

Considerando-se, separadamente, a distribuição por

períodos, apenas das dissertações e teses (Grupo C) em relação à Abordagem de Educação Sexual, de acordo com a Tabela 7, o maior índice de publicação desse gênero deu-se no período de 85-89 (52.94%) e ainda mais: o número de dissertações e/ou teses classificadas como Abordagem Política (cinco) supera, em pequeno grau, o de classificadas como Pedagógica (quatro), nesse mesmo período.

Tabela 7

Distribuição -- por períodos -- das Abordagens de Educação Sexual no Grupo C

Abordagem	P e r i o d o						
	80 - 84		85 - 90		90 - 93		Total
	fi	fi%	fi	fi%	fi	fi%	
Religiosa Tradicional.	--	--	--	--	--	--	
Médica	1	100	--	--	--	--	1
Pedagógica	1	11.11	4	44.44	4	44.44	9
Política	1	14.28	5	71.43	1	14.28	7
Total por período	3	17.65	9	52.94	5	29.41	17

Enquanto as dissertações e/ou teses da Abordagem Pedagógica mantiveram a mesma freqüência (quatro) no segundo e terceiro períodos, que equivale à 44.40%, houve uma queda significativa da freqüência da Abordagem Política, caindo de cinco (52.94%) no segundo, para um (29.41%) no terceiro.

Conforme discutido, em momento anterior, seria de se esperar que a freqüência de dissertações e teses (Grupo C), dentro da Abordagem Política, continuasse a crescer, uma vez

que, supõe-se, como já foi salientado, que as produções científicas oriundas na pós-graduação possam fomentar uma visão político-social da educação.

No entanto, o fato de o índice ter sido reduzido, ao adentrar na década de 90, possivelmente seja devido aos problemas sociais, que se acentuaram no final da década de 80 e início da atual, tais como: AIDS, gravidez na adolescência e aumento de abortos, que, provavelmente, tenham direcionado os trabalhos de Educação Sexual preocupados com a saúde sexual do indivíduo e da sociedade como um todo, conduzindo, indiretamente então, para uma Abordagem Pedagógica.

## 2. Da Area de publicação:

Partindo-se da análise do *conteúdo* (fundamentação teórica) de cada publicação que compõe o "*corpus*", para classificá-las em Áreas, constatou-se que foram classificadas, em sua grande maioria, em Áreas que integram as CIÊNCIAS HUMANAS e, num pequeno percentual, em Áreas que integram as CIÊNCIAS DA SAÚDE.

Isto se deu nos Grupos A e B, sendo que o Grupo C é exclusivamente categorizado nas CIÊNCIAS HUMANAS, conforme demonstra a Tabela 8.

Tabela 8

Distribuição em Áreas -- por conteúdo --  
dos Grupos A, B e C

GRANDE ÁREA	ÁREA/ Sub-área	GRUPO A		GRUPO B		GRUPO C		
		fi	fi%	fi	fi%	fi	fi%	
C I Ê N C I A S  H U M A N A S	Educação/ Fundamentos	7	21.21	13	18.06	7	41.18	
	Educação/ Ensino-Apr.	16	48.49	11	15.28	3	17.64	
	Educação/ Currículo	--	--	6	8.33	2	11.77	
	sub-total 1	23	69.70	30	41.67	12	70.59	
	Psicologia/ Social	1	3.03	5	6.94	--	--	
	Psicologia/ Escolar	2	6.06	6	8.33	3	17.64	
	Psicologia/ Clínica	2	6.06	10	13.89	2	11.77	
	sub-total 2	5	15.15	21	29.16	5	29.41	
	Sociologia	2	6.06	3	4.17	--	--	
	Antropologia	--	--	1	1.39	--	--	
	Teologia	2	6.06	3	4.17	--	--	
	total	32	96.97	58	80.56	17	100	
	C I Ê N C I A S  D A  S A Ú D E	Medicina/ Clínica Méd.	--	--	7	9.72	--	--
		Saúde Colet./ Medic. Prev.	1	3.03	7	9.72	--	--
total		1	3.03	14	19.44	--	--	
Total Geral		33	100	72	100	17	100	

Dentro da Grande Área: CIÊNCIAS HUMANAS, é nítido -- em cada um dos três Grupos (A, B e C) -- o predomínio da Área da Educação: 69.70% no Grupo A, 41.67% no B e 70.59% no C. Considerando suas sub-áreas, vale a pena ressaltar que a sub-área fundamentos teve maior representatividade (41.18%) no

Grupo C, enquanto que a sub-área ensino-aprendizagem teve seu maior índice (48.49%) no Grupo A.

Um número relativamente pequeno de publicações foi categorizado pelo *conteúdo*, como pertinente à Área de Psicologia. É de quase 30% sua representatividade no Grupo B e C. Neste último, destacou-se a sub-área Psicologia Escolar, enquanto que no primeiro, a Psicologia Clínica. No Grupo A é ainda mais baixo o índice nessa Área: 15.15%.

As Áreas de Sociologia e de Teologia tiveram índices iguais de representatividade, sendo de 6.06% no Grupo A e de 4.17% no B, cada uma, o que é considerado um índice bastante baixo.

Ao se tentar fazer um paralelo entre a distribuição das dissertações e teses (Grupo C) em Áreas, segundo a classificação por *conteúdo* e por *titulação* obtida na pós-graduação, pode-se constatar, conforme mostra a Tabela 9, que o predomínio da Área da Educação fica evidente nas duas formas, apesar de haver diminuição em seu percentual (de 70.59% para 58.82%), na classificação pela *titulação*.

Tabela 9

Distribuição do Grupo C segundo a classificação em áreas, por conteúdo e por titulação

GRANDE AREA	Conteúdo			Titulação		
	Area/Sub-área	fi	fi%	Area/Sub-área	fi	fi%
C I Ê N C I A S  H U M A N A S	Educação/ Fundamentos	7	41.18	Educação	4	23.54
	Educação/ Ensino-Apr.	3	17.65	Educação/ Escolar Bras.	2	11.76
	Educação/ Currículo	2	11.76	Educação/ Me- todol.de Ens.	1	5.88
	sub-total 1	12	70.59	Educação/ Acons. psico- pedagógico	1	5.88
	Psicologia/ Social	--	--	Filosofia e Hist.da Educ.	1	5.88
	Psicologia/ Escolar	3	17.65	Psicologia da Educação	1	5.88
	Psicologia/ Clínica	2	11.76	sub-total 1	10	58.82
	sub-total 2	5	29.41	Psicologia/ Escolar	2	11.76
	Sociologia	--	--	Psicologia/ Clínica	2	11.77
	Antropologia	--	--	sub-total 2	4	23.53
	Teologia	--	--	total	14	82.35
	total	17	100	total	14	82.35
	C I Ê N C I A S  D A  S A U D E	Medicina/ Clínica Méd.	--	--	Enfermagem	1
Saúde Colet./ Medic. Prev.		--	--	Saúde Pública	2	11.77
total		--	--	total	3	17.65
Total Geral		17	100	Total Geral	17	100

Esta diminuição é devido ao fato de que a segunda forma de classificação apontou para o registro de uma dissertação (Figueiredo, 1991) e de uma tese (Egry, 1985) na Área da Saúde Pública e de uma dissertação (Felizari, 1989) em Enfermagem, que não foram apreendidas através da classificação pelo

conteúdo. Isso mostra que, apesar desses trabalhos terem sido produzidos na Área da Saúde Pública ou Enfermagem, a forma de abordar o conteúdo está relacionada, de maneira substancial com a Área da Educação. É a própria temática (Educação Sexual), em si, que parece justificar essa situação.

A diferença observada na Tabela 9 entre as duas formas de classificação, em relação às terminologias usadas para especificar as **sub-áreas da Educação**, parece não haver afetado o quadro demonstrativo da representatividade desta Área como um todo.

Quanto à representatividade da Área da Psicologia no Grupo C, segundo as duas formas de classificação, pode-se dizer que, praticamente, manteve-se uniforme.

### 3. Do tipo de Pesquisa/Estudo.

É preciso reconsiderar, ao longo de todo o item 3, que um mesmo texto pode ser classificado em um ou vários tipos de pesquisa/estudo e isto provoca sobreposição -- contagens duplicadas ou triplicadas -- trazendo variações em somas parciais e/ou totais, em alguns pontos.

#### 3.1 No Grupo A: livros e capítulos de livros.

Os 12 livros e os 21 capítulos de livros são, em sua grande maioria, classificados como **explicação teórica**.

Assim, conforme a Tabela 10, num total de 33 publicações, a explicação teórica tipo "a", que consiste em discutir sobre como desenvolver o trabalho de Educação Sexual, é encontrada em 66.66% (22 textos) e a explicação teórica tipo "b", que consiste em oferecer uma reflexão crítica, é identificada em 42.42% (14 textos). A explicação teórica tipo "c", que

implica em apresentar conhecimentos teóricos sobre a sexualidade ou o desenvolvimento humano, é encontrada em 30.30% (10 textos).

Tabela 10

Distribuição do Grupo A em tipos de pesquisa/estudo em relação às Abordagens de Educação Sexual

Abordagem	n	Explicação Teórica			Anál. Hist.	Anál. Aval.	Análise Investigadora		
		a	b	c			a	b	c
Religiosa Tradicional	2	1	1	1	--	--	1	1	--
Médica	2	1	1	2	--	--	--	--	--
Pedagógica	17	14	2	5	--	2	--	1	1
Política	12	6	10	2	2	2	1	--	--
Total	33	22	14	10	2	4	2	2	1
Total %		66.66	42.42	30.30	6.00	12.12	6.00	6.00	3.03

n = número total de publicações em cada Abordagem.

Já a análise histórica (que apresenta reconstituição histórica da implantação da Educação Sexual e/ou da história da sexualidade e/ou do conjunto de pesquisas realizadas na área...) é encontrada em 6% (em um livro: Nunes, 1987 e um capítulo de livro: Bruschini & Barroso, 1986).

A análise avaliatória, que implica em discutir e/ou avaliar experiências (ou programas) de Educação Sexual desenvolvidos, é encontrada em 12.12% (4 textos), sendo dois livros (Barroso & Bruschini, 1982; São Paulo, 1984) e dois capítulos de livros (Bruschini & Barroso, 1986; Silva, 1993).

Um total de 4 textos (12.12%) é classificado como análise investigadora, isto é, que investiga: comportamentos e

atitudes sexuais; conhecimento sobre sexualidade; opiniões sobre Educação Sexual e a realização de trabalhos de Educação Sexual.<sup>3</sup> Os textos são os seguintes: dois livros (Barroso & Bruschini, 1982; Ribeiro, 1990) e dois capítulos de livros (Luca, 1980; Rosemberg et al., 1990).

Dos livros e capítulos de livros classificados como **explicação teórica tipo "a"**, 63.63% são pertinentes à Abordagem *Pedagógica* e 27,27% pertinentes à *Política*. Proporção semelhante, acontece nos de tipo "c".

De forma oposta, dos textos classificados como **explicação teórica tipo "b"**, 71.42% são pertencentes à Abordagem *Política* e 14.28% à *Pedagógica*.

Tomando-se isoladamente o conjunto dos 12 livros, é possível constatar que, em proporções semelhantes, o mesmo quadro repete-se, ou seja: há uma forte relação entre explicação teórica tipo "a" e "c" com a Abordagem *Pedagógica* e entre explicação teórica tipo "b" com a *Política*.

### 3.2 No Grupo B: artigos, pesquisas e trabalhos apresentados em eventos.

Do total de 72 publicações (ou textos), a grande maioria está classificada, também, como **explicação teórica**.

Conforme a Tabela 11, a explicação teórica tipo "a" é encontrada em 41.66% (30 textos) e a explicação teórica tipo "b" em 27.77% (20 textos). Com relação ao tipo "c", é encontrado em 15.27% (11 textos).

---

3 A classificação em tipos "a", "b" e "c" da análise investigadora está delineada no Quadro 1 do capítulo III.

Tabela 11

Distribuição do Grupo B em tipos de pesquisa/estudo em relação às Abordagens de Educação Sexual

Abordagem	n	Explicação Teórica			Anál. Hist.	Anál. Aval.	Análise Investigadora		
		a	b	c			a	b	c
Religiosa Tradicional	4	4	1	2	--	1	--	--	--
Médica	9	4	1	2	1	3	--	--	--
Pedagógica	46	18	7	6	1	12	6	5	3
Política	13	4	11	1	--	6	1	--	1
Total	72	30	20	11	2	22	7	5	4
Total %		41.66	27.77	15.27	2.77	30.55	9.72	6.94	5.55

n = número total de publicações em cada Abordagem.

Apenas duas, ou seja: 2.77% do total de publicações, são do tipo **análise histórica**. São elas: Cavalcanti, R.C., 1990 e Rosemberg, 1985.

Por outro lado, pesquisas/estudos do tipo **análise avaliatória**, tem um índice relativamente mais acentuado, sendo de 30,55% (22 textos).

Pode ser também considerado baixo o número de textos do tipo **análise investigadora**, pois perfaz 13,88% (10 textos) do conjunto completo, desconsiderando-se as sobreposições de classificação dentro desse tipo, como por exemplo, as que são classificadas, ao mesmo tempo, como investigadoras "a" e "b".

Semelhantemente ao que aconteceu no Grupo A, 60% dos textos do Grupo B, classificados como explicação teórica tipo "a", são classificados como pertinentes à Abordagem *Pedagógica* de Educação Sexual e 13.33% são pertinentes à Abordagem *Política*. Dos classificados como explicação teórica tipo "c", 54.54%

dos textos são da *Pedagógica* e apenas 9.09% da *Política*.

Da mesma forma que no Grupo A, situação inversa ocorreu com as pesquisas/estudos classificadas como explanação teórica tipo "b" (que oferece reflexão crítica), onde então, 55% são pertencentes à Abordagem *Política* e 35% à *Pedagógica*.

Em relação aos textos classificados como análise avaliatória, 54.54% é da *Pedagógica* e 27.27% da *Política*.

A *Pedagógica* também domina os textos de tipo análise investigadora (90%).

Evidentemente, o predomínio desta última Abordagem justifica-se pelo fato de que 63% do total de artigos, pesquisas e ou trabalhos apresentados em eventos são pertinentes à ela.

No entanto, apesar disso, é significativa a diferença entre o predomínio da *Pedagógica* nas pesquisas/estudos classificadas como explanação teórica tipo "a" e "c", em contraposição ao predomínio da Abordagem *Política* nas de tipo "b" (que oferece reflexão crítica).

### 3.3 No Grupo C: Dissertações e Teses.

Do conjunto de 14 dissertações e 3 teses, foram classificadas como **explanação teórica** 14 (82.35%), sendo dessas, seis do tipo "a", dez do tipo "b" e seis do tipo "c", não se levando em consideração as sobreposições.

De acordo com a Tabela 12, apenas uma publicação (5.88%) foi classificada como **análise histórica** (Matanó, 1990) e cinco (29.41%) como **análise avaliatória**, sendo: Ferrua, 1980; Felizari, 1989; Guimarães, 1989; Matanó, 1990 e Verardo, 1989.

Tabela 12

Distribuição do Grupo C em tipos de pesquisa/estudo em relação às Abordagens de Educação Sexual

Abordagem	n	Explicação Teórica			Anál. Hist.	Anál. Aval.	Análise Investigadora		
		a	b	c			a	b	c
Religiosa Tradicional	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Médica	1	1	--	1	--	--	--	1	--
Pedagógica	9	4	3	3	1	3	5	2	--
Política	7	1	7	2	--	2	1	5	1
Total	17	6	10	6	1	5	6	8	1
Total %		35.29	58.82	35.29	5.88	29.41	35.29	47.05	5.88

n = número total de publicações em cada Abordagem.

Nove publicações (52.94%) foram classificadas como análise investigadora: cinco do tipo "a", sete do tipo "b" e uma do tipo "c" (desconsiderando as sobreposições).

Das dissertações e/ou teses classificadas como explicação teórica tipo "a", análise avaliatória e análise investigadora tipo "a", a Abordagem *Pedagógica* está presente em 70% de cada um desses tipos de pesquisa/estudo.

Por outro lado, 70% das dissertações e/ou teses classificadas como explicação teórica "b" e 57.14% das classificadas como análise investigadora tipo "b", são pertinentes à Abordagem *Política*.

Por se tratar de publicações científicas acadêmicas, de nível de pós-graduação, considera-se baixo o percentual de 58.82% (10 no conjunto de 17) classificado como explicação teórica tipo "b", ou seja, que oferece reflexão crítica, o que aponta, portanto, para a necessidade de mais dissertações e

teses que possam ser consideradas do "tipo b".

Tomando-se em especial, isoladamente, as três teses que integram o "corpus", tem-se o seguinte quadro: 2 (já incluídas no total das 10 acima referidas) são categorizadas como explanação teórica tipo "b": Egry, 1985 e Guimarães, 1989. A tese de Angeli (1992), considerando-se especificamente "apenas o capítulo que fala sobre Educação Sexual" [grifo nosso], não recebeu essa classificação.

No que concerne à classificação das publicações, com respeito ao tipo das **explanações teóricas**, é útil agrupá-las e compará-las nos três Grupos, segundo mostra a Tabela 13.

Tabela 13

Percentagem dos tipos de explanação teórica nos Grupos A, B e C

Explanação Teórica	GRUPO A n = 33	GRUPO B n = 72	GRUPO C n = 17
tipo "a"	66.66%	41.66%	35.29%
tipo "b"	42.42%	27.77%	58.82%
tipo "c"	30.30%	15.27%	35.29%

n = número total de publicações em cada Grupo

Analisando especialmente a explanação teórica "tipo b", que é a que oferece reflexão crítica, vê-se na Tabela 13, como era de se esperar, que as dissertações e teses (Grupo C) têm índice mais alto, porém, não satisfatório, nesse tipo de pesquisa/estudo.

Por outro lado, chama atenção o fato de as publicações do Grupo A e B terem um índice baixo no mesmo "tipo b", considerando-se que, provavelmente, são os livros e os artigos

de periódicos os materiais de mais fácil acesso aos educadores sexuais, com formação universitária, ou não. É possível crer, que nos programas de disciplina de graduação, ou de cursos de especialização em Educação Sexual, possam ser esses os materiais mais indicados para leituras, por serem geralmente mais concisos e acessíveis.

Segundo afirmou Ribeiro (1990), "é difícil encontrarmos material de fácil acesso para reflexão crítica dos profissionais que pretendem atuar como orientador sexual". (p.19)

Isso tudo conduz, conseqüentemente, ao apontamento da necessidade de que os gêneros de publicação acima referidos (livros e artigos), ao falarem sobre o assunto, caracterizem-se por servir como reflexão crítica aos leitores, independentemente do fato de se constituírem também numa análise histórica, avaliatória ou investigadora.

#### 4. Do Contexto.

Faz-se necessário, inicialmente, ressaltar que uma mesma publicação pode estar abrangendo mais de um contexto.

De acordo com a Tabela 14, verifica-se que o contexto mais freqüentemente abordado é o escolar, excedendo, em todos os gêneros de publicação (Grupo A, B e C), o índice de 45% e ficando, em sua maioria, em torno de 70%, quando se considera o contexto escolar como "um todo".

Tabela 14

Percentagem dos contextos abordados  
nos Grupos A, B e C

CONTEXTO	GRUPO A n= 33	GRUPO B n= 72	GRUPO C n= 17
escolar	75.75%	45.83%	64.70%
escolar como "um todo"	78.78%	70.83%	82.35%
familiar	27.27%	19.44%	11.76%
serviços de saúde	12.12%	9.72%	--
pastoral	6.06%	5.55%	5.88%
clínico	6.06%	6.94%	11.76%
pré-escolar	3.03%	1.38%	--
escolar: 3 <sup>o</sup> grau	--	6.94%	5.88%

n = número total de publicações em cada Grupo

O item denominado **escolar como "um todo"** implica na soma de todas as publicações que envolvem os contextos: escolar (sem especificação do nível) ; pré-escolar; escolar de 1<sup>o</sup> grau; escolar de 2<sup>o</sup> grau e escolar de 3<sup>o</sup> grau.

Uma vez que uma minoria direcionou-se direta e exclusivamente para os contextos: 1<sup>o</sup> grau; 2<sup>o</sup> grau; 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> graus juntos; 1<sup>o</sup>, 2<sup>o</sup> e 3<sup>o</sup> graus juntos - em torno de 2.5% a 4% cada - decidiu-se não apresentar suas referidas frequências na Tabela 14, mas agrupá-las, conforme explicitado no parágrafo anterior.

Por outro lado, apesar de apresentarem um índice também bastante limitado, achou-se significativo incluir, na Tabela 14, os dados dos contextos: **pré-escola e 3<sup>o</sup> grau**, devido às suas especificidades e também porque, na maioria dos textos onde o contexto abordado era o escolar (sem especificação do nível), ficava relativamente claro, que o autor referia-se

indiretamente ao contexto do 1<sup>o</sup> grau (ou até, em menor frequência, ao do 2<sup>o</sup> grau).

A constatação da predominância do contexto escolar nas publicações que compõem o "corpus" é semelhante ao resultado encontrado por Rosemberg et al. (1990), na pesquisa já comentada na Introdução desta presente Dissertação. As autoras afirmam que a preocupação básica das pesquisas/estudos realizadas no período de 1975 a 1989 é com a Educação Sexual em contexto escolar.

Supõe-se, que o predomínio desse contexto, nas produções científicas brasileiras sobre Educação Sexual, tenha sido uma consequência da influência de algumas experiências pioneiras realizadas em nosso país, na década de 60 e início da de 80, que ocorreram em contexto escolar e que, conseqüentemente, podem ter influenciado a adoção, de forma predominante, da Abordagem Pedagógica, conforme já discutido no item 1 deste capítulo. Vale a pena retomar alguns desses trabalhos: Pimentel e Sigrist, (1971) e Werebe (1977), desenvolvidos na década de 60 e São Paulo (1984), no ano de 1981.

A alta presença do contexto escolar, em oposição à baixa presença dos contextos: clínico e serviços de saúde, vem esclarecer e justificar a percentagem significativamente baixa da Abordagem Médica, comentada no item 1 deste capítulo.

No entanto, a situação do contexto serviços de saúde, que embora tenha tido um índice baixo nos Grupos A e B (inclusive índice zero no Grupo C), destaca-se pela forte relação com a Abordagem *Política*. Esclarecendo: no Grupo A (livros...) todas as 4 publicações que abordam esse contexto são pertinentes à essa última Abordagem e no Grupo B (artigos...), de um conjunto de 7 publicações, que são direcionadas para o contexto "serviços de saúde", 3 (42.85%) são pertinentes à Abordagem *Política*, 3 (42.85%) são pertinentes à

Médica e apenas 1 (14.28%) à Pedagógica.

5. Do Tipo de Educando.

Os resultados encontrados, com referência à predominância do contexto escolar, são de certa forma comprovados pela identificação dos tipos de educandos categorizados, ou seja, o(s) tipo(s) de educando para o qual, ou quais, o autor direciona as suas reflexões, idéias, enfim, seu texto.

Como demonstra a Tabela 15, constatou-se, no que concerne ao tipo de educando referenciado, uma distribuição significativamente semelhante entre os 3 gêneros de publicação (Grupos A, B e C), ou seja: a diferença entre a menor e a maior percentagem não excedeu a 20%, em cada um dos tipos de educando.

Tabela 15

Limites de variação da percentagem do tipo de educando referenciado nos Grupos A, B e C

EDUCANDO	LIMITES DE VARIAÇÃO
criança	17 a 30%
adolescente	40 a 60%
jovem	11 a 27%
criança + adolescente	60 a 80%
criança + adolescente + jovem	90 a 100%
adolescente + jovem	50 a 70%
adulto	11 a 12%
deficiente	5 a 5.88%

Fica evidente que os educandos mais referenciados são as crianças, adolescentes e jovens (principalmente os ado-

lescentes), que, juntos, compõem o contexto escolar, ou escolar como "um todo".

Apenas no Grupo A, em um capítulo de livro, o idoso é considerado de forma direta e central como educando, ou seja, é encarado como ser humano para quem também a Educação Sexual deve ser direcionada. Trata-se do texto de Fucs (1993).

Também o pré-escolar tem representatividade bastante baixa: no Grupo A, em dois capítulos de livro (Fucs, 1987; Matarazzo, 1993); no Grupo B, apenas em um (Gherpelli et al., 1992) e no Grupo C, em uma dissertação (Izquierdo, 1992).

Esses dados nos levam a concluir que as pesquisas, estudos e publicações sobre Educação Sexual precisam levar mais em conta o direcionamento dessa educação para os adultos, idosos, deficientes e pré-escolares.

É possível crer, a partir de alguns textos que integram o "corpus", que um número significativo de educadores e/ou pesquisadores encare a Educação Sexual como sendo importante e necessária, única e quase exclusivamente, para o aluno do 1º grau (principalmente a partir da 5ª, 6ª ou 7ª séries) e para o 2º grau.

Isso provavelmente está relacionado às preocupações dos adultos em relação aos "problemas" ligados à vivência da sexualidade, tais como: sexo pré-marital, gravidez na adolescência e transmissão de DSTs.

Sem descaracterizar a importância da Educação Sexual para crianças, adolescentes e jovens, pensar nessa educação, também para a criança pré-escolar, para os adultos, idosos e deficientes, é estar comprometendo-se mais substancialmente com o direito ao prazer, com o resgate do erótico e com a visão positiva da sexualidade na vida das pessoas.

## 6. Dos Elementos-chaves.

Como ponto de partida, neste ítem, é preciso esclarecer que, ao analisar uma publicação, era registrado um ou mais elementos-chaves, quando de fato o autor, não apenas o(s) citava, mas pelo contrário, abordava-o(s) de forma relativamente significativa, no corpo do texto.

Tabela 16  
 Percentagem dos elementos-chaves  
 nos Grupos A, B e C

ELEMENTOS- -CHAVES	GRUPO A n = 33	GRUPO B n = 72	GRUPO C n = 17
Prazer	69.69%	36.11%	58.82%
Relações de gênero	57.57%	30.55%	70.58%
Amor	36.36%	22.22%	35.29%
Violência sexual	15.15%	1.38%	5.88%
Abuso sexual	18.18%	--	5.88%
DST	42.42%	29.16%	35.29%
AIDS	3.03%	5.55%	11.76%

n = número total de publicações no Grupo

Ao analisar a presença de elementos-chaves nos 3 gêneros de publicação (Grupo A, B, e C), pôde-se constatar, como mostra a Tabela 16, que as publicações do Grupo A e do Grupo C destacam-se no sentido de abordar, expressivamente, ou seja, em torno de 60 a 70%, dois elementos-chaves, a saber: o prazer e as relações de gênero.

Esse dado é relevante, no sentido de, possivelmente, atribuir, àqueles dois gêneros de publicação sobre Educação Sexual, um peso maior em termos de qualidade, em comparação com

os textos do Grupo B. Parece demonstrar um envolvimento mais profundo com a temática, por parte do autor. Isto se justifica por duas razões.

Primeiramente, é muito significativo incluir discussões a respeito do **prazer**, ao falar sobre Educação Sexual, uma vez que, quando devidamente considerado, é um forte instrumento na luta contra a repressão sexual.

Por outro lado, abordar **relações de gênero**, atribui ao texto mais qualidade, no sentido de contextualizar as reflexões sobre Educação Sexual no movimento histórico-social, que vem se concretizando há algumas décadas em nossa sociedade. É o questionamento das tradicionais relações de gênero -- onde as características psico-sociais do masculino e do feminino devem ser consideradas mais frutos de condições sociais do que biológicas - e a luta pela transformação dessa situação.

É peculiar e interessante observar que, quando se analisa dentro do Grupo A, apenas os livros (separadamente dos capítulos de livros), o índice do elemento-chave "prazer" eleva-se de 69.69% para 75% e o índice de "relações de gênero", de 57.57% para 91.66%.

Rosemberg et al. (1990) afirmam que nos estudos correspondentes ao período de 1975 a 1989 - por elas analisados - que procuram investigar o comportamento sexual de adolescentes, a atenção dada ao prazer, à violência e às relações de gênero "... pareceu-nos secundária...". (p.147)

Considerando os resultados apresentados nos parágrafos anteriores, conclui-se que, com relação ao prazer e às relações de gênero, esses elementos vêm sendo incluídos, em uma parcela significativa de publicações científicas e acadêmicas que falam sobre Educação Sexual, especificamente nos seguintes tipos de publicação: livros, dissertações e teses.

Possivelmente, isso se deva à presença crescente, em

nossa sociedade, da perspectiva do erótico e da perspectiva modernizada da sexualidade, que integram, juntamente com outras duas - a de gênero e a de valores religiosos - a cultura sexual brasileira, segundo estudos de Parker (1991), apresentados no Capítulo III, desta Dissertação.

É possível crer, ainda, que o movimento feminista tenha exercido grande influência na inclusão do prazer e das relações de gênero nas produções científicas que falam sobre Educação Sexual. Segundo Sarti (1988), é após 1978 que o discurso feminista no Brasil direciona-se para questões de gênero, e assim sendo, é de se esperar que esse discurso comece a ser assimilado nas produções científicas da década de 80, até os dias atuais.

Em relação ao elemento-chave: **amor**, constata-se, através da Tabela 16, que foi pouco citado nos textos. Se por um lado isto pode significar pouca atenção a um sentimento humano, que a princípio pode ser considerado por uma grande maioria, como significativo na vivência da sexualidade, por outro lado, caso fôsse muito citado, poderia estar denotando seu uso como forma de controle social e/ou religioso, como, por exemplo, o sexo pré-marital ou extra-conjugal, como tem sido feito pela Religião, ao longo dos séculos e até os dias de hoje, bem como, pela Medicina Social e Higiene (especialmente no século XIX), conforme esclarecido nos textos que compõem o Capítulo III desta Dissertação.

Considerando que o amor foi citado em todos os textos classificados como Abordagem Religiosa, é possível crer que a frequência baixa desse elemento esteja diretamente relacionada com a pequena presença de textos dessa Abordagem.

Quer nos parecer, que o amor pode estar sendo, indiretamente, abordado nas produções científicas sobre Educação

Sexual, nos pontos onde o autor direciona suas reflexões para a formação integral da pessoa e para a concepção do sexo no contexto do relacionamento humano, principalmente, quando trata da preservação dos valores básicos, quais sejam: igualdade entre os sexos, integridade, liberdade e consideração pelo outro.

Ao invés do amor-paixão, parece bastante oportuno que o amor, na vivência da sexualidade, seja encarado como a saída de si, de seus próprios interesses, para o serviço do outro, como propõe Ribeiro (1992), num texto que trata da Sexualidade, numa visão "liberadora".

Quanto à **violência sexual**, segundo dados expostos na Tabela 16, pode-se afirmar que vem sendo muito pouco considerada: 15.15% no Grupo A, 1.38% no Grupo B e 5.88% no C. Assim sendo, segundo esses dados, fica ratificada a atenção secundária dada à violência, apontada por Rosemberg et al. (1990), conforme comentários feitos anteriormente.

Referir-se à mesma, enquanto um problema social que precisa ser combatido e prevenido, num texto que fala sobre a Educação Sexual, é um dos fatores que pode estar conferindo ao mesmo um comprometimento com a Abordagem Política, uma vez que, como aponta Goldberg (1988), a luta contra a violência sexual é uma das importantes lutas que fazem da Educação Sexual um processo permanente e de efeito transformador dos padrões de relacionamento sexual.

O **abuso sexual**, por sua vez, é considerado apenas nos Grupos A (18.18%) e C (5.88%). Embora tenha sido pouco abordado, o que mais chama a atenção é que, não se constatou em nenhum dos textos, um tratamento do assunto (abuso sexual) com base nas publicações científicas específicas, principalmente brasileiras.

São feitos, pois, comentários genéricos, como por

exemplo, a sugestão de que esse elemento-chave possa ser um dos tópicos de programas de Educação Sexual, como o fez Guimarães (1989), em sua tese.

No que concerne à própria terminologia, os autores limitam-se a usar o termo abuso sexual, num sentido, possivelmente, de senso comum, sem suporte teórico que fundamente a terminologia adotada e, principalmente, que direcione para uma visão crítica do fenômeno.

Para Azevedo e Guerra (1988), o abuso-vitimização refere-se ao "... processo de causar dano à criança através de sua participação forçada em práticas ou atos eróticos". (p.12).

Salientam as mesmas que deve ser priorizado o uso do termo *vitimização-sexual*, pois assim direciona a atenção para o pólo *criança* (grifo das autoras), enquanto o termo *abuso* enfatiza o pólo *adulto* (grifo das autoras), aquele que impõe sua força. O uso do termo proposto, evidentemente, traz contribuições em relação à compreensão crítica do fenômeno, como por exemplo, o entendimento de que a participação da criança (ou adolescente) no ato dá-se através da coerção exercida pelo adulto e que o poder dominador deste último é fruto do padrão adultocêntrico de nossa sociedade.

O termo vitimização é útil também, no sentido de que pode abranger todos os tipo de atos, onde, através de coerção física ou psicológica, o adulto explora a criança para obter prazer sexual. O termo então, pode incluir a violência sexual, o estupro, o incesto, a pornografia e a prostituição infantis, bem como, o abuso verbal, o exibicionismo e o *voyeurismo*. (Azevedo & Guerra, 1988).

O conceito e compreensão do fenômeno precisam ser sempre contextualizados, uma vez que "... a própria emergência e a forma de conceituar a vitimização sexual são realidades

históricas, culturalmente condicionadas." (Azevedo & Guerra, 1988, p.14)

A vitimização sexual, por sua complexidade e caracterização como um problema social grave e diretamente relacionado à Educação Sexual, requereria aqui muitas discussões.

No entanto, o que é necessário ressaltar é que, este Estado da Arte permite concluir que, ao falar sobre Educação Sexual, um grande número de estudiosos e pesquisadores do assunto deixa de refletir sobre problemas sociais emergentes no atual momento histórico e que estão diretamente relacionados com a temática.

Esse quadro parece justificar-se pela predominância da Abordagem Pedagógica em relação à Abordagem Política, uma vez que não há, nos pressupostos teóricos da primeira, um compromisso explícito com os problemas sociais.

Assim por exemplo, também foi constatado, como baixo, o índice de referência às DSTs e, em particular, à AIDS.

Em especial, os artigos de periódicos, em sua grande maioria, têm trazido poucas contribuições no que concerne à referência aos elementos-chaves relacionados nesta pesquisa. É óbvio, que o abordar um ou outro elemento-chave, tem a ver com os objetivos do texto. O que é certo porém, é que a ligação da temática Educação Sexual com os problemas sociais emergentes parece estar fraca.

Uma publicação acadêmica e científica deve captar os problemas sociais emergentes direta ou indiretamente relacionados com a temática, em cada momento histórico presente.

7- Do profissional apontado como responsável pela Educação Sexual.

Em torno de 45% das publicações que integram cada um dos Grupos (A, B e C) fazem referência, apontamentos e/ou

comentários sobre qual o profissional que deve assumir o papel de educador sexual.

O professor é o mais freqüentemente apontado, pois, no Grupo A, do conjunto de publicações que fazem referência ao profissional, 93.33% indicam-no; no Grupo B, 63.63% e no C, 87.5%.

Alguns autores designam, ou até "defendem", direta e muitas vezes exclusivamente, um tipo específico de profissional.

No Grupo A, Fucs (1987) dá ênfase ao professor de **Biologia** (ou Ciências).

No Grupo B, Nogueira (1981) aponta diretamente o professor de **Biologia**. Amaral (1981) e Stoll (1988), apesar de atribuírem a função aos professores em geral, dão ênfase ao de **Biologia**.

Thums e Kieling (1990) dizem que essa função cabe a todo profissional da escola, mas afirmam por outro lado, que cabe principalmente ao professor de **Biologia** e de **Educação Física**.

Lins et al. (1985) apontam diretamente para os profissionais da saúde; afirmam que são os mais aptos, por terem conhecimento das DSTs e que as escolas deveriam contratá-los para esse fim. Berger (1990) também partilha da mesma opinião (apenas, não faz referência à questão de contratação), porém, acrescenta que eles são aptos para, além de atuarem como educadores sexuais, prepararem professores para serem agentes multiplicadores.

Tavares (1985) aponta diretamente para o enfermeiro como sendo "... o indicado para desempenhar função de orientador sexual no ensino básico". (p.10)

No Grupo C, Felizari (1989) aponta, na maior parte de

sua Dissertação, direta e exclusivamente para o enfermeiro. Quase no final da mesma, fala em equipe composta por este profissional e por médico, professor, assistente social, psicólogo escolar. Porém, fica muito pouco esclarecido, ou seja, não explicita se considera um trabalho multi, ou interdisciplinar, como também não esclarece a função de cada profissional.

Guimarães (1989), em sua tese, aponta direta e exclusivamente para o professor (todo aquele interessado em participar), e diz, porém, que a escola não pode restringir ao professor de Biologia, pois correria o risco de limitar o sexo à dimensão biológica. Ao mesmo tempo, diz que não há necessidade de que seja "um especialista em Educação Sexual". Defende enfaticamente que a escola (o professor) deve assumir a Educação Sexual e não terapeutas e médicos.

Tomando como referência as opiniões de Guimarães (1989) e confrontando-as com a de outros autores, é possível exemplificar o quanto a questão de quem deve assumir o papel de educador sexual é permeada por séries de pontos em comuns e também, por séries de pontos divergentes, entre os estudiosos da temática.

Bruschini (1981) e Werebe (1981), entre outros, afirmam que consideram uma ameaça, a sexualidade ser reservada a especialistas.

Já Gherpelli et al. (1992), ao contrário, indicam que o trabalho deve ser da responsabilidade de um professor capacitado (o que não se pode discordar) ou de um especialista em orientação sexual (OS) [termo usado pelos autores].

Esses últimos afirmam, ainda, que a escola é o local mais apropriado para a "OS", dentre os locais: consultórios, serviços de saúde e igrejas. Embora não tão radicais neste ponto, quanto Guimarães (que mostrou-se contra a possibilidade

de terapeutas e médicos atuarem como educadores sexuais), há semelhança na identificação da escola como local mais apropriado.

Bruschini e Barroso (1986) dizem que "... é responsabilidade da escola dar aos jovens a educação sexual de que necessitam e que não lhes é oferecida por outras fontes". (p.50)

Uma posição peculiar foi detectada no texto de Queiroz et al. (1991), que propõem a integração de profissionais das áreas: educação, **comunicação** e serviços de saúde.

Em síntese, pode-se concluir, que não há uma uniformidade de opiniões, quanto a quem deve assumir a Educação Sexual.

É interessante constatar que, no conjunto de todas as publicações, muitos foram os tipos de profissionais apontados: médico, assistente social, orientador pedagógico, professor, psicólogo, profissionais da saúde, pedagogo, ginecologista, enfermeiro, técnico em educação, pastor, padre.

Há muitas variações entre os autores, no sentido de proporem diferentes "arranjos" de composição de equipes de profissionais, para juntos, desenvolverem a Educação Sexual.

É importante retomar aqui, dois pontos destacados ao final da fundamentação teórica da Abordagem Pedagógica (que integra o Capítulo III): 1<sup>o</sup>, conforme salientam Mello (1975), Rosenberg (1975) e Werebe (1981), a escola educa sexualmente, não apenas através da realização de programas planejados, mas também através da forma como se estrutura, como organiza suas atividades; 2<sup>o</sup>, que é através dessa Instituição, especialmente da pública, que se pode atingir um grande contingente de crianças e adolescentes.

Isso, evidentemente, reforça a questão de que a

escola não pode se omitir de se preparar para educar sexualmente bem seus alunos, tanto *informal*, quanto *formalmente*.

A participação da escola (bem como de todos os elementos da sociedade), através do *informal*, chama a atenção também para o preparo do educador sexual, que pode e deve ser estendido a todas as pessoas que nela trabalham - incluindo especialmente os professores da pré-escola - e a um maior número possível de elementos da sociedade, mesmo que não tenham pretensão de atuar, formalmente, como educadores sexuais.

O que é preciso considerar, é que não é válido estar pré-fixando de maneira delimitada, restrita, a quem cabe o papel; menos ainda, é pensar em termos de exclusividade de alguma área profissional.

Muitas vezes, é o contato com a realidade, no exercício profissional cotidiano, que impulsiona profissionais conscientes e de boa vontade a intervirem na Educação Sexual.

Barroso (1985) comprova isto quando afirma que, embora a questão não seja atribuição exclusiva dos serviços de saúde, devido às condições específicas da sociedade brasileira, é sobre esse setor profissional que têm incidido muitas reivindicações de Educação Sexual da população mais carente. E assim, mesmo sem um preparo adequado, sem uma infra-estrutura, os profissionais desses setores têm tomado iniciativas.

Já na década de 60, as experiências pioneiras que fazem parte da história da Educação Sexual no Brasil, comentadas na fundamentação teórica da Abordagem Pedagógica (Capítulo III), dão mostras de integração entre duas ou mais Áreas científicas no desenvolvimento de trabalhos de Educação Sexual.

Na experiência desenvolvida de 1961 a 1969 (Pimentel & Sigrist, 1971), professores das disciplinas: Estudos Sociais, Português, Ciências, Educação Física, Educação Musical, Educação Doméstica, Artes Plásticas e Artes Industriais estavam

integrados com a Orientação Educacional no desenvolvimento do plano.

No trabalho realizado no Colégio de Aplicação, de 1963 a 1968, a integração deu-se entre o Orientador Educacional e os professores de Ciências. O mesmo aconteceu com o trabalho coordenado pela CENP (Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas), realizado em 1981.

O exemplo dado por Queiroz et al. (1991), anteriormente comentado, a respeito da integração da Área da *comunicação* com a de *educação* e de *serviços de saúde*, nos faz ver, que a Educação Sexual pode e deve ser de interesse de várias Áreas e que, cada profissional, dentro de suas reais condições, deve buscar criatividade para atuar.

O campo pode e deve ser aberto à possibilidade de atuação de profissionais graduados e pós-graduados, das várias áreas científicas, que tenham interesse e preocupação com a questão. Na medida do possível, esforços devem ser feitos para que o trabalho seja desenvolvido interdisciplinarmente.

Com toda razão, o êxito na interdisciplinariedade poderá estar mais garantido, quando a concepção que se tem de Educação, de desenvolvimento humano, bem como dos objetivos da Educação Sexual, incluindo aqui, o posicionamento em relação às várias Abordagens, convergirem, dentro da equipe, para uma única direção.

É evidente que, seja de qual for a Área, é importante um preparo sólido, que lhes possibilite atuar com segurança, seja dentro de uma Abordagem Religiosa, Médica, Pedagógica ou Política.

Sem deixar de lado a relevância de muitos objetivos dentro de cada uma dessas Abordagens, é preciso fazer com que os profissionais caminhem em direção à Abordagem Política,

tendo em vista o envolvimento desta, com a transformação social.

É necessário que se realizem mais experiências em caráter interdisciplinar, na temática aqui tratada, investigando as reais contribuições que cada Área pode oferecer e, mais importante: que se busque estabelecer o que está faltando de fundamental a cada uma, para que ela possa contribuir de maneira mais eficaz, para o avanço da Educação Sexual, seja tanto a nível da prática, quanto a nível da produção teórico-científica.

#### 8. Da referência ou não ao Psicólogo.

##### 8.1. No Grupo A: livros e capítulos de livros.

Do conjunto de 33 publicações, 7 (21.21%) fazem referência ao psicólogo.

Barroso e Bruschini (1982; 1985) relatam que, o ciclo de debates ("debate aberto") foi desenvolvido por psicólogos e orientadores [orientador educacional?].

Apontar o psicólogo como o profissional que pode dar "assistência terapêutica", foi o que se encontrou no capítulo de livro de Luca (1980).

Silva (1993) afirma que, tanto o psicólogo, quanto o pedagogo, podem atuar como técnicos orientadores do professor.

Riechelmann (1993) faz referência à composição de equipe interdisciplinar, incluindo o psicólogo, para desenvolver a Educação Sexual.

O apontamento do psicólogo como *um dos* profissionais que podem atuar como educador sexual é feito por Ribeiro (1990) e Suplicy (1988).

## 8.2 No Grupo B: artigos, pesquisas e trabalhos apresentados em eventos.

Do conjunto de 72 publicações, apenas 14 (19.44%) referem-se à atuação do psicólogo.

Em 4 textos, é citado como tendo sido o profissional que desenvolveu o programa (de Educação Sexual) comentado.

Em 2 textos (Amaral, 1981; Macedo, 1992) os autores vêem a participação do psicólogo apenas como podendo dar ajuda terapêutica para as pessoas que participam de um programa de Educação Sexual e que demonstram necessitar de tal ajuda.

O reconhecimento de que o psicólogo pode atuar como educador sexual, dentro do processo de terapia sexual, é feito por Cavalcanti, R.C. (1990) e Maia et al. (1993).

A referência àquele profissional, como elemento que compõe (ou deve compor) a equipe interdisciplinar, é feita em três textos: Moreira (1986); Lopes et al. (1991) e Souza (1991).

O apontamento do psicólogo como um dos profissionais que pode atuar como facilitador do debate é encontrado no texto de Vitiello (1987a).

Souza (1988) considera o psicólogo, assim como o médico, o professor e o orientador educacional, como os mais hábeis no trato da sexualidade.

A classe dos psicólogos, assim como a dos médicos, é apontada por Lopes (1985) como estando despreparada para atuar na Educação Sexual. (Tal apontamento é feito também em relação a pais e professores). De maneira indireta, portanto, esse autor aponta aqueles profissionais como responsáveis pela Educação Sexual.

## 8.3 No Grupo C: Dissertações e Teses.

Do conjunto de 17 trabalhos desse grupo, apenas 3

(17.64%) fazem referência ao psicólogo.

Felizari (1989), apesar de apontar (como já se salientou no item 7 deste Capítulo.), na maior parte de sua Dissertação, que o papel de educador sexual cabe direta e exclusivamente ao enfermeiro, propõe que o psicólogo faça parte da equipe interdisciplinar (proposta não muito bem explorada).

A sugestão da atuação em equipe composta por: professor, médico, psicólogo e pedagogo na elaboração dos programas é feita por Angeli (1986).

Matanó (1990), apenas comenta que, na nova implantação do Projeto de Orientação Sexual da rede municipal de São Paulo, a partir de 1989, o psicólogo participa da equipe responsável.

Nos três Grupos (A, B e C), então, a frequência da referência ao psicólogo variou, aproximadamente, de 18 a 21%.

Nos textos que se referem à atuação em equipe interdisciplinar, os quatro profissionais mais frequentemente apontados para compor a equipe foram: o médico, o professor, o pedagogo/orientador educacional e o psicólogo.

É possível crer que os profissionais da área da Psicologia, em especial da Área de Psicologia Escolar, ainda não tenham assumido, de maneira substancialmente representativa, a atuação em Educação Sexual. Isto é reforçado pelos resultados encontrados no item 2 deste Capítulo, onde está registrado o baixo índice de publicação acadêmico-científica, na área de Psicologia.

Como foi apontado em trabalhos dos três gêneros de publicação (embora numa frequência baixa), o psicólogo é um dos profissionais que, acredita-se, seja capacitado para coordenar debates na questão da sexualidade. Infelizmente, os cursos de

graduação, na grande maioria, não oportunizam um preparo específico, mas pode-se crer, que a bagagem que recebem na formação universitária, lhes dê as condições mínimas necessárias para atuar como educadores sexuais.

A *priori*, sua função primordial deve estar centrada no preparo e no acompanhamento de educadores sexuais, sejam professores, pais, ou qualquer outro profissional que tenha interesse em assumir este papel.

Por outro lado, é válido que o psicólogo possa atuar diretamente como educador sexual, seja durante o período da graduação, seja enquanto profissional, coordenando debates com grupos de jovens, ou pais, por exemplo, pois isto poderá lhe fornecer uma experiência válida, para exercer a função maior que lhe cabe.

Como foi visto no item 7 deste Capítulo, o professor é o profissional mais freqüentemente apontado, como o que deve assumir o papel de educador sexual.

Desta forma, os outros profissionais com formação universitária apontados também, para a composição da equipe interdisciplinar, podem atuar num nível "mais alto", ajudando no preparo do educador, na elaboração e acompanhamento dos programas, dos projetos.

Isso pode contribuir para que a sociedade deixe de encarar o trabalho de Educação Sexual como realização de "palestras", seja por médicos, seja por psicólogos etc.

A visão mais amadurecida da forma de atuação desses profissionais já vem acontecendo na prática, onde a preocupação fundamental é com o preparo do educador sexual.

Apenas em três trabalhos, (2 do Grupo B e 1 do A) a função do psicólogo na Educação Sexual foi encarada como restrita ao atendimento psicológico individual. Este baixo índice é significativamente positivo, uma vez que *dentro* da Educação

Sexual, não é esse o papel do *psicólogo escolar*.

O *psicólogo clínico*, numa atuação à parte, pode, evidentemente, ajudar terapeuticamente o indivíduo, incluindo a terapia sexual. Dentro deste processo, ele pode e deve estar assumindo seu compromisso como educador sexual, que é inerente à sua atuação como promotor da saúde, conforme defende Riechelmann (1993).

9. Da terminologia usada e da conceituação de Educação Sexual.

9.1 No Grupo A: livros e capítulos de livros.

Num total de 33 publicações (12 livros e 21 capítulos de livros), o termo **educação sexual** é usado, de forma exclusiva, em 18 publicações (54.55%), enquanto que o termo **orientação sexual** é usado, exclusivamente, em um único capítulo de livro (3.03%), conforme demonstra a Tabela 17.

Tabela 17

Distribuição das terminologias usadas no Grupo A

TERMINOLOGIA	fi	fri%
educação sexual	18	54.55
orientação sexual	1	3.03
educ. sexual = = orient. sexual	13	39.39
educ. sexual = = informação sexual	1	3.03
Total	33	100

Em 13 publicações (39.39%) são usados como *sinônimos* os termos: **educação sexual** e **orientação sexual**. Em quatro dessas, apesar do uso dos dois termos, há um predomínio marcante no uso de **Educação Sexual**. São eles: Barroso e Bruschini, 1985; Bruschini e Barroso, 1986; Matarazzo e Mazín, 1988 e Orth, 1991.

Somando esse uso com predomínio, ao uso exclusivo do termo **educação sexual**, a percentagem se eleva de 54.55% para 66.66% nos livros e capítulos de livros, isto é, no Grupo A.

O uso do termo **informação sexual** como sinônimo de

educação sexual, acontece em apenas um livro (3.03%): São Paulo, 1984. Os autores apresentam os dois conceitos, de acordo com Werebe (1977), e defendem que o papel da escola é o desenvolvimento de programação de informação sexual. Ao longo do texto, usam os dois termos como sinônimos.

Do conjunto de 13 livros e capítulos de livros (39.39%) que adotam os termos educação sexual e orientação sexual como sinônimos, em quatro textos, há a preocupação dos autores em diferenciar os termos; porém, apesar disso, usam-nos como sinônimos. São eles: Conceição, 1988; Ribeiro, 1990; Suplicy, 1990 e Suplicy, 1988.

Nos livros (ou capítulos) acima, excetuando-se o de Ribeiro, a educação sexual é considerada tarefa da família e orientação sexual, tarefa da escola.

No caso do livro de Ribeiro (1990), esse autor afirma que são "... duas expressões de sentido semelhante...", mas que "... cada uma delas relaciona-se a uma situação específica." (p.2). Assim, para esse autor, educação sexual refere-se "...aos processos culturais contínuos desde o nascimento, que de uma forma ou de outra direcionam os indivíduos para diferentes atitudes (...) é dada na família, na escola, no bairro, com os amigos, pela televisão...". Portanto, a terminologia educação sexual é usada para se referir aos processos informais. Por outro lado, orientação sexual é uma "... intervenção institucionalizada, sistematizada, organizada e localizada, com a participação de profissionais treinados..." (p.3).

Conceituar diferentemente os termos chaves e usá-los como sinônimos pode ser considerado um lapso mais significativo nesse último livro, uma vez que se trata de uma publicação científica que, em sua forma original, corresponde a uma dissertação de mestrado.

Diz ainda Ribeiro (1990), que a distinção das terminologias "...evita uma superposição de termos, que geram confusão por serem utilizados como sinônimos". (p.3)

Apesar dessa afirmação e do uso predominante do termo orientação sexual quando se refere a um trabalho sistematizado, o que é coerente com a conceituação dada por ele, no texto, em alguns momentos, usa o termo educação sexual no local onde, conforme sua própria definição, deveria ter usado o primeiro termo.

Assim por exemplo diz, na p. 10: "a educação sexual propriamente dita, sistematizada e organizada de forma a ser ministrada na escola..." Também na p. 13, diz: "quaisquer tentativas mais efetivas de implantação de educação sexual são desestimuladas..."

Ainda dentro do conjunto de 13 livros (ou cap. de livros) (39.39%) que usam educação sexual e orientação sexual como sinônimos, é útil registrar que dois deles, Eisenstein (1985) e Luca (1980), acrescentam um terceiro termo como sinônimo, usando os três ao longo do mesmo texto. No primeiro, é acrescentado o termo informação sexual, enquanto que no segundo, é acrescentado instrução sexual.

É interessante observar que no único capítulo de livro onde é usado de forma exclusiva o termo orientação sexual, (Suplicy, 1993), a autora preocupa-se em diferenciá-lo do conceito de educação sexual e passa a usar apenas orientação sexual, pois refere-se ao trabalho sistemático feito na escola, o que é coerente com sua definição dada no capítulo.

Posição diferente assume a mesma autora, em outras publicações (livros): Suplicy, 1988 e 1990. Nessas, conforme já comentado, usa os dois termos como sinônimos, embora apresente diferenciação dos mesmos.

É útil registrar o lapso cometido no uso dos concei-

tos, no capítulo de livro de Silva (1993), onde define educação sexual como um processo assistemático e orientação como um processo sistemático; no texto todo, por referir-se ao processo sistemático, usa, coerentemente com sua definição, o termo orientação sexual. Porém, o título do capítulo é: "Educação sexual nas turmas de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries do 1<sup>o</sup> grau". Segundo a definição do autor, no título, deveria constar a palavra orientação sexual.

9.2 No Grupo B: artigos, pesquisas e trabalhos apresentados em eventos.

Conforme mostra a Tabela 18, num total de 72 publicações, o termo **educação sexual** é usado, de forma exclusiva, em 58.33% (42 publicações), enquanto que o termo **orientação sexual** é usado, exclusivamente, em 8.33%, ou seja, em apenas 6.

Tabela 18  
Distribuição das terminologias  
usadas no Grupo B

TERMINOLOGIA	fi	fri%
educação sexual	42	58.33
orientação sexual	6	8.33
educ. sexual = = orient. sexual	19	26.38
Total	67	93.04

Cinco publicações referem-se ao ensino da sexualidade, sem as terminologias específicas, por isso o total não atingiu 100%.

Em 26.38% (19 publicações) são usados ambos os termos, como sinônimos.

Deste último conjunto, apenas em duas, Tavares (1985) e Pizzatto (1981), há a preocupação em diferenciar os termos.

Apesar de afirmarem que a educação sexual cabe à *família* e que para o trabalho feito pela *escola* deve ser usado o termo orientação sexual, essas autoras adotam ora um termo, ora outro, para se referirem à atuação da escola. Portanto, apesar da diferenciação, usam os termos confusamente, como sinônimos.

*Conceituar diferentemente* os termos e usá-los como *sinônimos* é um problema encontrado em mais três outros textos: Hentschel (1987); Mendes (1984); Xavier (1985). O que varia apenas é que os termos usados são: educação sexual e informação sexual no primeiro texto e educação sexual e instrução sexual nos dois últimos.

O termo instrução sexual é usado apenas nesses dois textos (2.77%) e portanto, não de forma exclusiva, ou seja, é usado conjuntamente com educação ou orientação sexual.

Nas tentativas de definição e/ou diferenciação desses termos-chaves, é possível constatar outras discrepâncias. Assim por exemplo, enquanto para alguns autores, Educação Sexual é o trabalho que cabe à família e orientação ou instrução sexual é o que cabe à escola, para outros, educação sexual é um processo de formação global da pessoa, para o qual pode contribuir tanto a família, quanto a escola e a sociedade de forma geral e a instrução ou orientação sexual são considerados um processo informativo, para o qual podem contribuir também esses mesmos elementos.

No primeiro grupo encontram-se os autores: Berger (1990); Conceição (1985); Conceição e Vitiello (1986); Pizzatto (1981); Tavares (1985); Vitiello (1987b) e Xavier (1985).

No segundo grupo: Gherpelli (1992) e Mendes (1984).

### 9.3 No Grupo C: Dissertações e/ou Teses

Tabela 19

Distribuição das terminologias  
usadas no Grupo C

TERMINOLOGIA	fi	fri%
educação sexual	7	43.75
educ. sexual = = orient. sexual	8	50
Total	15	93.75

Duas dissertações referem-se ao ensino da sexualidade, sem as terminologias específicas, por isso o total não atingiu 100%.

Segundo a Tabela 19, no conjunto de dezessete Dissertações e/ou Teses, o termo **educação sexual** é usado de forma exclusiva em sete (43.75%) dessas publicações: Barcellos (1992); Chagas (1989); Egry (1985); Felizari (1989); Rocha (1987); Schussel (1982) e Verardo (1989).

Dentre este grupo, apenas Schussel e Felizari procuraram apresentar a conceituação. Schussel (1982) elabora de forma pessoal o conceito, que é coerente com o dado por Werebe, embora não faça referência direta ao conceito dessa autora.

Apesar de defender a necessidade da clareza do conceito de educação sexual, Felizari (1989) apresenta uma elaboração pessoal e pouco objetiva. Começa conceituando educação e para isso pauta-se em dois teóricos, explicitando-os; quando do momento da conceituação de educação sexual, não recorre às conceituações teoricamente já elaboradas, como por exemplo, o conceito apresentado por Werebe.

Felizari (1989) assim conceitua educação sexual:

"... consiste em propiciar experiências que auxiliem o ser humano a viver e expressar o amor através do sexo, com a aceitação do papel sexual correspondente. A educação sexual significa muito mais do que a instrução a respeito dos fenômenos da reprodução, vistos como princípios biológicos ou fisiológicos. Significa, na verdade, um processo progressivo de orientação e de exemplo, assim como de informação."

(Felizari, 1989, p.30).

Pode ser considerado um conceito limitado, tendo em vista que concebe a educação sexual como um processo unilateral, onde ao educando parece caber apenas um papel de receptor passivo.

Não recorrer a conceituações teoricamente já elaboradas é um procedimento que se observa também em outras publicações, sejam elas artigos de periódicos, livros ou mesmo em algumas dissertações e/ou teses.

É possível que essa atitude interfira, negativamente, no avanço científico dessa temática.

Além disso, a omissão da conceituação de educação sexual, em casos onde ela seria fundamental, é outro dado constatado. É o que acontece por exemplo, na Dissertação de Rocha (1987).

Chagas (1989), em sua Dissertação, diz que há muitas conceituações de educação sexual, cada uma enfocando um ou mais aspectos, dependendo do marco ideológico em que se situa. Por duas vezes usa o termo "Pedagogia Sexual" (com letra maiúscula) como sinônimo de educação sexual, no entanto, não faz nenhum esclarecimento quanto ao uso da terminologia.

Diz que há dois tipos de educação sexual: a funcional e a intencional. Apesar de não fazer nenhuma referência ao conceito apresentado por Werebe, o primeiro tipo corresponderia ao que esta chama de educação sexual informal e o segundo, de formal. Sem nenhuma comparação ou questionamento, apresenta, vinte cinco páginas adiante, uma outra classificação dada por Colombino (1989, apud Chagas, 1989), segundo o qual há três formas de educação sexual: informal, formal e não-formal.

Embora Chagas não faça paralelo com sua classificação (funcional / intencional) já dada, ou com a classificação feita por Werebe, as duas primeiras formas explicitadas por Colombi-

no, que ela apresenta, corresponderiam às classificações de Werebe, enquanto que a educação sexual não-formal "... ocorre nas associações, grêmios, instituições religiosas, se dirige a grupos que solicitaram atividade educativa e tem as marcas da ideologia" (Colombino, apud Chagas, 1989, p.29).

Para efeito de comparação, é interessante citar uma classificação semelhante, quanto aos tipos de educação sexual, encontrada no artigo de periódico de Cavalcanti, R.C. (1993). Este autor também apresenta (sem estar neste ponto pautado em nenhum outro teórico) os mesmos três tipos fundamentais que Colombino, conforme acima discorrido. Porém, diferentemente de Colombino (apud Chagas, 1989), Cavalcanti (1993) considera que a "formal" é dada pela escola e a "informal" pela família, pela Igreja e pelos grupos sociais; a "não-formal" corresponde às "... conferências e palestras para grupos interessados mas que não pertencem propriamente ao sistema de ensino". (p. 169).

Vê-se então que, apesar da classificação quanto às formas de educação serem iguais, nos dois casos acima, a conceituação difere, o que torna o quadro bastante confuso.

Pode-se considerar desnecessário uma classificação em "não-formal", uma vez que a classificação em "formal" é suficiente para abranger toda e qualquer atividade sistemática, intencional, deliberada, independente do ambiente onde ocorra (escola, igreja, associações, etc.), ou da forma como se estrutura (inserida ou não no currículo escolar, como uma disciplina, um bate-papo, uma palestra, etc.)

A preocupação em "esmiuçar" as classificações é pois, além de inútil e desnecessária, uma barreira para a construção de uma linguagem comum e de um corpo sólido de conceitos teóricos.

Tratando agora da questão do uso dos termos **educação sexual** e **orientação sexual**, como *sinônimos*, constatou-se, conforme mostra a Tabela 19, que ocorre em oito dissertações e/ou teses (50%): Angeli (1986 e 1992); Ferrua (1980); Figueiredo (1991); Foreman (1989); Guimarães (1989); Matanó (1990) e Nery (1982).

Guimarães (1989) e Nery (1982), além de usarem esses dois termos-chaves, acrescentam mais um como sinônimo: **informação sexual**. Figueiredo (1991) acrescenta: **instrução sexual**.

Apesar de usar os termos como sinônimos, Foreman e Guimarães usam mais predominantemente o termo **educação sexual**, enquanto Figueiredo, Nery e Matanó usam **orientação sexual** com muito predomínio.

No caso desta última autora, ao referir-se ao Projeto da rede municipal de São Paulo, que é o foco central de toda sua análise, usa o termo **orientação sexual**. Já na parte introdutória de sua Dissertação, quando tenta reconstituir a história da **educação sexual** no Brasil, usa esta última terminologia.

Na verdade, tanto a reconstituição histórica, quanto o próprio Projeto da rede dizem respeito à **educação sexual** formal, sistemática e portanto, em ambos os casos, é cabível o termo **educação sexual**.

Como o Projeto (da rede municipal) analisado por Matanó (1990) tem em seu título oficial o termo **orientação sexual**, acredita-se que, em certo sentido, a autora tenha sido coerente ao usar esse termo. No entanto, apesar da coerência, permanece na Dissertação de Matanó um hiato entre as duas terminologias: de um lado, a "**educação sexual**" no Brasil : reconstituição histórica e de outro, a "**orientação sexual**": o Projeto de Orientação Sexual da Rede Municipal de Ensino de São Paulo.

Evidentemente, isto não afetou a essência do trabalho

e, principalmente, a relevância social do mesmo, mas é um exemplo claro da dicotomia na conceituação da educação sexual.

Do conjunto de autores de dissertações e/ou teses que usam educação sexual e orientação como sinônimos, apenas Angeli, em sua Dissertação de 1986 e em sua Tese de 1992, procura diferenciar os termos. Para ela, educação sexual ocorre no lar e orientação sexual (que considera uma atividade deliberada) pode ocorrer no lar e ou na escola. Apesar dessa diferenciação, acaba usando várias vezes o termo educação sexual para referir-se ao trabalho feito pela escola.

Portanto, à semelhança do que foi encontrado em alguns artigos de periódicos e livros, também em dissertações e/ou teses vem ocorrendo o uso dos termos-chaves de forma confusa, no sentido de não estar em coerência com as definições dadas pelo próprio autor em seu texto.

Retomando o quadro geral do uso das terminologias nas dissertações e/ou teses, temos a seguinte situação: em 43.35% (sete) o termo **educação sexual** é usado de forma exclusiva; em 50% (oito) os termos **educação sexual** e **orientação sexual** são usados como *sinônimos*. Deste último conjunto, duas publicações (a de Foreman, 1989 e a de Guimarães, 1989) usam educação sexual com predomínio. Se somarmos essas duas, ao conjunto das que usam exclusivamente educação sexual, a percentagem da opção por este último termo eleva-se de 43.75% para 56.25%.

O termo **orientação sexual** não é usado de forma exclusiva em nenhuma dissertação ou tese; porém é usado com predomínio em três: Angeli, 1986 e 1992 e Nery, 1982.

Pode-se então afirmar que, assim como nos artigos de periódicos e nos livros, não há também uma padronização quanto ao uso da terminologia básica, bem como quanto à classificação

dos tipos de educação sexual, nas publicações acadêmico-científicas (dissertações e teses), que espera-se, constituam-se em produção de maior peso para o avanço da ciência.

É curioso registrar a estranheza que causa a visualização, num índice de dissertação, da falta de padronização no uso das terminologias. No caso por exemplo de Ferrua (1980), o título de um dos capítulos é: "Organização de um curso de educação sexual para adolescentes", enquanto que num dos itens do mesmo capítulo, encontramos: "Terceira fase: curso de orientação sexual".

Peculiar também é a situação onde o autor, ao transpor para seu texto a idéia de outros autores, faz "tábula rasa" da terminologia usada no texto consultado e conecta as idéias dos autores, ao termo de sua opção (orientação sexual --OS). Assim ocorreu por exemplo, num artigo de periódico (Gherpelli et al., 1992), onde são citadas idéias de Bruschini e Barroso (1986), que adotam na verdade o termo educação sexual.

Não resta dúvida de que é necessário que se busque unificar as terminologias usadas, para uma solidificação do corpo teórico da temática em questão, devendo-se portanto por fim ao uso dos sinônimos: orientação, instrução, informação, aconselhamento (sexuais), além de outros.

Na análise da produção científica sobre Educação Sexual no Brasil, encontramos já nos primeiros passos dados na direção da construção de um conceito de educação sexual, a contribuição de Werebe, em seu livro publicado em 1977. Neste livro, apresenta uma associação dos termos **educação sexual** e **informação sexual**. Para ela, essas duas ações, na prática estão indissociavelmente ligadas e "... informar é também educar e é impossível delimitar as fronteiras entre estas ações e, conseqüentemente, determinar quando e onde pára a informação sexual

para começar a educação". (Werebe, 1977, p.10).

Logo a seguir, ainda na Introdução, a autora diz que "preferiria" [grifo nosso] empregar ao longo do livro o termo educação sexual "... nela incluindo a informação sexual como uma das modalidades dessa educação", mas que decidiu conservar a expressão informação sexual "... para facilitar a inteligência [inteligibilidade?] do texto". (Werebe, 1977, p.11).

Assim, acaba por usar ao longo de todo o seu livro, na grande maioria das vezes, a expressão: "informação e educação sexuais". Diz que "a expressão informação sexual é correntemente utilizada para designar a comunicação de conhecimentos sobre a sexualidade". (Werebe, 1977, p.11).

Já em seu texto de 1981, Werebe usa tão somente a terminologia educação sexual, o que torna possível crer que tenha reconhecido a supremacia desta, como também que a mesma prescinde do termo informação. Classifica a educação sexual em dois tipos:

- " a educação sexual informal, processo global, não intencional, que engloba toda ação exercida sobre o indivíduo, no seu cotidiano, desde o nascimento, com repercussão direta ou indireta sobre sua vida sexual;
- a educação sexual formal, deliberada, institucionalizada, feita dentro ou fora da escola." (Werebe, 1981, p. 106).

Também em seu livro de 1977, apresentava esta classificação, apenas com uma variação: ao invés de denominar de "informal", referia-se à educação sexual tomada num sentido amplo e ao invés de "formal", à educação sexual num sentido mais restrito.

No "*corpus*", analisado neste trabalho, constatou-se que um número significativo de autores adere, explícita, ou implicitamente, à conceituação fornecida por Werebe (1981),

que pode ser considerada útil e válida, como uma conceituação a ser adotada pelos teóricos dessa área do conhecimento.

Sem dúvida, é uma classificação que coaduna com as várias Abordagens de Educação Sexual identificadas e explicitadas nesta presente Dissertação.

Além disso, o próprio termo educação sexual é mais adequado, na medida em que abre espaço para que a pessoa que aprende seja considerada como sujeito ativo do processo de aprendizagem e não mero receptor de conhecimentos e/ou de orientações, como sugerem as outras terminologias: orientação, informação, instrução... Estas últimas denotam destaque na ação do professor.

Vitiello (1994b), após definir cada um dos vários sinônimos, fecha de maneira brilhante a questão, ao dizer que:

"educar, embora possa passar por informar, por orientar e por aconselhar, é mais do que a soma dessas partes isoladas (...) significa "formar", (...) na acepção de que o educador dá ao educando condições e meios para que cresça interiormente..." (p.203).

Além de tudo, educação sexual é um termo que está em consonância com as estratégias consideradas fundamentais nesse processo, quais sejam: "debate aberto", discussões e educação através da participação em lutas sociais.

Para reforçar a posição de que a padronização da terminologia é necessária e que, *educação sexual* é o termo que deve ser priorizado, é útil tomarmos conhecimento de algumas conceituações ou comentários, encontrados nos textos que compõem o "*corpus*", para as terminologias usadas como sinônimos.

Quanto ao termo *orientação sexual*, Cavalcanti (1993) diz que existem "... três orientações sexuais diferentes: a homossexual, a heterossexual e a bissexual".(p.40).

Suplicy (1987) diz que a "... a orientação sexual significa a expressão sexual de cada indivíduo por um membro

de outro sexo, do mesmo sexo, ou por ambos os sexos". (p.266).

Também Bila Sorj (1992) usa o termo orientação sexual para referir-se ao homossexualismo e ao heterossexualismo.

Já Rita Kehl (1981) usa o termo orientação sexual (diferenciando-o de educação sexual) para referir-se à "... sexologia como modelo de orientação sexual para adultos". (p.103). Então, para ela, esse termo é aplicado ao trabalho do orientador e do terapeuta sexual, cujo objetivo é divulgar técnicas que vão dirigir e orientar a sexualidade para uma vida sadia e equilibrada.

Quanto ao termo **informação sexual**, além de sugerir a passividade do sujeito que aprende, a limitação e inadequação do termo são reforçadas pelo apontamento de Barroso (apud Ferrua, 1980), de que: o limitar-se apenas à transmissão de informações é uma das formas de educação anti-sexual.

Considerando a miscelânea de terminologias e classificações usadas, é possível afirmar que essa área do conhecimento está deficitária em um dos pontos de sua estrutura básica, qual seja: a elaboração de uma linguagem comum, no que concerne especificamente à terminologia básica e à classificação do processo (educação sexual) em si.

Finalmente, vale ressaltar que, para um avanço substancial de um conjunto teórico de conhecimentos, é imprescindível que se parta do que já foi construído na área; no caso aqui em questão: que se parta dos conceitos já elaborados. O que não significa, evidentemente, que se deva conservá-los de maneira acrítica, mas sim que sejam tomados como ponto de referência para novas conceituações, quando essas se fizerem necessárias, ou mesmo quando se deseja propor novas conceituações.

## 10. Da presença de concepções questionáveis.

Por serem a sexualidade e a Educação Sexual temáticas ligadas à cultura, a valores éticos, morais e sociais, a ausência de concepções questionáveis é uma das variáveis que assegura maior qualidade científica ao texto.

Conseqüentemente, ao se analisar o Estado da Arte em Educação Sexual, considera-se imprescindível que se investigue a presença ou não, daqueles elementos negativos.

Convém salientar que, embora um texto possa apresentar uma ou algumas idéias contestáveis, isto não significa, evidentemente, que o texto como um todo esteja invalidado, ou que não possa ser considerado útil. Muitos autores, apesar de falharem em algumas afirmações, elaboram de forma positiva as demais idéias.

Do conjunto de textos onde foram encontradas concepções questionáveis, decidiu-se por apresentar alguns exemplos.

### 10.1 No Grupo A: livros e capítulos de livros.

De um total de 33 publicações (12 livros e 21 capítulos de livros) foram encontradas **concepções questionáveis** em 2 livros e em 2 capítulos de livros, portanto, em 12.12% das publicações.

Orth (1991), embora, em alguns momentos demonstre encarar a **masturbação** com naturalidade, mostra a preocupação com o fato de a criança ou o jovem praticá-la repetidas vezes e às escondidas e encara isso como sintoma psicológico, para o qual os pais devem estar alertas e tentar descobrir o que pode estar levando à repetição do ato. Sugere que os mesmos perguntem-se "... se estão dando suficiente atenção amorosa a seus filhos, se estão permitindo que seu filho seja criança no

meio das outras crianças." (p.35)

No livro de Matarazzo e Mazin (1988) é mantida uma associação entre os termos: educação sexual e educação para a vida familiar, usando-os como sinônimos. Explicitam que o objetivo do livro é "...ajudar os professores a planejar e implantar um programa de educação sexual e preparação para a vida familiar..." (p.5).

Acrescentam que a Educação Sexual "... visa a preservação, a proteção e o desenvolvimento da família, baseada em ideais éticos socialmente aceitos em cada cultura". (p.10)

É um texto coerente com a Abordagem Pedagógica de Educação Sexual, porém encara essa educação como um processo de transmissão dos valores vigentes e dos conhecimentos para a preservação da instituição familiar e das atitudes e valores "normais e sadios" [grifo nosso] em relação a sexo.

Apesar de afirmarem que os jovens precisam criar seu próprio conjunto de valores sobre sexo, seus conceitos do que é certo ou errado, dizem que a mais importante contribuição da igreja nesta questão consiste no "... desenvolvimento de conceitos corretos a respeito da moral sexual, do casamento ..." (Matarazzo e Mazin, 1988, p.14).

Embora se possa crer que a família é uma instituição social de importante papel na sociedade e que mudanças positivas em sua estrutura possam contribuir, conseqüentemente, para o desenvolvimento da sociedade como um todo, não se deve fazer da Educação Sexual um instrumento para a preservação da família.

Há que direcionar para o objetivo fundamental da Educação Sexual, que resumidamente falando, consiste em ajudar as pessoas a viverem sua sexualidade de maneira saudável e feliz, participando construtivamente da transformação dos valores e normas sociais relacionados com a sexualidade.

Mesmo numa publicação mais recente, Matarazzo (1993) mais uma vez mostra que continua a associar Educação Sexual e educação para a vida familiar, quando afirma que a Educação Sexual na pré-escola "... significa basicamente a compreensão do que é família" (p.160). Diz que é preciso explicitar o conceito de família, suas funções, suas leis e normas e o papel de cada elemento familiar.

Esse significado é restrito demais, podendo até ser considerado inadequado, como já se salientou, a partir do momento em que encara a Educação Sexual como instrumento para a manutenção da instituição familiar.

Na pré-escola é fundamental que a ênfase seja dada à Educação Sexual informal, ou seja a sua forma assistemática, como por exemplo, na forma como a professora lida com os comportamentos, atitudes e falas sobre as questões sexuais que emergem espontaneamente na sala de aula.

No capítulo de livro de Luca (1980) constata-se a contra-indicação das relações sexuais pré-maritais, a valorização da castidade até o casamento e a sugestão de que se deve manter "... sempre vivo na adolescente o sentido da maternidade desejada e responsável, a maior dádiva que Deus oferece às mulheres". (p.116).

Defende ainda o autor, que a Educação Sexual "... não deve ser pública..." nem "... transmitida para moças e rapazes", e que "... deve ser discreta quanto ao uso de gravuras" e "... não se presta para qualquer idade". (p.113).

#### 10.2 No Grupo B: artigos, pesquisas e trabalhos apresentados em eventos.

Num total de 72 publicações apresentadas, foram encontradas concepções questionáveis em 30 publicações, o que

corresponde a 41,66%.

Como primeiro exemplo, cita-se Tavares (1985), que afirma que as informações precisas sobre a fisiologia e a anatomia deverão ser dadas, se possível, quando a criança pedir por si mesma. "Devem ser dadas pouco a pouco, não além da solicitação da criança..." (p.9).

Também Pizzato (1981) defende essa posição, ao afirmar que orientar será apenas "quando a criança necessitar, solicitar, nem antes e tampouco depois" (p.56). Diz ainda: "o que orientar, será somente aquilo que a criança pedir. Nem mais, nem menos".(p.57)

Gonçalves (1981) diz que defende que os pais são as melhores pessoas para orientar os filhos sobre sexo, e que o assunto deve ser abordado "... quando a necessidade se manifestar". (p.25)

Ora, por que haveria de se ter relutância em trabalhar com a criança os conteúdos relativos ao seu corpo e ao sexo? Por que tantos melindres, se não se aguarda que a criança peça para ser alfabetizada, para que a ensinem a calcular, a conhecer história, geografia...? Além disso, não manifestar abertamente suas dúvidas, curiosidades e vontade de saber, não significa, precisamente, não sentir necessidade.

Acresce-se a isso que, "a informação e a reflexão sobre sexualidade, bem como o usufruto dela..." são, não apenas uma necessidade de todo sujeito (incluindo a criança e o adolescente), mas fundamentalmente, um direito da pessoa humana (Simonetti, 1994, p.2).

Além de defender a ênfase no cunho familiar e pessoal que deve ser dado à Educação Sexual, Pizzatto (1981), afirma que em situações grupais, não cabe o termo educação e sim, informação sexual. Porém, o que mais chama atenção é o receio da autora em relação ao trabalho de Educação Sexual em classes

livres e abrangentes, dizendo que questiona este tipo de trabalho, pois isso levaria algumas crianças a receberem informações para as quais não têm curiosidade ou necessidade, ou nem mesmo estão preparadas. Esse receio fica ainda mais claro, quando sugere que, nas informações em grupo, deveria-se começar com enfoques genéricos, como orientações sobre higiene menstrual.

Stoll (1988) também parece mostrar-se reticente em relação ao trabalho em grupo, quando diz que "...devemos ser cautelosos e não impor uma educação sexual formal, coletiva, massificada." (p.92).

É possível crer que essa objeção em relação ao trabalho em grupo tenha se esvanecido acentuadamente, principalmente considerando que a partir de 1982 muitas pesquisas têm demonstrado a importância e eficácia dos trabalhos em grupo, com o uso dos debates, para o alcance dos objetivos da Educação Sexual. De forma análoga, a mesma evolução deve ter ocorrido (possivelmente em menor grau) em relação a não achar que se deva esperar que a criança manifeste necessidade/curiosidade, para que trabalhos de Educação Sexual formal sejam desenvolvidos.

Ainda em relação às considerações sobre o trabalho em grupo, identificou-se uma outra postura refutável, onde as autoras, ao apresentarem uma proposta de um programa de orientação sexual [termo usado pelas autoras], para escolas infantis e de 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> graus, propõem para os alunos de 2<sup>o</sup> grau, que o trabalho seja feito pelo orientador sexual, através de aconselhamento individual, pois que sendo maior a probabilidade desses alunos terem já iniciado experiências sexuais mais concretas, constituem-se num grupo que tem "... um interesse específico e particular com relação à sexualidade, que requer maior sigilo e privacidade". (Gherpelli et al., 1992, p.51).

Sem desconsiderar a importância da orientação individual, em especial para os casos que se fazem efetivamente necessários, é imprescindível a troca de idéias e discussões com os colegas, tanto no 2<sup>o</sup> grau, quanto nas séries anteriores (de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries do 1<sup>o</sup> grau) e no 3<sup>o</sup> grau.

Outra concepção questionável diz respeito à falta de firmeza do autor, quanto à necessidade de desenvolvimento de um programa deliberado, intencional e com metodologias que permitam tratar, objetiva e diretamente, a questão da sexualidade. Some-se à isso, a crença em achar que o educando deva ser deixado para aprender por si só.

É o que acontece no texto de Stoll (1988), onde não é defendido com clareza e segurança o papel da escola quanto à Educação Sexual. Embora diga que essa instituição deva oportunizar para as crianças "instrução em biologia/ciências sobre o funcionamento de seu corpo e de sua sexualidade...", diz que precisa oportunizar também um ambiente "... emocionalmente sólido e constante para que elas próprias possam descobrir, à sua maneira, a sua sexualidade". (p.93)

A função da orientação sexual [termo usado pelo autor] nas escolas "... não é a prestação de informações específicas, mas, sobretudo, neutralizar a ação deletéria da maneira imprópria com que o assunto é com frequência ventilado." É preciso "... propor metodologias simples, sorrateiras..." (Stoll, 1988, p.93).

Também Canella (1990), apesar de criticar a limitação dos trabalhos de Educação Sexual na escola, dizendo por exemplo, que os comentários sobre o prazer são omitidos no ensino da reprodução humana, afirma que, para educar sexualmente o adolescente, basta que o adulto o deixe "... livre para encontrar, entre erros e acertos, suas responsabilidades (...) deve deixar os meninos acharem seus caminhos". (p.38)

Acha suficiente que o adulto coloque-se à disposição para o diálogo, que é "preferível que a família tome para si essa tarefa..." e que, "sem dúvida, programas dirigidos ao adolescente têm pouca possibilidade de êxito." (Canella, 1990, p.37).

Alguns autores assumem, no texto, posição autoritária em relação a alguns valores ou questões polêmicas.

Mendes (1984), por exemplo, diz que a finalidade da Educação Sexual precisa ser definida em referência à heterossexualidade, pois "... o impulso sexual tende por natureza à relação hetero-sexual (sic)" (p.87).

Enquanto a grande maioria dos estudiosos da área referem-se à relação sexual, de forma geral, ou à vivência da sexualidade, ao abordar por exemplo, a importância do sexo na vida das pessoas, aquele autor refere-se, de maneira enfática, à relação heterossexual.

Postura autoritária também, é encontrada na afirmação de que, no momento de orientar os adolescentes, deve-se "... advertir, aconselhar, ensinar e contra-indicar a prática das relações sexuais entre adolescentes envolvidas" (Luca, 1980, apud Silva, 1983, p. 388).

Silva (1983) defende a posição de que, para ter uma relação sexual, os jovens tem que esperar ficar completamente amadurecidos e equilibrados psicologicamente, esperando o ponto em que estiverem completamente livres de tabus e preconceitos; têm que estar ainda preparados materialmente para assumir as conseqüências.

O texto mais carregado de concepções questionáveis é o de Salvatore (1986), um texto da área da Saúde Coletiva - medicina preventiva, e que está comprometido com a Abordagem Médica de Educação Sexual.

Para exemplificar o quão conservadora é a postura desse autor, selecionaram-se duas citações: a de que é preciso ensinar "... atitudes masculinas e femininas bem distintas", e a de que "o ensino deve ser feito principalmente, para moças púberes, pois a sexualidade deve ser controlada pela mulher...", devendo esta fazer uso da sua maior arma, que é o "pudor" [grifo do autor]. (Salvatore, 1986, p.6).

Em texto do início da década de 80, que fala sobre Educação Sexual, foi possível encontrar ainda **tabu** em relação à **masturbação**. Tratam-se de textos pertinentes à área da Teologia: Charbonneau (1981) e Roberge (1981).

Ambos os autores defendem que ela deve ser evitada e combatida e que constitui-se num desvio da sexualidade humana.

Charbonneau (1981) apresenta uma lista de "problemas" que ela provoca e afirma que "sendo auto e altero-destruidora, a masturbação é pois tida como imoral, e como tal é condenável." (p.90)

Uma outra concepção questionável encontrada diz respeito ao **conceito de sexualidade**. Lopes (1985) afirma que "...é muito mais amplo que genitalidade. A sexualidade se refere aos órgãos genitais e ao ato sexual". (p.44).

Sem dúvida, é um conceito bastante limitado e, estando restrito aos aspectos biológicos, é aplicável ao termo sexo.

Sexualidade envolve evidentemente sexo, mas é um conceito ainda mais complexo, porque é regulamentada e estruturada socialmente, sofrendo portanto a influência de processos sociais, culturais e históricos.

Pode-se dizer que sexualidade é pois uma dimensão humana complexa, que engloba o sexo e todos os gestos e comportamentos sexuais determinados culturalmente, numa inter-relação com o ser humano como um todo, em todas as suas dimensões.

É de causar surpresa a crença na inviabilidade da

implantação da Educação Sexual na escola, encontrada no texto de Gama (1981) onde diz que

"... só seria viável se fosse modificada a estrutura do ensino como um todo, onde se garantisse o acesso de toda população em idade escolar e que o nível de ensino fosse igual para todos, e onde se garantisse a liberdade de ação e manifestação dos alunos, onde a educação fosse prioridade do Estado..." (p.373)

Apesar da opinião ter sido emitida no início da década de 80, onde de fato eram poucas as experiências de Educação Sexual realizadas e principalmente publicadas, é questionável, porque não apenas reconhece as dificuldades de sua implantação (o que teria fundamento, conforme nos mostra, por exemplo, o trabalho de Matanó, 1990), mas acredita que se deva esperar por "condições ideais", e isso sem dúvida é utópico. Também, como várias pesquisas já vem demonstrando, a implantação da Educação Sexual em várias partes do país vem se concretizando, apesar das adversidades do sistema educacional brasileiro.

Finalmente, vale citar uma posição defendida por alguns autores, que requer maiores reflexões, pois coloca em xeque a pertinência da Educação Sexual formal para crianças e adolescentes que, supostamente, tenham sofrido abandono ou desamparo nos primeiros anos de vida, ou mesmo que não tenham recebido uma boa Educação Sexual no seio familiar, nesse período.

Hentschel (1987) diz que o

"perfeito desenvolvimento sexual necessita de boa estrutura emocional que se forma desde o início da vida, acompanhada da Educação Sexual, na convivência harmoniosa da família. Os conhecimentos adquiridos mais tarde (...) promoverão apenas o polimento do indivíduo. Se o mesmo foi mal estruturado, não existirá informação-educação que o conserte e continuará vida afora vivendo à margem dos sentimentos, sem amor e sem ser amado". (p.290)

Segundo a psicanálise, a influência dos primeiros

anos de vida na formação da personalidade do indivíduo, incluindo sua formação emocional e sexual, é decisiva.

Outros autores enfatizam essa idéia e questionam a influência da Educação Sexual sobre o indivíduo, nos casos em que a base afetiva dos primeiros anos de vida foi deficitária.

Conceição e Vitiello (1986), por exemplo, dizem que:

" a família exerce a principal função no processo de desenvolvimento do homem, fornecendo as bases de sua personalidade. A partir do momento em que a personalidade está definida, as novas experiências e informações são avaliadas pelos conceitos básicos estabelecidos pela vivência dos primeiros anos de vida. Os programas educativos que incidem após o período de formação da personalidade não contribuem acentuadamente para modificar o comportamento, se não forem coerentes com a educação sexual fornecida pela família." (p.940)

Além de colocar em xeque a utilidade da Educação Sexual, isso desconsidera a possibilidade de o indivíduo estar sempre aberto a novas mudanças, o que aliás, é uma necessidade fundamental, uma vez que a área da sexualidade é a que mais tem sido marcada pelas transformações aceleradas nos valores, nas normas sociais.

Por outro lado, é importante que se esteja atento para o alcance e limites da Educação Sexual, para os quais Werebe (1981), com muita propriedade chama atenção. Diz que é uma grande ilusão os educadores acharem que a educação pode reformar o mundo e que a Educação Sexual "...pode mudar os comportamentos e atitudes dos indivíduos, liberá-los das 'amarras', dos fantasmas que perturbam ou reprimem a vida sexual, por meio de intervenções pedagógicas" (p.107).

Diz no entanto a autora, que acredita na possibilidade de "...um trabalho educativo positivo, mesmo que limitado em seu alcance" e mais, que não concorda "... plenamente com os psicanalistas que afirmam a impotência da educação sexual..." (p.107).

### 10.3 No Grupo C: dissertações e teses.

Do conjunto de dezessete dissertações e/ou teses, foram encontradas concepções questionáveis em apenas 4.

A distorção, por um autor, da idéia ou posição defendida por outro é um dos equívocos nos quais pode incorrer, ao tentar reelaborar, com suas próprias palavras, a idéia original.

Assim aconteceu com Felizari (1989), quando diz que, de acordo com Goldberg (1988), "... a educação sexual deverá ter sua matriz na sexologia, convertida em guia de ação eficaz, em vez de ter nela apenas um de seus fundamentos." (p.31)

Goldberg diz na verdade o oposto, ou seja, que a Educação Sexual não pode ter sua matriz na Sexologia, mas que deve tê-la apenas como um [grifo da autora] de seus fundamentos.

Chagas (1989) afirma que:  
"proporcionar noções, explicar fenômenos, ilustrar funcionamento e anatomia de determinados órgãos não é proporcionar Educação Sexual; essa não se resume (nem poderia ser diferente) a um amontoado de informações sobre os genitais".(p.33)

Embora a Educação Sexual não deva, realmente, restringir-se a fornecer informações básicas, mas ser entendida no processo global da educação como um todo, onde o educando participe ativamente do mesmo, fica incorreto considerar que informar não é educar sexualmente. Segundo o conceito, já visto, de Werebe (1977) "... informar é também educar e é impossível delimitar as fronteiras entre estas ações..." (p.10)

Algumas concepções questionáveis foram encontradas na Dissertação e na Tese de Angeli (1986 e 1992), especificamente nos capítulos que falam sobre a Educação Sexual e que constituem-se numa parcela pequena dentro desses trabalhos.

Há que se salientar que o objetivo fundamental das

duas pesquisas de Angeli é a investigação da sexualidade do adolescente e acredita-se que, neste sentido, as mesmas constituem-se numa importante contribuição para a produção científica da temática em questão.

No capítulo da Dissertação de Angeli (1986), intitulado: "a educação sexual como profilaxia", a autora afirma, em vários pontos, que a Educação Sexual deve levar o jovem a "... aceitar certas normas de controle social" (p.178) e a "ajustar-se" [grifo nosso] aos valores da sociedade, apesar de esta [a sociedade] ser insatisfatória e não corresponder aos anseios dos jovens.

Evidentemente, é natural que a sociedade tenha suas normas básicas com respeito aos comportamentos sociais (incluindo os sexuais), para a manutenção de um equilíbrio e uma coerência interna. Porém, a forma como a autora continua no decorrer de todo o seu texto, dá a idéia de aceitação passiva dessas normas, pura e simplesmente, sem questionamentos, sem empenho para a transformação das mesmas.

Apoiada em um texto de 1980 (Mielnik apud Angeli, 1986) sugere a sublimação da energia instintiva sexual, para que o jovem possa tornar-se maduro e útil à sociedade.

Bernardi (1985), apresenta boas reflexões, nas páginas iniciais de seu livro, sobre a questão da instigação à sublimação, reconhecendo que, embora dentro de limites saudáveis, ela pode e deve estar acontecendo, é preciso ficar alerta para os empenhos que normalmente são feitos pelos educadores, no sentido de constantemente orientar para a sublimação e desviar os impulsos sexuais para objetivos não sexuais, que nada mais é do que reprimir, negar, sufocar a sexualidade do jovem.

Também em sua Tese de 1992, no capítulo intitulado:

"educação sexual", a autora incorre nas mesmas concepções questionáveis presentes na Dissertação, acima delineadas. Nas duas pesquisas, pautou-se sobremaneira em Mielnik (1980), o que constitui-se, no caso da Tese, numa defasagem de doze anos.

Expõe, sem nenhum questionamento, a sugestão de Kolodny et al., 1980 (apud Angeli, 1992) de que a orientação sexual [termo usado pela autora] deva ser feita de forma individualizada.

Cita ainda, em sua Tese, que "a questão dos anticoncepcionais só deverá ser incluída em grupos de jovens mais velhos, entrando já na idade adulta" (Oberteuffer et al., 1972, apud Angeli, 1992, p.106)

Sem uma análise crítica, apresenta metas da maioria dos programas escolares de Educação Sexual [termo usado pela autora, neste ponto], destinados a crianças e adolescentes nos EUA. Uma dessas metas é: "comunicar a necessidade dos estudantes exercerem controle sexual premarital". (Inlow, 1966 apud Angeli, 1992, p.108).

Em seguida, insere a sugestão de conteúdo programático feita pelo mesmo autor (Inlow, 1966), para o período que vai desde a pré-escola até o 2<sup>o</sup> grau dos EUA.

Embora a Tese da autora seja de 1992, dos 19 textos que consultou para escrever o capítulo sobre Educação Sexual, 2 são pertinentes à década de 60, 7 são pertinentes à de 70 e 6 são do período de 80 a 85; apenas 4 foram publicados a partir de 1986.

Possivelmente, apenas dois textos são de autores brasileiros.

Embora sua Tese objetivasse descrever e compreender o comportamento sexual dos adolescentes brasileiros (estudantes do 1<sup>o</sup> ano de graduação da USP), não recorreu às publicações nacionais sobre Educação Sexual, em especial às que relatam

experiências já realizadas os mesmos. Muitas publicações consideradas fundamentais dentro da nossa produção teórica, em função de que são consultadas, referenciadas, na grande maioria dos trabalhos, tais como: Barroso e Bruschini (1982), Goldberg (1988) e vários textos dos Cadernos de Pesquisa, por exemplo, não foram consultados por Angeli (1992).

Em síntese, o que se tem a dizer em relação às várias concepções questionáveis encontradas no capítulo, tanto da Dissertação, quanto da Tese de Angeli, é que *no ponto em que fala sobre Educação Sexual*, a autora não oferece contribuições para o avanço do conhecimento dessa temática e que, pelo contrário, oferece uma elaboração de conteúdo defasado, desatualizado, em sua grande maioria.

Devido ao fato de que a proporção maior de concepções questionáveis foi encontrada em publicações do Grupo B, ou seja, em artigos, pesquisas e trabalhos apresentados em eventos, considera-se útil demonstrar, resumidamente, as principais:

- crença na inviabilidade da implantação da Educação Sexual nas escolas;
- descrença no êxito da Educação Sexual para os casos nos quais a pessoa não viveu de maneira positiva seus primeiros anos de vida;
- convicção de que a criança deve ser deixada para aprender por si só;
- convicção de que as informações devem ser dadas apenas quando a criança pedir;
- imposição autoritária, pelo autor, de seus próprios valores;
- tabu em relação à masturbação;
- objeção em relação ao trabalho de grupo;

- limitação do conceito de sexualidade.

As quatro últimas concepções também puderam ser encontradas em alguns livros e/ou alguns capítulos de livros, devendo neste último grupo, ser acrescentada a concepção segundo a qual a Educação Sexual é identificada com educação para a vida familiar.

Os exemplos selecionados para demonstrar a presença de concepções questionáveis na produção acadêmico-científica brasileira sobre Educação Sexual levam à suposição de que falta, a vários estudiosos da temática, um redimensionamento constante dos valores e das posturas éticas (e da própria produção científica já construída), relacionados às temáticas: Educação Sexual e sexualidade. E, possivelmente, a vários estudiosos e pesquisadores falte também, ou é deficitário, o próprio processo de submeter-se a uma reeducação sexual contínua da qual fala Bernardi (1985).

Acredita-se que, além do processo de reeducação sexual, seria fundamental e promissor investir em estudos sobre as concepções filosóficas da educação.

Após a explanação dos dados obtidos a partir da análise dos textos que compõem o "*corpus*", ou seja, após a apresentação do Estado da Arte em Educação Sexual no Brasil, de 1980 a 1993, outras questões precisam ser abordadas, visando uma complementação das discussões já tratadas no decorrer deste capítulo.

Inicialmente, considerações devem ser feitas, no que tange à classificação/denominação das Abordagens de Educação Sexual, previamente estabelecidas pela autora.

Como a análise de cada publicação, a partir das Categorias pré-estabelecidas, foi testada através da participação das duas assistentes de pesquisa ("juízas"), foi possível

confiar na fidedignidade dos resultados obtidos em cada uma das Categorias analisadas e, principalmente, reconhecer como viável e adequada a divisão em Abordagens, da forma como foi estabelecida, para classificar a produção teórico-científica.

É válido salientar que, na análise da maioria dos textos que compõem o "*corpus*", houve, de imediato, consenso entre a autora e as duas juízas, quanto à Abordagem de Educação Sexual, com a qual o texto estava comprometido. Em alguns, onde isso não acontecia, procedia-se à discussões no momento, ou à indicação para releitura e discussão em reunião posterior. Este mesmo procedimento foi adotado em relação a todas as demais Categorias de Análise e considera-se que foram recursos suficientes para garantir o consenso, sem grandes dificuldades.

Evidentemente, alguns textos apresentavam elementos pertinentes a mais de uma Abordagem, porém, já se havia definido, *a priori*, que cada texto seria classificado de acordo com a Abordagem com a qual estivesse mais fortemente comprometido.

Assim por exemplo, o texto de Serapião et al. (1988) e a Dissertação de Foreman (1989), identificados respectivamente como coerentes com as Abordagens Médica e Pedagógica, atendem a vários elementos da Abordagem Política.

Da mesma forma, várias publicações classificadas como Pedagógica, fazem referência à preocupação com a questão da transformação social, o que poderia conduzir à identificação como Abordagem Política, o que não se deu, porque os autores, entre outros fatores, direcionam sua preocupação, de forma muito mais acentuada, para o bem estar do indivíduo. Na maioria dos casos, esses textos foram classificados como explanação teórica "tipo b", isto é, que oferece reflexão crítica.

Possivelmente, na prática, isto é, no trabalho cotidiano do educador sexual, seja mais difícil, e por vezes, até

inviável em alguns momentos, conseguir identificar com qual Abordagem ele está comprometido. Pode até ocorrer uma sobreposição de mais de uma Abordagem, da mesma forma como ocorre em algumas produções científicas.

No entanto, apesar disso, a identificação das Abordagens: Religiosa Tradicional ou, Tradicional Questionadora, Religiosa Liberadora, Médica, Pedagógica e Política, também pode ser possível pela observação da atuação do educador sexual, ou mesmo até, por meio de seu relato verbal sobre a forma de desenvolver o seu trabalho.

Mais ainda: os objetivos implícitos em cada Abordagem podem direcionar, de fato, uma atuação prática coerente com os mesmos, ou seja: é possível selecionar e preparar-se para atuar de acordo com uma, ou outra Abordagem.

Isto tudo conduz à conclusão de que a identificação da Abordagem predominante, pode se dar, tanto na produção científica, como no trabalho prático.

Após ter lido toda publicação acadêmico-científica brasileira sobre Educação Sexual, o que mais indignou a autora, bem como as assistentes de pesquisa, foi, primeiramente, a questão dos textos "repetitivos", principalmente, no que diz respeito à explicitação de como realizar Educação Sexual (publicações classificadas como explanação teórica tipo "a"). Isso acontece, principalmente, em artigos de periódicos, o que foi constatado, tanto pela autora da presente pesquisa, quanto pelas duas psicólogas que trabalharam como assistentes.

Outro fator que causou indignação, diz respeito à baixa qualidade científica de várias publicações, denotando falta de seriedade em relação à temática. Alguns textos são produzidos sem fundamentação teórica explícita, onde então o autor escreve, sem fazer ligação com o que já se produziu

cientificamente sobre o assunto. Em alguns casos, é como se o autor estivesse elaborando uma "redação escolar", parecendo encarar a temática através da "psicologia do senso comum". Isto se deu, principalmente, em relação a artigos de periódicos.

Como mais um exemplo da baixa qualidade, pode ser citado também o não seguimento dos padrões metodológicos estipulados para a elaboração de artigos científicos, tais como: ausência de referências bibliográficas e muitas falhas na elaboração desta, bem como, nas citações de autores e/ou de idéias de autores, no corpo do texto.

Vale citar, principalmente, a defasagem acentuada que se constatou em algumas publicações, em termos de data das referências consultadas, onde em textos escritos no final da década de 80, por exemplo, os autores pautam-se, sobremaneira, em textos produzidos na década de 70, incluindo a de 60. Dependendo do objetivo do trabalho, isso poderia não se constituir necessariamente em problema, podendo até ser considerado necessário. Acontece porém, que os textos daqueles períodos, eram consultados como suporte teórico para definir diretrizes básicas em Educação Sexual, para o momento em questão.

Isso tudo, com certeza, trava o avanço da produção científica sobre a temática, ou a faz caminhar a passos lentos. E ainda mais sério: parece atribuir-lhe o caráter de tema "café-com-leite".

Os estudiosos e pesquisadores da temática precisam preocupar-se com a questão e planejar atitudes eficazes, que assegurem à mesma um avanço científico maior e de melhor qualidade.

Considerando essa necessidade e o fato de que teses e dissertações constituem o gênero de publicação de maior peso para a produção do conhecimento científico, alguns pontos precisam ser analisados em relação às mesmas.

Primeiramente, pode-se afirmar que *essa produção é pouco sofisticada*, pois 82.35% é composta por dissertações e apenas 17.64%, por teses.

Caracteriza-se também por ser uma *produção descontínua*, uma vez que apenas uma orientadora: Dra Bernardete Angelina Gatti, orientou dois trabalhos (Schussell, 1982 e Foreman, 1989). Os demais, orientaram apenas uma dissertação ou tese.

Do conjunto de orientadores, somente uma: Dra Maria Cristina Bruschini, fez contribuições substanciais para a produção científica sobre Educação Sexual, que evidentemente, compõem o "*corpus*" do Estado da Arte, aqui tratado.

A *descontinuidade* da produção científica também pode ser apreendida com respeito aos autores das dissertações ou teses. Este Estado da Arte mostrou que os mesmos não produziram outras publicações, tais como artigos de periódicos, até 1993. Apenas Angeli (1986 e 1992), que realizou a Dissertação e a Tese sobre a sexualidade dos adolescentes, incluiu em cada uma, "um capítulo sobre Educação Sexual", dando mostras de vínculo com a temática.

Esta produção, que começou a aumentar significativamente apenas após 1985, centralizou-se mais nas Universidades de São Paulo e Campinas, tendo sido desenvolvidas aí, 70.58% das teses e/ou dissertações, conforme mostra a Tabela 20.

Tabela 20

Classificação segundo dados básicos  
das Dissertações e Teses

INSTITUIÇÃO	LOCAL	AUTOR	DATA
Unicamp	Campinas/ SP	Guimarães	1989*
Unicamp	Campinas/ SP	Nunes	1989
Unicamp	Campinas/ SP	Verardo	1989
PUC	Campinas/ SP	Ferrua	1980
PUC	Campinas/ SP	Nery	1982
USP	São Paulo/SP	Angeli	1986
USP	São Paulo/SP	Angeli	1992*
USP	São Paulo/SP	Egry	1985*
USP	São Paulo/SP	Figueiredo	1991
PUC	São Paulo/SP	Schusell	1982
PUC	São Paulo/SP	Foreman	1989
PUC	São Paulo/SP	Matanó	1990
PUC	Porto Alegre/RGS	Chagas	1989
UFRGS	Porto Alegre/RGS	Izquierdo	1992
UFRGS	Porto Alegre/RGS	Barcellos	1992
UFPR	Curitiba/Pr	Rocha	1987
UFRJ	Rio de Jan./RJ	Felizari	1989

\* = Teses

Chama atenção o fato de que os três trabalhos desenvolvidos na Unicamp, o foram em 1989 e, os dois da PUC de Campinas, no início da década de 80.

Também na USP, os dois trabalhos, integralmente direcionados para o tema Educação Sexual, foram realizados na Faculdade de Saúde Pública (Egry, 1985; Figueiredo, 1991), tendo havido uma diferença de cinco anos entre ambos.

Em síntese, em nenhuma das Universidades onde foram

realizadas as dissertações e teses que integram o "corpus", percebe-se um compromisso, a longo prazo, que atenda portanto à continuidade, à seqüenciação e ao aprofundamento das pesquisas na temática.

QUADRO SÍNTESE DOS RESULTADOS DO ESTADO DA ARTE  
EM EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL, DE 1980 A 1993:

É importante retomar a classificação dos diferentes gêneros de publicação:

Grupo A = livros e capítulos de livros;

Grupo B = artigos, pesquisas e trabalhos apresentados em eventos.

Grupo C = dissertações e teses

Para o Quadro Síntese, serão consideradas, individualmente, as Categorias delineadas no Procedimento:

- ABORDAGEM DE EDUCAÇÃO SEXUAL: A Abordagem Pedagógica predominou em todos os Grupos e seu maior índice foi no Grupo B. No C, apesar dessa predominância, a Abordagem Política atingiu um nível relativamente próximo a ela.
- ÁREA: Segundo a análise do *conteúdo*, a grande maioria das publicações foi classificada em Áreas que integram as Ciências Humanas, principalmente a Área da Educação.

Nas dissertações e teses, mesmo a análise, a partir da *titulação* obtida na pós-graduação, apontou para o predomínio da referida Área.

- TIPO PESQUISA/ESTUDO (P/E):

A **explanção teórica** é o tipo de P/E que, de forma geral, predomina no conjunto de todas as publicações.

A maioria dos textos do Grupo A e B é identificada como explanção teórica "tipo a". O maior índice do "tipo b" é encontrado no Grupo C.

A **análise histórica** é o tipo de P/E menos presente no

conjunto das publicações analisadas.

A **análise avaliatória** tem uma presença relativamente fraca, tendo acontecido mais no Grupo B e C, em torno de 30%, em cada um deles.

A **análise investigadora** tem se concretizado de forma relativamente significativa, através, apenas, de publicações do Grupo C, tendo sido mais desenvolvidas, aí, as investigações do "tipo b" (que são feitas junto a professores, pais ou outros profissionais).

- CONTEXTO: O mais abordado é o escolar, estando presente, em média, em 70% do conjunto de toda publicação.
- TIPO DE EDUCANDO: Crianças, adolescentes e jovens são os tipos de educandos para os quais as produções científicas sobre Educação Sexual são mais freqüentemente direcionadas. Em contrapartida, está defasada a referência ao idoso, deficiente, adulto e ao pré-escolar.
- ELEMENTOS-CHAVES: O prazer e as relações de gênero vêm sendo devidamente abordados, enquanto que os outros elementos-chaves têm sido encarados de maneira secundária, o que denota uma reflexão da Educação Sexual desvinculada, na maioria dos trabalhos, dos problemas sociais emergentes e diretamente direcionados.
- PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA EDUCAÇÃO SEXUAL: O professor é o mais frequentemente apontado, tendo ocorrido em 93.33% no Grupo A, 63.63% no B e 87.50% no C.

Outros foram indicados e, em muitos textos, foram feitos apontamentos de profissionais de várias Áreas para atuarem em conjunto. Apesar disso, ainda há divergências quanto a quem deva ou possa, de fato, assumir o papel. Embora, numa

minoria, há autores que restringem a algum profissional, em específico, como por exemplo, ao enfermeiro ou a um especialista.

- REFERÊNCIA AO PSICÓLOGO: A referência ao psicólogo como podendo estar atuando na área da Educação Sexual é ainda pequena (em torno de 20%). Apesar disso, está se concretizando um reconhecimento gradual da importância desse profissional (assim como de outros) para compor uma equipe responsável pela elaboração de programas de Educação Sexual.

- TERMINOLOGIA USADA E CONCEITUAÇÃO DE EDUCAÇÃO SEXUAL:

Embora o termo mais freqüentemente abordado tenha sido educação sexual, há textos que usam outras terminologias (na maioria das vezes como sinônimos), tais como: orientação sexual e informação sexual. Foi encontrado, portanto, sobreposição e falta de padronização no uso da terminologia básica.

Dado que a terminologia orientação sexual, por exemplo, é usada com significados diversos, por alguns autores, acredita-se infundado o seu uso como sinônimo de educação sexual.

As tentativas de conceituação demonstram, em um número significativo de textos, que não há uma posição teórica clara e objetiva quanto ao conceito de Educação Sexual. Além disso, diferenças, incoerências e/ou confusões foram ainda encontradas, em alguns textos, nas tentativas de classificação dos tipos de Educação Sexual.

É possível que estas falhas comprometam, sobremaneira, a qualidade da produção científica e interfiram no avanço do corpo teórico desta área de conhecimento.

- CONCEPÇÕES QUESTIONÁVEIS: São encontradas em textos de todos os Grupos, porém, em maior proporção, no Grupo B. Embora em

algumas publicações a presença de um elemento dessa natureza possa não afetar a contribuição do texto como um todo, há casos em que a qualidade do mesmo fica prejudicada e, conseqüentemente, da produção científica sobre a temática.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS:

"Só o que é *bem feito*, resiste ao tempo.  
Só o que for *criativo*, alcançará o futuro.

Há fatores relevantes que precisam ser reconsiderados com maior ênfase, para que se faça avançar a produção científica sobre Educação Sexual e, conseqüentemente, a atuação do educador sexual no contexto escolar.

Os três fatores são: o processo de sistematização e continuidade; o processo de integração e o potencial dinamizador da "Educação Sexual".

Um dos pontos apreendidos neste Estado da Arte é que um número significativo de pesquisadores e/ou educadores consideram que, realizar Educação Sexual implica em ministrar um curso de 30hs, por exemplo, ou séries de "aulas" (inseridas ou não no currículo escolar), ou até, às vezes, uma palestra, ou um conjunto de palestras.

Como exemplo desta posição, podem ser citados: Costa e Silva et al., 1988; Braz, 1987 e Sucupira, 1988, entre outros.

Falta à uma grande maioria de pesquisadores e/ou educadores a visão de que a Educação Sexual "formal" deve ser um trabalho a longo prazo, que precisa ser sistematizado e ter sua continuidade assegurada.

Assim como Estudos Sociais, Inglês, ou outras disciplinas que são repetidas, anos após anos, para reforçar e expandir os conhecimentos, a Educação Sexual formal deve ser revista e ampliada, para que os jovens tenham várias oportunidades de aprender, discutir, ampliar, rever e integrar informações. (Jorgenser e Alexander, 1983).

Esta necessidade é indiscutível e estende-se também em relação à criança, ao adolescente, ao adulto e ao idoso. Porém, este Estado da Arte mostrou que isto é muito pouco considerado, no conjunto da produção científica brasileira.

Entre os parcos exemplos encontrados, pode-se incluir a proposição de Conceição (1985), de que os cursos longos, ou de curta duração, sejam realizados várias vezes. Sua hipótese é de que "... as séries curtas e repetidas surtem melhor efeito". (p.48).

A inclusão da Educação Sexual no currículo escolar, não seria, necessariamente, o melhor caminho, embora, teoricamente falando, poderia ser.

Para além da discussão da inclusão ou não no currículo, é preciso um redimensionamento dos programas de Educação Sexual (curricular ou não), onde os mesmos possam e devam ser integrados a outros programas, com o objetivo maior de ajudar o educando em suas necessidades emocionais e intelectuais, com repercussão direta na melhoria da qualidade de vida. (Kirby, 1985).

Deve-se de fato estar alerta para que a Educação Sexual não seja desenvolvida como um programa à parte, mas que, pelo contrário, esteja vinculada ao contexto escolar como um todo.

Oportunizar à escola a criação de espaço para concretizar a Educação Sexual dos jovens é possibilitar à ela que assuma a função do questionamento das normas e dos valores relativos à sexualidade. Em contrapartida, isto pode ter um "efeito dinamizador" [grifo nosso] das transformações pelas quais a instituição escolar, especialmente a pública, precisa passar. (Bruschini & Barroso, 1986).

Esta idéia é defendida também por Araguari Chalar

Silva (1987). Diz o autor: "a alternativa (...) pode bem começar com a educação sexual. Sexo é um assunto mobilizador como poucos (...) pode ser a grande força educativa" (p.299).

Os temas relacionados à Educação Sexual são, pois, ricos, no sentido de "abrir caminhos" para o desenvolvimento da criticidade nos educandos e para a conquista da democracia.

O potencial dinamizador da Educação Sexual poderá ser explorado em toda a sua extensão, se for aliado a um trabalho de instrumentalização do educando, para que seja um sujeito ativo em todo o processo de aprendizagem.

Uma das melhores e mais completas formas de se chegar a isso, é através da formação do leitor. A medida que o professor desenvolve no aluno o gosto pela leitura e o ajuda a encarar os livros como fontes de informação, onde ele pode buscar, além do conhecimento e entretenimento, respostas para muitas dúvidas, o estará instrumentalizando para que possa continuar se auto-educando e se atualizando constantemente, ao longo de sua vida.

Neste Estado da Arte, a visão que se tem, na maioria das publicações, é que se pensa em "dar" Educação Sexual, esquecendo-se de que é preciso criar condições para a formação da autonomia moral e intelectual do educando, isto é, levá-lo a aprender a pensar por si próprio, a adotar com segurança um posicionamento pessoal em relação a valores morais, bem como a tomar decisões.

Um número significativo de textos valoriza o "debate aberto" como estratégia. De fato, isto é imprescindível e deve continuar sendo valorizado.

Schiavo (1993), que escreve um texto recente, intitulado: "Educação sexual em tempo de AIDS", propõe uma metodologia denominada "Linguagem Total". Apesar de valorizar o diálogo e a troca de informações entre educador e educando, comete

um grave deslize, quando afirma que "técnicas de jogos educativos, dramatizações e brincadeiras *substituem exposições e leituras*, tornando o ambiente favorável ao desenvolvimento do processo de mudanças..." (p.395).

Sem descartar a importância das estratégias que o autor defende, sua posição ao longo de todo o texto, exemplifica que, apesar de considerar o trabalho de Educação Sexual como uma preparação para a vida, encara-o como algo que tem sua existência apenas momentânea, no aqui e agora, ou seja, como um curso oferecido.

Se não se instrumentalizar o sujeito para continuar se auto-educando, cada vez que emergir um novo problema social diretamente relacionado à sexualidade (tal como a AIDS), possivelmente, esse indivíduo irá precisar inscrever-se, mais uma vez, para participar de um algum programa relativo ao assunto.

Não se pode cair em extremos: se por um lado valoriza-se o debate, não é preciso que se repudie a leitura e a aula expositiva, como o fez o referido autor; esta última pode ser necessária e eficaz em alguns momentos, dependendo do tema e/ou da clientela. Ronca e Escobar (1984) defendem o uso das terminologias: aula expositiva-participativa, ou expositiva-dialogada e expõem os fundamentos para uma compreensão mais aprofundada desta metodologia, bem como de seu uso correto.

No Brasil, muitos livros de Educação Sexual já se tem publicado, ou melhor falando, livros de orientação sexual; são os escritos (ou traduzidos) para fornecer informações importantes para o educando. Muitas vezes, nestes livros, podem ser encontradas também reflexões que ajudam o leitor a rever valores sexuais, morais e a desenvolver, enfim, sua criticidade.

Comfort e Comfort (1979), que escreveram para os adolescentes: "ABC do amor e do sexo", (que foi traduzido para

o português, no ano seguinte), afirmam que os livros devem ser encarados como "base" para discussões entre pais e filhos e não como "autoridades definitivas". [grifos nossos].

De forma semelhante, podem ser usados como um importante recurso complementar, nos programas desenvolvidos por educadores sexuais, no contexto escolar, ou mesmo extra-escolar.

Faz parte dos direitos da criança, de acordo com Dallari (1986) o direito de pensar e, para isso, os adultos (pais e educadores), devem, entre muitas coisas, incentivá-la a ter interesse pela leitura e propiciar condições para que ela possa ler bons livros, ao invés de perder muito tempo vendo televisão.

A Educação Sexual e a formação do leitor são pois, mutuamente complementares, uma vez que, aproveitando a temática sexualidade, que é um assunto mobilizador (de interesse e curiosidade de pessoas das variadas idades), pode-se, usando os livros de orientação sexual, levar o sujeito a desenvolver o gosto e o hábito da leitura. Em contrapartida, isso reforça a Educação Sexual, podendo constituir-se numa eficaz estratégia que auxilie a suprir a necessidade, já discutida, de levar os educandos a terem repetidas oportunidades de rever, integrar e ampliar seus conhecimentos.

Da mesma forma como Barroso (1980) discute a relação entre Educação Sexual e democracia, Saviani e Chauí (apud Teodoro da Silva, 1983) discutem a relação direta que há entre a leitura e a democracia, o que comprova a estreita ligação entre a Educação Sexual e a leitura.

Vários são os estudiosos do comportamento de ler que, sob a ótica sócio-política, identificam a leitura como instrumento de acesso aos bens culturais, como meio de compreensão da realidade e desenvolvimento da criticidade. Entre eles citam-

-se: Barbosa, J.J. (1990), Faria (1986), Nidelcoff (1978), Nosella (1981), Teodoro da Silva (1983) e Zilberman (1982).

A escola não pode considerar cumpridas suas metas, apenas, quando participa ativamente dos programas de alfabetização de um número cada vez maior de crianças e adultos.

É preciso ir além, e comprometer-se com uma "política de leiturização", conforme propõe Jean Foucambert (1987).

Além de todos os educadores, também, os próprios bibliotecários devem comprometer-se com essa política, segundo Foucambert e concretizar as alternativas que são propostas pelos vários pesquisadores e estudiosos da leitura, em especial, por esse último autor.

Isto torna possível retomar aqui a questão de que o campo da Educação Sexual pode e deve estar aberto a profissionais das várias áreas científicas, incluindo, por exemplo, o próprio bibliotecário.

Através de envolvimento com a política de leiturização, este profissional pode contribuir com a Educação Sexual das pessoas e, principalmente, compor uma equipe interdisciplinar.

É útil ressaltar, que mesmo nos cursos de preparação do educador sexual, deve-se inserir a "política de leiturização", para levar o educador a conscientizar-se da importância da leitura também para sua auto-educação permanente. É preciso que ele a veja como um rico instrumento para reforçar, rever, ampliar e integrar seus conhecimentos, bem como para desenvolver sua criticidade e criatividade.

Finalmente, vale completar dizendo que é urgente ampliar os horizontes da "política de leiturização", para além do contexto escolar, como defende o próprio Foucambert (1989). É uma proposta de "desescolarização da leitura", que significa

o empenho na formação de leitores, tanto crianças, como adultos, em qualquer ambiente educativo, não devendo pois limitar-se ao contexto escolar.

O plano de integração entre a Educação Sexual e a "política de leiturização", dentro e fora da escola, não pretende ser algo taxativo e radical, podendo e devendo, evidentemente, serem buscadas outras formas de assegurar mais êxito, tanto a um tipo de trabalho, quanto ao outro. É possível crer, porém, que a ação integrada desses dois projetos seja uma proposta que possa resistir ao tempo e alcançar o futuro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGOSTINI, Nilo. Ética e evangelização: a dinâmica da alteridade na recriação da moral. Petrópolis: Vozes, 1993.
- ALVES, Rubem A. Protestantismo e repressão. São Paulo: Ática, 1979.
- AMARAL, Luiz Antonio de Souza. A reprodução humana no quadro da educação sexual na escola. Revista de Educação AEC, Brasília, v.10, n.41, p.44-48, 1981.
- ANGELI, Heloísa Aparecida Tiveli. A problemática sexual na adolescência. São Paulo: USP, 1986. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar). Universidade de São Paulo, 1986. p.163-194: A educação sexual como profilaxia.
- ANGELI, Heloísa Aparecida Tiveli. Comportamento e informação sexual de adolescentes: uma análise psicológica junto a primeiranistas universitários. São Paulo: USP, 1992. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar). Universidade de São Paulo, 1992. p. 92-113: Educação sexual.
- ARIÈS, Philippe. São Paulo e a carne. In: ARIÈS, Philippe (Org.). Sexualidades ocidentais: contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987a. p.50-53.
- ARIÈS, Philippe (Org.). Sexualidades ocidentais: contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987b.
- AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. Pele de asno não é só história... um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família. São Paulo: Roca, 1988.
- AZEVEDO, Maria Amélia. Notas para uma teoria crítica da violência familiar contra crianças e adolescentes. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane N. de Azevedo (Orgs.). Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento. São Paulo: Cortez, 1993. p.21-47.
- BARBOSA, José Juvêncio. Alfabetização e leitura. São Paulo: Cortez, 1990.

- BARBOSA, Maria Paquelet Moreira. Uma experiência de educação sexual em escolas de 1<sup>o</sup> grau. Revista Brasileira de Sexualidade Humana, São Paulo, v.1, n.2, p.104-108, 1990.
- BARCELLOS, Jorge Alberto Soares. A pedagogia de Eros: territórios, vida cotidiana e saber nos projetos de implantação da educação sexual em Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 1992. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992.
- BARROSO, Carmen. Pesquisa sobre educação sexual e democracia. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.34, p.89-90, ago. 1980.
- BARROSO, Carmen; BRUSCHINI, Maria Cristina. Educação sexual: debate aberto. São Paulo: Vozes, 1982.
- BARROSO, Carmen. A saúde da mulher no Brasil. São Paulo: Nobel, 1985. p.47-49: Educação sexual.
- BARROSO, Carmen; BRUSCHINI, Maria Cristina (Orgs.). Sexo e juventude: como discutir a sexualidade em casa e na escola. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BEACH, Frank (ed.). Human sexuality: in four perspectives. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1977.
- BERGER, Israel. Palestras sobre aspectos da sexualidade para grupos de adolescentes: relato de uma experiência. Revista Brasileira de Sexualidade Humana, São Paulo, v.1, n.2, p.102-103, jul./dez. 1990.
- BERNARDI, Marcello. A deseducação sexual. Tradução de Antonio Negrini. São Paulo: Summus, 1985.
- BINGEMER, Maria Clara Lucchetti. Família e instituição religiosa: tensões e perspectivas. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 16, 1992, Caxambu. Trabalho não publicado.
- BRAZ, Marcos Antonio Ribeiro. Comportamento sexual do adolescente. Reprodução, São Paulo, n.1, p.87-89, 1987.
- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha (Coord.). Educação sexual: instrumento de democratização ou de mais repressão? Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.36, p.99-110, fev. 1981. Mesa-redonda apresentada em evento com a participação de Marilena Chauí, Maria Rita Kehl e Maria José Werebe.

- BRUSCHINI, Maria Cristina; BARROSO, Carmen. Educação sexual e prevenção da gravidez. In: BARROSO, Carmen et al. Gravidez na adolescência. Brasília: INPLAN/IPEA/UNICEF, 1986. p.29-54. (Série Instrumentos para a Ação n.6)
- BRUSCHINI, Maria Cristina; SARTI, Cyinthia. Relações de gênero. In: GÊNERO em geração de renda. São Paulo: UNICEF/FENAPE/ Fundação Ford, 1990. Reprodução de trechos da obra.
- CANELLA, Paulo Roberto Bastos. Adolescência e educação sexual. Revista Brasileira de Sexualidade Humana, São Paulo, v.1, n.2, p.34-38, jul./dez. 1990.
- CANESQUI, Ana Maria. Práticas pedagógicas referentes à sexualidade e à reprodução. Educação e sociedade, São Paulo, v.5, n.4, p.60-70, abr. 1983.
- CASTRO, Cláudio de Moura. A prática da pesquisa. Rio de Janeiro: Mac Graw-Hill, 1978.
- CASTRO, Cláudio de Moura; OLIVEIRA, João Batista. Educação: por onde começar? [s.l.]: IEA - Instituto de Estudos Avançados, 9 mar. 1991. mimeo.
- CAVALCANTI, Robinson. Uma benção chamada sexo. 7.ed. São Paulo: ABU, 1989.
- . Libertação e sexualidade: instinto, cultura e revelação. São Paulo: Temática, 1990.
- CAVALCANTI, Ricardo da Cunha. O promotor de saúde. Revista Brasileira de Sexualidade Humana, São Paulo, v.1, n.1, p. 35-42, 1990.
- . Alguns aspectos da história da sexologia no Brasil. Revista Brasileira de Sexualidade Humana, São Paulo, v.3, n.1, p.56-65, 1992.
- . Educação sexual no Brasil e na América Latina. Revista Brasileira de Sexualidade Humana, São Paulo, v.4, n.2, p. 164-177, 1993.
- CÉSAR, Waldo. Ser protestante: mais perguntas do que respostas? Comunicações do ISER, Rio de Janeiro, v.6, n.24, p.4-13, mar. 1987.

- CHAGAS, Eva Regina Carrazoni. Principais características pessoais e profissionais do educador para a saúde que atua na área de educação sexual: problemática de sua formação. Porto Alegre, PUCRGS, 1989. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1989.
- CHARBONNEAU, Pe. Paul-Eugène. As linhas básicas da educação sexual no 2<sup>o</sup> grau. Revista de Educação AEC, Brasília, v.10, n.41, p.87-95, 1981.
- CHAUI, Marilena. Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida 9.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- COMFORT, Alex; COMFORT, Jane. ABC do amor e do sexo: orientação sexual para adolescentes. Tradução de Silvío Rolim. [s.l.]: Abril Cultural, 1980.
- CONCEIÇÃO, Isméri Seixas Cheque. Pelo bem dos filhos de nossos filhos. Dois Pontos, Belo Horizonte, v.1, n.4, p.46-48, jul. 1985.
- CONCEIÇÃO, Isméri Seixas Cheque; VITIELLO, Nelson. Educação sexual. Femina, São Paulo, v.14, n.10, p.939-942, out. 1986.
- CONCEIÇÃO, Isméri Seixas Cheque. Educação sexual. In: VITIELLO, Nelson et al. Adolescência hoje. São Paulo: Roca, 1988. p.71-76.
- COSTA, Jurandir Freire. Ordem médica e norma familiar. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- CUNHA, Paulo Fernando Lapa da. A longa história da repressão sexual. Psicologia em Curso, Brasília, n.2, v.8, p.19-26, out./dez. 1981.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. Direito de pensar. In: DALLARI, Dalmo de Abreu; KORCZAK, Janusz. O direito da criança ao respeito. São Paulo: Summus, 1986. p.27-33.
- DURAND, Guy. Sexualidade e fé: síntese de teologia moral. Tradução: José A. Ceschin e Marcos Marcionilo. São Paulo: Loyola, 1989.
- EGRY, Emiko Yochikawa. O docente de enfermagem e o ensino da sexualidade humana: ação educativa através da pesquisa participante. São Paulo, USP, 1985. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Universidade de São Paulo, 1985.
- EISENSTEIN, Evelyn et al. Sexualidade na adolescência.

- In: ZECKER, Israel (Org.). Adolescente também é gente. 2.ed. São Paulo: Summus, 1985. p.180-189.
- ENGEL, Magali. O médico, a prostituta e os significados do corpo. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). História e sexualidade no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p.169-190.
- FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho. Educação sexual: prós e contras. Revista Brasileira de Sexualidade Humana, São Paulo, v.3, n.2, p.154-158, 1992.
- FARIA, Ana Lúcia de. Ideologia no livro didático. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1986.
- FELIZARI, Gessi Maria Cardoso. Enfermagem escolar e educação sexual para adolescentes. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1989.
- FERRUA, Leila Heimbürg. Educação sexual: análise crítica de uma experiência. Campinas, PUC, 1980. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 1980.
- FIGUEIREDO, Tulio Alberto Martins de. Perfil de adolescentes de uma escola pública e suas opiniões em relação à orientação sexual na escola. São Paulo: USP, 1991. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Universidade de São Paulo, 1991.
- FOREMAN, Valéria Lopes. Importância da educação sexual no desenvolvimento de adolescentes cegos. São Paulo: PUC, 1989. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar Brasileira) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1989.
- FOUCAULT, Michel. A história da sexualidade. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 10.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988. v.1: A vontade de saber.
- . História da sexualidade. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 6.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990. v.2: O uso dos prazeres.
- . História da sexualidade. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 4.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985. v.3: O cuidado de si.
- FREITAG, Bárbara et al. O estado da arte no livro didático no Brasil. Brasília: INEP-MEC/REDUC, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (Org.). Metodologia da pesquisa educacional. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1991. p. 71-90.

FUCS, Gilda Bacal. Por que o sexo é bom?: orientação sexual para todas as idades. 2.ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987. p.200-226: A educação sexual nas escolas.

-----, A educação sexual na idade adulta e na velhice. In: RIBEIRO, Marcos (Org.). Educação sexual: novas idéias, novas conquistas. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993. p.149-155.

GAIARSA, José Angelo. A juventude diante do sexo. São Paulo: Brasiliense, [1967?].

-----, Poder e prazer: o livro negro da família, do amor e do sexo. São Paulo: Agora, 1986.

GAMA, Maria Cristina. A educação sexual que gostaríamos de ter. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, 1, 1980, São Paulo. Anais... São Paulo: Cortez, 1981. p.360-377.

GASQUES, Jerônimo. Juventude: amor e sexo: por uma afetividade dialogante. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

GHERPELLI, Maria Helena Brandão Vilela. Direito ou renúncia à sexualidade? uma experiência de orientação sexual com jovens limítrofes. Revista Brasileira de Sexualidade Humana, São Paulo: v.3, n.2, p.147-153, 1992.

GHERPELLI, Maria Helena Brandão Vilela; BURALLI, Keiko Ogura; ROSENBERG, Cornélio Pedroso. Proposta de um programa de orientação sexual para escolas infantis e de 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> graus. Revista Brasileira de Sexualidade Humana, São Paulo, v.3, n.1, p.46-55, jan./jun. 1992.

GOLDBERG, Maria Amélia Azevedo. Educação sexual: uma proposta um desafio. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1988.

GONÇALVES, Irmã Marta Maria. Escola de pais e educação sexual. Revista de educação AEC, Brasília, v.10, n.41, p.24-27, 1981.

GREGERSEN, Edgar. Práticas sexuais: a história da sexualidade humana. Tradução: Antonio Alberto de Toledo Serra e Edison Ferreira. São Paulo: Roca, 1983.

- GUIMARÃES, Isaura Rocha Figueiredo. Ilusão e realidade do SEXO na escola: um estudo das possibilidades da educação sexual. Campinas: UNICAMP, 1989. Tese (Doutorado em Educação / Metodologia de Ensino) - Universidade Estadual de Campinas, 1989.
- HABERT, Nadine. A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar. São Paulo: Ática, 1992. (Série Princípios, 222).
- HENTSCHEL, Heitor. Educação sexual um inquérito. Femina, São Paulo, v.15, n.4, p. 290, 295, abr. 1987.
- IGREJA CATÓLICA. Sagrada Congregação para a Educação Católica. Orientações educativas sobre o amor humano: linhas distintivas de educação sexual. Cultura e Fé, Porto Alegre, v.7, n.24, p.86-107, jan. mar., 1984.
- ISQUIERDO, Ines de la Ossa. Articulação sexualidade e saber no âmbito pedagógico: abordagem psicanfítica. Porto Alegre, UFRGS, 1992. 210p. Dissertação, (Mestrado em Educação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992.
- JORGENSER, Stephen R.; ALEXANDER, Sharon J. Research on adolescent pregnancy-risk: implications for sex education programs. Theory into Practice, [s.l.], v.22, n.2, p.125-133, 1983.
- JOSAN, Miguel. Em busca de novos caminhos. Comunicações do ISER, Rio de Janeiro, v.11, n.42, p.59-63, 1992. Número especial.
- KEHL, Maria Rita. Educação sexual: instrumento de democratização ou de mais repressão? Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 36, p.99-110, fev. 1981. A autora participou neste trabalho na mesa-redonda apresentada na XXXII reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Rio de Janeiro, 1980.
- KEMP, Jaime. Namoro, noivado, casamento e sexo. Curitiba: Sepal do Brasil, [198-]a.
- . Venha ao meu jardim. Curitiba, [198-]b. Palestra gravada em fita de vídeo cassete.
- KIRBY, Douglas. Sexuality education: a more realistic view of its effects. Journal of School Health, Kent, v.55, n.10, p.421-424, Dec. 1985.

- LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Atica, 1984.
- LINS, Lenes Clecia Saraiva; PEREIRA, Eduarda D. R.; LIRA, Ida Vieira de. Como anda a educação dos jovens: um estudo exploratório em quatro colégios do Recife. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM, 37., Recife, 1985. Trabalho apresentado... [s.l.], 1985. p.2-26.
- LOPES, Gerson Pereira. Mudar é preciso: a começar pelos pais. Dois Pontos, Belo Horizonte, v.1, n.4, p.44-45, jul. 1985.
- LOPES, Gerson Pereira et al. Metodologia em educação sexual: experiência no Instituto Montessori Criança Feliz. Revista Brasileira de Sexualidade Humana, São Paulo, v.2, n.1, p. 95-101, jan./jun. 1991.
- LOTUFO JÚNIOR, Zenon. Corpo e dimensão espiritual. Estudos de Religião, São Bernardo do Campo, v.1, n.1, p.151-169, 1985.
- LUCA, Laurival A. de. A orientação das adolescentes. In: LUCA, Laurival A. de. O problema sexual da adolescente. Indianópolis: Almed, 1980. p.97-117.
- LUCKESI, Cipriano. Avaliação: por que e para que? Londrina, 7 dez. 1994. Anotações de palestra.
- MACEDO, Carmen Cinira. Catolicismo e sexualidade: uma visão nativa. Comunicações do ISER, Rio de Janeiro, v.11, n.42, p. 38-44, 1992. Número especial.
- MACHADO, Roberto. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. A microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1982. p. vii-xxiii.
- MADURO, Otto. Por uma ética da ternura. Comunicações do ISER, Rio de Janeiro, v.11, n.42, p.45-74, 1992. Número especial. Entrevista cedida a Lúcia Ribeiro.
- MAIA, Mônica Bara; GUIMARÃES, Rita Andréia; LOPES, Gerson Pereira. A (in)formação sexual do adolescente: uma nova proposta. Revista Brasileira de Sexualidade Humana, São Paulo, v.4, n.1, p.31-36, jan./jun. 1993.
- MATANÔ, Maria Silvia Cavasin. Orientação sexual: projeto de ação pedagógica da rede municipal de ensino de São Paulo (1978-1982). São Paulo: PUC, 1990. Dissertação, (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1990.

- MATARAZZO, Maria Helena; MAZIN, Rafael. Educação sexual nas escolas. São Paulo: Paulinas, 1988.
- MATARAZZO, Maria Helena. A educação sexual na pré-escola. In: RIBEIRO, Marcos (Org.). Educação sexual: novas idéias, novas conquistas. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993. p.159-162.
- MELLO, Guiomar Namó de. Os estereótipos sexuais na escola. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.15, p.141-144, dez. 1975.
- MENDES, Adilson Miranda. O desenvolvimento sexual segundo Sigmund Freud, com ênfase na importância da educação sexual. Educação Hoje, Palmas, v.10, n.1, p.82-89, jul. 1984.
- MENDONÇA, Antônio Gouvêa. O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil. São Paulo: Paulinas, 1984.
- MENDONÇA, Antônio Gouvêa; VELASQUES FILHO, Prócoro. Introdução ao protestantismo no Brasil. São Paulo: Loyola, 1990.
- MORAEZ, Eliane R.; LAPEIZ, Sandra M. O que é pornografia. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MOREIRA, Lilia Maria de Azevedo. Algumas considerações sobre a implantação da educação sexual nas escolas e sua aplicação na área de ciências biológicas. Jornal Brasileiro de Psiquiatria, Rio de Janeiro, v.35, n.2, p.107-110, 1986.
- NEGRÃO, Esmeralda V.; AMADO, Tina. A imagem da mulher no livro didático: estado da arte. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, CNDM, 1989.
- NERY, Maria José Gomes da Silva. Sexualidade humana: disfunções sexuais, conhecimentos e atitudes em relação a sexo. Esquema de um curso de orientação sexual. Campinas: PUC, 1982. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 1982.
- NIDELCOF, Maria Tereza. Uma escola para o povo. 25.ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- NOGUEIRA, José Bonifácio Coutinho. "Falando nos espinhos". Revista de Educação AEC, Brasília, v.10 n.41, p.28-31, 1981.

- NOSELLA, Maria de Lourdes Chaga Deiró. As belas mentiras: a ideologia subjacente aos textos didáticos. 4.ed. São Paulo: Moraes, 1981.
- NUNES, César Aparecido. Desvendando a sexualidade. Campinas: Papirus, 1987.
- NUNES, Maria José Fontelas Rosado. De mulheres e de deuses. Estudos Feministas, Rio de Janeiro, n.0, p.5-30, 1992.
- OLIVEIRA, Maria Helena Palma de. A representação social da educação de 1<sup>o</sup> grau nas políticas públicas federais no período pós-1964. São Paulo: PUC, 1989. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1989.
- OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. A AIDS e a ética sexual católica. Comunicações do ISER, Rio de Janeiro, v.7, n.31, p.75-77, 1988.
- ORTH, Edgar. Educação sexual da criança. 13.ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- PAES, Maria Helena Simões. A década de 60: rebeldia, contestação e repressão política. São Paulo: Ática, 1992. (Série Princípios, n. 221).
- PARKER, Richard. Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo. São Paulo: Best Seller, 1991.
- PETRI, Valéria. Sexo, fábulas & perigos: um ensaio médico-social. 2.ed. São Paulo: Iglu, 1988.
- PFROMM NETTO, Samuel. Psicologia da aprendizagem e do ensino. São Paulo: EPU, 1987.
- PIMENTEL, Maria José da Glória; SIGRIST, Aurea C. Orientação educacional. São Paulo: Pioneira, 1971.
- PIZZATTO, Marina. Educação sexual da criança. Revista Gaúcha de Enfermagem, Porto Alegre, n.3, v.1, p.51-59, dez. 1981.
- QUEIROZ, Katia et al. Sexualidade na adolescência: uma experiência interativa de educação e comunicação com adolescentes. Cadernos [da Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana], São Paulo, n.1, p.181-196, mar. 1991.

- RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RAIÇA, Darcy; FERNANDEZ, Senira Anie. A adolescente e o sexo. São Paulo: Edicon, 1985.
- REGA, Lourenço Stelio. Libertação e sexualidade: uma análise. São Paulo: Vida Nova, 1991.
- RIBEIRO, Lúcia. Vivência da sexualidade entre católicas. Comunicações do ISER, Rio de Janeiro, v.11, n.42, p.5-37, 1992. Número especial.
- RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Educação sexual além da informação. São Paulo: EPU, 1990.
- RIEHELMANN, José Carlos. A educação sexual no sistema de saúde. In: RIBEIRO, Marcos (Org.). Educação sexual: novas idéias, novas conquistas. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993. p.281-303.
- ROBERGE, Pe. Lourenço. Educação sexual dos adolescentes. Revista de Educação AEC, Brasília, v.10, n.41, p.50-65, 1981.
- ROCHA, Elisa Fernandes de Sousa. Educação sexual e telenovela: liberação ou determinismo ideológico? Curitiba: UFP, 1987. Dissertação, (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, 1987.
- RODRIGUES, Marly. A década de 80. Brasil: quando a multidão voltou às praças. São Paulo: Ática, 1992. (Série Princípios, n.223).
- RONCA, Antônio Carlos Caruso; ESCOBAR, Virgínia Ferreira. Técnicas pedagógicas: domesticação ou desafio à participação. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ROSEMBERG, Fúlvia. A escola e as diferenças sexuais. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.15, p.78-85, dez. 1975
- . Educação sexual na escola. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 53, p.11-19, maio 1985.
- ROSEMBERG, Fúlvia; PIZA, Edith Pompeu; MONTENEGRO, Thêreza. Mulher e educação formal no Brasil: estado da arte e bibliografia. Brasília: REDUC/INEP, 1990.

SALVATORE, Carlos Alberto. Educação e planejamento familiar. Ginecologia e Obstetrícia Brasileiras, São Paulo, v.9, n.1, p.5-7, 1986.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Sexualidade humana: uma abordagem curricular com enfoque educativo. São Paulo: SE / CENP, 1984. v.1.

SARTI, Cynthia. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.64, p.38-47, fev. 1988.

SAVIANI, Demerval. Correntes e tendências da educação brasileira. [São Paulo]: PUC, [1980?]. Apostila.

SCHIAVO, Marcio Ruiz. Educação sexual em tempo de AIDS. In: RIBEIRO, Marcos (Org.). Educação sexual: novas idéias, novas conquistas. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993. p.391-398.

SCHUSSEL, Darcy Raiça. Educação sexual: análise de opiniões de diferentes segmentos sociais. São Paulo: PUC, 1982. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1982.

SERAPIÃO, Jorge José; SOUZA, Ingrid S.; BARROS, D. I. M. Grupo de reflexão sobre sexualidade: uma experiência institucional piloto. Femina, São Paulo, v.16, n.6, p.516-523, jun. 1988.

SILVA, Armando Costa e et al. Orientação sexual com adolescentes. MARCO, v.9, n.5, p.65-72, 1988.

SILVA, Ricardo de Castro e. A educação sexual nas turmas de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série do 1<sup>o</sup> grau. In: RIBEIRO, Marcos (Org.). Educação sexual: novas idéias, novas conquistas. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993, p.177-184.

SILVA, Roberto Sizenando. Adolescência. Femina, São Paulo, v.11, n.5, p.386-389, maio 1983.

SIMONETTI, Cecília. Sexualidade na adolescência e programas de educação sexual. Boletim Transa Legal para Educadores, São Paulo, v.1, n.1, p.2, maio/ jun. 1994.

SOARES, Magda Becker. A alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento. Brasília: REDUC/INEP, 1989.

- SORJ, Bila. Relações de gênero e teoria social. In: SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE INCENTIVO E DE FORMAÇÃO EM PESQUISA SOBRE MULHER: Relação de Gênero na Sociedade Brasileira, 1, São Paulo, 1992. Trabalho não publicado, versão preliminar.
- SOUZA, Ronaldo Pagnoncelli de. Aspectos psicoevolutivos e sociais da sexualidade. In: Coletânea sobre saúde reprodutiva do adolescente brasileiro. Brasília: OPAS/OMS, 1988. p.51-56.
- SOUZA, Vilma de. Trabalhando com sexualidade: uma proposta educacional. Cadernos [da Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana], São Paulo, n.1, p.126-133, mar. 1991.
- STOLL, Raul Roberto. Orientação sexual nas escolas. Signos, Lajeado, v.12, n.22, p.90-93, mar. 1988.
- SUCUPIRA, Ana Cecília S. L. Reflexões sobre um programa de orientação sexual. In: REUNIÃO ANUAL DE PSICOLOGIA, 18., 1988, Ribeirão Preto. Anais... Ribeirão Preto: Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, 1988. p.563-564.
- SUPLICY, Marta (sup.). Sexo para adolescentes: orientação para educadores. São Paulo: FTD, [1988?].
- SUPLICY, Marta. Conversando sobre sexo. 15.ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- . Papai, mamãe e eu. São Paulo: FTD, 1990.
- . Educação e orientação sexual. In: RIBEIRO, Marcos (Org.). Educação sexual: novas idéias, novas conquistas. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993. p.21-36.
- . Do ficar à menopausa. Londrina, 8 mar. 1994. Anotações de palestra.
- TAKIUTI, Albertina Duarte. Programa de Atenção Integral ao Adolescente. Entrevista concedida a Mary Neide Damico Figueiró em 5 de abr. 1994.
- TAVARES, Celina Araújo. Orientação sexual para crianças e adolescentes: proposta para formação de enfermeiros como educadores sexuais. Revista Paulista de Enfermagem, São Paulo, v.5, n.1, p.8-11, jan./mar. 1985.
- THUMS, Jorge; KIELING, Suzana Schuch Santos. Reflexões sobre uma educação sexual: análise de um estudo explora-

tório. Educação, Porto Alegre, v.13, n.18, p.37-45, 1990.

TUDO: dicionário enciclopédico. São Paulo: Nova Cultural, 1987. v.1, v.5.

VAINFAS, Ronaldo. Casamento, amor e desejo no ocidente cristão. São Paulo: Atica, 1986a.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). História da sexualidade no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1986b.

VAINFAS, Ronaldo. A teia da intriga: delação e moralidade na sociedade colonial. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). História da sexualidade no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1986c p.41-65.

-----, Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

VAINSENER, Semira Adler. Educação sexual: e o professor? Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1987. Relatório de Pesquisa.

VASCONCELOS, Naumi A. de. Homossexualidade feminina. In: RIBEIRO, Marcos (Org.). Educação sexual: novas idéias, novas conquistas. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993. p.343-359.

VERARDO, Maria Terezinha Vieira. A sexualidade educada: nota crítica sobre pressupostos teóricos e projetos empíricos. Campinas: UNICAMP, 1989. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, 1989.

VITIELLO, Nelson et al. Educação sexual: um inquérito. Femina, São Paulo, v.15, n.4, p.288-299, abr. 1987a.

VITIELLO, Nelson. Educação sexual: um inquérito. Femina, São Paulo, v.15, n.4, p.288-290, abr. 1987b.

VITIELLO, Nelson; CONCEIÇÃO, Isméri Seixas Cheque Conceição. O exercício da sexualidade na adolescência. II. Educação sexual. Revista Brasileira de Sexualidade Humana, São Paulo: v.2, n.1, p.15-24, 1991.

VITIELLO, Nelson. Parecer sobre a abordagem médica da educação sexual. São Paulo, 1994a. Correspondência pessoal.

-----, Reprodução e sexualidade: um manual para educadores. São Paulo: CEICH, 1994b.

XAVIER, Nilton Leite. Aspectos da educação sexual e do comportamento sexual feminino. Revista Ci. Maternidade, Infância e Ginecologia, Porto Alegre, v.5, n.1, p.41-45, jan./jun. 1985.

ZILBERMAN, Regina. Leitura em crise na escola: as alternativas do professor. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

WEREBE, Maria José Garcia. A educação sexual na escola. Lisboa: Moraes Editores, 1977.

----- . A implantação da educação sexual no Brasil. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 26, p. 21-27, set. 1978.

----- . Educação sexual: instrumento de democratização ou de mais repressão? Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.36, p.99-110, fev.1981. A autora participou neste trabalho na: mesa-redonda apresentada na 32<sup>a</sup> Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Rio de Janeiro, 1980.

----- . Resenha. Psicologia, São Paulo, v.8, n.3, p.79, nov. 1982.

## BIBLIOGRAFIA

- BASTOS, Lilia da Rocha; PAIXÃO, Lyra; FERNANDES, Lucia Monteiro. Manual para elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses e dissertações. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.
- CHARBONNEAU, Paul-Eugène. AIDS: prevenção, escola. 4.ed. São Paulo: Paulinas, 1987.
- GONÇALVES FILHO, Pe. José. Educação sexual para jovens. São Paulo: Loyola, 1976.
- GRANDINO, Adilson e col. Macho masculino homem: a sexualidade, o machismo e a crise de identidade do homem brasileiro. 6.ed. Porto Alegre: L&PM, 1986.
- MCCARY, James Leslie. Mitos e crendices sexuais. Tradução de Urias Corrêa Arantes. São Paulo: Manole, 1978.
- OLIVEIRA, Darcy Rosiska. Elogio da diferença: o feminino emergente. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- PIAGET, Jean. O julgamento moral na criança. São Paulo: Mestre Jou, 1977.
- RIEHELMANN, José Carlos. Parecer sobre a abordagem política de educação sexual. São Paulo, 1994. Correspondência pessoal.
- SOUZA, Bárbara M. de; MEDEIROS, Katia Maria Cabral. Parecer sobre a abordagem católica de educação sexual. São Paulo, 1994. Correspondência pessoal.
- SOUZA, Bárbara M. de; TOMAZ, Marli de Almeida. Parecer sobre a abordagem protestante de educação sexual. São Paulo, 1994. Correspondência pessoal.
- STUDART, Heloneida. Mulher: objeto de cama e mesa. 23.ed. Petrópolis: Vozes, 1993.
- SUPLICY, Marta. De mariazinha a maria. Petrópolis: Vozes, 1985.

----- . Parecer sobre a abordagem pedagógica de educação sexual. São Paulo, 1994. Correspondência pessoal.

TUCKER, Patrícia; MONEY, John. Os papéis sexuais. São Paulo: Brasiliense, 1981.

VASCONCELOS, Naumi de. Amor e sexo na adolescência. 12.ed. São Paulo: Polêmica, 1985.

ANEXO 1

FONTES BIBLIOGRÁFICAS CONSULTADAS:

a) *Fontes bibliográficas -- suportes magnético:*

ACERVO /IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia).

CALCO -- Base de Dados Bibliográficos, Rio de Janeiro: FGV.  
[consiste em uma catálogo coletivo de Bibliotecas Brasileiras e é proveniente de uma rede de catalogação cooperativa]

Catálogo Coletivo do Sistema Integrado de Bibliotecas -- SIBI -- USP.

LILACS -- Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde.

- 11<sup>a</sup> edição = agosto de 1991
- 12<sup>a</sup> edição = dezembro de 1991
- 13<sup>o</sup> edição = abril de 1992
- 17<sup>a</sup> edição = setembro de 1993

[obs.: essas edições recuperam publicações a partir de 1982]

MEDLINE: 1987 - 1993

TESES / IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia).

b) *Fontes bibliográficas impressas:*

BARBOSA, José Juvêncio (Coord.). Adolescentes, sexualidade e drogas: catálogo da base de dados. São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1993. (Série Apoio, 9).

Bibliografia Brasileira de Educação, Rio de Janeiro: INEP, 1980 - 1988.

[obs.: foi publicado até 1988].

Coleção Bibliográfica, Rio de Janeiro: SESC, 1983 - 1987.

Cumulated Index Medicus, New York: National Library of Medicine, 1984 -1986.

Guia de publicações seriadas brasileiras. Brasília: IBICT, 1987.

Historical Abstract, Santa Bárbara: American Bibliographic Center, 1985 -1993.

Index Brasileiro de Sexualidade. Sociedade Brasileira de Sexualidade Humana (SBRASH). v. 1, n.1, 1993.

Index Brasileiro de Sexualidade. Sociedade Brasileira de Sexualidade Humana (SBRASH). v. 1, n.2, 1993.

Index Medicus, New York: National Library of Medicine, 1983, 1987, 1988.

Index Medicus Latino-Americano, São Paulo: Bireme, 1983 - 1987.

ISSN: publicações periódicas brasileiras. Brasília: IBCT, 1983.

MADEIRA, Felicia Reicher (Sup.). Bibliografia sobre la juventude brasileira. Montevideo: Centro Latinoamericano sobre Juventud, 1987. (Série Bibliográfica, 3).

Psychological Abstracts, Washington: American Psychological Association, 1980 - 1993.

ROSEMBERG, Fúlvia; PIZA, Edith Pompeu; MONTENEGRO, Thereza. Sexo. In: ROSEMBERG, Fulvia; PIZA, Edith Pompeu; MONTENEGRO, Thereza. Mulher e educação formal no Brasil: estado da arte e bibliografia. Brasília: REDUC/INEP, 1990. p.146-166.

Sociological Abstracts, Nova York: Sociological Abstracts Inc., 1980 - 1993.

Sumários Correntes em Educação, Porto Alegre: UFRGS, 1981 - 1983.

Sumários Correntes Brasileiros: Ciências Sociais e Humanas, Rio de Janeiro: IBCT, 1986 - 1989.

Sumários de Periódicos em Psicologia, São Paulo: USP, 1980 - 1993.

Sumários de Periódicos em Educação, São Paulo: USP, 1988, 1991 - 1993.

Sumários de Educação, São Paulo: Secretaria de Estado de Educação, 1984 - 1992.

Ulrich's - International Periodical Directory. 27.ed. New York, R.R. Bowker, 1988 -89.

ANEXO 2

BIBLIOTECAS OU INSTITUIÇÕES CONSULTADAS

a) Foram feitas solicitações (por correspondência) de levantamento bibliográfico, pela Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina, junto a:

Fundação Universidade de Brasília (UNB).

Fundação Carlos Chaga (FCC), São Paulo.

Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ).

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP).

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Universidade de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, Rio Gr. do sul.

Universidade de São Paulo (USP).

Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, (UNESP).

Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis, S. P.

Universidade Estadual Paulista (UNESP), Franca, S. P.

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

b) Foram feitas solicitações (por correspondência) de publicações, pela Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina, junto às editoras ou Instituições de caráter religioso:

Cadernos do CEDI. Centro Ecumênico de Educação e Informação. Rio de Janeiro: CEDI.

Cultura e Fé. Instituto de Desenvolvimento Cultural. Porto Alegre, RGS.

Estudos Teológicos. Escola Superior de Teologia. [Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil]. São Leopoldo, RS.

Reino de Deus no Mundo dos Homens. Promoções da Família Editora. Belo Horizonte. MG.

Revista Comunicações do ISER. Instituto de Estudos da Religião. Rio de Janeiro: ISER. Mensal.

Revista de Cultura Bíblica. Liga de Estudos Bíblicos. São Paulo. Loyola. Trimestral.

Revista Teológica da Associação de Seminários Teológicos Evangélicos. São Paulo. Bimestral.

c) Foram feitas solicitações (por correspondência), de levantamento bibliográfico e/ou de pesquisas realizadas, feitas pela autora junto a:

BENFAM -- Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil, Rio de Janeiro.

Centro de Estudos Interdisciplinares para o Setor Público ISP/UFBA, Ondina, Salvador.

CNBB -- Conselho Nacional dos Bispos do Brasil, Depto de Educação, Brasília.

FUNDAJ, Fundação Joaquim Nabuco, Recife.

Instituto H. Ellis, São Paulo.

ISOF -- Instituto de Ciências Sexológicas e Orientação Familiar, Brasília.

NIEPP -- Núcleo Integrado de Extensão e Pesquisa em Universidade Federal da Bahia, Depto de Biologia Geral.

SBRASH -- Sociedade Brasileira de Sexualidade Humana, São Paulo.

SUDS/SP -- Programa de Saúde do Adolescente. Secretaria da Saúde do Estado.

d) Foi efetivada uma busca direta (in locu), pela autora, no acervo das bibliotecas:

CESULON (Centro de Estudos Superiores de Londrina, Pr.)

Fundação Carlos Chaga, São Paulo.

FDE -- Fundação para o Desenvolvimento da Educação, São Paulo.

ISBL -- Faculdade de Teologia de Londrina.

Universidade Estadual de Londrina.

Universidade de São Paulo, (S. P.): Escola de Enfermagem; Faculdade de Saúde Pública; Instituto de Filosofia; Instituto de Psicologia; Faculdade de Educação; Escola de enfermagem.

Seminário Metodista de Londrina.

Seminário Teológico de Londrina.

ANEXO 3

SELEÇÃO DAS PRINCIPAIS ÁREAS E SUB-ÁREAS RELACIONADAS A TE-  
MÁTICA EDUCAÇÃO SEXUAL - COM BASE NA TABELA DE  
ÁREAS DO CONHECIMENTO (MODELO CAPES/CNPQ)

GRANDE ÁREA	ÁREA	SUB-ÁREA
CIÊNCIAS BIO-LIÓGICAS	<i>Biologia Geral</i>	
CIÊNCIAS DA SAÚDE	<i>Medicina</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Clínica Médica</li> <li>- Saúde Materno-Infantil</li> <li>- Psiquiatria</li> </ul>
	<i>Enfermagem</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Enfermagem de Doença Contagiosa</li> <li>- Enfermagem de Saúde Pública</li> </ul>
	<i>Saúde Coletiva</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Saúde Pública</li> <li>- Medicina Preventiva</li> </ul>
	<i>Educação Física</i>	
CIÊNCIAS HUMANAS	<i>Filosofia</i>	
	<i>Sociologia</i>	
	<i>Antropologia</i>	
	<i>História</i>	
	<i>Psicologia</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Psicologia Social</li> <li>- Psicologia Escolar</li> <li>- Psicologia Clínica</li> </ul>
	<i>Educação</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fundamentos da Educação</li> <li>- Educação Ensino-Aprendizagem</li> </ul>
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	<i>Teologia</i>	
	<i>Serviço Social Aplicado</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Serviço Social da Educação</li> <li>- Serviço Social da Saúde</li> </ul>

ANEXO 4

ESQUEMA RESUMIDO DOS PRINCIPAIS ELEMENTOS DE  
CADA UMA DAS ABORDAGENS DE EDUCAÇÃO SEXUAL

---

ABORDAGEM RELIGIOSA TRADICIONAL:

O texto comprometido com esta Abordagem:

- LIGA A VIVÊNCIA DA SEXUALIDADE:
  - AO AMOR A DEUS
  - SUBMISSÃO AS NORMAS RELIGIOSAS OFICIAIS.
  
- 2- TEM COMO METAS BÁSICAS O DESENVOLVIMENTO:
  - DOS VALORES MORAIS CRISTÃOS.
  - DA VIDA ESPIRITUAL.
  
- 3- VINCULA SEXO :
  - AO AMOR PELO PARCEIRO
  - AO CASAMENTO
  - A PROCRIAÇÃO.
  
- 4- ENCARA O MATRIMÔNIO E A VIRGINDADE / CASTIDADE COMO OS DOIS ÚNICOS MODOS DE VIVER A ALIANÇA COM DEUS.
  
- 5- VALORIZA A INFORMAÇÃO, DE CONTEÚDOS ESPECÍFICOS DA SEXUALIDADE, (encarando-a porém como uma meta secundária).
  
- 6- PODE ESTAR COMPROMETIDA COM UMA EDUCAÇÃO PARA O PUDOR.

---

ABORDAGEM RELIGIOSA "LIBERADORA"

O texto comprometido com esta Abordagem:

- 1- LIGA A VIVÊNCIA DA SEXUALIDADE:
  - AO AMOR A DEUS E AO PRÓXIMO.

2- TEM COMO METAS BÁSICAS:

- A CONSERVAÇÃO DOS PRINCÍPIOS CRISTÃOS FUNDAMENTAIS
- O DESENVOLVIMENTO DA VIDA ESPIRITUAL
- A CONSCIENTIZAÇÃO DO CRISTÃO NA PARTICIPAÇÃO DA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL.

3- VALORIZA A INFORMAÇÃO DE CONTEÚDOS RELACIONADOS COM A SEXUALIDADE, NUM CONTEXTO DE DEBATE, PARA, ATRAVÉS DA DISCUSSÃO DA SEXUALIDADE, LEVAR A TOMADA DE CONSCIÊNCIA DA CIDADANIA.

4- VÊ DE MANEIRA CRÍTICA AS NORMAS OFICIAIS DA IGREJA SOBRE A SEXUALIDADE E PROCURA LEVAR O CRISTÃO A SER SUJEITO DE SUA SEXUALIDADE, COM LIBERDADE, CONSCIÊNCIA E RESPONSABILIDADE.

5- VÊ A EDUCAÇÃO SEXUAL COMO UM ATO POLÍTICO -- ABRANGENDO PORTANTO, OS MESMOS ELEMENTOS DA ABORDAGEM POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SEXUAL.

---

---

ABORDAGEM MÉDICA:

O texto comprometido com esta Abordagem:

1- BUSCA COMPREENDER (ou aponta como importante que se compreenda) OS FATORES PESSOAIS E FAMILIARES QUE AFETAM POSITIVA OU NEGATIVAMENTE A SEXUALIDADE DO INDIVÍDUO (OU DO CASAL).

2- APONTA ALTERNATIVAS PARA MELHORAR A VIVÊNCIA SEXUAL DE UM INDIVÍDUO, UM CASAL OU GRUPO DE INDIVÍDUOS.

3- DA ÊNFASE À AÇÃO TERAPÊUTICA PARA TRATAMENTO DOS DESAJUSTES SEXUAIS, DE ANSIEDADES E ANGÚSTIAS RELATIVAS À SEXUALIDADE.

4- DA ÊNFASE PRIMORDIALMENTE AO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES -- conhecimentos de biologia e fisiologia do comportamento sexual, (métodos contraceptivos, DST, ...) em contexto de relação terapêutica ou de programas preventivos de saúde pública, para assegurar a saúde sexual do indivíduo e da coletividade.

---

---

ABORDAGEM PEDAGÓGICA:

O Texto comprometido com esta Abordagem:

1- VOLTA-SE MAIS DIRETAMENTE PARA O PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM, DE CONTEÚDOS RELACIONADOS COM A SEXUALIDADE.

2- VALORIZA O ASPECTO INFORMATIVO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM, DEVENDO TAMBÉM DAR ÊNFASE AO ASPECTO FORMATIVO, ONDE SE PROPICIE A DISCUSSÃO DE VALORES, ATITUDES, PRECONCEITOS.

PODE AINDA CONSIDERAR A IMPORTÂNCIA DA DISCUSSÃO DE DÚVIDAS, SENTIMENTOS E EMOÇÕES RELACIONADOS À SEXUALIDADE.

3- DIRECIONA MAIS ACENTUADAMENTE A REFORMULAÇÃO DE VALORES, ATITUDES, PRECONCEITOS, BEM COMO TODO O "PROCESSO DE LIBERTAÇÃO", PARA O NÍVEL INDIVIDUAL.

4- PARECE TER COMO META FUNDAMENTAL: LEVAR O INDIVÍDUO A CONQUISTAR O SEU BEM-ESTAR -- NO QUE DIZ RESPEITO À VIVÊNCIA DA SEXUALIDADE

---

---

ABORDAGEM POLÍTICA:

O texto comprometido com esta Abordagem:

- 1- ORIENTA PARA O RESGATE DO GÊNERO, DO ERÓTICO E DO PRAZER NA VIDA DAS PESSOAS.
- 2- AJUDA A COMPREENDER\_(ou alerta para a importância de se compreender) COMO AS NORMAS SEXUAIS FORAM CONSTRUÍDAS SOCIALMENTE.  
CONSIDERA IMPORTANTE O FORNECIMENTO DAS INFORMAÇÕES DE CONTEÚDOS PERTINENTES À SEXUALIDADE.
- 3- ALERTA (OU MOSTRA A IMPORTÂNCIA DE ALERTAR)\_PARA REPRESSÕES E AUTO-REPRESSÃO.
- 4- PROPICIA QUESTIONAMENTOS FILOSÓFICOS E IDEOLÓGICOS (ou mostra a importância desses questionamentos).
- 5- ENCARA A **QUESTÃO SEXUAL** COMO UMA QUESTÃO LIGADA DIRETAMENTE AO **CONTEXTO SOCIAL**, INFLUENCIANDO E SENDO INFLUENCIADA POR ESSE.
- 6- DÁ ÊNFASE À PARTICIPAÇÃO EM **LUTAS COLETIVAS PARA TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS**.
- 7- CONSIDERA IMPORTANTES AS **MUDANÇAS** DE VALORES, ATITUDES E PRECONCEITOS SEXUAIS DO INDIVÍDUO PARA O ALCANCE DE SUA LIBERTAÇÃO E REALIZAÇÃO SEXUAL. PORÉM, ISTO TUDO É ENCARADO COMO UM **MEIO** PARA SE CHEGAR À **NOVOS VALORES SEXUAIS** QUE POSSIBILITEM A VIVÊNCIA DE UMA SEXUALIDADE COM LIBERDADE E RESPONSABILIDADE, A NÍVEL NÃO APENAS DO INDIVÍDUO, MAS DA SOCIEDADE COMO UM TODO.

ANEXO 5

"CORPUS" -- CONJUNTO DAS PUBLICAÇÕES ACADÊMICO-  
CIENTÍFICAS BRASILEIRAS SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL, DO  
PERÍODO DE 1980 A 1993, COM SUAS RESPECTIVAS  
ANÁLISES.<sup>4</sup>

---

4 Os dados que integram este Anexo não estão devidamente acentuados porque o software microísis, sistema onde foram registrados, não efetua acentuação.

GRUPO A

LIVROS E CAPITULOS DE LIVROS

MFN: 0001

TIPO DE DOCUMENTO: LIVRO

GOLDBERG, Maria Amelia Azevedo. Educacao sexual -- uma proposta, um desafio. 4.ed. Sao Paulo: Cortez, 1988.

AREA: Educacao -- ensino-aprendizagem

TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica a / b

ABORDAGEM: politica

CONTEXTO: nao especificado

TIPO DE EDUCANDO: mulher

ELEMENTOS-CHAVES: prazer; relacoes de genero; violencia sexual

MFN: 0002

TIPO DE DOCUMENTO: LIVRO

NUNES, Cesar Aparecido. Desvendando a sexualidade. Campinas: Papyrus, 1987.

AREA: Sociologia

TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica b; analise historica

ABORDAGEM: politica

CONTEXTO: escolar

TIPO DE EDUCANDO: jovem; adolescente

ELEMENTOS-CHAVES: prazer; relacoes de genero; AIDS

MFN: 0003

TIPO DE DOCUMENTO: LIVRO

RIBEIRO, Paulo Rennes Marcal. Educacao sexual alem da informacao. Sao Paulo: EPU, 1990.

DADOS COMPLEMENTARES: Este livro, em sua forma original, corresponde a tese de Mestrado em Educacao, defendida pelo autor na Faculdade de Educacao da UNICAMP.

AREA: Educacao -- ensino-aprendizagem

TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica a / b; analise investigadora b

ABORDAGEM: pedagogica

CONTEXTO: escolar; familiar

TIPO DE EDUCANDO: jovem

ELEMENTOS-CHAVES: DST; relacoes de genero

PROFISSIONAL RESPONSAVEL PELA EDUCACAO SEXUAL: professor;

psicologo; orientador educacional; tecnicos em educacao (etc)

REFERE-SE AO PSICOLOGO -- como um profissional que pode atuar como educador sexual.

MFN: 0004

TIPO DE DOCUMENTO: LIVRO

BARROSO, Carmem; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). Sexo e juventude: como discutir a sexualidade em casa e na escola. 2.ed. Sao Paulo: Brasiliense, 1985.

AREA: Educacao -- ensino-aprendizagem  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica a / c  
ABORDAGEM: politica  
CONTEXTO: escolar; familiar  
TIPO DE EDUCANDO: jovem  
ELEMENTOS-CHAVES: prazer; relacoes de genero; DST  
PROFISSIONAL RESPONSAVEL PELA EDUCACAO SEXUAL: professor;  
psicologo; assistente social; orientador educacional e outros  
profissionais que trabalham com jovens.  
REFERE-SE AO PSICOLOGO -- como profissional que, juntamente  
com orientador educacional, desenvolveu o trabalho de  
educacao sexual com os jovens.

MFN: 0005

TIPO DE DOCUMENTO: LIVRO

BARROSO, Carmem; BRUSCHINI, Cristina. Educacao sexual :  
debate aberto. Petropolis: Vozes, 1982.

AREA: Educacao -- ensino-aprendizagem  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica b; analise  
avaliatoria; analise investigadora a  
ABORDAGEM: politica  
CONTEXTO: escolar  
TIPO DE EDUCANDO: jovem  
ELEMENTOS-CHAVES: prazer; relacoes de genero; DST  
REFERE-SE AO PSICOLOGO -- como profissional que, juntamente  
com o orientador educacional, desenvolveu o trabalho de  
educacao sexual com os jovens.

MFN: 0006

TIPO DE DOCUMENTO: LIVRO

SUPLICY, Marta. Conversando sobre sexo. 15.ed. Petropolis:  
Vozes, 1987.

AREA: Psicologia Clinica  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica a / c  
ABORDAGEM: pedagogica  
CONTEXTO: familiar; escolar  
TIPO DE EDUCANDO: crianca; jovem; adolescente; adulto; pais;  
deficiente mental; deficiente fisico  
ELEMENTOS-CHAVES: prazer; amor; abuso sexual; DST; relacoes  
de genero.

MFN: 0007

TIPO DE DOCUMENTO: LIVRO

SUPLICY, Marta. Papai, mae e eu. Sao Paulo: FTD, 1990.

AREA: Educacao -- ensino-aprendizagem  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica a / c  
ABORDAGEM: pedagogica  
CONTEXTO: familiar; escolar  
TIPO DE EDUCANDO: crianca  
ELEMENTOS-CHAVES: prazer; amor; abuso sexual; relacoes de  
genero

MFN: 0008

TIPO DE DOCUMENTO: LIVRO

SUPLICY, Marta (sup.). Sexo para adolescentes: orientacao para educadores. Sao Paulo: FTD, [1988?]

AREA: Educacao -- ensino-aprendizagem  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica a  
ABORDAGEM: pedagogica  
CONTEXTO: escolar  
TIPO DE EDUCANDO: crianca; adolescente; jovem  
ELEMENTOS-CHAVES: prazer; amor; relacoes de genero; DST  
PROFISSIONAL RESPONSAVEL PELA EDUCACAO SEXUAL: professor (pode ser o de Ciencias, mas nao precisa ser necessariamente); especialista; orientador educacional; psicologo; etc.  
REFERE-SE AO PSICOLOGO -- como um profissional que pode atuar como educador sexual.

MFN: 0009

TIPO DE DOCUMENTO: LIVRO

ORTH, Edgar. Educacao sexual da crianca. 13.ed. Petropolis: Vozes, 1991.

AREA: Educacao -- ensino-aprendizagem  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica a / c  
ABORDAGEM: pedagogica  
CONTEXTO: familiar; escolar  
TIPO DE EDUCANDO: crianca  
ELEMENTOS-CHAVES: amor; prazer  
PROFISSIONAL RESPONSAVEL PELA EDUCACAO SEXUAL: ate aos seis anos: cabe aos pais; em estagio posterior: cabe ao professor; sacerdote: pode oferecer ajuda colateral.

MFN: 0010

TIPO DE DOCUMENTO: LIVRO

GASQUES, Jeronimo. Juventude : amor e sexo -- por uma afetividade dialogante. 2.ed. Petropolis: Vozes, 1991.

AREA: Teologia  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica c / b  
ABORDAGEM: religiosa catolica tradicional/questionadora  
CONTEXTO: pastoral  
TIPO DE EDUCANDO: jovem  
ELEMENTOS-CHAVES: amor; relacoes de genero  
PROFISSIONAL RESPONSAVEL PELA EDUCACAO SEXUAL: apenas analisa a atuacao do padre e do coordenador dos movimentos de jovens

MFN: 0011

TIPO DE DOCUMENTO: LIVRO

MATARAZZO, Maria Helena; MAZIN, Rafael. Educacao sexual nas escolas. Sao Paulo: Paulinas, 1988.

AREA: Educacao -- ensino-aprendizagem  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica a / c  
ABORDAGEM: pedagogica  
CONTEXTO: escolar

TIPO DE EDUCANDO: criança; adolescente; jovem  
ELEMENTOS-CHAVES: DST; relacoes de genero

MFN: 0012

TIPO DE DOCUMENTO: CAP./LIVRO

BRUSCHINI, Cristina; BARROSO, Carmen. Educacao sexual e prevencao da gravidez. In: BARROSO, Carmen et al.

Gravidez na adolescencia. Brasilia: INPLAN / IPEA / UNICEF, 1986. (Serie Instrumentos para a Acao n'6).

AREA: Educacao -- fundamentos

TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica b; analise historica; analise avaliatoria

ABORDAGEM: politica

CONTEXTO: escolar

TIPO DE EDUCANDO: estudantes de 1' e 2' graus.

ELEMENTOS-CHAVES: prazer; amor; DST

MFN: 0013

TIPO DE DOCUMENTO: CAP./LIVRO

BARROSO, Carmen. A saude da mulher no Brasil. Sao Paulo: Nobel, 1985. p.47-49: Educacao sexual.

AREA: Saude coletiva -- medicina preventiva

TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica b

ABORDAGEM: politica

CONTEXTO: servicos de saude

TIPO DE EDUCANDO: adolescente(fem.); mulher

ELEMENTOS-CHAVES: relacoes de genero

MFN: 0014

TIPO DE DOCUMENTO: CAP./LIVRO

ROSEMBERG, Fulvia; PIZA, Edith Pompeu; MONTENEGRO, Thereza. Mulher e educacao formal no Brasil: estado da arte e bibliografia. Brasilia: REDUC / INEP, 1990. p.146-166: Sexo.

AREA: Educacao -- fundamentos

TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: analise investigadora c

ABORDAGEM: pedagogica

CONTEXTO: escolar

ELEMENTOS-CHAVES: amor; prazer; relacoes de genero; violencia sexual; abuso sexual; DST

MFN: 0015

TIPO DE DOCUMENTO: CAP./LIVRO

LUCA, Laurival A. de. O problema sexual da adolescente. Indianopolis: Almed, 1980, p.97-117: A orientacao das adolescentes. O papel dos adultos. A responsabilidade das jovens. Instrucao e educacao sexual.

AREA: Teologia

TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica a; analise

investigadora a / b  
ABORDAGEM: religiosa tradicional  
CONTEXTO: familiar; pastoral; escolar; clinico  
TIPO DE EDUCANDO: adolescente; jovem  
ELEMENTOS-CHAVES: amor  
PROFISSIONAL RESPONSAVEL PELA EDUCACAO SEXUAL: professor;  
pastor; medico  
REFERE-SE AO PSICOLOGO -- como um profissional que pode dar  
assistencia psicologica.

MFN: 0016 TIPO DE DOCUMENTO: CAP./LIVRO

CONCEICAO, Ismeri Seixas Cheque. Educacao sexual. In:  
VITIELLO, Nelson et al. Adolescencia hoje. Sao Paulo:  
Roca, 1988, p.71-76.

AREA: Educacao -- fundamentos  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica a / b  
ABORDAGEM: pedagogica  
CONTEXTO: escolar; familiar  
TIPO DE EDUCANDO: estudante  
ELEMENTOS-CHAVES: prazer

MFN: 0017 TIPO DE DOCUMENTO: CAP./LIVRO

FUCS, Gilda Bacal. Por que o sexo e bom?: orientacao sexual  
para todas as idades. 2.ed. Rio de Janeiro: Espaco e  
Tempo, 1987, p.200-226: A educacao sexual nas escolas.

AREA: Educacao -- ensino-aprendizagem  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica a / b  
ABORDAGEM: politica  
CONTEXTO: escolar  
TIPO DE EDUCANDO: crianca; pre-escolar; jovem  
ELEMENTOS-CHAVES: DST; prazer; incesto; violencia sexual  
PROFISSIONAL RESPONSAVEL PELA EDUCACAO SEXUAL: professor;  
professor de ciencias, em especial.

MFN: 0018 TIPO DE DOCUMENTO: CAP./LIVRO

EISENSTEIN, Evelyn et al. Sexualidade na adolescencia. In:  
ZECKER, Israel (Org.). Adolescente tambem e gente. 2.ed.  
Sao Paulo: Summus, 1985, p.180-189.

AREA: Educacao -- ensino-aprendizagem  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica a  
ABORDAGEM: pedagogica  
CONTEXTO: amplo  
TIPO DE EDUCANDO: adolescente  
ELEMENTOS-CHAVES: prazer  
PROFISSIONAL RESPONSAVEL PELA EDUCACAO SEXUAL: professor; ou  
profissional da saude; medico; lider de comunidade com  
experiencia no trabalho com adolescente.

MFN: 0019

TIPO DE DOCUMENTO: LIVRO

SAO PAULO, (Estado). Secretaria de Educacao. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagogicas. Sexualidade humana: uma abordagem curricular com enfoque educativo. Sao Paulo: SE/CENP, 1984, v.1.

DADOS COMPLEMENTARES: Foi apresentado no I Encontro Nacional de Sexologia e esta resumidamente exposto no livro (produto desse evento): CAVALCANTI, Ricardo C.; Vitiello, Nelson (ed.) Sexologia I. Sao Paulo: Febrasgo, 1984.

AREA: Educacao -- ensino-aprendizagem

TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: analise avaliatoria

ABORDAGEM: pedagogica

CONTEXTO: escolar: 1'e 2'grau

TIPO DE EDUCANDO: estudante de 1' e 2'grau

ELEMENTOS-CHAVES: amor; DST; relacoes de genero

MFN: 0020

TIPO DE DOCUMENTO: CAP./LIVRO

SUPLICY, Marta. Educacao e orientacao sexual. In: RIBEIRO, Marcos (Org.). Educacao sexual: novas ideias, novas conquistas. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993, p.21-36.

AREA: Psicologia Escolar

TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica a

ABORDAGEM: pedagogica

CONTEXTO: escolar

TIPO DE EDUCANDO: estudante

ELEMENTOS-CHAVES: DST

PROFISSIONAL RESPONSAVEL PELA EDUCACAO SEXUAL: professor (aquele que de certa forma ja vem desenvolvendo esse papel, que espontaneamente e procurado.

MFN: 0021

TIPO DE DOCUMENTO: CAP./LIVRO

FUCS, Gida Bacal. A educacao sexual na idade adulta e na velhice. In: RIBEIRO, Marcos (Org.). Educacao sexual: novas ideias, novas conquistas. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993, p.149-155.

AREA: Psicologia Clinica

TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica a / c

ABORDAGEM: medica

CONTEXTO: clinico

TIPO DE EDUCANDO: adulto; idoso

PROFISSIONAL RESPONSAVEL PELA EDUCACAO SEXUAL: diz que "... e a escola quem tem maiores condicoes de assumir esse processo educativo".(p.153).

MFN: 0022

TIPO DE DOCUMENTO: CAP./LIVRO

MATARAZZO, Maria Helena. A educacao sexual na pre-escola. In: RIBEIRO, Marcos (Org.). Educacao sexual: novas ideias, novas conquistas. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993, p.159-162.

AREA: Educacao -- ensino-aprendizagem  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica a  
ABORDAGEM: pedagogica  
CONTEXTO: pre-escolar  
TIPO DE EDUCANDO: pre-escolar  
PROFISSIONAL RESPONSAVEL PELA EDUCACAO SEXUAL: professor da  
pre-escola

MFN: 0023

TIPO DE DOCUMENTO: CAP./LIVRO

CARIDADE, Amparo. A educacao sexual nas turmas de 1'a  
4'serie do 1'grau. In: RIBEIRO (Org.). Educacao sexual:  
novas ideias, novas conquistas. Rio de Janeiro: Rosa dos  
Tempos, 1993, p.163-176.

AREA: Educacao -- fundamentos  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica a / c  
ABORDAGEM: pedagogica  
CONTEXTO: escolar  
TIPO DE EDUCANDO: crianca  
ELEMENTOS-CHAVES: prazer  
PROFISSIONAL RESPONSAVEL PELA EDUCACAO SEXUAL: professor

MFN: 0024

TIPO DE DOCUMENTO: CAP./LIVRO

SILVA, Ricardo de Castro e. A educacao sexual nas turmas de  
5'a 8'serie do 1'grau. In: RIBEIRO, Marcos (Org.).  
Educacao sexual: novas ideias, novas conquistas. Rio de  
Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993a, p.177-184.

AREA: Educacao -- ensino-aprendizagem  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: analise avaliativa  
ABORDAGEM: pedagogica  
CONTEXTO: escolar  
TIPO DE EDUCANDO: estudante de 1'grau  
ELEMENTOS-CHAVES: prazer; DST; relacoes de genero  
PROFISSIONAL RESPONSAVEL PELA EDUCACAO SEXUAL: Professor  
(pode ser de qualquer area)  
REFERE-SE AO PSICOLOGO -- diz que o psicologo e o pedagogo  
podem atuar como tecnicos orientadores do professor  
(orientando sobre educacao sexual).

MFN: 0025

TIPO DE DOCUMENTO: CAP./LIVRO

RIBEIRO, Marcos. Educacao sexual nas turmas de 2'grau. In:  
RIBEIRO, Marcos (Org.). Educacao sexual: novas ideias,  
novas conquistas. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993,  
p.185-190.

AREA: Educacao -- ensino-aprendizagem  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica a  
ABORDAGEM: pedagogica  
CONTEXTO: escolar  
TIPO DE EDUCANDO: estudante de 2'grau  
ELEMENTOS-CHAVES: prazer; relacoes de genero  
PROFISSIONAL RESPONSAVEL PELA EDUCACAO SEXUAL: professor (que  
tem afinidade com a turma).

MFN: 0026

TIPO DE DOCUMENTO: CAP./LIVRO

KIELING, Suzana Schuch S. Aspectos psicopedagogicos da educacao sexual. In: RIBEIRO, Marcos (Org.). Educacao sexual: novas ideias, novas conquistas. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993, p.193-203.

AREA: Psicologia Escolar  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica a / c  
ABORDAGEM: politica  
CONTEXTO: escolar  
TIPO DE EDUCANDO: crianca  
ELEMENTOS-CHAVES: prazer  
PROFISSIONAL RESPONSAVEL PELA EDUCACAO SEXUAL: professor

MFN: 0027

TIPO DE DOCUMENTO: CAP./LIVRO

MENDONCA, Angela Maria G. de. Uma responsabilidade dos pais? In: RIBEIRO, Marcos (Org.). Educacao sexual: novas ideias, novas conquistas. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993, p.233-238.

AREA: Educacao -- ensino-aprendizagem  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica a  
ABORDAGEM: pedagogica  
CONTEXTO: familiar; escolar  
TIPO DE EDUCANDO: adolescente  
ELEMENTOS-CHAVES: amor; relacoes de genero

MFN: 0028

TIPO DE DOCUMENTO: CAP./LIVRO

SILVA, Ricardo de Castro e. Uma responsabilidade da escola? In: RIBEIRO, Marcos (Org.). Educacao sexual: novas ideias, novas conquistas. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993b, p.239-247.

AREA: Educacao -- ensino-aprendizagem  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica a / b  
ABORDAGEM: politica  
CONTEXTO: escolar; familiar; servicos de saude  
TIPO DE EDUCANDO: crianca; jovem  
ELEMENTOS-CHAVES: DST; relacoes de genero

MFN: 0029

TIPO DE DOCUMENTO: CAP./LIVRO

MORAES, Nilson Alves de. Uma responsabilidade do Estado? In: RIBEIRO, Marcos (Org.). Educacao sexual: novas ideias, novas conquistas. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993, p.249-260.

AREA: Sociologia  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica b  
ABORDAGEM: politica  
CONTEXTO: escolar; servicos de saude  
TIPO DE EDUCANDO: estudante  
ELEMENTOS-CHAVES: prazer; amor; DST

PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA EDUCAÇÃO SEXUAL: professor de ciências; todos os profissionais da escola; comunidade

MFN: 0030

TIPO DE DOCUMENTO: CAP./LIVRO

GONCALVES, Sonia A. Silva. Um compromisso com a comunidade. In: RIBEIRO, Marcos (Org.). Educação sexual: novas ideias, novas conquistas. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993, p.267-278.

AREA: Educação -- fundamentos

TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explicação teórica a / b

ABORDAGEM: política

CONTEXTO: escolar

TIPO DE EDUCANDO: estudante

ELEMENTOS-CHAVES: prazer; relações de gênero

PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA EDUCAÇÃO SEXUAL:

"...profissionais sensibilizados com o desenvolvimento das relações interpessoais, que acreditem no desenvolvimento das potencialidades prazerosas...."

MFN: 0031

TIPO DE DOCUMENTO: CAP./LIVRO

RIEHELMANN, Jose Carlos. A educação sexual no sistema de saúde. In: RIBEIRO, Marcos (Org.). Educação sexual: novas ideias, novas conquistas. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993, p.281-303.

AREA: Educação -- fundamentos

TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explicação teórica b

ABORDAGEM: política

CONTEXTO: escolar; serviços de saúde

ELEMENTOS-CHAVES: amor; prazer; relações de gênero; violência sexual; abuso sexual

PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA EDUCAÇÃO SEXUAL: sugere equipe interdisciplinar, devendo ser "... integrada, no mínimo, por três profissionais, sendo um do ramo biológico (enfermeira ou médico), um da psicologia (psicólogo, psiquiatra, psicoterapeuta) e um do ramo social (assistente social, educador de saúde). Além deste mínimo, pode haver outro número e categoria profissional. (p301).

REFERE-SE AO PSICOLOGO -- podendo compor a equipe interdisciplinar.

MFN: 0032

TIPO DE DOCUMENTO: CAP./LIVRO

PINEL, Arletty Cecilia. A restauração da Venus de Milo: dos mitos a realidade sexual da pessoa deficiente. In: RIBEIRO, Marcos (Org.). Educação sexual: novas ideias, novas conquistas. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993, p.307-325.

AREA: Psicologia Social

TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explicação teórica b / c

ABORDAGEM: médica

CONTEXTO: não especificado

TIPO DE EDUCANDO: deficiente físico, mental e visual

ELEMENTOS-CHAVES: prazer; relacoes de genero; violencia sexual; abuso sexual

MFN: 0033

TIPO DE DOCUMENTO: CAP./LIVRO

SCHIAVO, Marcio Ruiz. Educacao sexual em tempo de AIDS. In: RIBEIRO, Marcos (Org.). Educacao sexual: novas ideias, novas conquistas. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993, p.391-398.

AREA: Educacao -- ensino-aprendizagem

TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica a

ABORDAGEM: pedagogica

CONTEXTO: escolar

ELEMENTOS-CHAVES: prazer

GRUPO B

ARTIGOS, PESQUISAS E TRABALHOS APRESENTADOS EM EVENTOS

MFN: 0034

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

ROSEMBERG, Fulvia. Educacao sexual na escola. Cadernos de Pesquisa, Sao Paulo, n.53, p.11-19, maio 1985.

AREA: Educacao -- fundamentos

TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica b; analise historica

ABORDAGEM: pedagogica

CONTEXTO: escolar

TIPO DE EDUCANDO: estudante

MFN: 0035

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

BRUSCHINI, Maria Cristina A. (Coord.). Educacao sexual: instrumento de democratizacao ou de mais repressao? Cadernos de Pesquisa, Sao Paulo, n.36, p.99-110, fev. 1981. Mesa-redonda apresentada em evento com a participacao de Marilena Chaui, Maria Rita Kehl e Maria Jose Werebe.

DADOS COMPLEMENTARES: Mesa-redonda apresentada na XXXII reuniao da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciencia. Rio de Janeiro, julho de 1980.

AREA: Educacao -- fundamentos

TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica a / b

ABORDAGEM: politica

CONTEXTO: escolar; clinico

TIPO DE EDUCANDO: crianca; jovem; adulto

ELEMENTOS-CHAVES: prazer; relacoes de genero; amor

PROFISSIONAL RESPONSAVEL PELA EDUCACAO SEXUAL: fala apenas em caracteristicas indispensaveis ao educador sexual. Considera uma ameaca a sexualidade ser reservada a especialistas: os sexologos.

MFN: 0036

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

BARROSO, Carmen. Pesquisa sobre educacao sexual e democracia. Cadernos de Pesquisa, Sao Paulo, n.34, p.89-90, ago. 1980.

DADOS COMPLEMENTARES: comunicacao apresentada na mesa-redonda: "Pesquisa sobre democratizacao da educacao", promovida pela Fundacao Carlos Chagas, na 32<sup>a</sup> Reuniao Anual da SBPC, Rio de Janeiro, julho de 1980.

AREA: Sociologia

TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica b

ABORDAGEM: politica

CONTEXTO: nao especificado

ELEMENTOS-CHAVES: relacoes de genero

MFN: 0037

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

BRUSCHINI, Maria Cristina; BARROSO, Carmen; SIMONETTI, Cecilia; VIEIRA, Elizabeth M. Caminhando juntas: uma experiencia em educacao sexual na periferia de Sao Paulo. Cadernos de Pesquisa, Sao Paulo, n.45, p.43-49, maio 1983.

AREA: Psicologia Social  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explicacao teoria b; analise avaliativa  
ABORDAGEM: politica  
CONTEXTO: servicos de saude  
TIPO DE EDUCANDO: mulher adulta  
ELEMENTOS-CHAVES: prazer; relacoes de genero

MFN: 0038

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

TAVARES, Celina Araujo. Orientacao sexual para criancas e adolescentes: proposta para formacao de enfermeiros como educadores sexuais. Revista Paulista de Enfermagem, Sao Paulo, v.5, n.1, p.8-11, jan./mar. 1985.

AREA: Educacao -- curriculo  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explicacao teorica a  
ABORDAGEM: pedagogica  
CONTEXTO: escolar: 3<sup>o</sup> grau  
TIPO DE EDUCANDO: crianca  
PROFISSIONAL RESPONSAVEL PELA EDUCACAO SEXUAL: enfermeiro.  
"... o indicado para desempenhar funcao de orientador sexual no ensino basico". (p.10).

MFN: 0039

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

LIPP, Marida Novaes. O excepcional e a nocao de sexo com responsabilidade. Estudos de Psicologia, Campinas, 1 e 2, abr./ago. 1986.

AREA: Psicologia Escolar  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explicacao teoria a  
ABORDAGEM: pedagogica  
CONTEXTO: familiar; escolar  
TIPO DE EDUCANDO: deficiente mental  
PROFISSIONAL RESPONSAVEL PELA EDUCACAO SEXUAL: profissionais (num sentido generico) que lidam com excepcionais.

MFN: 0040

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

SILVA, Armando Costa e et al. Orientacao sexual com adolescentes. MARCO, Sao Paulo, v.9, n.5, p.65-72, 1988.

AREA: Psicologia Clinica  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: analise avaliativa  
ABORDAGEM: pedagogica  
CONTEXTO: escolar  
TIPO DE EDUCANDO: adolescente  
REFERE-SE AO PSICOLOGO -- diz que o programa foi desenvolvido por estudantes de psicologia e orientado por psicologos.

MFN: 0041

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

BERENSTEIN, Judith; JABER, Leila; SILVA, Armando Costa e.  
Orientacao sexual com adolescentes: relato de uma  
experiencia. MARCO, Sao Paulo, v.9, n.5, p.75-82, 1988.

AREA: Psicologia Clinica

TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: analise avaliatoria

ABORDAGEM: pedagogica

CONTEXTO: nao especificado

TIPO DE EDUCANDO: adolescente; jovem

ELEMENTOS-CHAVES: DST

REFERE-SE AO PSICOLOGO -- diz que o programa foi desenvolvido  
por estudantes de psicologia e orientado por psicologos.

MFN: 0042

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

PIZZATTO, Marina. Educacao sexual da crianca. Revista  
Gaucha de Enfermagem, Porto Alegre, n.3, v.1, p.51-59, dez.  
1981.

DADOS COMPLEMENTARES: Conferencia proferida no Centro de  
Difusao Cultural de Porto Alegre.

AREA: Psicologia Escolar

TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica a / c

ABORDAGEM: pedagogica

CONTEXTO: familiar

TIPO DE EDUCANDO: crianca

MFN: 0043

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

D'AMORIN, Maria Alice. Atitudes de pais e professores em  
relacao a educacao sexual na escola de 1º grau. Arquivo  
Brasileiro de Psicologia, Rio de Janeiro, n.34, v.3,  
p.12-17, jul./set. 1982.

AREA: Educacao -- curriculo

TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: analise investigadora b

ABORDAGEM: pedagogica

CONTEXTO: escolar

TIPO DE EDUCANDO: estudante de 1º grau

MFN: 0044

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

MOREIRA, Lilia Maria de Azevedo. Algumas consideracoes sobre  
a implantacao da educacao sexual nas escolas e sua  
aplicacao na area de ciencias biologicas. Jornal  
Brasileiro de Psiquiatria, Rio de Janeiro, v.35, n.2,  
p.107-110, 1986.

DADOS COMPLEMENTARES: Adaptacao da Conferencia pronunciada no  
"I Encontro Anual de Biologia do Estado da Bahia", em 8 de  
mar. de 1985, em Salvador, Bahia.

AREA: Educacao -- curriculo

TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: analise investigadora c

ABORDAGEM: pedagogica

CONTEXTO: escolar: 1º, 2º e 3º graus.

TIPO DE EDUCANDO: estudante  
ELEMENTOS-CHAVES: DST  
REFERE-SE AO PSICOLOGO -- fala em equipe interdisciplinar,  
composta por varios profissionais, incluindo psicologo.

MFN: 0045

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

MENDES, Adilson Miranda. O desenvolvimento sexual segundo  
Sigmund Freud, com enfase na importancia da educacao  
sexual. Educacao Hoje, Palmas, v.10, n.1, p.82-89, jul.  
1984.

AREA: Psicologia Clinica  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica c; analise  
investigadora a / b  
ABORDAGEM: pedagogica  
CONTEXTO: escolar: 1<sup>o</sup>e 2<sup>o</sup>grau.  
TIPO DE EDUCANDO: crianca; adolescente; jovem  
ELEMENTOS-CHAVES: amor

MFN: 0046

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

SERAPIAO, Jorge Jose. II Seminario sobre sexualidade humana:  
um projeto de educacao sexual para universitarios da UFRJ.  
Femina, Sao Paulo, v.16, n.12, p.1080-1083, dez. 1988.

AREA: Medicina  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: analise avaliatoria  
ABORDAGEM: medica  
CONTEXTO: escolar: 3<sup>o</sup>grau  
TIPO DE EDUCANDO: estudante de 3<sup>o</sup>grau (de Medicina)  
PROFISSIONAL RESPONSAVEL PELA EDUCACAO SEXUAL: fala da  
preocupacao da formacao integral do medico. Embora considere  
importante que o medico se prepare para atuar na area da  
sexualidade, nao limita a funcao de educador sexual ao  
medico.

MFN: 0047

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

CANESQUI, Ana Maria. Praticas pedagogicas referentes a  
sexualidade e a reproducao. Educacao e Sociedade, Sao  
Paulo, v.5, n.14, 1983.

DADOS COMPLEMENTARES: Trabalho apresentado no painel:  
"Instituicao de Saude e Praticas Educativas", coordenado  
pela autora na II Conferencia Brasileira de Educacao -- 10  
a 13 de junho de 1982. Belo Horizonte.

AREA: Saude Coletiva -- medicina preventiva  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica b; analise  
avaliatoria  
ABORDAGEM: politica  
CONTEXTO: escolar; familiar; servicos de saude  
TIPO DE EDUCANDO: mulher  
ELEMENTOS-CHAVES: prazer; amor

MFN: 0048

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

SOUZA, Ronaldo Pagnoncelli de. Aspectos psicoevolutivos e sociais da sexualidade. In: Coletanea sobre saude reprodutiva do adolescente brasileiro. Brasilia: OPAS/OMS, 1988. p.51-56.

AREA: Medicina -- clinica medica  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica a / c  
ABORDAGEM: medica  
CONTEXTO: familiar; clinico  
TIPO DE EDUCANDO: crianca; adolescente; jovem  
ELEMENTOS-CHAVES: amor; DST  
PROFISSIONAL RESPONSAVEL PELA EDUCACAO SEXUAL: medico; professor; orientador educacional; psicologo. O autor restringe a esses profissionais, considerando-os "... mais atentos e habeis no trato da sexualidade".  
REFERE-SE AO PSICOLOGO -- (ver item anterior)

MFN: 0049

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

MAZIN, Rafael; ARANGO, Maria Clara; , Cecilia Cardinal de. Planejamento familiar: educacao sexual. Jornal Brasileiro de Medicina, Rio de Janeiro, v.46, n.4, abr. 1984.

AREA: Psicologia Social  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica b  
ABORDAGEM: politica  
CONTEXTO: nao especificado  
ELEMENTOS-CHAVES: amor

MFN: 0050

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

MAZIN, Rafael. Planejamento familiar: atencao a saude e a sexualidade. Jornal Brasileiro de Medicina, Rio de Janeiro, v.46, n.6, p.22-24, 1984.

AREA: Medicina -- clinica medica  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica b  
ABORDAGEM: politica  
CONTEXTO: clinico  
TIPO DE EDUCANDO: paciente  
PROFISSIONAL RESPONSAVEL PELA EDUCACAO SEXUAL: medico. Nao limita a esse profissional, mas diz que e a figura social mais frequentemente demandada de esclarecimentos na area da sexualidade.

MFN: 0051

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

SAAD, A.; ADAMO, F. A. A escola e o processo de desenvolvimento da crianca e do adolescente. In: COLETANEA da saude reprodutiva do adolescente brasileiro. Brasilia: OPAS/OMS, 1988. p.69-74.

AREA: Psicologia Clinica  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica a / c  
ABORDAGEM: pedagogica

CONTEXTO: escolar  
TIPO DE EDUCANDO: adolescente  
ELEMENTOS-CHAVES: amor  
PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA EDUCAÇÃO SEXUAL: professor

MFN: 0052

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

SIMONETTI, Cecilia. Sexualidade: atropelos do prazer. Tempo e Presença, Rio de Janeiro, CEDI, v.11, v.240, p.15-16, abr. 1989.

AREA: Sociologia  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explicação teórica b  
ABORDAGEM: pedagógica  
CONTEXTO: amplo  
TIPO DE EDUCANDO: jovem  
ELEMENTOS-CHAVES: prazer; relações de gênero

MFN: 0053

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

BRAZ, Marcos Antonio Ribeiro. Comportamento sexual do adolescente. Reprodução, São Paulo, n.1, p.87-89, 1987.

AREA: Psicologia Clínica  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explicação teórica c  
ABORDAGEM: pedagógica  
CONTEXTO: não especificado  
TIPO DE EDUCANDO: estudante de 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> grau; adulto  
ELEMENTOS-CHAVES: relação de gênero

MFN: 0054

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

SILVA, Roberto Sizenando. Adolescência. Femina, São Paulo, v.11, n.5, p.386-389, maio 1983.

AREA: Medicina -- clínica médica  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explicação teoria a  
ABORDAGEM: médica  
CONTEXTO: clínico  
TIPO DE EDUCANDO: adolescente (fem.)  
ELEMENTOS-CHAVES: amor  
PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA EDUCAÇÃO SEXUAL: não aponta; apenas diz que ao médico ginecologista cabe estar preparado para orientar sexualmente as adolescentes.

MFN: 0055

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

RIBEIRO, Marcos. Educação sexual. Femina, São Paulo, v.16, n.10, p.945-946, out. 1988.

AREA: Educação -- fundamentos  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explicação teoria b  
ABORDAGEM: pedagógica  
CONTEXTO: escolar  
ELEMENTOS-CHAVES: prazer

PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA EDUCAÇÃO SEXUAL: Professor;  
tecnicos

MFN: 0056

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

FIGUEIRO, Mary Neide Damico. Aspectos educacionais da sexualidade. Boletim do Núcleo de Estudos do Desenvolvimento Humano (NEDH), Londrina, v.4, n.1, p.12-21, 1991.

DADOS COMPLEMENTARES: Palestra apresentada no V Ciclo de Palestras do NEDH, ocorrido em julho de 1991, na Universidade Estadual de Londrina.

AREA: Educacao -- fundamentos

TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explicacao teoria a

ABORDAGEM: pedagogica

CONTEXTO: escolar

TIPO DE EDUCANDO: estudante (inclui deficiente mental)

ELEMENTOS-CHAVES: prazer; DST; relacoes de genero

MFN: 0057

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

WATANABE, Heloisa et al. Relato de estudantes de enfermagem que ensinam e aprendem com adolescentes. Revista Paulista de Enfermagem, Sao Paulo, v.4, n.3, p.121-123, jul. ago. set. 1984.

AREA: Educacao -- ensino-aprendizagem

TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: analise avaliadora

ABORDAGEM: pedagogica

CONTEXTO: escolar

TIPO DE EDUCANDO: estudante de 2<sup>o</sup> grau.

MFN: 0058

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

VITIELLO, Nelson et al. Educacao sexual: um inquerito. Femina, Sao Paulo, v.15, n.4, p.288-299, abr. 1987.

AREA: Educacao -- ensino-aprendizagem

TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explicacao teorica a / b; analise investigadora b

ABORDAGEM: pedagogica

CONTEXTO: familiar; escolar

TIPO DE EDUCANDO: crianca; adolescente

ELEMENTOS-CHAVES: prazer; relacoes de genero; DST

PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA EDUCAÇÃO SEXUAL: "nao e suficiente que o professor de biologia esteja engajado" (p.289). Professor; psicologo; medico (p.298). Qualquer profissional que consiga atuar como um "facilitador" dos debates.

REFERE-SE AO PSICOLOGO -- como um dos profissionais que pode atuar como facilitador dos debates. (isso e apontado por apenas um autor)

MFN: 0059

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

THUMS, Jorge; KIELING, Suzana Schuch Santos. Reflexoes sobre uma educacao sexual: analise de um estudo exploratorio. Educacao, Porto Alegre, v.13, n.18, p.37-45, 1990.

AREA: Educacao -- ensino-aprendizagem  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: analise investigadora b / c  
ABORDAGEM: pedagogica  
CONTEXTO: escolar: 1<sup>o</sup>, 2<sup>o</sup> e 3<sup>o</sup> grau.  
TIPO DE EDUCANDO: estudante  
ELEMENTOS-CHAVES: DST  
PROFISSIONAL RESPONSAVEL PELA EDUCACAO SEXUAL: diz que cabe a todos os profissionais da escola, mas principalmente ao professor de biologia e de educacao fisica.

MFN: 0060

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

BRUSCHINI, Maria Cristina. Alguns riscos da educacao sexual nas escolas. Psicologia e Comportamento, Sao Paulo, p.57-58, maio/jun. 1984.

AREA: Educacao -- ensino-aprendizagem  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica a / b  
ABORDAGEM: politica  
CONTEXTO: escolar  
TIPO DE EDUCANDO: jovem  
ELEMENTOS-CHAVES: prazer; DST; relacoes de genero  
PROFISSIONAL RESPONSAVEL PELA EDUCACAO SEXUAL: uma pessoa que se sinta bem com a propria sexualidade e a vontade para tratar desses temas. Pode ser ou nao o professor de biologia; pode ser ou nao especialista.

MFN: 0061

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

XAVIER, Nilton Leite. Aspectos da educacao sexual e do comportamento sexual feminino. Revista Ci. Maternidade, Infancia e Ginecologia, Porto Alegre, v.5, n.1, p.41-45, jan./jun. 1985.

AREA: Medicina -- clinica medica  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica c  
ABORDAGEM: medica  
CONTEXTO: clinico  
TIPO DE EDUCANDO: mulher adulta  
ELEMENTOS-CHAVES: prazer; amor  
PROFISSIONAL RESPONSAVEL PELA EDUCACAO SEXUAL: diz que o ginecologista tem que estar preparado para orientar suas clientes; nao restringe a esse profissional.

MFN: 0062

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

STOLL, Raul Roberto. Orientacao sexual nas escolas. Signos, Lajeado, v.12, n.22, p.90-93, mar. 1988.

AREA: Educacao -- curriculo  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica a

ABORDAGEM: pedagogica  
CONTEXTO: escolar  
TIPO DE EDUCANDO: estudante  
PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA EDUCAÇÃO SEXUAL: professor; em especial: professor de biologia (ciencias).

MFN: 0063

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

CRUZ, Regina Ester Gomes. Programa de educação sexual para deficientes mentais. Integração, Brasília, v.4, n.9, p.17-19, 1992.

AREA: Educação -- ensino-aprendizagem  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: análise avaliativa  
ABORDAGEM: pedagogica  
CONTEXTO: escolar  
TIPO DE EDUCANDO: deficiente mental (de 3 a 15 anos)  
ELEMENTOS-CHAVES: amor

MFN: 0064

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

STOBAUS, Claus Dieter. Programas de educação sexual: uma síntese crítica. Educação, Porto Alegre, v.16, n.24, p.25-30, 1993.

DADOS COMPLEMENTARES: "O trabalho e uma síntese analítico-crítica dos temas abordados em mesa-redonda sobre Educação Sexual..."  
AREA: Educação -- ensino-aprendizagem  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explicação teórica a  
ABORDAGEM: pedagogica  
CONTEXTO: amplo  
PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA EDUCAÇÃO SEXUAL: professor (de toda e qualquer matéria)

MFN: 0065

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

MOREIRA, Lilia Maria de Azevedo. Avaliação da efetividade da educação sexual no 1º, 2º e 3º graus e de temas de maior interesse em alunos ingressantes na Universidade Federal da Bahia. Universitas. Ciencia, Salvador, n.36, p.47-56, abr./jun. 1986.

AREA: Educação -- currículo  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: análise investigadora a  
ABORDAGEM: pedagogica  
CONTEXTO: escolar: 1º, 2º e 3º grau

MFN: 0066

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

SILVA, Araguari Chalar; CUNHA, Ana Maria L. A.; SANTOS, Claudia R. P. dos. SESAC: um programa de educação e terapia sexual. Femina, São Paulo, v.12, n.3, p. 241-246, mar. 1984.

AREA: Psicologia Clinica  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: analise avaliatoria  
ABORDAGEM: medica  
CONTEXTO: servicos de saude  
TIPO DE EDUCANDO: paciente  
ELEMENTOS-CHAVES: prazer; relacoes de genero  
REFERE-SE AO PSICOLOGO -- a equipe responsavel pelo programa e composta por medicos e psicologos.

MFN: 0067

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

GUERRA, Antonio Fernando. Educacao sexual: a hora de enfrentar o mito. Boletim Tecnico PROCIRS, Porto Alegre, v.2, n.7, p.15-16, jul./set. 1986.

AREA: Educacao -- fundamentos  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica a / b  
ABORDAGEM: pedagogica  
CONTEXTO: escolar  
TIPO DE EDUCANDO: adolescente; jovem  
ELEMENTOS-CHAVES: DST  
PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA EDUCACAO SEXUAL: professor

MFN: 0068

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

CONCEICAO, Ismeri Seixas Cheque; VITIELLO, Nelson. Educacao sexual. Femina, Sao Paulo, v.14, n.10, p.939-942, out. 1986.

AREA: Educacao -- fundamentos  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica a / b  
ABORDAGEM: politica  
CONTEXTO: escolar; familiar  
ELEMENTOS-CHAVES: prazer; relacoes de genero

MFN: 0069

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

SALVATORE, Carlos Alberto. Educacao e planejamento familiar. Ginecologia e Obstetricia Brasileiras, Sao Paulo, v.9, n.1, p.5-7, 1986.

AREA: Saude Coletiva -- medicina preventiva  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica a  
ABORDAGEM: medica  
CONTEXTO: escolar; servicos de saude  
TIPO DE EDUCANDO: adolescente (fem.); mulher casada; gestante  
PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA EDUCACAO SEXUAL: medico ("... cursos gratuitos deveriam ser ministrados anualmente por medicos recém-formados para mulheres casadas e gestantes")

MFN: 0070

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

SERAPIAO, Jorge Jose; SOUZA, Ingrid S.; BARROS, D. I. M. Grupo de reflexao sobre sexualidade: uma experiencia institucional piloto. Femina, Sao Paulo, v.16, n.6, p.516-523, jun. 1988.

AREA: Saude Coletiva -- medicina preventiva  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: analise avaliatoria  
ABORDAGEM: medica  
CONTEXTO: escolar: 3º grau  
TIPO DE EDUCANDO: estudante de 3º grau (de medicina e do Centro de Ciencias da Saude).  
ELEMENTOS-CHAVES: DST; relacoes de genero  
PROFISSIONAL RESPONSAVEL PELA EDUCACAO SEXUAL: fala em abordagem multiprofissional, com a participacao de: medico ginecologista; especialista em educacao medica; orientador educacional.

MFN: 0071

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

CHARBONNEAU, Pe. Paul-Eugene. Educacao sexual por que?  
Revista de Educacao AEC, Brasilia, v.10, n.41, p.11-21, 1981a.

AREA: Psicologia Clinica  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica a  
ABORDAGEM: religiosa catolica tradicional  
CONTEXTO: nao especificado  
TIPO DE EDUCANDO: jovem  
ELEMENTOS-CHAVES: amor; prazer; relacoes de genero  
PROFISSIONAL RESPONSAVEL PELA EDUCACAO SEXUAL: professor

MFN: 0072

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

GONCALVES, Irma Marta Maria. Escola de pais e educacao sexual. Revista de Educacao AEC, Brasilia, v.10, n.41, p.24-27, 1981.

AREA: Teologia  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: analise avaliatoria  
ABORDAGEM: religiosa catolica tradicional  
CONTEXTO: familiar; pastoral  
TIPO DE EDUCANDO: crianca; adolescente  
ELEMENTOS-CHAVES: amor

MFN: 0073

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

NOGUEIRA, Jose Bonifacio Coutinho. "Falando nos espinhos".  
Revista de Educacao AEC, Brasilia, v.10, n.41, p.28-31, 1981.

AREA: Educacao -- fundamentos  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: analise avaliatoria  
ABORDAGEM: pedagogica  
CONTEXTO: escolar  
TIPO DE EDUCANDO: adolescente  
PROFISSIONAL RESPONSAVEL PELA EDUCACAO SEXUAL: professor de biologia.

MFN: 0074

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

ROSSA, Eunice Maria Muniz; OSTRONOFFO, Claudia Kober. A educacao sexual nas series iniciais do 1º grau. Revista de Educacao AEC, Brasilia, v.10, n.41, p.34-42, 1981.

AREA: Educacao -- ensino-aprendizagem  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica a / c  
ABORDAGEM: pedagogica  
CONTEXTO: escolar: 1º grau  
TIPO DE EDUCANDO: crianca  
ELEMENTOS-CHAVES: amor; prazer; relacoes de genero  
PROFISSIONAL RESPONSAVEL PELA EDUCACAO SEXUAL: professor: de 1ª a 4ª serie; orientador educacional: a partir da 4ª serie.  
REFERE-SE AO PSICOLOGO -- um profissional para dar ajuda terapeutica.

MFN: 0075

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

AMARAL, Luiz Antonio de Souza. A reproducao humana no quadro da educacao sexual na escola. Revista de Educacao AEC, Brasilia, v.10, n.41, p.44-48, 1981.

AREA: Educacao -- ensino-aprendizagem  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica a  
ABORDAGEM: pedagogica  
CONTEXTO: escolar  
TIPO DE EDUCANDO: estudante de 1º grau  
ELEMENTOS-CHAVES: amor  
PROFISSIONAL RESPONSAVEL PELA EDUCACAO SEXUAL: professora da classe: series iniciais. Professor de biologia (lugar privilegiado). Professor de: linguagem, estudos sociais ou educacao fisica.

MFN: 0076

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

ROBERGE, Pe. Lourenco. Educacao sexual dos adolescentes. Revista de Educacao AEC, Brasilia, v.10, n.41, p.50-65, 1981.

AREA: Teologia  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica a / b / c  
ABORDAGEM: religiosa catolica tradicional/questionadora  
CONTEXTO: pastoral; familiar  
TIPO DE EDUCANDO: adolescente  
ELEMENTOS-CHAVES: prazer; amor; relacoes de genero

MFN: 0077

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

CHARBONNEAU, Pe. Paul-Eugene. As linhas basicas da educacao sexual no 2º grau. Revista de Educacao AEC, Brasilia, v.10, n.41, p.87-95, 1981b.

AREA: Teologia  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica a / c  
ABORDAGEM: religiosa catolica tradicional  
CONTEXTO: escolar: 2º grau

TIPO DE EDUCANDO: estudante de 2º grau  
ELEMENTOS-CHAVES: amor; prazer

MFN: 0078

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

MACEDO, Carmen Cinira. Catolicismo e sexualidade: uma visao  
nativa. Comunicacao do ISER, Rio de Janeiro, v.11, n.42,  
p.38-44, 1992.

AREA: Antropologia  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: analise avaliatoria; analise  
investigadora c  
ABORDAGEM: politica  
CONTEXTO: pastoral  
TIPO DE EDUCANDO: jovem; adulto  
ELEMENTOS-CHAVES: prazer  
REFERE-SE AO PSICOLOGO -- fazendo parte da equipe responsavel  
pelo atendimento terapeutico das pessoas do grupo.

MFN: 0079

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

MACHADO, Nilton. Pais e filhos juntos. Dois Pontos, Belo  
Horizonte, v.1, n.4, p.28-29, jul. 1985.

DADOS COMPLEMENTARES: Trabalho apresentado no III Encontro  
Nacional de Sexologia.  
AREA: Educacao -- curriculo  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: analise investigadora c  
ABORDAGEM: pedagogica  
CONTEXTO: escolar  
TIPO DE EDUCANDO: estudantes

MFN: 0080

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

CONCEICAO, Ismeri Seixas Cheque. Pelo bem dos filhos dos  
nossos filhos. Dois Pontos, Belo Horizonte, v.1, n.4,  
p.46-48, jul. 1985.

AREA: Saude Coletiva -- medicina preventiva  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica a  
ABORDAGEM: medica  
CONTEXTO: escolar  
TIPO DE EDUCANDO: jovem; adolescente  
ELEMENTOS-CHAVES: DST; amor

MFN: 0081

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

LOPES, Gerson Pereira. Mudar e preciso: a comecar pelos  
pais. Dois Pontos, Belo Horizonte, v.1, n.4, p.44-45, jul.  
1985.

AREA: Psicologia Clinica  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica c  
ABORDAGEM: pedagogica  
CONTEXTO: nao especificado

TIPO DE EDUCANDO: crianca; jovem  
ELEMENTOS-CHAVES: prazer  
PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA EDUCAÇÃO SEXUAL: medico;  
professor; (pais)  
REFERE-SE AO PSICÓLOGO -- diz apenas que a classe  
psicológica, assim como a classe médica (e também pais e  
professores), está despreparada para atuar na educação  
sexual.

MFN: 0082

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

BELUCCI, Silvia. Adolescente, sexo e droga. Dois Pontos,  
Belo Horizonte, v.2, n.10, p.20-23, dez. 1989.

AREA: Educacao -- fundamentos  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica a  
ABORDAGEM: pedagogica  
CONTEXTO: escolar  
TIPO DE EDUCANDO: crianca; adolescente; jovem  
ELEMENTOS-CHAVES: AIDS

MFN: 0083

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

CAVALCANTI, Ricardo da Cunha. O promotor de saude. Revista  
Brasileira de Sexualidade Humana (SBRASH), Sao Paulo, v.1,  
n.1, p.35-42, jan./jun. 1990.

AREA: Saude coletiva -- medicina preventiva  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica b; analise  
historica  
ABORDAGEM: medica  
CONTEXTO: servicos de saude  
TIPO DE EDUCANDO: paciente  
ELEMENTOS-CHAVES: prazer; DST  
PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA EDUCAÇÃO SEXUAL: medico;  
psicologo; profissionais da saude; assistente social;  
enfermeiro; pedadogo  
REFERE-SE AO PSICÓLOGO -- como terapeuta sexual e atuando  
como educador sexual, dentro dessa funcao.

MFN: 0084

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

CANELLA, Paulo Roberto Bastos. Adolescencia e educacao  
sexual. Revista Brasileira de Sexualidade Humana (SBRASH),  
Sao Paulo, v.1, n.2, p.34-38, jul./dez. 1990.

AREA: Educacao -- fundamentos  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica a  
ABORDAGEM: pedagogica  
CONTEXTO: familiar; escolar  
TIPO DE EDUCANDO: adolescente  
ELEMENTOS-CHAVES: prazer; relacoes de genero

MFN: 0085

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

BASTOS, Elza Pereira; TARAZONA, Andrea Goncalves; RODRIGUES JUNIOR, Oswaldo Martins. Deficiencia visual e orientacao em sexualidade: uma experiencia. Revista Brasileira de Sexualidade Humana (SBRASH), Sao Paulo, v.1, n.2, p.83-89, jul./dez/1990.

AREA: Psicologia Escolar

TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: analise avaliatoria

ABORDAGEM: pedagogica

CONTEXTO: escolar: 3<sup>o</sup> grau

TIPO DE EDUCANDO: deficiente visual

REFERE-SE AO PSICOLOGO -- apenas diz que o trabalho foi desenvolvido por estudantes de Psicologia, em estagio de psicologia do excepcional.

MFN: 0086

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

BERGER, Israel. Palestras sobre aspectos da sexualidade para grupos de adolescentes: relato de uma experiencia. Revista Brasileira de Sexualidade Humana, Sao Paulo, v.1, n.2, p.102-103, jul./dez. 1990.

AREA: Saude Coletiva -- medicina preventiva

TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: analise avaliatoria

ABORDAGEM: pedagogica

CONTEXTO: escolar; servicos de saude

TIPO DE EDUCANDO: adolescente

ELEMENTOS-CHAVES: DST

PROFISSIONAL RESPONSAVEL PELA EDUCACAO SEXUAL: professor; profissionais da area da saude. Esses ultimos, alem da assistencia, tem condicoes de orientar nao so os adolescentes, mas tambem os educadores (professor), e esses podem atuar como agentes multiplicadores na assistencia, prevencao e promocao da saude.

MFN: 0087

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

BARBOSA, Maria Paqueta Moreira. Uma experiencia de educacao sexual em escolas de primeiro grau. Revista Brasileira de Sexualidade Humana (SBRASH), Sao Paulo, v.1, n.2, p.104-108, jul./dez. 1990.

AREA: Educacao -- ensino-aprendizagem

TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: analise avaliatoria

ABORDAGEM: pedagogica

CONTEXTO: escolar: 1<sup>o</sup> grau

TIPO DE EDUCANDO: estudante de 1<sup>o</sup> grau

MFN: 0088

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

VITIELLO, Nelson; CONCEICAO, Ismeri Seixas Cheque. O exercicio da sexualidade na adolescencia II: educacao sexual. Revista Brasileira de Sexualidade Humana (SBRASH), Sao Paulo, v.2, n.1, p.15-24, jan./jun. 1991.

AREA: Educacao -- fundamentos  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica a  
ABORDAGEM: pedagogica  
CONTEXTO: familiar; escolar  
TIPO DE EDUCANDO: crianca; adolescente  
ELEMENTOS-CHAVES: relacoes de genero  
PROFISSIONAL RESPONSAVEL PELA EDUCACAO SEXUAL: professor (os  
que tem interesse pessoal e facilidade de relacionamento com  
os jovens).

MFN: 0089

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

LOPES, Gerson Pereira et al. Metodologia em educacao sexual:  
experiencia no Instituto Montessori Crianca Feliz. Revista  
Brasileira de Sexualidade Humana (SBRASH), Sao Paulo, v.2,  
n.1, p.95-101, jan./jun. 1991.

AREA: Psicologia Escolar  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: analise avaliatoria; analise  
investigadora a  
ABORDAGEM: pedagogica  
CONTEXTO: escolar: 1<sup>o</sup> grau  
TIPO DE EDUCANDO: estudante de 1<sup>o</sup> grau  
PROFISSIONAL RESPONSAVEL PELA EDUCACAO SEXUAL: professor;  
orientador educacional; psicologo. (fala em trabalho em  
conjunto; nao deixa claro o papel de cada um, nem se e em  
carater interdisciplinar).  
REFERE-SE AO PSICOLOGO -- fazendo parte do conjunto de  
trabalho.

MFN: 0090

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

GHERPELLI, Maria Helena B. Vilela; BURALLI, Keiko Ogura;  
ROSENBERG, Cornelio Pedroso. Proposta de um programa de  
orientacao sexual para escolas infantis e de 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> graus.  
Revista Brasileira de Sexualidade Humana (SBRASH), Sao  
Paulo, v.3, n.1, p.46-55, jan./jun. 1992.

AREA: Educacao -- ensino-aprendizagem  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teoria a  
ABORDAGEM: pedagogica  
CONTEXTO: escolar: pre, 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> grau  
TIPO DE EDUCANDO: estudante de pre, 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> grau  
ELEMENTOS-CHAVES: DST  
PROFISSIONAL RESPONSAVEL PELA EDUCACAO SEXUAL: especialista  
em orientacao sexual ou professor capacitado. Diz que a  
escola e o local mais apropriado para educacao sexual, dentre  
os locais: consultorios, servicos de saude, igreja... (p.48).

MFN: 0091

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

GHERPELLI, Maria Helena Brandao Vilela. Direito ou renuncia  
a sexualidade?: uma experiencia de orientacao sexual com  
jovens limitrofes. Revista Brasileira de Sexualidade  
Humana (SBRASH), Sao Paulo, v.3, n.2, p.147-153, jul./dez.  
1992.

AREA: Psicologia Clinica  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: analise avaliatoria  
ABORDAGEM: pedagogica  
CONTEXTO: escolar (escola especializada para criancas limitrofes).  
TIPO DE EDUCANDO: deficiente mental (limitrofes)  
ELEMENTOS-CHAVES: prazer; DST

MFN: 0092

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho. Educacao sexual: pros e contras. Revista Brasileira de Sexualidade Humana (SBRASH), Sao Paulo, v.3, n.2, p.154-158, 1992.

AREA: Educacao -- fundamentos  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica a  
ABORDAGEM: pedagogica  
CONTEXTO: familiar; escolar  
TIPO DE EDUCANDO: crianca; jovem  
ELEMENTOS-CHAVES: prazer  
PROFISSIONAL RESPONSAVEL PELA EDUCACAO SEXUAL: professor; orientador educacional

MFN: 0093

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

LUTFI, Maria Eliane. Curitiba, comunidade e meninos(as) de rua: uma proposta de educacao sexual. Revista Brasileira de Sexualidade Humana (SBRASH), Sao Paulo, v.3, n.2, p.159-169, jul./dez. 1992.

AREA: Psicologia Social  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica a  
ABORDAGEM: pedagogica  
CONTEXTO: comunitario  
TIPO DE EDUCANDO: meninos e meninas de rua  
REFERE-SE AO PSICOLOGO -- para atuar terapeuticamente

MFN: 0094

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

MAIA, Monica Bara; GUIMARAES, Rita Andreia; LOPES, Gerson Pereira. A (in)formacao sexual do adolescente: uma nova proposta. Revista Brasileira de Sexualidade Humana (SBRASH), Sao Paulo, v.4, n.1, p.31-36, jan./jun. 1993.

AREA: Psicologia Social  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: analise avaliatoria  
ABORDAGEM: pedagogica  
CONTEXTO: nao especificado  
TIPO DE EDUCANDO: adolescente (de 19 a 21 anos)  
ELEMENTOS-CHAVES: relacoes de genero; DST; AIDS  
REFERE-SE AO PSICOLOGO -- o projeto de educacao sexual foi desenvolvido dentro de um processo de terapia.

MFN: 0095

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

CAVALCANTI, Ricardo da Cunha. Educacao sexual no Brasil e na America Latina. Revista Brasileira de Sexualidade Humana (SBRASH), Sao Paulo, v.4, n.2, p.164-173, 1993.

DADOS COMPLEMENTARES: Conferencia proferida na I Jornada Paulista de Sexualidade Humana.

AREA: Educacao

TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica a / b

ABORDAGEM: pedagogica

CONTEXTO: escolar; familiar

TIPO DE EDUCANDO: estudante de 1<sup>o</sup>, 2<sup>o</sup> e 3<sup>o</sup> grau

ELEMENTOS-CHAVES: amor; DST

PROFISSIONAL RESPONSAVEL PELA EDUCACAO SEXUAL: professor; diz que nao precisa ser de biologia.

MFN: 0096

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho. Educacao sexual e formacao do professor: necessidade e viabilidade. Revista Brasileira de Sexualidade Humana (SBRASH), Sao Paulo, v.4, n.2, p.154-163, jul./dez. 1993.

DADOS COMPLEMENTARES: Os resultados de pesquisa apresentados neste texto foram tambem apresentados na 43<sup>a</sup> Reuniao Anual da SBPC, Rio de Janeiro, jul. 1991.

AREA: Psicologia Escolar

TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: analise investigadora b

ABORDAGEM: pedagogica

CONTEXTO: escolar: 2<sup>o</sup> grau

MFN: 0097

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

SUPLICY, Marta. Os caminhos da repressao sexual no desenvolvimento dos adolescentes. Cadernos [da Estudos e Comunicacoes em Sexualidade e Reproducao Humana], Sao Paulo, n.1, p.44-56, mar. 1991.

DADOS COMPLEMENTARES: Trabalho apresentado no Seminario: "Sexualidade na adolescencia: educacao e midia", realizado pela ECOS (Estudos e Comunicacoes em Sexualidade e Reproducao Humana), em 18 e 19 de out. de 1990.

AREA: Psicologia Clinica

TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica b / c

ABORDAGEM: politica

CONTEXTO: familiar; escolar; pastoral; midia; relacoes de amizade

TIPO DE EDUCANDO: adolescente

ELEMENTOS-CHAVES: prazer; relacoes de genero

MFN: 0098

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

SOUZA, Vilma de. Trabalhando com sexualidade: uma proposta educacional. Cadernos [da Estudos e Comunicacao em Sexualidade e Reproducao Humana], Sao Paulo, n.1, p.126-133, mar. 1991.

DADOS COMPLEMENTARES: Trabalho apresentado no Seminario:  
"Sexualidade na adolescencia: educacao e midia", realizado  
pela ECOS (Estudos e Comunicacao em sexualidade e  
Reproducao Humana), em 18 e 19 de out. de 1990.  
AREA: Psicologia Escolar  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica a / b; analise  
avaliatoria  
ABORDAGEM: politica  
CONTEXTO: escolar: 1º grau  
TIPO DE EDUCANDO: crianca; jovem; adulto  
ELEMENTOS-CHAVES: prazer; relacoes de genero  
PROFISSIONAL RESPONSAVEL PELA EDUCACAO SEXUAL: professor  
REFERE-SE AO PSICOLOGO -- o trabalho foi feito por equipe  
interdisciplinar, composta de: professor, orientador  
educacional e psicologo.

MFN: 0099

TIPO DE DOCUMENTO: ARTIGO

QUEIROZ, Katia et al. Sexualidade na adolescencia: uma  
experiencia interativa de educacao e comunicacao com  
adolescentes. Cadernos [da Estudos e Comunicacao em  
Sexualidade e Reproducao Humana], Sao Paulo, n.1,  
p.181-196, mar. 1991.

DADOS COMPLEMENTARES: Trabalho apresentado no Seminario:  
"Sexualidade na adolescencia: educacao e midia", realizado  
pela ECOS (Estudos e Comunicacao em Sexualidade e  
Reproducao Humana), em 18 e 19 de out. de 1990.  
AREA: Psicologia Social  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: analise avaliatoria  
ABORDAGEM: politica  
CONTEXTO: escolar  
TIPO DE EDUCANDO: adolescente; jovem  
PROFISSIONAL RESPONSAVEL PELA EDUCACAO SEXUAL: nao aponta  
nenhum profissional em especial. Preocupa-se em integrar as  
areas de educacao, comunicacao e servicos de saude sexual e  
reprodutiva.

MFN: 0100

TIPO DE DOCUMENTO: TRABALHO

LINS, Lenes Clecia Saraiva; PEREIRA, Eduarda Maria D. R.;  
LIRA, Ida Vieira de. Como anda a educacao sexual dos jovens:  
um estudo exploratorio em quatro colegios do Recife. In:  
CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM, 37., Recife, 1985.  
Apresentado em... [s.l.], 1985. p.2-26.

AREA: Saude Coletiva -- medicina preventiva  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: analise investigadora a  
ABORDAGEM: pedagogica  
CONTEXTO: escolar; familiar  
TIPO DE EDUCANDO: jovem  
ELEMENTOS-CHAVES: relacoes de genero; DST  
PROFISSIONAL RESPONSAVEL PELA EDUCACAO SEXUAL: aponta  
diretamente para profissionais da saude. Diz que sao mais  
aptos, por terem conhecimento das DSTs e que a escola deveria  
contratar esses profissionais para essa funcao.

MFN: 0101

TIPO DE DOCUMENTO: TRABALHO

BARROSO, Carmen (Coord.). A educacao sexual que gostaríamos de ter. In: CONFERENCIA BRASILEIRA DE EDUCACAO, 1, 1980, Sao Paulo. Anais... Sao Paulo: Cortez, 1981. p.360-377.

AREA: Sociologia

TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica b; analise avaliadora

ABORDAGEM: politica

CONTEXTO: escolar; servicos de saude

TIPO DE EDUCANDO: jovem

ELEMENTOS-CHAVES: relacoes de genero; DST

MFN: 0102

TIPO DE DOCUMENTO: TRABALHO

SUCUPIRA, Ana Cecilia S. L. Reflexoes sobre um programa de orientacao sexual. In: REUNIAO ANUAL DE PSICOLOGIA, 18., 1988, Ribeirao Preto. Anais... Ribeirao Preto: Sociedade de Psicologia de Ribeirao Preto, 1988. p.563-564.

AREA: Educacao -- ensino-aprendizagem

TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: analise avaliadora

ABORDAGEM: pedagogica

CONTEXTO: escolar: 1º grau

TIPO DE EDUCANDO: adolescente

MFN: 0103

TIPO DE DOCUMENTO: PESQUISA

VAINSENER, Semira Adler. Educacao sexual: e o professor? Recife: Fundacao Joaquim Nabuco, 1987. Relatorio de pesquisa.

AREA: Educacao -- fundamentos

TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica b; analise investigadora b

ABORDAGEM: pedagogica

CONTEXTO: escolar

TIPO DE EDUCANDO: estudantes

ELEMENTOS-CHAVES: relacoes de genero; prazer; DST; violencia sexual

PROFISSIONAL RESPONSAVEL PELA EDUCACAO SEXUAL: professor

MFN: 0104

TIPO DE DOCUMENTO: PESQUISA

BASTOS, Antonio Virgilio Bittencourt; MORRIS, Leo; FERNANDES, Sonia Regina Pereira (Org.). Saude e educacao sexual do jovem: um estudo em Salvador. Salvador: UFB, 1989.

AREA: Saude Coletiva -- medicina preventiva

TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: analise investigadora a

ABORDAGEM: pedagogica

CONTEXTO: amplo

TIPO DE EDUCANDO: jovem (de 15 a 24 anos)

ELEMENTOS-CHAVES: DST; AIDS

MFN: 0105

TIPO DE DOCUMENTO: PESQUISA

BEMFAM, Sociedade Civil Bem-Estar Familiar. Departamento de Pesquisas Sociais. Pesquisa sobre saude reprodutiva e sexualidade do jovem. Rio de Janeiro, 1992.

AREA: Saude Coletiva -- medicina preventiva  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: analise investigadora a  
ABORDAGEM: pedagogica  
CONTEXTO: amplo  
TIPO DE EDUCANDO: jovem (de 15 a 24 anos)  
ELEMENTOS-CHAVES: AIDS; DST; prazer

## DISSERTAÇÕES E TESES

MFN: 0106

TIPO DE DOCUMENTO: DISSERTAÇÃO

FERRUA, Leila Heimborg. Educação sexual: análise crítica de uma experiência. Campinas, PUC, 1980. 145p. Dissertação, (Mestrado em Psicologia Clínica) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas (SP), 1980.

ORIENTADOR(A): ANDRADE, Antonieta Marília de Oswaldo de  
AREA: Educação -- ensino-aprendizagem  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: análise avaliativa  
ABORDAGEM: pedagógica  
CONTEXTO: escolar  
TIPO DE EDUCANDO: adolescente  
ELEMENTOS-CHAVES: relações de gênero

MFN: 0107

TIPO DE DOCUMENTO: DISSERTAÇÃO

FELIZARI, Gessi Maria Cardoso. Enfermagem escolar e educação sexual para adolescentes. Rio de Janeiro, UFRJ, 1990. 223p. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

ORIENTADOR(A): MAURO, Maria Yvone Chaves  
AREA: Educação -- ensino-aprendizagem  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: análise avaliativa  
ABORDAGEM: pedagógica  
CONTEXTO: escolar: 1º grau  
TIPO DE EDUCANDO: estudante de 1º grau  
ELEMENTOS-CHAVES: relações de gênero; prazer; DST; amor  
PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA EDUCAÇÃO SEXUAL: Enfermeiro; aponta direta e exclusivamente para esse profissional, na maior parte do texto. Fala em atuação em equipe composta por: médico, professor, assistente social, psicólogo escolar e enfermeiro.  
REFERE-SE AO PSICÓLOGO -- Composto a equipe multidisciplinar. (É uma proposta pouco explorada).

MFN: 0108

TIPO DE DOCUMENTO: DISSERTAÇÃO

SCHUSSEL, Darcy Raica. Educação sexual: análise de opiniões de diferentes segmentos sociais. São Paulo, PUC, 1982. Dissertação, (Mestrado em Psicologia da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1982.

ORIENTADOR(A): GATTI, Bernardete Angelina  
DADOS COMPLEMENTARES: Os dados desta dissertação integram o livro intitulado: "A adolescente e o sexo" (Edicon, 1985), juntamente com os dados da dissertação de Senira A. F. Fernandez, sobre o comportamento sexual da adolescente.  
AREA: Psicologia Escolar  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explicação teórica b; análise investigadora b.  
ABORDAGEM: política  
CONTEXTO: escolar

TIPO DE EDUCANDO: adolescente  
ELEMENTOS-CHAVES: relacoes de genero; amor

MFN: 0109

TIPO DE DOCUMENTO: DISSERTACAO

BARCELLOS, Jorge Alberto Soares. A pedagogia de eros: territorios, vida cotidiana e saber nos projetos de implantacao da educacao sexual em Porto Alegre. Porto Alegre, UFRG, 1992. 303p. Dissertacao, (Mestrado em Educacao) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992.

ORIENTADOR(A): EIZIRIK, Marisa Faermann  
AREA: Educacao -- fundamentos  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teoria b; analise investigadora b  
ABORDAGEM: politica  
CONTEXTO: escolar  
TIPO DE EDUCANDO: crianca  
ELEMENTOS-CHAVES: prazer

MFN: 0110

TIPO DE DOCUMENTO: DISSERTACAO

FOREMAN, Valeria Lopes. Importancia da educacao sexual no desenvolvimento de adolescentes cegos. Sao Paulo, PUC, 1989. 132p. Dissertacao, (Mestrado em Educacao Escolar Brasileira) - Pontificia Universidade Catolica de Sao Paulo, 1989.

ORIENTADOR(A): GATTI, Bernardete Angelina.  
AREA: Educacao -- fundamentos  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica b; analise investigadora a.  
ABORDAGEM: pedagogica  
CONTEXTO: escolar  
TIPO DE EDUCANDO: adolescente cego  
ELEMENTOS-CHAVES: relacoes de genero  
PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA EDUCACAO SEXUAL: professor

MFN: 0111

TIPO DE DOCUMENTO: DISSERTACAO

ROCHA, Elisa Fernandes de Sousa. Educacao sexual e telenovela: liberacao ou determinismo ideologico? Curitiba, UFP, 1987. 128p. Dissertacao, (Mestrado em Educacao) - Universidade Federal do Parana, 1987.

ORIENTADOR(A): MARTINS, Onilza Borges.  
AREA: Educacao -- fundamentos  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica b.  
ABORDAGEM: politica  
CONTEXTO: midia  
ELEMENTOS-CHAVES: relacoes de genero; amor; prazer

MFN: 0112

TIPO DE DOCUMENTO: CAP/DISSERT

ANGELI, Heloisa Aparecida. A problemática sexual na adolescência. Cap.8: A educação sexual como profilaxia. São Paulo, USP, 1986. 241p. Dissertação, (Mestrado em Psicologia Escolar) - Universidade de São Paulo, 1986.

ORIENTADOR(A): ANGELINI, Arrigo Leonardo.  
AREA: Psicologia Escolar.  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explicação teórica a.  
ABORDAGEM: pedagógica  
CONTEXTO: escolar; familiar  
TIPO DE EDUCANDO: adolescente  
ELEMENTOS-CHAVES: relações de gênero; prazer; amor; DST  
PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA EDUCAÇÃO SEXUAL: professor  
REFERE-SE AO PSICÓLOGO -- segredo que o programa seja elaborado por equipe composta por: professor, médico, psicólogo e pedagogo.

MFN: 0113

TIPO DE DOCUMENTO: DISSERTAÇÃO

MATANO, Maria Silvia Cavasin. Orientação sexual: projeto de ação pedagógica da rede municipal de ensino de São Paulo. São Paulo, PUC, 1990. 265. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar Brasileira) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1990.

ORIENTADOR(A): BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha.  
AREA: Educação -- fundamentos  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explicação teórica b; análise histórica; análise avaliativa  
ABORDAGEM: pedagógica  
CONTEXTO: escolar; familiar  
TIPO DE EDUCANDO: criança; jovem; adolescente  
PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA EDUCAÇÃO SEXUAL: professor; e dada muita ênfase na participação da Orientadora Educacional (ou Pedagoga).  
REFERE-SE AO PSICÓLOGO apenas comenta que na nova implantação do Projeto de Orientação Sexual nas escolas municipais, a partir de 1989, o psicólogo participa da equipe responsável.

MFN: 0114

TIPO DE DOCUMENTO: DISSERTAÇÃO

IZQUIERDO, Ines de la Ossa. Articulação sexualidade e saber no âmbito pedagógico: uma abordagem psicanalítica. Porto Alegre, UFRGS, 1992. 210p. Dissertação, (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992.

ORIENTADOR(A): FOLBERG, Maria Nestrovsky  
AREA: Psicologia Clínica  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explicação teórica a / b / c;  
análise investigadora a / b  
ABORDAGEM: pedagógica  
CONTEXTO: escolar  
TIPO DE EDUCANDO: pré-escolar  
ELEMENTOS-CHAVES: prazer

MFN: 0115

TIPO DE DOCUMENTO: DISSERTACAO

NERY, Maria Jose Gomes da Silva. Sexualidade humana: disfuncoes sexuais, conhecimentos e atitudes com relacao a sexo. Esquema de um curso de orientacao sexual. Campinas, PUC, 1982. 304p. Dissertacao (Mestrado em Psicologia Clinica) - Pontificia Universidade Catolica de Campinas, 1982.

ORIENTADOR(A): LIPP, Marilda Novaes  
AREA: Psicologia Clinica  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica a / c; analise investigadora b.  
ABORDAGEM: medica  
CONTEXTO: clinico  
TIPO DE EDUCANDO: adulto (30 a 40 anos)  
ELEMENTOS-CHAVES: relacoes de genero; prazer; DST

MFN: 0116

TIPO DE DOCUMENTO: DISSERTACAO

CHAGAS, Eva Regina Carrazoni. Principais caracteristicas pessoais e profissionais do educador para a saude que atua na area da educacao sexual. Problematica de sua formacao. Porto Alegre, PUCRS, 1989. 449p. Dissertacao, (Mestrado em Educacao / Aconselhamento Psico-pedagogico) - Pontificia Universidade Catolica do Rio Grande do Sul, 1989.

ORIENTADOR(A): MOSQUERA, Juan Jose Mourino  
AREA: Educacao -- ensino-aprendizagem  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica a / c; analise investigadora a / b  
ABORDAGEM: pedagogica  
CONTEXTO: escolar de 1º grau  
TIPO DE EDUCANDO: estudantes  
ELEMENTOS-CHAVES: relacoes de genero; prazer; amor; DST  
PROFISSIONAL RESPONSAVEL PELA EDUCACAO SEXUAL: professor.

MFN: 0117

TIPO DE DOCUMENTO: DISSERTACAO

NUNES, Antonio Vidal. Sexualidade e comunidade eclesial de base: novos pressupostos pedagogicos e filosoficos. Campinas, UNICAMP, 1989. 147p. Dissertacao (Mestrado em Filosofia e Historia da Educacao) - Universidade Estadual de Campinas, 1989.

ORIENTADOR(A): NOVASKI, Augusto  
AREA: Educacao -- fundamentos  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica b; analise investigadora b.  
ABORDAGEM: politica  
CONTEXTO: pastoral  
TIPO DE EDUCANDO: pessoas com idade media de 29 anos  
ELEMENTOS-CHAVES: relacoes de genero; prazer

MFN: 0118

TIPO DE DOCUMENTO: DISSERTACAO

FIGUEIREDO, Tulio Alberto Martins de. Perfil de adolescentes de uma escola publica e suas opinioes em relacao a orientacao sexual na escola. Sao Paulo, USP, 1991. 92p. Dissertacao (Mestrado em Saude Publica) - Universidade de Sao Paulo, 1991.

AREA: Educacao -- curriculo  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: analise investigadora a  
ABORDAGEM: pedagogica  
CONTEXTO: escolar  
TIPO DE EDUCANDO: adolescente de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> serie.

MFN: 0119

TIPO DE DOCUMENTO: DISSERTACAO

VERARDO, Maria Terezinha Vieira. A sexualidade educada: nota critica sobre pressupostos teoricos e projetos empiricos. Campinas, UNICAMP, 1989. Dissertacao (Mestrado em Educacao) - Universidade Estadual de Campinas, 1989.

ORIENTADOR(A): MORAES, Reinaldo Carmello Correa de  
AREA: Educacao -- fundamentos  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica b / c; analise avaliadora  
ABORDAGEM: politica  
CONTEXTO: escolar  
TIPO DE EDUCANDO: estudante de 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> graus; mulher  
ELEMENTOS-CHAVES: relacoes de genero; prazer; DST; AIDS  
PROFISSIONAL RESPONSAVEL PELA EDUCACAO SEXUAL: professor

MFN: 0120

TIPO DE DOCUMENTO: TESE

EGRY, Emiko Yochikawa. O docente de enfermagem e o ensino da sexualidade humana: acao educativa atraves da pesquisa participante. Sao Paulo, USP, 1985. Tese (Doutorado em Saude Publica) - Universidade de Sao Paulo, 1985.

ORIENTADOR(A): LAURENTI, Ruy  
AREA: Educacao -- fundamentos  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica b; analise investigadora b / c  
ABORDAGEM: politica  
CONTEXTO: escolar: 3<sup>o</sup> grau  
TIPO DE EDUCANDO: docentes de enfermagem  
ELEMENTOS-CHAVES: relacoes de genero  
PROFISSIONAL RESPONSAVEL PELA EDUCACAO SEXUAL: diz que os profissionais da area da saude devem ser preparados para atuarem como educadores sexuais.

MFN: 0121

TIPO DE DOCUMENTO: CAP./TESE

ANGELI, Heloisa Aparecida Tiveli. Comportamento e informacao sexual do adolescente: uma analise psicologica junto a priemiranistas universitarios. Cap.: Educacao sexual. Sao Paulo, USP, 1992. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar) - Universidade de Sao Paulo, 1992.

ORIENTADOR(A): PFROMM NETTO, Samuel  
AREA: Psicologia Escolar  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica a; analise investigadora a  
ABORDAGEM: pedagogica  
CONTEXTO: escolar; familiar  
TIPO DE EDUCANDO: crianca; adolescente; jovem

MFN: 0122

TIPO DE DOCUMENTO: TESE

GUIMARAES, Isaura Rocha Figueiredo. Ilusao e realidade do sexo na escola: um estudo das possibilidades da educacao sexual. Campinas, UNICAMP, 1989. 176P. Tese (Doutorado em Educacao /Metodologia de Ensino) - Universidade Estadual de Campinas, 1989.

ORIENTADOR(A): AROUCA, Lucila Schuwants  
AREA: Educacao -- fundamentos  
TIPO DE PESQUISA/ESTUDO: explanacao teorica a / b /c;  
analise avaliatoria; analise investigadora a / b  
ABORDAGEM: politica  
CONTEXTO: escolar  
TIPO DE EDUCANDO: estudante  
ELEMENTOS-CHAVES: relacoes de genero; prazer; amor; DST;  
AIDS; abuso sexual; violencia sexual.  
PROFISSIONAL RESPONSAVEL PELA EDUCACAO SEXUAL: professor:  
aponta decisivamente para esse profissional.

A caminhada foi árdua, porém, é gratificante ter chegado ao final!

Ter experienciado a realização de uma pesquisa, do nível que se exige a pós-graduação, fez-me, não apenas crescer pessoal e profissionalmente, mas, acima de tudo, valorizar e respeitar ainda mais os(as) pesquisadores(as).

Por isso, quero deixar os meus votos de respeito e consideração a todos eles (elas).

Em especial, aos(às) pesquisadores(as) brasileiros (as), a minha admiração e solidariedade por todas as dificuldades e tropeços enfrentados na caminhada.

A minha orientadora, Dra Maria Amélia Azevedo, o meu muito obrigado pelo exemplo de pesquisadora e educadora seriamente comprometida com o bem estar social. Este foi, sem dúvida, o meu maior ganho!!!